

MÔNICA CRISTINA ADAMS DE MATOS DA SILVA

**EMPODERAMENTO E POTENCIALIDADES PARA
DESENVOLVIMENTO LOCAL NA TRADICIONAL
COMUNIDADE NEGRA “SÃO JOÃO BATISTA” DE
CAMPO GRANDE, MS**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO - UCDB
CENTRO DE PESQUISA EM PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE, MS
2010**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

MÔNICA CRISTINA ADAMS DE MATOS DA SILVA

**EMPODERAMENTO E POTENCIALIDADES PARA
DESENVOLVIMENTO LOCAL NA TRADICIONAL
COMUNIDADE NEGRA “SÃO JOÃO BATISTA” DE
CAMPO GRANDE, MS**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local, sob a orientação do Prof. Dr. Vicente Fideles de Ávila.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
CENTRO DE PESQUISA EM PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE, MS
2010**

Ficha catalográfica

Silva, Mônica Cristina Adams de Matos da
**S586e Empoderamento e potencialidades para desenvolvimento local na
tradicional comunidade negra “São João Batista” de Campo Grande,
MS /**

**Mônica Cristina Adams de Matos da Silva; orientação, Vicente Fideles
de**

Ávila. 2010

197 f. + anexos

Dissertação (mestrado em desenvolvimento local) – Universidade
Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2010.

1. Desenvolvimento local 2. Comunidade - Desenvolvimento
3. Participação social I. Ávila, Vicente Àvila II. Título

CDD – 302.14

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: Empoderamento e Potencialidades para o Desenvolvimento Local na Tradicional Comunidade Negra “São João Batista” de Campo Grande, MS.

Área de Concentração: Desenvolvimento local em contexto de territorialidade.

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento local em dimensões sócio-comunitárias com atenção em comunidades tradicionais.

Dissertação submetida à Comissão Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

Dissertação aprovada em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Vicente Fideles de Ávila

Prof^a. Dr^a Luciane Pinho de Almeida

Prof. Dr. Josemar de Campos Maciel

Prof. Dr. Levi Marques Pereira

*Dedico este trabalho ao meu esposo Dario,
companheiro de todos os momentos,
sempre presente, mesmo quando se
encontrava distante e a meus filhos Íris e
Felipe pelo carinho e compreensão por
mais uma jornada completada.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, razão e fundamento de vida, fonte de todo o conhecimento; presente em todos os momentos e em todas as coisas.

Ao meu esposo Dario e filhos Íris e Felipe (*in memoriam*), pelo carinho e compreensão em mais uma jornada completada.

Aos meus pais, por serem os responsáveis pela base de minha formação.

Ao meu orientador Dr. Vicente Fideles de Ávila pela atenção e paciência, pela compreensão com os obstáculos surgidos no percurso deste trabalho.

À professora Regina Estela Andreoli (*in memoriam*), pelo incentivo à realização deste Mestrado.

Aos professores e colegas do Mestrado em Desenvolvimento Local pelo apoio.

Aos amigos, sempre tão presentes, pelo suporte e dedicação.

A todos que colaboraram direta ou indiretamente para este trabalho.

E, principalmente, agradeço a acolhida da Comunidade Negra São João Batista, sem a qual esta dissertação não existiria e não me proporcionaria a experiência enriquecedora e os novos conhecimentos.

Meus sinceros agradecimentos a todos.

“Se vier a existir uma comunidade no mundo dos indivíduos, só poderá ser (e precisa sê-lo) uma comunidade tecida em conjunto a partir do compartilhamento e do cuidado mútuo; uma comunidade de interesse e responsabilidade em relação aos direitos iguais de sermos humanos e igual capacidade de agirmos em defesa desses direitos”.

(Zygmunt Bauman, 2003, p.128)

RESUMO

Intitulada *Empoderamento e Potencialidades para Desenvolvimento Local na Tradicional Comunidade Negra “São João Batista” de Campo Grande, MS*, esta pesquisa se inseriu no contexto de Desenvolvimento Local de uma comunidade que se autodefiniu como remanescente de quilombo, certificada pela Fundação Cultural Palmares, no ano de 2006. A autodefinição é importante para o fortalecimento dessa identidade remanescente de quilombo por meio da valorização da cultura, da expressão religiosa e do reconhecimento de direitos. A Comunidade Negra São João Batista, com aproximadamente 60 pessoas (15 famílias), reside em área urbana na cidade de Campo Grande, MS. O objetivo geral do trabalho foi conhecer as configurações identitárias de resistência da Comunidade Negra São João Batista e analisar suas potencialidades para o Desenvolvimento Local face aos referenciais da solidariedade comunitário-produtiva. A investigação pautou-se nos pressupostos da pesquisa qualitativo-descritiva de inspiração etnográfica com a utilização dos instrumentais metodológicos: observação participante, relatos orais, entrevistas e registros fotográficos. A análise e sistematização dos resultados se pautaram pela análise de conteúdo. O referencial teórico utilizado baseou-se nos fundamentos do Desenvolvimento Local, uma vez que se entendeu ser esse o caminho possível para se responder às questões do trabalho. Para percorrer esse caminho procurou-se, também, contextualizar historicamente o período da escravidão no Brasil e em Mato Grosso do Sul. A partir do cotidiano dessa comunidade, tentou-se compreender os fenômenos que a compõem e as potencialidades para o seu desenvolvimento. Dentre os resultados obtidos, destaca-se a importância das manifestações culturais e religiosas e da sua organização sociopolítica para o fortalecimento de sua identidade como remanescente de quilombo e conseqüentemente para o seu desenvolvimento.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local, Comunidade Tradicional, Identidade, Cultura, Empoderamento.

ABSTRACT

With the title *Empowerment and potentialities to local development in the traditional black community of “São João Batista” of Campo Grande, MS*, this research is inserted on the context of Local Development from a community that defines itself as a remaining of a quilombo, certified by Fundação Cultural Palmares, in the year of 2006. The self-definition is important to the improving of this remaining identity of quilombo through the appreciation of culture, religious expression and acknowledgment of rights. The black community Saint John the Baptist is formed by approximately 60 people (15 families). It is located inside the urban area at Campo Grande, MS. The general scope of this research was to understand and thematize some traits of the identity of the members of this community, and analyze its potentialities for the Local Development from the standpoint of community-productive solidarity. The inquiry was based in presupposition of qualitative and descriptive research from an ethnographic inspiration with the utilization of the following methodological tools: ethnographic observation, oral reports, interviews and photographic registration. The analysis and systematization of results was guided by the analysis of contents. The theoretic references used have been based on theories of endogenous Local Development, given that this has been understood as possible to answer the questions of the research. To make this way it was tried to historically contextualize the period of slavery at Brazil and in Mato Grosso do Sul. From the quotidian of this community, one tried to understand the phenomenon. Among the obtained results, one may point out the importance of cultural and religious manifestations and their social and politic organization for improving from their identity as remaining of quilombo and, consequently, for their development.

Key-words: Local Development, Traditional Community, Culture, Empowerment.

LISTA DE ABREVIATURAS

ADCT - Atos das Disposições Constitucionais Transitórias

AFCN - Associação Familiar da Comunidade Negra São João Batista

CEDINE - Conselho Estadual dos Direitos do Negro

CEPPIR - Coordenadoria Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social

CMDCA - Conselho Municipal da Criança e do Adolescente

FCP - Fundação Cultural Palmares

FUNTRAB - Fundação Estadual do Trabalho e Mato Grosso do Sul

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

MNU - Movimento Negro Unificado

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONU - Organização das Nações Unidas

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SEPPIR - Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa Localização de Campo Grande	100
Figura 2 - Mapa regiões Urbanas de Campo Grande	101
Figura 3 - Fotografia de Maria Rosa Anunciação	103
Figura 4 - Árvore genealógica das famílias Anunciação e Bispo	112
Figura 5 - Mapa moradia	113
Figura 6 - Desenho Moradias	113
Figura 7 - Mapa localização da AFCN	114
Figura 8 - Fotografia aula de pintura em tecido para crianças - 2009	124
Figura 9 - Fotografia Aula de percussão para crianças - 2009	127
Figura 10 - Manilhas produzidas pela Fábrica	131
Figura 11 - Mapa localização da Fábrica Estrela Dalva	133
Figura 12 - Fotografia carregamento do andor durante a Procissão - 2009	138
Figura 13 - Fotografia do Altar - 2009	138
Figura 14 - Fotografia Procissão passando por baixo do mastro – 2009	139
Figura 15 - Fotografia instrumentos de percussão durante a missa – 2009	142
Figura 16 - Fotografia Missa Afro na São João Batista – 2009	143
Figura 17 - Fotografia flores e alimentos ofertados – 2009	144
Figura 18 - Movimento da Comunidade em Direção ao Desenvolvimento Local	159

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS	16
1.1 CONVIVÊNCIA COM CULTURAS DIFERENCIADAS	18
1.2 CONVIVÊNCIA COM A COMUNIDADE NEGRA SÃO JOÃO BATISTA	20
1.3 ESTRATÉGIAS CONVENCIONAIS DE ABORDAGEM INVESTIGATÓRIA	21
2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	27
2.1 DESENVOLVIMENTO LOCAL	27
2.2 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE	35
2.3 IDENTIDADE	42
2.4 CULTURA	46
2.5 COMUNIDADES	48
2.5.1 Comunidades Tradicionais	51
3 A ESCRAVIDÃO E OS REMANESCENTES DE QUILOMBOS NO BRASIL	54
3.1 A ESCRAVIDÃO NO BRASIL	55
3.2 A ESCRAVIDÃO EM MATO GROSSO DO SUL	64
3.3 A ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL	83
3.4 A FORMAÇÃO DOS QUILOMBOS	89
3.5 REMANESCENTES DE QUILOMBOS	93

4 HISTÓRIA DA COMUNIDADE "SÃO JOÃO BATISTA" E AUTODESENVOLVIMENTO	98
4.1 LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE	99
4.2 ORIGEM DA COMUNIDADE	102
4.3 DO PASSADO AO PRESENTE – MEMÓRIA/SENTIMENTO DE PERTENÇA	105
4.4 ORGANIZAÇÃO SÓCIOCOMUNITÁRIA	110
4.4.1 Organização Familiar	110
4.4.2 Sistema Interno de liderança	114
4.4.3 Organização Sociopolítica	116
4.4.4 Projetos Sociais	122
4.4.5 Apogeu Sociocultural da Comunidade	125
4.5 PERFIL PRODUTIVO	129
4.6 HERANÇA RELIGIOSA E UNIÃO DA COMUNIDADE	135
5 HISTÓRIA DA COMUNIDADE "SÃO JOÃO BATISTA" E DESENVOLVIMENTO LOCAL	148
CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
REFERÊNCIAS	164
APÊNDICES	184
ANEXOS	198

INTRODUÇÃO

As comunidades negras tornaram-se visíveis para a sociedade brasileira a partir de 1988, após quatro séculos de invisibilidade, com as lutas dos movimentos sociais, principalmente do movimento negro, que conseguiram com que a Assembléia Nacional Constituinte discutisse e inserisse no texto Constitucional os direitos dessas populações. Esses direitos estão refletidos nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 5 de Outubro 1988, nos quais se garante a proteção e valorização do patrimônio material e imaterial dos grupos participantes do processo civilizatório da sociedade brasileira.

No Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) aparece uma nova figura jurídica denominada remanescentes das comunidades de quilombos, referindo-se àquelas situações sociais cuja formação foi originada a partir dos chamados quilombos. De acordo com o artigo: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. (BRASIL, 1994, p.126)

Após 21 anos de vigência da Constituição, pouco mais de cento e cinquenta comunidades detêm a posse definitiva de suas terras. Existem mais de três mil e quinhentas comunidades quilombolas identificadas pelo Governo Federal, distribuídas por todo o território nacional. A efetivação dos direitos dessas comunidades é um processo lento, principalmente, em relação à titulação de suas terras. Terras que são mais do que simples espaços físicos, são territórios de relações, de práticas culturais, de pertença, nos quais se procura preservar a sua forma de ser.

A complexidade dessa temática tornou-se um importante campo de investigação, no sentido de se verificarem as diferentes relações que cada grupo

social estabelece com seus respectivos territórios. É preciso considerar as questões étnicas entre outras que envolvem tais relações.

No trabalho ora apresentado, que tem como sujeito a Comunidade Negra São João Batista, a escolha desse tema se deu, em primeiro lugar, pelo interesse pessoal da Pesquisadora motivado pela vivência de alguns anos em países africanos e a necessidade de um maior conhecimento da cultura de um dos povos formadores do Brasil. Pelo caráter contemporâneo da temática, devido aos debates da Conferência Mundial contra o Racismo e Xenofobia organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e à emergência das comunidades quilombolas no Brasil como grupos étnicos portadores de direitos e possuidores de um patrimônio histórico cultural inestimável.

Em segundo lugar, porque se identificou uma lacuna bibliográfica sobre o assunto, que remete à necessidade de aprofundar esse estudo interligando a cultura, às manifestações religiosas, à organização política e às construções identitárias dos remanescentes de quilombos como propulsores do desenvolvimento local. Se a religião é uma das formas de conceber o mundo, ela pode fornecer matrizes para construção desse mesmo mundo em um processo contínuo de influências mútuas. A questão religiosa é fundamental na vida dessas comunidades.

As comunidades remanescentes de quilombos, ao longo dos séculos, construíram processos de relações sociais e de articulações que possibilitaram a construção de uma significativa rede de relações socioeconômicas e políticas que podem contribuir para o seu desenvolvimento e despontar potencialidades para uma melhor qualidade de vida dessas comunidades. Dessa forma, o núcleo essencial do **problema** básico desta investigação consistiu na seguinte questão: é possível captar e explicitar potencialidades para o Desenvolvimento Local no contexto solidário e comunitário-produtivo da Comunidade Negra São João Batista, de Campo Grande, MS?

O **objetivo geral** do trabalho é conhecer as configurações identitárias de resistência da Comunidade Negra São João Batista e analisar suas potencialidades para o Desenvolvimento Local, face aos referenciais da solidariedade comunitário-produtiva.

Como **objetivos específicos**, buscou-se:

- identificar a pluralidade do patrimônio cultural da comunidade estudada;
- investigar como a cultura do povo, com seus padrões de comportamentos, valores e premissas influencia o processo de desenvolvimento de uma comunidade étnica;
- detectar manifestações religiosas presentes na comunidade estudada;
- analisar as potencialidades que as manifestações religiosas e a cultura apresentam para o desenvolvimento local;
- apontar possibilidades de etnodesenvolvimento da comunidade;
- levantar aspectos socioeconômicos da comunidade estudada; e
- verificar formas e instrumentos de organização social e política.

A metodologia utilizada baseou-se nos pressupostos da pesquisa qualitativo-descritiva de inspiração etnográfica com a utilização dos instrumentais metodológicos: observação participante, relatos orais, entrevistas e registro fotográfico. A análise e sistematização dos resultados pautaram-se na análise de conteúdo.

As entrevistas foram realizadas com lideranças, idosos e jovens da Comunidade e também com pessoas externas que trabalham com a questão quilombola, com vistas a entender a construção do movimento dos remanescentes de quilombo.

As observações ocorreram em diversos momentos. Nos eventos promovidos pela Comunidade como: Missa Afro, atividades socioculturais desenvolvidas, festa em homenagem a São João Batista, aniversário da fundação da Associação, como também em outras atividades do seu dia a dia. Além disso, a observação ocorreu em eventos fora da Comunidade, nos quais esta se fazia presente, como: reunião do Fórum do Movimento Negro, MS, reuniões do Ponto de Cultura, comemorações da Semana da Consciência Negra e Ato em Defesa

do Quilombola. Em muitos desses momentos foram feitos registros fotográficos que também compõem parte importante do material deste estudo.

Dentre os principais teóricos nos quais o trabalho se referencia encontram-se: Ávila (2000 e 2006), Santos (1996), Bonnemaïson (2002), Claxton (1994), Geertz (1989), Martins (2002), Pierson, (1979), Hall (2005-2006), Castells (2008), Arruti (2005 e 2006), Almeida (2002), Boaventura (1996), Anjos (2004) e Gomes (2006).

O trabalho está estruturado em cinco capítulos. No primeiro capítulo, é apresentada a metodologia do trabalho. No segundo capítulo, são apresentados os pressupostos teóricos necessários para o embasamento do trabalho e compreensão da temática abordada, contemplando dentre outros temas: Desenvolvimento Local, território, cultura, identidade e comunidade. No terceiro capítulo, descreve-se o contexto histórico da escravidão no Brasil e das comunidades remanescentes de quilombo na atualidade. No quarto capítulo, aborda-se a história da Comunidade Negra São João Batista, sua organização sociocomunitária e sociopolítica, perfil produtivo, herança religiosa e aspectos socioculturais levantados durante a pesquisa. No quinto capítulo, apresenta-se a análise e discussão das informações e conclusões apuradas no Capítulo 4 em relação às potencialidades impulsoras de Desenvolvimento Local, conforme referenciais teóricos apresentados nos capítulos 2 e 3. Por fim, em tópico específico, são apresentadas as considerações finais.

1 FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo apresenta o caminho percorrido, mostrando o passo a passo da pesquisa e seus desdobramentos para o resultado do trabalho que tem como sujeito uma comunidade tradicional negra no contexto do Desenvolvimento Local.

O trabalho caracterizou-se como pesquisa qualitativa descritiva de inspiração etnográfica. Minayo (2002, p.17) entende como pesquisa

a atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação.

No que respeita ao aspecto qualitativo-descritivo em pesquisa, diz Gil (2002): quanto à abordagem do problema esta pode ser quantitativa ou qualitativa. A presente pesquisa foi caracterizada como de natureza qualitativo-descritiva, por esta se adequar ao propósito do trabalho e ao fenômeno investigado. O pesquisador, orientado pelo enfoque qualitativo, tem com essa técnica uma ampla liberdade teórica - metodológica para realizar o seu estudo.

A pesquisa qualitativa, segundo Gil (2002), permite-nos o contato direto e prolongado com o sujeito a ser investigado e o seu ambiente. Ainda, de acordo com o autor (p.42), essas pesquisas têm como preocupação central, identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade. A preocupação do pesquisador não é com o que pode ser quantificado, mas sim, com a compreensão dos significados.

Minayo (1994) afirma que a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, preocupando-se com um nível de realidade difícil de ser quantificada, trabalha valores, crenças, atitudes e motivações. Lembra também que a pesquisa qualitativa permite aprofundar a complexidade dos fenômenos, fatos e processos particulares e específicos de grupos mais ou menos delimitados em extensão e capazes de serem abrangidos intensamente.

A pesquisa quanto aos seus objetivos pode ser: exploratória, descritiva, e explicativa (Gil, 2002). A pesquisa do presente trabalho é descritiva

A pesquisa descritiva não requer métodos e dados estatísticos, o que permitiu à pesquisadora conhecer a realidade dos fatos que envolvem o cotidiano dos remanescentes de quilombos, especificamente aqueles da Comunidade Negra São João Batista. Esse tipo de pesquisa observa, registra, analisa, correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los.

Para Triviños (1987), a pesquisa qualitativa apareceu na Antropologia, a partir da percepção dos pesquisadores de que várias informações a respeito da vida dos povos não são passíveis de quantificação, e a interpretação precisaria se amplificar muito mais do que simplesmente se restringir aos dados objetivos e estatísticos. O modelo de pesquisa qualitativa que se desenvolveu na Antropologia originou a pesquisa etnográfica que é uma forma específica da pesquisa qualitativa.

Já no que tange a anteriormente mencionada inspiração etnográfica, assim se refere Malinowski (1984): o método etnográfico implica a observação direta e participante do pesquisado no cotidiano do pesquisador. O mesmo autor (1978, p.22) afirma ainda que o uso da etnografia proporciona uma maior qualidade das informações sobre o grupo estudado além de proporcionar uma interpretação dos dados com maior autonomia.

A etnografia é um instrumento de conhecimento e aproximação de uma realidade micro. É relevante, nessa abordagem, a relação entre o sujeito pesquisador e o sujeito pesquisado, fazendo com que se enxergue a comunidade não como um objeto e sim como sujeito. Segundo (GENZUK, 1993 *apud* FINO 2003), a etnografia é um método de olhar muito perto que se baseia em experiência pessoal e participação. A validade e a riqueza de significados dos resultados obtidos dependem diretamente e em grande parte da habilidade e perspectiva do observador e de sua franqueza.

Um trabalho etnográfico é uma explicação descritiva da vida social e da cultura em um dado sistema social, com base em observação detalhada da vida das pessoas. Constitui um método de pesquisa associado principalmente a estudos antropológicos de sociedades tribais, mas também é usado em estudos

relacionados a grupos, organizações e comunidades (JOHNSON, 1997). Faz-se necessário ressaltar que esse método é muito conveniente quando se trata da experiência e convivência com uma comunidade tradicional pequena, favorecendo as situações que se deseja.

A conceituação apresentada leva a crer que as experiências vividas pela comunidade estudada são essenciais para se atingir o objetivo deste trabalho. Abordar o sujeito cultural-coletivo considerando valores, crenças, modo de vida e sentimentos é um trabalho que envolve exercício no modo de olhar do pesquisador.

1.1 CONVIVÊNCIA COM CULTURAS DIFERENCIADAS

A experiência desta pesquisadora na África foi enriquecedora e despertou interesse pelas comunidades negras tradicionais, seu modo de vida, seus valores e sua cultura. Foi possível constatar a forte influência da cultura, dos fatores identitários e dos aspectos religiosos no cotidiano dos africanos, como também, da preservação das suas raízes que é muito importante para eles.

Apesar de não ser uma viagem de estudos, foi um período de muito aprendizado. A cada dia era possível descobrir coisas novas no comportamento e modo de vida desse povo. A convivência foi com povos de Moçambique, Zimbabwe, África de Sul e Suazilândia, além da visita a outras comunidades.

Durante aproximadamente oito anos, pôde-se conviver com famílias em seu cotidiano, participar de eventos religiosos e festivos (batizados, casamentos), visitar museus, conhecer o modo de vida urbano e rural, como e o que se alimentam e suas formas e meios de sobrevivência.

As avenidas e ruas do Zimbabwe plantadas de jacarandá roxo é uma paisagem extasiante. É emocionante o entardecer nas praias da cidade da Beira com seus pinheiros.

É muito comum em algumas etnias (Moçambique e Zimbabwe) as mulheres trabalharem nas “machambas” (roçado-terreno plantado de arroz ou

milho em sua maioria) enquanto os homens trabalham como empregados domésticos.

O artesanato, principalmente, o entalhe em madeira, pedras ou marfim com desenhos de animais, pessoas, entre outros que caracterizam cada etnia é algo que atrai os olhares e encanta visitantes. As madeiras utilizadas normalmente exalam aroma como o sândalo e o pau-rosa.

As tradições e o sagrado despertaram o interesse de conhecer mais profundamente esse povo orgulhoso apesar dos sofrimentos. É típico do africano partilhar o alimento de maneira festiva com música e dança. Mesmo diante da fome, sempre presente em alguns lugares em que a pesquisadora esteve, das adversidades, dos conflitos devido à grande mistura de culturas, etnias diferentes e valores existentes em um mesmo território, não deixam de celebrar da vida e a natureza.

Cada dia na África era de um novo aprendizado, descobrindo modos e culturas diferentes. Essa experiência não foi de um mero espectador, mas sim, de alguém que procurou se tornar parte integrante do ambiente onde se encontrava.

O Continente Africano é dono de uma diversidade cultural e natural única. A vivência dessa realidade, com seus valores, comportamentos culturais diversificados, leva a uma reflexão sobre afrodescendentes brasileiros. Será que mantinham ainda uma ligação com suas raízes africanas? Será que encontraria no Brasil modos e costumes que vivenciara na África? Essas e outras indagações eram recorrentes à medida se conhecia mais profundamente o cotidiano dos africanos.

Esse cotidiano vivido não pode ser reduzido aos usos e costumes aprendidos de um povo. Tal afirmativa fica bem expressa na fala de Martins (2000): “A história é vivida e, em primeira instância, decifrada no cotidiano. O cotidiano se define como um momento histórico qualitativamente único e diferente”.

A convivência com povos africanos, em seu território, além de despertar o interesse pela questão, facilitou a aproximação com a comunidade objeto do estudo mesmo sendo uma pesquisadora branca se inserindo no universo de uma

comunidade negra; por proporcionar uma identificação e despertar o interesse dessas pessoas pelo conhecimento que se pôde compartilhar com os mesmos sobre o continente de seus ancestrais.

1.2 CONVIVÊNCIA COM A COMUNIDADE NEGRA SÃO JOÃO BATISTA

O primeiro contato com a Comunidade Negra São João Batista, que se autodefine como Remanescente de Quilombos, ocorreu em agosto de 2007, por meio de convite da socióloga e pesquisadora do INCRA, Doutora Cíndia Brustolin, para acompanhá-la em uma visita à Comunidade. Nessa visita, alguns aspectos chamaram a atenção como a sua organização e a sua autoestima, que indicaram características de um grupo unido.

Após essa visita, esta pesquisadora realizou um trabalho cujo tema era Comunitarização utilizando a São João Batista como objeto do referido estudo. O interesse pela Comunidade aprofundou-se e fez decidir pela realização do trabalho ora apresentado. Foram muitas visitas à Comunidade até ser aceita como pesquisadora, depois, gradativamente, passou-se a conviver e a se observar o seu cotidiano.

A investigação aconteceu por mais de dois anos. Durante esse período, houve participação em eventos culturais e religiosos da Comunidade, reuniões em entidades integrantes do movimento negro, atividades da Associação Familiar Comunidade Negra São João Batista (AFCN) e visitas a ambientes de trabalho e moradias, dentre outros. Sempre que possível era realizado o registro fotográfico desses eventos.

Nesse íterim, houve mudanças internas na Comunidade que implicaram a diminuição do ritmo do trabalho e a necessidade de postergar as entrevistas. Foi necessário articular e planejar junto à direção da AFCN a continuidade do trabalho. Cabe ressaltar que não houve retrocesso no relacionamento com a Comunidade, pois durante esse tempo, o contato foi mantido. Após essa retomada foram realizadas as entrevistas e colhidos os relatos e narrativas.

As práticas culturais e o conjunto de relações sociais e políticas que constituem a São João Batista como território, uso e ocupação do espaço concreto, resultam da negociação e luta de reconhecimento e preservação da sua identidade étnica cultural. Assim, o espaço da São João Batista não deve ser tomado apenas como forma física, mas como o espaço das relações sociais, políticas e culturais.

Foram muitas idas e vindas até se perceber que conhecer e descrever os vários aspectos da vida de uma comunidade não é algo simples, assim, não houve aqui a pretensão de apreender todos os significados dos sujeitos pesquisados. Procurou-se enxergar e conhecer a Comunidade de forma holística considerando sua história, sua cultura, sua religiosidade, sua organização sociopolítica e seus meios de sobrevivência. Segundo Johnson (1997, p.21), o holismo constitui o próprio âmago do pensamento sociológico e considera o todo do sistema social como mais do que os indivíduos que dele participam, ou seja, busca o entendimento integral dos fenômenos.

1.3 ESTRATÉGIAS CONVENCIONAIS DE ABORDAGEM INVESTIGATÓRIA

As técnicas e instrumentos utilizados para a coleta de dados e informações foram diversificados, tendo em vista a natureza da pesquisa e o seu sujeito. Utilizaram-se a pesquisa bibliográfica e documental, a observação participante, os relatos orais, as entrevistas semiestruturadas e o registro fotográfico.

Foram coletadas, selecionadas e analisadas publicações sobre a temática em questão, com a finalidade de captar conhecimento teórico que referenciasse estudos analíticos concernentes às variáveis e ao satisfatório alcance dos objetivos do estudo. Para o desenvolvimento e embasamento do trabalho, foram consultados livros, artigos, dissertações, teses, jornais, Internet e documentos diversos.

A observação participante, fundamental para coleta de dados nesse trabalho, é um instrumento que permite contato direto com a realidade. A posição

daqueles que a adotam é a de que, para entender o comportamento humano e os processos sociais, os pesquisadores devem imergir no mundo de seus sujeitos. As pessoas precisam ser estudadas em seus próprios termos, devendo o pesquisador tentar atender os sentidos simbólicos que as pessoas definem como importantes e reais. O pesquisador deve buscar entender como os sujeitos veem a suas próprias situações e como constroem sua realidade. (DENZIN, 1989; HERMAN e REINOLDS, 1994 *apud* MOREIRA, 2002, p.51)

Para entender história, cultura, identidade e religiosidade da Comunidade, utiliza-se a memória coletiva como um discurso da alteridade¹, captada por meio de relatos orais, no qual a posse de uma história e de uma memória dá ao grupo a sua identidade e, conseqüentemente, a sua territorialidade.

A memória coletiva é capaz de existir em um grupo graças a uma “[...] continuidade articulada, que tem lugar na consciência viva do grupo em interação com a sociedade envolvente” (ANJOS 2004, p.56).

Para compreender a transformação e a situação de um indivíduo ou de uma comunidade, deve-se levar em conta que ambas são produzidas nas relações com o meio físico, social e cultural. Alguns historiadores contemporâneos, como por exemplo, Silva (2000), Gomes (2006) e Arruti (2006) têm chamado a atenção para o fato de que os relatos orais são essenciais para dirimir as dúvidas e lacunas existentes nos documentos oficiais com relação a essas comunidades.

Para Moreira (2002, p.21), podem ser definidas como uma conversa entre duas ou mais pessoas com um propósito específico em mente. O pesquisador quer obter informações que o respondente supostamente tem.

As entrevistas podem ser: estruturadas, quando um pesquisador faz um roteiro a ser seguido; semiestruturadas, quando o pesquisador se guia pelos objetivos da pesquisa; e aberta, quando o pesquisador não elabora nenhum apoio para a sua realização.

¹ Ser outro colocar-se ou constituir-se como outro. É um conceito mais restrito do que diversidade e mais extenso do que diferença. (ABBAGNANO, 2003, p.34)

No caso deste estudo, foi usado o tipo de entrevista semiestruturada. Essa técnica facilita a proximidade com os sujeitos entrevistados e conseqüentemente a compreensão de como eles pensam, agem e reagem a diferentes situações. Moreira (*op.cit*) afirma que esse tipo de pesquisa se situa entre dois extremos, o da entrevista estruturada e o da entrevista aberta. O entrevistador formula algumas perguntas em uma ordem pré-determinada, mas, dentro de cada questão é relativamente grande a liberdade do entrevistado. Dependendo das respostas do entrevistado, outras questões podem ser incluídas, sempre que aparecer algo interessante não previsto na lista de questões originais.

As entrevistas foram gravadas e transcritas, categorizadas e analisadas com a finalidade de descrever, compreender e interpretar fenômenos que se apresentem à percepção. As perguntas tiveram como foco a articulação dos temas cultura, religiosidade, identidade quilombola, organização sociopolítica, território e desenvolvimento. Sua formulação seguiu o ritmo dos sujeitos entrevistados permitindo-lhes falar livremente.

As entrevistas foram realizadas com:

- líderes e integrantes da Comunidade São João Batista, buscando identificar fatores que expressassem o sentimento de pertencimento a essa comunidade, suas configurações identitárias, organização política. Assim como reconhecimento e interesse em termos de usos culturais, manifestações religiosas e formas de organização.
- pesquisadores, que discutem a temática em questão, para identificação de estudos atuais e da visão desses, a respeito de tais comunidades e, em especial, da São João Batista; e
- representantes estaduais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para levantamento de informações sobre questões de demarcação territorial dessas comunidades e outras pertinentes ao assunto.

Ao todo, foram realizados 18 entrevistas ou relatos, dentre integrantes da Comunidade e pessoas externas, como o descrito seguir. Os Apêndices A e B apresentam os roteiros básicos das entrevistas.

Comunidade São João Batista:

- Ednéia Anunciação – Esposa de Renaldo, instrutora de cursos de artesanato;
- Eva Anunciação – Filha do Sr. Reginaldo, nora do Sr. Jair Bispo, secretária geral da AFCN e coordenadora de projetos de educação;
- Gislaine Bispo – Sobrinha do Sr. Jair Bispo integrante da banda Mukando Kandongo;
- Jair Bispo – 2º Patriarca da Comunidade, Diretor da Bispo Solda Técnica e coordenador de esportes da AFCN;
- José Reginaldo Anunciação – 1º Patriarca da Comunidade;
- Margareth Anunciação – Filha do Sr. Reginaldo, monitora dos projetos para crianças.;
- Maridalva Anunciação – Esposa do Sr. Reginaldo;
- Renaldo Anunciação - Filho do Sr. Reginaldo, diretor da Fábrica de Artefatos Estrela Dalva, coordenador de projetos esportivos da Comunidade e treinador do time de futebol da Comunidade;
- Rosana Anunciação – Filha do Sr. Reginaldo, Presidente da AFCN;
- Sandro Anunciação - Filho do Sr. Reginaldo, Diretor Geral da Fábrica de Artefatos Estrela Dalva e Coordenador de Projetos Culturais da Comunidade;
- Sebastiana Benedita – Prima em segundo grau do Sr. Reginaldo;
- Silene Regina Bispo – Sobrinha do Sr. Reginaldo e nora do Sr. Jair Bispo;

Pessoas externas (pesquisadores e representantes do INCRA):

- Ana José – Presidente do Coletivo de Mulheres Negras de Mato Grosso do Sul;
- Dra. Cíndia Brustolin – Socióloga do INCRA.

- Frei Rubens Moraes Gomes – Frei da Paróquia Nossa Senhora de Fátima, membro da Pastoral Afro.
- José Roberto Souza – Membro da Comissão de Quilombos do INCRA, integrante do Fórum do Movimento Negro Nacional e membro do Conselho de Direitos Humanos de MS.
- Pe. Josuel Boaventura – Pároco da Paróquia São João Calábria, membro da Pastoral Afro.
- Raimunda Luzia de Brito – Coordenadora de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Estado de Mato Grosso do Sul (CEPPIR).

Além das pessoas citadas acima, foi mantido contato por telefone e *e-mail* com o historiador e sociólogo José Maurício Arruti, que enviou material pessoal para uma maior compreensão sobre esse tipo de comunidade e, com Jonhy Martins – Coordenador da Conerq MS (Coordenação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas de Mato Grosso do Sul).

Embora nem todos os entrevistados tenham sido expressamente citados no trabalho, o conteúdo das entrevistas e os relatos foram utilizados, e foram de suma importância para sua construção e análise.

Ressalta-se que os nomes dos integrantes da Comunidade citados no decorrer do trabalho são verdadeiros e sua inclusão foi autorizada pelos mesmos, e ainda que essa autorização se estendeu ao uso das imagens (Apêndices C e D). O fato de a Comunidade revelar os nomes verdadeiros é um importante fator de afirmação da sua identidade e do sentimento de pertencimento e significativo para esse trabalho.

Quanto à análise de dados, eles implicam tabulação, exame ou recombinação das evidências coletadas, buscando compreender, esclarecer, validar ou refutar os objetivos iniciais do estudo (YIN, 2001).

Em vista do exposto, a pesquisa não fez separações marcadas entre a coleta de informações, a análise e interpretação das mesmas, já que existe um processo de retroalimentação dinâmico das informações coletadas e dos objetivos pretendidos.

Para tanto, utilizou-se a técnica de Análise de Conteúdo que é:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977, p.222).

A análise de conteúdo permite captar, descrever, interpretar e reinterpretar o sentido simbólico das expressões verbais e não verbais, as quais nem sempre são visíveis. Nesta técnica, de acordo com Triviños (1987), dá-se ênfase ao conteúdo das mensagens; privilegia-se e permite-se voltar quantas vezes se deseja à mensagem original, neste caso, os relatos e as entrevistas que gerarão novos conhecimentos. No aporte de Minayo (1999), a Análise de Conteúdo é o método mais utilizado no tratamento dos dados em pesquisa qualitativa.

A Pesquisadora analisou as informações obtidas, por meio do instrumental metodológico exposto, tendo como base o arcabouço teórico contido nos referenciais documentais e bibliográficos de acurada fundamentação teórica, os quais nortearam o desenvolvimento do estudo. Outro aspecto considerado na análise e interpretação dos dados foi a experiência pessoal da Pesquisadora.

Concluindo esse capítulo, ressalta-se que, no caminho percorrido e considerando essa perspectiva metodológica, a convivência com povos africanos e com a Comunidade São João Batista foi fundamental para o desenvolvimento do estudo apresentado.

Os encontros com a Comunidade possibilitaram a aproximação e a construção de um relacionamento contínuo que ultrapassa os limites do trabalho. A vivência da realidade da São João Batista colaborou para o delineamento do problema investigado e do alcance do objetivo proposto.

Os resultados do trabalho e o relacionamento construído com a Comunidade indicam novas perspectivas para pesquisas posteriores, embora essa metodologia exija muita persistência do pesquisador. Esse é um processo difícil e longo, pois, como afirma Geertz (1989), “é uma descrição densa” aprender culturas diferenciadas, comportamentos, expressões e experiências significativas dos sujeitos, por isso, tudo depende do caminho que o pesquisador vai percorrer.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

O presente capítulo apresenta os pressupostos teóricos em torno dos conceitos que embasaram e serviram de apoio à elaboração do presente trabalho. Foram discutidas diferentes abordagens teórico-conceituais tendo em vista o seu significado para o Desenvolvimento Local.

Não houve, aqui, a intenção de oferecer uma documentação detalhada a respeito de todo o conteúdo estudado, mas, sim, de apresentar os principais debates em torno da teoria do Desenvolvimento Local e a sua interface com os conceitos de território, territorialidade, cultura, identidade, comunidades e comunidades tradicionais.

Pretendeu-se, ainda, dissertar sobre as comunidades tradicionais remanescentes de quilombos, especificamente, a Comunidade Negra Remanescentes de Quilombo São João Batista do Município de Campo Grande Mato Grosso do Sul, comunidades essas que ganharam maior visibilidade a partir da Constituição Federal Brasileira de 1988. Aliás, o trato desta questão amplia-se e aprofunda-se no Capítulo 3.

O diálogo com a produção bibliográfica sobre as populações tradicionais remanescentes de quilombo é proveitoso ao se pensar no passado e no presente dessas comunidades.

O Desenvolvimento Local adequadamente concebido cria bases sólidas para o fortalecimento das comunidades-localidades.

2.1 DESENVOLVIMENTO LOCAL

Os estudos sobre o Desenvolvimento Local são relativamente recentes. Trata-se de uma temática que ganhou espaço no meio acadêmico e

governamental e tem como ponto de partida uma crítica ao paradigma do desenvolvimento hegemônico que concebe o mesmo como crescimento econômico, industrialização, uso intenso das tecnologias e uma alta produção para o consumo. A sua teoria ainda está sendo construída, mas, existe um convergir entre os teóricos no que de fato seja considerado Desenvolvimento Local: somente se houver a participação e o envolvimento da própria comunidade-localidade, a maior interessada e beneficiária das possíveis melhorias na qualidade de vida, é que ele poderá verdadeiramente ocorrer.

Ao se discutir o conceito de Desenvolvimento Local, deve-se, em primeiro lugar, ter a compreensão dos conceitos de desenvolvimento e local, pois, em se tratando do desenvolvimento de um território-comunidade-localidade, torna-se necessária a contextualização do referido tema. Souza (1997, p.84) dimensiona que: "território de identidade e de solidariedade, um cenário de reconhecimento cultural e de intersubjetividade, é também um lugar de representações e práticas cotidianas". Nessa mesma linha, Ávila (2000, p.71-72) conclui que:

O desenvolvimento permite estabelecer concretamente o progresso integral, impulsionando a comunidade-localidade a se desenvolver social, cultural, econômica e ecossistemicamente na condição de sujeito e não como mero objeto de seu próprio progresso.

A teoria do desenvolvimento tem sua origem nas discussões realizadas no período do pós-guerra e está atrelada à Organização das Nações Unidas (ONU), com a Carta do Atlântico (1941) e a Carta das Nações Unidas (1945)².

A segunda metade do século XX pode ser considerada a “era do desenvolvimento”, a partir do discurso inaugural do então presidente norte-americano Harry S. Truman³, no ano de 1949. Ao chamar uma grande parte do mundo de “[...] áreas subdesenvolvidas [...]”, ele não apenas mudou o significado

² Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Table/Documentos-Internacionais-da-Sociedade-das-Nações-1919-a-1945/>.

³ Atribui-se ao discurso de posse (para o seu segundo mandato) do Presidente Norte-Americano Harry S. Truman, proferido em 20 de janeiro de 1949, uma verdadeira virada no conceito de desenvolvimento utilizado até então. Ele inaugura a “era do desenvolvimento” (SACHS, 2000), ou seja, uma nova fase da humanidade, no imediato pós 2ª Guerra, onde os diversos países do mundo teriam a possibilidade de alcançar o estágio em que se encontravam as modernas sociedades industriais. Para isso bastava que seguissem seus exemplos. Assim se refere Truman em seu discurso: “É preciso que nos dediquemos a um programa ousado e moderno que torne nossos avanços científicos e nosso progresso industrial disponíveis para o crescimento e para o progresso das áreas subdesenvolvidas. O antigo imperialismo – a exploração para lucro estrangeiro – não tem lugar em nossos planos. O que imaginamos é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de uma distribuição justa e democrática” (TRUMAN *apud* ESTEVA, 2000, p. 59-60).

que a palavra desenvolvimento tinha desde então, como impôs uma nova visão de mundo que tomou enorme dimensão, invadindo praticamente todos os setores da sociedade ocidental, definindo novos valores e conduta, e uma nova percepção sobre si mesmo (os desenvolvidos) e os outros (os subdesenvolvidos). Sob a lógica desenvolvimentista, os desenvolvidos estavam destinados ao progresso e o objetivo maior seria o crescimento das forças produtivas. A partir dessa ideologia, o modo industrial de produção, uma entre muitas formas, de vida social, converteu-se no caminho da evolução social, e todos aqueles que não se enquadravam no perfil eram considerados pobres e atrasados.

Ao término da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos tinham condições concretas para assumir a liderança política e econômica mundial, uma vez que a Europa ainda se recompunha dos estragos da guerra. Para barrar o avanço do comunismo, que se apresentava como alternativa ao sistema capitalista e ampliar o mercado consumidor de seus produtos, era necessário melhorar as condições econômicas das regiões “subdesenvolvidas”, além de impor a todos a necessidade de se adequar aos valores e objetivos americanos. Assim, “[...] the hegemony of the west was logically includes in the proclamation of development” (SACHS, 1989, p.4)⁴.

Desde então, todos os chamados subdesenvolvidos deixaram de ser o que eram e passaram a se ver por meio dos olhos das nações hegemônicas, num olhar que menosprezava toda a diversidade cultural, reduzindo o desenvolvimento apenas à esfera econômica. Sendo assim, as nações periféricas aceitaram essa espécie de desenvolvimento como seu, tentando escapar do título de subdesenvolvidos.

A partir deste contexto, inicialmente, o conceito de desenvolvimento foi atrelado ao de crescimento econômico. O crescimento representa o acúmulo de riquezas geradas pelos setores da economia de uma determinada região. Já o desenvolvimento vai mais além, não é o simples aumento do poder de compra e de consumo, representa melhoria da qualidade de vida, valorização e respeito ao patrimônio sociocultural de uma determinada localidade, ou seja, inclui principalmente o desenvolvimento humano.

⁴ A hegemonia do Ocidente se baseia na promoção do desenvolvimento. (tradução desta pesquisadora)

Para Souza (1997, p.6), "[...] o desenvolvimento não deve ser entendido como sinônimo de desenvolvimento econômico". O desenvolvimento estritamente econômico pode ocorrer sem que, diretamente, haja redução da desigualdade da renda e melhoria de indicadores sociais.

A ONU amplia o conceito de desenvolvimento ao considerar outros determinantes do desenvolvimento a partir da criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que abrange três dimensões que contribuem para a melhoria da qualidade de vida: saúde, educação e renda. A origem desse enfoque remonta as primeiras críticas na década de 70 ao uso da renda como medida de bem-estar da população. Posteriormente outras visões foram surgindo.

Começa-se a pensar em desenvolvimento não só como crescimento econômico; surgem pesquisadores, estudiosos criadores da teoria do desenvolvimento em escala humana como: Bosier (2001), Elizalde (2000), Max-Neef (1993), dentre outros, que contribuíram para o avanço da conceituação do que seja o verdadeiro desenvolvimento, ou seja, aquele que tem no seu foco o desenvolvimento do ser humano. Encontra-se também entre os defensores dessa teoria, o economista Amartya Sen que define desenvolvimento como expansão das liberdades humanas, afirmando que a liberdade é o principal meio para o desenvolvimento, como se verá à frente.

Segundo Sen (2000), o desenvolvimento humano é um processo de ampliação das escolhas ou liberdades humanas, diz respeito à formação das potencialidades humanas e ao uso que as pessoas estão dispostas, mobilizadas e podem fazer dessas potencialidades. Pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam, ou seja, como o alargamento das suas escolhas em várias dimensões: econômicas sociais, políticas, pessoais, profissionais dentre outras. Essas liberdades não são apenas os fins primordiais, mas também, os meios para se chegar ao desenvolvimento. As pessoas devem ser reconhecidas como forças motoras do desenvolvimento e como seres integrais. A expansão das liberdades torna o ser humano o "dono" do seu destino.

A importância do conceito de Desenvolvimento Local vem crescendo, motivada pelas discussões dos autores citados e pelos acontecimentos e

mudanças no mundo globalizado. Esses acontecimentos decorrem de vários fatores globais de ordem socioeconômica, política e que são tratados de maneira residual, com certas limitações, além das questões ambientais.

Desse modo, as comunidades/localidades procuram alternativas para o seu desenvolvimento, algumas por meio de agentes externos, fora das mesmas e outras buscando alternativas internas, por seus próprios recursos e potencialidades com foco na cultura, na identidade local e no cooperativismo. Reconhecer e potencializar esses recursos pode fazer com que uma comunidade/localidade se desenvolva. Para Ávila (2006) é importante que as comunidades/localidades estejam cientes do seu papel dentro desse processo e que procurem participar de forma ativa e plena.

Como propõe Martin (1999, p.172), o Desenvolvimento Local proporcional à escala humana deve ser entendido como satisfação das necessidades humanas fundamentais através do “[...] protagonismo real e verdadeiro de cada pessoa [...]”. Ou seja, devem-se criar condições para que a comunidade exerça efetivamente o seu protagonismo, as suas potencialidades. Pode-se, assim, enfatizar que o Desenvolvimento Local está amparado em um processo de transformações do território-comunidade que leve à construção de um processo de desenvolvimento econômico, político e social e que seja dinamizado por atitudes de respeito e aproveitamento das identidades e solidariedade locais.

Ávila *et al* (2000, p.23) enfatiza que:

no processo de desenvolvimento o alvo central é o ser humano como artesão do seu êxito ou fracasso, pois se requer que cada um, ao se tornar responsável pelo seu próprio progresso, de toda ordem e em todas as direções, influencie o seu entorno como fonte irradiadora de mudanças, de evolução cultural, de dinamização tecnológica e de equilíbrio meio-ambiental. Portanto, não se obtém desenvolvimento sem que se visualize o homem, à luz da hierarquia de valores, em sua integridade como pessoa humana, membro construtivo de sua comunidade e agente de equilíbrio em seu meio geofísico.

Assim, o local de convivência do desenvolver das práticas cotidianas é transformado em:

[...] um território de identidade e de solidariedade, um cenário de reconhecimento cultural e de intersubjetividade e também um lugar de representações e práticas cotidianas [...]. Necessidade de construir toda dinâmica de desenvolvimento a partir de uma identidade cultural fundamentada sobre um território de identificação coletiva e de solidariedade concretas (GUAJARDO *apud* ÁVILA *et al.*2000, p.26).

Conforme Lastres e Cassiolato (2005, p.15) “[...] o local tem sido identificado com a idéia de lugar”, em acepção geográfica estrita. Mas o lugar pode ser definido como uma porção do espaço, na qual as pessoas habitam conjuntamente, ou seja, a co-presença. Lugar é associado à idéia de localidade, enquanto cenário físico da atividade social, com uma localização geográfica determinada.

O conceito de lugar pode ser visto a partir da complementaridade de outras três dimensões: a) sob a ótica mais econômica, espaço de realização de atividades técnico-científicas, produtivas, comerciais, financeiras e correlatas que podem operar também em uma escala mais ampla; b) de uma perspectiva micro-sociológica, como espaço rotineiro de interação social, e macro-sociológica como espaço de conformação de estruturas sociais; c) do ponto de vista antropológico e cultural, corresponde a um sentido de lugar, através da identificação do sujeito com o espaço habitado. (LASTRES; CASSIOLATO, 2005, p.15).

Desse modo, pode-se entender que o local surge a partir do agrupamento de sujeitos em torno de interesses comuns, das interações e negociações entre os grupos e deve ser pensado de forma ampla. Mais do que território físico, o local constitui-se em espaço de discussão sociocultural, espaço, onde as políticas sociais podem ser concretizadas; é no local que se processa o que se chama empoderamento. O local deve ser visto pelo aporte sistêmico, como fala Le Bourlegat (2000).

Para Martins (2002 p.54), quando se falar de “local” está-se referindo à escala das inter-relações pessoais da vida cotidiana, “[...] uma base territorial onde se constroem as suas identidades. O lugar é essa base territorial, o cenário de representações e das práticas humanas, [...] o espaço de convivência humana, onde se localizam os desafios e as potencialidades do desenvolvimento”.

Um dos conceitos atuais e relevantes sobre o Desenvolvimento Local é o de Ávila *et al*, (2001, p.68), quando afirma que:

O ‘núcleo conceitual’ do desenvolvimento local consiste no efetivo desabrochamento - a partir do rompimento de amarras que prendem as pessoas em seu *status quo* de vida - das capacidades, competências e habilidades de uma ‘comunidade definida’ (portanto, com interesses comuns e situada em [...] espaços territorialmente delimitados, com identidade social e histórica) no sentido de ela mesma - mediante ativa colaboração de agentes externos e internos - incrementar a cultura da solidariedade em seu meio e se tornar paulatinamente apta a gerenciar (discernindo e assumindo dentre rumos alternativos de reorientação do seu presente e de sua evolução para o futuro aqueles que se lhe apresentarem mais consentâneos) e gerenciar (diagnosticar, tomar decisão, agir, avaliar, controlar, etc.) o aproveitamento dos potenciais

próprios - ou cabedais de potencialidades peculiares à localidade - assim como a 'metabolização' comunitária de insumos e investimentos públicos e privados externos, visando à processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações de toda ordem e natureza, que mais diretamente lhe dizem respeito.

Buarque (1999, p.9) define Desenvolvimento Local como sendo um processo endógeno:

É um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria na qualidade de vida da população. [...] Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas.

Ávila também entende que o verdadeiro desenvolvimento local deve acontecer a partir das bases comunitárias de uma comunidade/localidade, de "baixo para cima", devendo a comunidade-localidade assumir o seu próprio desenvolvimento e remeter a discussão da questão para a dimensão endógena, o que de acordo com Ávila *et al.* (2001, p.78-79) significa:

[...] a endogeneidade, no âmbito do desenvolvimento local, se constitui das capacidades, competências e habilidades entranhadas no interior das comunidades-localidades para que elas mesmas captem tanto as suas potencialidades e condições quanto todos os possíveis tipos de apoio e condições à disposição ou disponíveis de agências e agentes exteriores: primeiro, digerindo-os, isto é, associando-os e neles provocando reações que liberem seus ingredientes nutritivos de geração, manutenção ou aperfeiçoamento de progresso; ato-contínuo, metabolizando os energéticos de melhoria quantitativo-qualitativa em todas as dimensões de vida e dinâmicas de equilíbrio e harmonização quer das comunidades quer das localidades situadas em seus domínios de ação e responsabilidade espacial.

Diante dessa citação, os autores esclarecem que o Desenvolvimento Local de caráter endógeno tem sua ênfase fundamentada na comunidade-localidade, que recebe intervenções externas, sem perder, porém o foco, que é a endogeneização das suas capacidades, competências e habilidades. Os autores ainda afirmam com propriedade que: "[...] o desenvolvimento local propriamente dito não se caracteriza nem como 'descentralizado' e nem 'centralizado', mas sim, como 'centrado', [...] 'localizado no centro' das próprias comunidades-localidades" (ÁVILA *et al.*, 2001, p.84).

Além disso, Ávila (2006) apresenta a solidariedade como a medula espinhal do Desenvolvimento Local que se caracteriza como fenômeno volitivo-emotivo onde o Desenvolvimento Local sem envolvimento e cooperação solidária

se reduz à mera nomenclatura, por falta de um dinamismo e união e a ação cooperativo-construtiva no âmbito da diversidade de indivíduos que compõem cada comunidade-localidade.

Portanto, o processo de desenvolvimento local traz em seu bojo novas perspectivas - de acordo com a sua localidade/comunidade, em seus aspectos socioculturais, econômicos, políticos, ambientais, os quais não podem estar dissociados, e acima de tudo, à valorização e ao respeito pelo ser humano. Dessa forma, fica claro que o ser humano é o centro de toda e qualquer ação no processo de desenvolvimento. Para que ocorra o Desenvolvimento Local, pressupõe-se que a comunidade/localidade tenha postura solidária e cooperativa.

Essa postura solidária cooperativa não pode existir em uma comunidade sem que haja a presença do sentimento de pertença.

De acordo com Amaral (2006), “pertencimento ou sentimento de pertencimento é a crença subjetiva numa origem comum que une distintos indivíduos. Os indivíduos pensam em si mesmos como membros de uma coletividade na qual símbolos expressam valores, medos e aspirações”. Ou seja, esse sentimento de pertencimento é inerente à condição humana, pois todos de alguma forma buscam pertencer a um espaço e/ou lugar, seja por uma questão cultural, social, geográfica, étnica ou política, etc. Esse sentimento de pertencimento é importante para o desenvolvimento e organização de uma comunidade/localidade.

Esse novo paradigma de desenvolvimento posiciona-se na mobilização comunitária, com base na participação ativa, fundada em uma nova ética de relação socioespacial. Participação, nesse caso, é uma conquista a ser empreendida individual e comunitariamente. Deve existir solidariedade, laços entre pessoas ou grupos por interesses comuns, pelos quais cada elemento se mobilize para se somar às potencialidades e iniciativas dos demais.

De acordo com Pierson (1968), solidariedade é o compartilhar de sentimentos, atitudes de um grupo que resiste às forças exteriores opostas ao seu interesse.

O aspecto de Desenvolvimento Local de uma sociedade pode estar ligado à raiz cultural, o que implica a compreensão da relevância do patrimônio histórico-cultural que é ressaltada por Corrêa (1985, p.60) como “[...] a explicitação de sua produção histórica, para o que se impõe a focalização das forças sociais que se envolveram em sua gênese e desenvolvimento”.

A dimensão cultural dá coerência e finalidade ao desenvolvimento: Verhelst (1992, p.201) considera que “[...] em relação ao aspecto fragmentado das análises e ações, a perspectiva cultural encara a realidade de forma dinâmica [...], porque a cultura evolui impulsionada pelas necessidades, desejos e objetivos externos”.

Nesse contexto, o Desenvolvimento Local, aqui com enfoque na cultura das comunidades tradicionais remanescentes de quilombos, implica a compreensão de questões como território, identidade, religiosidade, organização política e, de certo modo, indica o Desenvolvimento Local, simultaneamente, como processo e estratégia de transformação.

2.2 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

Inicialmente o conceito de território foi tratado pelas ciências naturais, nas quais se estabeleceram relação entre o domínio das espécies animais ou vegetais com uma determinada área física. Em seguida, foi incorporado pela geografia, que relaciona o espaço, a sociedade, as relações de poder e os recursos naturais. Posteriormente, outras disciplinas passaram a utilizar esses referenciais, entre elas a economia, a sociologia, a antropologia e as ciências políticas sociais.

Para o geógrafo Haesbaert Costa (1997), a palavra “território” deriva do latim *territorium*, que é derivado de terra e que nos tratados de agrimensura apareceu com o significado de “pedaço de terra apropriada” e, na geografia, com destaque no final dos anos de 1970.

Para Souza (1995, p.78), a ideia concebida sobre o território é a de ser fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder. É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O

território forma-se a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente “[...] o ator territorializa o espaço (RAFFESTIN, 1993, p.143). Partiu-se, então, da compreensão do território sob um prisma mais subjetivo, simbólico, de um espaço no qual o indivíduo estabelece um vínculo afetivo, fundamenta sua história e concretiza suas relações e fatos sociais.

Para Santos (1988), o território é uma reordenação do espaço pelo qual se constrói a identidade territorial dos grupos sociais que se organizam e trocam relações em todos os níveis, inclusive o patrimonial, em que o agente principal pode ser ou não uma instituição pública ou privada. No caso estudado, não se trata de uma instituição, mas, sim, de um grupo de indivíduos que se insere em um território comum, formando uma comunidade tradicional negra remanescente de quilombo.

Bonnemaison (2002, p.83-132) afirma que o território é simultaneamente espaço social e espaço cultural, ou seja, ao mesmo tempo em que devem ser considerados os aspectos sociais, econômicos e políticos, que desvelam as estruturas de poder do território, é necessário compreender as concepções de mundo dos que o habitam e como essa concepção se expressa no espaço. Território se refere às construções históricas, ao imaginário, ao mundo simbólico, ao vivido.

O conceito de território surgiu no meio científico com a etologia⁵. Howard *apud* Bonnemaison (2002) observou que os pássaros têm uma sociedade territorial. Os conflitos entre indivíduos caracterizam-se na delimitação de um território exclusivo, onde a posse determina, logo mais, a hierarquia social e o acesso às fêmeas.

O mesmo autor ressalta que, conforme Howard, a conduta adotada por um organismo para tomar posse de um território, e defendê-lo contra os membros de sua própria espécie, define o território animal. O comportamento animal percebido

⁵ É o estudo de comportamento animal não humano. As observações do comportamento animal muitas vezes são usadas como apoio para as teorias sobre comportamento humano. (JOHNSON, 1997, p.102)

como territorialidade inata foi logo estendido pelos etólogos a outras sociedades animais e depois acrescentado ao estudo do comportamento humano.

O autor afirma, ainda, que, nas sociedades primitivas e tradicionais, o território pode ser fechado de forma irrevogável ou aberto a aliados e vizinhos. Na maioria das vezes, o território é alternado.

O território em Deleuze (1998) caracteriza-se pelo valor existencial. Delimitando espaço de dentro e de fora, marcam-se as distâncias entre o eu e o outro. Estabelecem-se propriedade, apropriação, posse, domínio e identidade.

As formas como as pessoas se relacionam com os territórios onde vivem são demonstradas por meio das percepções que aprendem, dos valores que adotam, mediante as sensações produzidas, ocasionadas pela vivência e experiência em um determinado local.

Para melhor compreensão do conceito de **território**, no sentido adotado por este trabalho, não se deve esquecer que nele se faz o movimento da vida e se constitui o *locus* da vivência e experiência dos sujeitos com seu entorno e com os outros; o território tem relação com a identidade, com o sentimento de pertencimento.

O conceito de **lugar** é outra categoria geográfica fundamental para a compreensão do território. É a partir de seu exame que se poderá tomar a complexidade das condições de vida dos indivíduos e dos lugares onde eles vivem como ponto de partida das políticas públicas (KOGA, 2003).

Sobre o espaço local e vivido, segundo Santos (1994), há um conflito que se agrava entre um espaço local e espaço vivido por todos os vizinhos. Daí a necessidade de retomar a noção de *espaço banal* que é o território de todos. “O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”.

Ainda, em Santos (1985), a periodização da história é que define como será organizado o território, ou seja, o que será o território e como serão as suas configurações econômicas, políticas e sociais. O autor evidencia o espaço como variável a partir de seus elementos quantitativos e qualitativos, partindo de uma análise histórica.

O que nos interessa é o fato de que cada momento histórico, cada elemento muda seu papel e a sua posição no sistema temporal e no sistema espacial e, a cada momento, o valor de cada qual deve ser tomado na sua relação com os demais elementos e com o todo (SANTOS, 1985, p.9), envolvendo sempre e ao mesmo tempo:

[...], uma dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (HAESBAERT, 1997, p.42).

A perspectiva simbólica do território tem contribuído no sentido de valorizar a identidade territorial, destes sujeitos, o vivido. Como bem coloca Blume (2004, p.51-52) “[...] os grupos sociais se identificam e se relacionam com a experiência vivida, um passado afetivo mantido pelas representações culturais”.

Territorialidade

A territorialidade pode ser entendida como um “[...] conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade, espaço e tempo em vias de atingir a maior autonomia possível e compatível com os recursos do sistema” (RAFFESTIN, 1993, p.160).

Bonnemaison (2002, p.99) distingue a territorialidade em duas atitudes. A territorialidade situa-se na junção dessas duas atitudes; ela engloba simultaneamente aquilo que é fixação e aquilo que é mobilidade. Dito de outra maneira, os itinerários e os lugares. Por conseguinte, a territorialidade é compreendida muito mais pela relação social e cultural que um grupo mantém com a trama de lugares e itinerários que constituem seu território do que pela referência aos conceitos habituais de apropriação biológica e de fronteira.

O autor expressa a territorialidade como comportamento vivido que engloba, ao mesmo tempo, a relação com o território e, a partir dela, a relação com o espaço "estrangeiro", incluindo aquilo que fixa o homem aos lugares que são seus, aquilo que o impele para fora do território, lá onde começa "o espaço" (BONNEMAISON, 2002).

De acordo com a perspectiva de Raffestin (1993 p.158), a territorialidade reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade nas sociedades em geral. Segundo ele, os homens vivem ao mesmo tempo o processo e o produto territoriais, por meio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Todas elas são relações de poder uma vez que existe interação entre os agentes que buscam modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Sem se darem conta disso, os atores também modificam a si próprios. É impossível manter qualquer relação que não seja marcada pelo poder.

Raffestin observa também que a noção de territorialidade é complexa e que a história desse conceito em Geografia humana está por ser feita. Ela se originou dos naturalistas, que sempre abordaram a territorialidade animal e não a humana. Embora tenha sido sondada há mais ou menos três séculos, a noção de territorialidade só foi explicitada em 1920, por H. E.Howard, que a definiu como “[...] a conduta característica adotada por um organismo para tomar posse de um território e defendê-lo contra os membros de sua própria espécie” (HOWARD apud RAFFESTIN, 1993, p.159).

Já nas ciências humanas, a noção de territorialidade foi tratada pelos autores que abordaram as relações humanas com o espaço ou com o território. Dentre eles, e depois de uma argumentação sistemática aqui não possível de ser reproduzida, Raffestin (1993, p.160-61) define a territorialidade como:

[...] um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema. [...] essa territorialidade é dinâmica, pois os elementos que a constituem [...] são suscetíveis de variações no tempo. É útil dizer, neste caso, que as variações que podem afetar cada um dos elementos não obedecem às mesmas escalas de tempo. Essa territorialidade resume de algum modo, a maneira pela qual as sociedades satisfazem num determinado momento, para um local, uma carga demográfica num conjunto de instrumentos também determinados, suas necessidades em energia e em informação. As relações que a constitui podem ser simétricas ou dessimétricas, ou seja, caracterizadas por ganhos e custos equivalentes ou não. Opondo-se uma à outra, teremos uma territorialidade estável e uma territorialidade instável. Na primeira, nenhum dos elementos sofre mudanças sensíveis em longo prazo, enquanto na segunda todos os elementos sofrem mudanças em longo prazo. Entre essas duas situações extremas teremos os outros casos, nos quais um ou dois dos elementos podem mudar, enquanto o outro ou os outros permanecem estáveis.

Por sua vez, no dicionário crítico “Les Mots de La Geographie” de Brunet *et al* (1993), define-se territorialidade em duas acepções: na primeira, é definida como aquilo que pertence propriamente ao território considerado politicamente, ao conjunto das leis e regulamentos que se aplicam aos habitantes de um dado território (por exemplo, a territorialidade das leis, dos impostos, domínio de ação dos advogados etc.) e aos quais apenas a “exterritorialidade” permite fugir. Na segunda acepção define-se territorialidade como relação individual ou coletiva com um território considerado como “apropriado”, no sentido de “tornado propriedade”.

A territorialidade não deveria ser confundida, entretanto, com a defesa elementar do espaço necessário à sobrevivência. A identificação com o espaço é tomada no processo de socialização, sobressaindo-se da psicologia coletiva. Ela contribui para a elaboração da identidade do grupo. Contrariamente ao que acontece com as “raízes”, esses princípios são “portáteis”, e permitiram aos migrantes, pioneiros e outros grupos, reconstituir seus horizontes e anseios em novos espaços, ao se apropriarem de novos territórios. Isso é o que permite, inclusive, a cada migrante que se desloca em novos espaços, no interior de uma mesma nação, de uma cidade para outra, refazer seu “território”. Portanto, a territorialidade parece ser um elemento útil à coesão dos grupos sociais. Por outro lado, ela é uma fonte ou um apoio a hostilidades, exclusões e ódios (BRUNET, 1993).

Essa territorialidade traz na base uma nova relação socioespacial de gênero e cultura em país que se revele por novas representações sociais e identitárias. Recoloca a importância da análise geográfica face aos conflitos, contradições e limitações que permeiam essa nova relação entre gênero e cultura no Brasil contemporâneo.

Halbwachs (2004) fala da territorialidade simbólica que reveste uma importância social ainda maior e se admite que “[...] tudo se passa como se o pensamento de um grupo só pudesse nascer, sobreviver, ou tornar-se consciente dele mesmo sem apoiar-se sobre certas formas visíveis do espaço”. Sobre tais bases simbólicas, o território identitário torna-se, às vezes, uma poderosa ferramenta de mobilização social das comunidades tradicionais.

Na perspectiva de Gomes (2002, p.121), a territorialidade é relativa à forma como as pessoas usam o território, como elas estão organizadas no espaço e como são atribuídos valores e sentidos ao lugar. Neste caso, a territorialidade é um fator importante no processo de formação de identidade e de resistência

A perspectiva identitária tem relação com a territorialidade. É importante lembrar o caráter simbólico-cultural que é levado em consideração neste trabalho, no qual se adotou uma concepção de território cultural/simbólico e político

A territorialidade é uma consequência da constituição do território como sistema espacial importante para a cultura de seus habitantes e de suas raízes. Emerge como fruto das interações de um grupo humano e das suas tramas de lugares hierarquizados que constituem seu território (BONNEMAISON, 2002).

Ressalta-se que a formação do território permite aos seus moradores uma consciência participativa, além do sentimento de territorialidade. Esse sentimento é extremamente importante, pois propicia a consciência da confraternização coletiva (SANTOS, 1988).

A territorialidade e a identidade são as bases de sustentação dos remanescentes de quilombos, envolvem as formas de uso e apropriação do espaço, sua forma de organização sociopolítica, os sistemas valores, as místicas e suas formas de interagir com o ambiente. Isso justifica a questão da territorialidade como um fator primordial da própria identidade, da configuração histórica, do pertencimento que dá continuidade aos grupos quilombolas.

Andrade (2000, p.7-8) expõe a discussão sobre a territorialidade dos remanescentes das comunidades tradicionais - índios, caiçaras, caboclos, seringueiros, caipiras e os quilombolas - que envolve suas formas de uso e apropriação do espaço e dos recursos naturais, organização social e econômica, sistemas de valores de uso e simbologia. Apresenta também a questão da territorialidade dos grupos tradicionais, entre eles os quilombos, como fator fundamental de construção da própria identidade do grupo.

Nessa perspectiva, a territorialidade não é simplesmente física, mas, sim, o conjunto das relações simbólicas de um povo que ocupa um determinado território, no qual desenvolve as suas práticas socioculturais e mantém vivas suas

tradições e a territorialidade da comunidade tradicional, aqui estudada. Expressa-se nos espaços onde residem e reproduzem sua cultura que, por sua vez, também tem a sua territorialidade relacionada ao seu universo cosmológico. Assim, a territorialidade é elo que conduz o território com identidade construída no cotidiano de determinado território.

2.3 IDENTIDADE

As possíveis discussões sobre Identidade e a preocupação em conceituá-las apresentam-se neste trabalho por meio da análise sobre a relação que as comunidades remanescentes de quilombos mantêm com seu território, constituindo assim laços identitários. Essa questão não é recente e recebe uma multiplicidade de vertentes e opiniões distintas.

Segundo Schmitt; Turatti e Carvalho (2002) é o sentimento de pertença a um grupo e a uma terra que faz uma comunidade ser capaz de se autodefinir e se autoafirmar, como forma de expressão da identidade étnica e da territorialidade, construídas sempre em relação aos outros grupos com os quais os quilombolas se confrontam e se relacionam. Para esses autores, portanto, a identidade étnica e a territorialidade são os elementos que fundam a compreensão de comunidades remanescentes de quilombos.

Os laços de parentesco e o elo territorial fortalecem-se mutuamente, emergindo a formação da comunidade diferenciada não apenas pela sua origem racial/étnica, mas, também, por sua forma social e pelo compartilhamento de valores culturais selecionados pelo grupo para pôr em prática por meio de formas culturais, que consideram definidoras da sua identidade, de sua pertença.

O indivíduo recebe influência do meio em que vive e a construção de seus valores está intimamente ligada às relações mantidas com esse meio, posto que ele internaliza as suas expressões formando assim, sua identidade. Como se pode perceber, a construção da identidade é uma referência em torno da qual a pessoa se constitui.

Munanga (2004, p.14) concebe a construção dessa identidade como um processo e nunca um produto acabado, não é construído num vazio, pois seus constitutivos são escolhidos entre os elementos comuns aos membros do grupo: língua, história, território, cultura, religião, situação social, etc. Esses elementos não precisam estar concomitantemente reunidos para deflagrar o processo, pois as culturas em diáspora têm que contar apenas com aqueles que resistiram ou que conquistaram em seu novo território.

Outro conceito chave ao se tratar desse tema é a análise do sociólogo Castells, que conclui que a identidade é um processo de significação e construção que tem por base atributos culturais inter-relacionados. Ele sustenta que as identidades são fontes importantes de significação que envolvem processos de autoconstrução e individualização. Em sua obra de 2008 (p.24), propõe três formas de origem e construção das identidades:

Identidade legitimadora – introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais [...];

Identidade de resistência – criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com bases em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade [...];

Identidade de projeto – quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social [...]

Partindo desses pressupostos, o autor aceita que um indivíduo pode ter múltiplas identidades. Mas, no que se refere a atores sociais, entende por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda, um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(is) prevalecem sobre outras fontes de significados (p.22).

Hall (2003, p.85) sustenta que as identidades são construídas em meio às relações de poder que apresentam os limites e as possibilidades de intercâmbio político e cultural entre o *nós* e o *eles*. O autor entende que as identidades, com a modernidade, estão sendo descentralizadas e fragmentadas, de forma que o sujeito está deixando de ter uma única e estável identidade, para adquirir várias outras, sendo algumas até mesmo contraditórias. A identidade é formada e

transformada, continuamente, de acordo com a maneira como é representada nos sistemas culturais que a rodeiam.

Ainda de acordo com Hall, as identidades não são dadas, nem herdadas, mas fazem parte de construção social que envolve luta e resistência. A identidade é sempre um processo em construção, aberto e parcial, que dialoga com a diferença como elemento formador da cultura.

Já, no entendimento de Costa (2004), a identidade de uma comunidade é fruto da convivência entre as pessoas dessa comunidade e da prática de seus costumes e crenças.

Oliveira (2004, p.57) conceitua identidade étnica configurando-a como:

[...] o sentimento de pertencimento a um grupo racial ou étnico decorrente da construção social, cultural e política. Ou seja, tem a ver com a história de vida (socialização/educação) e a consciência adquirida diante das prescrições sociais ou étnicas [...] de uma dada cultura.

É importante deixar claro que nenhuma identidade por si só constitui uma essência. Entretanto gera elementos potencializadores aos indivíduos que a incorporam, quando ampliada em suas bases de resistências às identidades de projetos, que poderão transformar e desenvolver suas vidas. Essencialmente, os atores compõem, no interior de seus espaços internos e externos, valores e traços de unidade, de vínculos de pertencimento. O pertencimento cultural é algo que, em sua própria especificidade, todos partilham. É uma particularidade universal ou uma universalidade concreta (HALL, 2003, p.84)

Em se tratando de comunidades remanescentes de quilombo, a construção da identidade e a perspectiva que dá forma ao pertencimento são fundadas no território e, também, em critérios político-organizativos. Com relação à identidade étnica nesses grupos, Barth (1997, p.193) afirma que “concentra-se no que é socialmente efetivo, os grupos étnicos são vistos de forma organizacional”. Conceber as comunidades quilombolas a partir dessas perspectivas fortalece a sua identidade e o sentimento de pertencimento étnico, e é no interior dessa discussão que o presente trabalho se situa.

Pensar na construção dessa identidade dos remanescentes de quilombo, como se autodenomina a comunidade aqui trabalhada, na perspectiva de Arruti (2006) é um processo de identificação que caracteriza em última análise uma

história de memória. A comunidade busca os elementos essenciais para construir a sua identidade.

Em se tratando de uma comunidade remanescente de quilombo é necessário destacar a identidade de resistência. Por meio da memória coletiva - da memória social - pode-se compreender o processo de resistência dos seus descendentes no Brasil. A resistência dá poder ao grupo, fazendo o agente capaz de transformar e manter a memória coletiva, tornando-se sujeito de direito.

Segundo Castells (2008), a identidade de resistência, provavelmente o tipo mais importante de identidade na sociedade, dá origem, como sugere o termo, a mecanismos de resistência coletiva que contrariam um estado de opressão.

No Brasil, após a abolição da escravidão, os ex-escravos continuaram num processo de exclusão social, discriminados e sem direitos. O processo de resistência e busca da liberdade existe desde a época da escravidão, passando pela abolição e continua na atualidade como resistência às injustiças sociais e à busca pelo respeito a seus direitos.

Moura (1994) afirma que, durante a escravidão, o negro transformou não apenas a sua religião, mas todos os padrões de sua cultura em uma cultura de resistência. Essa cultura de resistência, que parece entranhar-se no cerne da cultura dominante e desempenhou, durante a escravidão (como desempenha até hoje), um papel de resistência social, o que muitas vezes, escapa aos seus próprios agentes uma função de resguardo contra a cultura e estrutura de dominação social dos opressores.

É fundamental ressaltar que a identidade quilombola traz ao longo da sua história uma dimensão de resistência, entendida aqui como um processo empreendido por esses sujeitos sociais que se constituem como grupo etnicamente diferenciado. A identidade é um processo contínuo que vai sendo construído de acordo com as demandas dessas populações.

A forma como Castells define identidade é fundamental no contexto desse trabalho. Esse autor fala das múltiplas identidades e discute a construção da identidade coletiva dos grupos sociais que foram marginalizados pelo processo de formação da sociedade brasileira. Esses grupos organizaram-se, como modo de

reação à opressão sofrida, e buscaram elementos que possibilitaram a construção dessa identidade de resistência que traz no seu bojo a questão do reconhecimento.

A identidade passa pela cultura na direção de ver os emaranhados de significados em que o homem se envolve, estuda as festas religiosas, explica o quilombo, o cotidiano, e essas festas são inseparáveis uma em função do outra (GEERTZ, 1989).

Os africanos interagiram com outras culturas, contudo preservaram também a sua própria; por meio da resistência cultural se adaptaram à cultura dominante para sobreviver apesar das adversidades, desenvolvendo desde modo uma cultura de resistência.

A diversidade sociocultural brasileira é intensa e as ações de desenvolvimento precisam respeitar, valorizar e aproveitar o potencial de cada localidade. Conhecer as identidades e compreendê-las, no contexto de uma comunidade tradicional, é fonte imediata para o processo de desenvolvimento local.

2.4 CULTURA

Quando se dimensiona cultura, deve-se ter em mente que o termo varia muito e depende fortemente da perspectiva e contexto de quem o estuda, ou pretende compreendê-la. A cultura pode ser definida como o conhecimento adquirido que as pessoas usam para interpretar suas experiências e gerar comportamento social baseado na formação ética ou religiosa, é tudo o que o ser humano produz e projeta como modo de vida.

O conceito da UNESCO foi definido na Conferência de 1985, na cidade do México sobre a questão cultural, e refere-se à identidade de um povo e diz que:

A identidade cultural é uma riqueza que dinamiza as possibilidades de realização da espécie humana ao mobilizar cada povo e cada grupo a nutrir-se do seu passado e a colher contribuições externas compatíveis com a sua especificidade e continuar, assim, o processo de sua própria criação.

Geertz (1973) define cultura como toda e qualquer manifestação de um povo. A cultura é vista pelo referido autor como um sistema, oriundo da concepção simbólica da linguagem, por considerar que a presença do homem no mundo não é imediata, mas mediatizada pela linguagem. Nesse sistema, a linguagem desempenha funções de significação que estão na origem das elaborações dos sentidos do homem, no mundo, ao expressar as diferentes maneiras de sua relação com uma mesma realidade, assim como ao expressar da mesma maneira a sua relação com realidades diferentes. Ao falar, o homem não se limita a designar e a significar a sua relação com um mundo preexistente; constrói também sentidos novos já que as palavras não são etiquetas coladas a uma realidade singular, mas construções culturais destinadas a mediatizar a relação do homem com o mundo.

Lévi-Strauss (1976, p.349) assinala que, em Antropologia estrutural: “[...] a cultura surgiu no momento em que o homem convencionou a primeira regra, a primeira norma, e o que faz a originalidade de cada cultura, [...] está na maneira particular de resolver problemas, de perspectivar valores”.

Para Morin (2000, p.55), todo desenvolvimento verdadeiramente humano “[...] significa o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentimento de pertencer à humanidade”. Ainda para ele, “[...] o homem somente se realiza plenamente como ser humano pela cultura e na cultura”.

Ávila (2006, p.16-17) ressalta a relação existente entre a formação da cultura e sua interação com o passado, com o presente e com o futuro de uma sociedade. O que remete ao entendimento de DaMatta (2001), quando afirma que a cultura é o nosso modo de ser e de fazer as coisas, é quem somos como povo e se reflete em nossa identidade.

A dimensão cultural dá coerência e finalidade ao desenvolvimento. Verhelst (1992, p.201) considera que “[...] em relação ao aspecto fragmentado das análises e ações, a perspectiva cultural encara a realidade de forma dinâmica [...]”, porque a cultura evolui impulsionada por necessidades, desejos e objetivos externos.

Nesta mesma direção, Claxton (1994) toma a cultura como fator elementar para o desenvolvimento e a considera como referência para medir os demais fatores. Salienta que o desenvolvimento satisfatório e sustentável inexistente quando deixa de utilizar a força da cultura, que se apresenta no estilo, no sistema de valores, nas crenças e nas aptidões de uma comunidade.

Cabe aqui uma referência às colocações de Santos (1987, p.61) ressaltando a cultura como

forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um aprendizado das relações profundas entre o homem e seu meio, um resultado obtido através do próprio processo de viver, incluindo os processos produtivos e as práticas sociais, a cultura é o cimento⁶.

O conceito tradicional de cultura, proposto por Diegues (2002), é que são padrões de comportamento transmitidos socialmente, modelos mentais usados para perceber, relatar e interpretar o mundo, símbolos e significados socialmente compartilhados, além de seus produtos materiais, próprios de modo de produção mercantil. Isso torna uma comunidade, como a estudada neste trabalho, uma comunidade tradicional remanescente de quilombo, portadora de um patrimônio cultural imaterial necessitado de valorização e promoção.

2.5 COMUNIDADES

Todos os povos, mesmo os mais primitivos, tiveram e têm cultura própria transmitida de geração em geração. Costumes, valores e crenças religiosas refletem nas formas de pensar, agir e sentir de cada povo e de dar significados às suas realidades contextuais e vivenciais. Torna-se claro o quanto o fator cultural é especialmente importante nas sociedades mais simples. Nessas comunidades, o sentimento de pertença normalmente se sobressai em relação a outras comunidades bem mais providas.

⁶ Santos tomou o termo *cimento* emprestado do educador Paulo Freire, do seu livro *Pedagogia do Oprimido*, quando o autor se refere à conscientização do povo no sentido de que lhe é possível inserir-se no processo histórico como *sujeito*, evitando os fanatismos e se inscrevendo na busca de sua afirmação.

Assim, um dos conceitos importantes para a compreensão de comunidade é o de Pierson (1968, p.112-120): “[...] entende-se por comunidade uma organização ou de indivíduos, ou de grupos humanos, biótica e economicamente interdependentes, junto com a organização inconsciente que esta interdependência cria [...]”. Ao estudar comunidade, interessam principalmente os relacionamentos das pessoas. As comunidades surgem e se organizam como resultantes dos processos de competição e de acomodação. Pierson aborda a “natureza humana” com as informações da universalidade e características, que são iguais no mundo todo. Também aborda e faz distinção entre os “grupos primários” nos quais prevalecem os relacionamentos íntimos e pessoais e “grupos secundários”, em que o predomínio é dos contatos mais distantes e formais.

Numa perspectiva semelhante, Ávila *et al.* (2000, p.33) também fazem referência aos “relacionamentos primários e secundários” existentes nas comunidades/localidades.

[...] a comunidade média ideal para efeito do Desenvolvimento Local é aquela *stricto sensu* em que haja certa (não exagerada) preponderância dos relacionamentos primários sobre os secundários ou no máximo se constate o equilíbrio entre essas duas categorias: a localidade demasiadamente primarizada é muito conservadora e fechada, tendendo a se manter no isolamento; e a muito secundarizada já se encontra esfacelada em termos de seus comuns sentimentos, interesses, objetivos, perfis de identidade e outros laços de coesão espontânea, sem os quais o desenvolvimento não emergirá de dentro para fora da própria comunidade.

No entendimento de Weber, o conceito de comunidade baseia-se na orientação da ação social. Para ele, a comunidade funda-se em qualquer tipo de ligação emocional, afetiva ou tradicional. Weber utiliza como exemplo básico de comunidade a relação social:

Chamamos de comunidade a uma relação social na medida em que a orientação da ação social, na média ou no tipo ideal baseia-se em um sentido de solidariedade: o resultado de ligações emocionais ou tradicionais dos participantes (WEBER, 1987, p.77).

Nas comunidades, existem regras de relacionamento que visam à unidade da comunidade, todos vivendo por algum tipo de ideal comum e compartilhando as suas conquistas com os seus iguais, no aporte de Tönnies (1973, p.96):

As relações comunitárias são relações nas quais prevalece a confiança e a intimidade, fazendo com que um se sinta próximo do outro como um organismo vivo, sendo essa a essência da comunidade, a vida real com predominância do sentimento de pertencimento a um grupo, o “nós” é

fundamental na comunidade. [...] as relações de interação levam conseqüentemente a associação de seus membros que pode ser compreendida como a vida real, uma das essências da comunidade.

Para o referido autor, viver em comunidade requer a compreensão do viver em comum e estar associado a um modo de vida.

No aporte de Tacussel (1999), uma comunidade reflete a forma de experiência compartilhada onde seus integrantes se reconhecem pelos valores da amizade, da crença, pelas atitudes, pelos sentimentos de segurança e de pertencimento a um lugar único. Dessa forma, as relações sociais, o local, estão interligados e fortalecem o sentimento de pertença. Portanto, faz-se necessário o conceito do lugar a que se pertence, ou seja, o território.

Na definição de Buber (1987, p.26-34), a comunidade deve ser um fim em si mesma e não um instrumento para chegar a outros fins; não desconsiderando o que já fora dito sobre comunidade pelos outros autores no que dizem respeito as relações, a união e o companheirismo. Ainda afirma que não somente o grupo e não somente o homem são importantes, mas o movimento, o fluxo entre o grupo e o individuo. Ou seja, a comunidade tem como finalidade a própria comunidade. Ressalta ainda que a essência da verdadeira comunidade está pautada na sua religiosidade - é o elemento divino que garante o estabelecimento da comunidade.

De maneira geral, os autores citados apontam que o conceito de comunidade parte de relacionamentos sociais existentes, com base em crenças, valores, solidariedade e sentimento de pertencimento. Compreender as relações estabelecidas dentro de uma comunidade implica que se tenha uma percepção multidimensional dos fenômenos que a envolvem. Essas relações estão ancoradas em práticas comuns com sentido de sobrevivência, partilha de sentimentos, valores, hábitos próprios do seu modo de vida. O que ressalta o quanto a comunidade é fator importante na formação de identidade das comunidades tradicionais.

2.5.1 Comunidades Tradicionais

As comunidades tradicionais são entendidas como uma população culturalmente diferenciada e que utilizam os recursos naturais de forma sustentável para sua subsistência. Segundo Diegues (1998 p.74), o que caracteriza uma comunidade tradicional é uma relação de dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um modo de vida, entre outras características, tais como: a presença de uma cultura particular, que confere alto valor identitário ao grupo social; a produção de subsistência; as práticas extrativistas; o universo simbólico construído a partir da relação com a natureza e a sacralização do território.

O termo “populações ou comunidades tradicionais”, de acordo com Leitão (2002) “[...], é aplicado de forma abrangente às comunidades e às populações humanas com hábitos diferenciados das sociedades industriais e que retiram da natureza e do seu ambiente os elementos necessários à sua sobrevivência”. Atualmente, no Brasil, essas comunidades estão amparadas legalmente pelo direito constitucional. O Decreto Nº. 6040 de 07/02/2007 institui a Política Nacional de Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais.

De acordo com esse Decreto em seu Artigo 3º, inciso I, compreende-se por populações ou comunidades tradicionais:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem com tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição.

Segundo Geertz (1989), as comunidades tradicionais definem-se por critérios geográficos - como um território isolado - culturais - compartilhando costumes, usos e tradições e feixes de hábitos - ou por funções socioeconômicas - variando por modos de produção e distribuição.

Para entender melhor a questão dessas populações é fundamental entender a sua cultura que está intimamente dependente das relações de produção e de sobrevivência. Não se deve supor que as mesmas sejam

populações atrasadas, pois elas se caracterizam por protegerem a natureza e a sua cultura.

Espalhadas por todo o território nacional, as populações tradicionais brasileiras, diferenciam-se de acordo com cada região do País, apresentando traços culturais distintos da população que está em seu entorno. No Brasil, comunidades tradicionais são aquelas remanescentes de quilombo, as ribeirinhas, as de povos indígenas, as caiçaras, dentre outras.

As comunidades remanescentes de quilombo são populações tradicionais que se autodefinem como tal, possuem uma trajetória própria, com presunção de ancestralidade relacionada à resistência do modelo escravagista que caracterizou o Brasil no decorrer do seu processo histórico. No DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003, assim se definem as características para fins de identificação e reconhecimento das comunidades quilombolas:

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Internacionalmente, essas populações são reconhecidas e protegidas, conforme preconiza a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT (p.21), ratificada pelo Brasil em 2004:

[...] povos tribais em países independentes, cujas condições sociais, culturais e econômicas distingam-nos de outros segmentos da coletividade nacional, e estejam regidos, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por legislação especial.

Como também:

[...] povos em países independentes, considerados indígenas pelo fato de descenderem de populações que habitavam o país ou região geográfica pertencente ao país na época da conquista ou da colonização ou do estabelecimento de suas fronteiras atuais e que, seja qual for sua situação jurídica, conservam todas as suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas, ou parte delas.

É importante ressaltar que o uso do termo tradicional gera certa dificuldade, conforme Little (2002), dada a polissemia (vários sentidos) dessa palavra e da forte tendência de associá-la com concepções imobiliárias, históricas e atraso econômico.

Não se podem reduzir essas comunidades a um simples fator econômico. O conceito de povos tradicionais, usado por Little (2002), procura oferecer um conjunto de recursos analíticos compreendendo fatores como existência de regimes de propriedade comum, sentido de pertencimento a um lugar, assim como procura de autonomia cultural e de práticas adaptativas sustentáveis que os variados grupos sociais analisados mostram na atualidade.

Almeida (2004) enfatiza que a noção de tradicional não se reduz à história, tampouco a laços primordiais que amparam unidades afetivas. Também aponta a territorialidade como fator de identificação, defesa e força, salientando que os laços solidários e de ajuda mútua indicam um conjunto de regras firmadas sobre uma base considerada comum, por essas comunidades tradicionais.

Nessa discussão sobre comunidades tradicionais, comunidades quilombolas ou camadas de remanescentes de quilombo, não se pode deixar de citar o conceito de Nisbet (1978, p.47), que compreende o termo comunidade de maneira que “[...] abrange todas as formas de relacionamento caracterizadas por um elevado grau de intimidade pessoal, profundidade emocional, engajamento moral, coerção social e continuidade no tempo”.

Em relação às comunidades tradicionais é importante ressaltar ainda, que podem estar inseridas além das paisagens rurais, nas fronteiras urbanas, como é o caso da comunidade aqui estudada que é uma comunidade tradicional situada em área urbana.

Nesse capítulo apresentou-se o referencial teórico com o qual este trabalho se fundamentou. No capítulo a seguir traça-se o percurso histórico da escravidão e dos remanescentes de quilombos no Brasil, baseado na leitura das contribuições de inúmeros autores que debruçaram sobre o tema.

3 A ESCRAVIDÃO E OS REMANESCENTES DE QUILOMBOS NO BRASIL

Para referenciar o tema configurações identitárias do objetivo geral do presente estudo, este capítulo discorre sobre o contexto histórico e sociopolítico do período da escravidão no Brasil colonial. Aborda-se, ainda, a abolição, o registro da existência de escravos no sul do Estado de Mato Grosso, hoje denominado Mato Grosso do Sul e a formação das comunidades remanescentes de quilombos por todo o país.

Trata-se, então, da história de povos que foram arrancados do seu território de origem à força e levados para um novo mundo. O espaço deste estudo não é para explanações pormenorizadas sobre a nossa historiografia escravocrata, mas comporta, sim, um ensaio introdutório da referida temática.

Para se entender o presente é necessário conhecer a história, como afirma Hobsbawm (1998, p.186) não há povo sem história ou que possa ser compreendido sem a mesma.

A utilização da história como cultura pode ser observada na teoria interpretativa da cultura de Geertz (1989, p.89) que a define como padrão historicamente transmitido por significados incorporados em símbolos, um sistema de concepções herdadas expresso em formas simbólicas por meio das quais os homens se comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atitudes acerca da vida.

Por esse viés, cada sociedade tem sua experiência histórica, assim como sua cultura compartilhada formada por essas experiências, e também sua identidade que está intrinsecamente relacionada a esses dois fatores. É a partir dos elementos constituintes de uma sociedade que ela se reconhece e se

posiciona diante do outro, e responde as influências externas de acordo com os valores construídos em seu território.

3.1 A ESCRAVIDÃO NO BRASIL

A prática da escravidão data de épocas remotas e até a Bíblia dá testemunho disso. Era uma situação aceita e logo se tornou essencial predominantemente para as sociedades das civilizações antigas, como as egípcias, babilônicas, persas, gregas e romanas, dentre outros povos. Daí a prática de tomarem escravos os vencidos das guerras.

Em primeiro lugar, é necessário precisar a definição da palavra escravidão. De acordo com o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (1986), escravidão significa:

“s.f. 1. Estado ou condição de escravo, escravatura-cativeiro-servidão. 2. Falta de liberdade; sujeição, dependência, submissão, [...]. 3. Regime social de sujeição do homem e utilização de sua força, explorada para fins econômicos, como propriedade privada; escravatura”.

Cardoso (1977), em seu livro *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, considera que, do ponto de vista jurídico, o escravo era considerado uma coisa sujeita ao poder e à propriedade de outrem e, como tal, “[...] havido por morto e privado de todos os direitos e sem representação alguma”. A condição jurídica de coisa correspondia à própria condição social do escravo. Ou seja, a escravidão é um regime social definido até por lei como costume e forma mais absurdamente involuntária de servidão humana.

Encontra-se no *Dicionário de Filosofia* de Nicola Abbagnano (2003) a seguinte definição: “[...] no mundo moderno, foi a filosofia iluminista que mostrou a noção de escravidão como absurda e repugnante; sua defesa da noção de igualdade significa a condenação da escravidão, em todas as suas formas e graus”.

A sociedade escravocrata pode ser entendida como uma ordem social fundada na produção do trabalho escravo, onde existem: a classe dos escravos -

aqueles que são a força de trabalho (forçada-escravizada) e a classe dos donos - os proprietários da força de trabalho.

No Brasil, como se constata pela citação logo à frente, a escravidão iniciou-se pouco tempo depois do seu descobrimento com a chegada das primeiras expedições colonizadoras por volta do ano de 1532. Os indígenas que habitavam o território foram a primeira tentativa de mão de obra escrava utilizada pelos portugueses que aqui chegaram. Essa tentativa fracassou porque os índios resistiam à escravidão se recusando aos trabalhos forçados, fugiam para o interior do País, contraíam doenças no contato com o branco, como também não sabiam lidar com a cultura da cana de açúcar. Além disso, a igreja condenava a escravização dos indígenas. Segundo Treccani (2006, p.24):

Na América Latina foram os primeiros alvos dos europeus para garantir o suprimento de mão-de-obra para seus engenhos e fazendas. A resistência desses povos à escravização, as inúmeras mortes por maus tratos, as doenças e as guerras em poucos anos reduziram sensivelmente seu número. O recrutamento dos nativos transformou-se num dos mais graves gargalos da economia colonial. A escravização dos povos indígenas contava com as brechas na legislação que formalmente a proibia. Diante das constantes denúncias oferecidas pelas ordens religiosas, Alexandre Farnesi, Papa Paulo III emanou, em 1537, as bulas "Veritas Ipsa" e "Sublimis Deus", na qual se reconhecia a condição de seres humanos a aborígenes do novo mundo, proibindo-se sua escravização. [...]

Diante da dificuldade de exploração da mão de obra indígena, os colonizadores passaram a buscar os escravos negros, prática que já era comum entre os europeus, muito antes do descobrimento do Brasil, em razão de ser muito lucrativa para os comerciantes de escravos. Segundo Donato (*apud* TRECCANI, 2006, p.31).

A importação de escravos negros foi inicialmente regulamentada pelo Alvará de 29 de março de 1549, assinado por Dom João III, rei de Portugal. Até hoje não existem estatísticas sobre o número de negros que chegaram no Brasil.

Para Reis e Gomes (1996), a escravidão penetrou cada um dos aspectos da vida brasileira, e os africanos e seus descendentes constituíram a força de trabalho principal neste período.

Em razão da intensa atividade dos traficantes de escravos, o continente africano sofreu uma das maiores sangrias populacionais de sua história. Fage (*apud* TRECCANI, 2006, p.31) afirma que:

Vários autores estimaram os números relativos ao tráfico de escravos africanos para as Américas, apresentando dados muito contraditórios entre si: enquanto Philip Curtin calculou cerca de 9 milhões, W. E. B. Dubois diz terem sido 15 milhões. Lovejoy (apud PARRON, 2006, p.11) apresenta outro número: 11.080.000. Destes 35%, isto é, 3.878.000, foram introduzidos no Brasil. Peregalli (2001, p.51) cotejando os números apresentados por André Gunder Frank e Afonso Taunay, segundo os quais teriam sido trazidos da África para as Américas 20.625.000 escravos negros e que o Brasil teria recebido cerca de 26% deles, calcula em 5,4 milhões os negros trazidos para o nosso país. [...]

O tráfico de escravos da África para a América foi, por mais de três séculos, uma das maiores e mais rentáveis atividades dos negociantes europeus, a tal ponto de se tornar impossível precisar o número de africanos retirados de seu habitat, com sua bagagem cultural, a fim de serem injustamente incorporados às tarefas básicas para formação de uma nova realidade:

[...] situações completamente novas de deslocamentos e adaptações, morte e crueldade, tudo isso concorreu para os efeitos multiplicadores do grande negócio que foi o tráfico de escravos, tais como o crescimento da indústria bélica, da agricultura, da mineração, da atividade financeira, fechando o ciclo da acumulação primitiva de capital (ANJOS, 2000, p.27).

A realidade desses escravizados rendeu bom negócio aos mercadores e fazendeiros por longo período, em termos de compras, vendas, trocas, revendas, tratados como simples mercadoria sem se importar com o sofrimento imposto a outro ser humano.

O transporte dos escravos saídos da África era realizado pelos navios negreiros com pouco espaço, ambiente escuro e calor insuportável. Além disso, a água era suja e o alimento, insuficiente para todos. Durante essas viagens, morriam entre vinte e quarenta por cento dos negros, em razão dos maus tratos recebidos e das péssimas condições dos transportes. “Por isso, em Angola, esses navios sinistros eram chamados de tumbeiros, palavra relativa a tumbas ou sepulturas” (CONTRIN, 1999, p.71).

O período da escravidão no Brasil foi marcado por muitas injustiças, ao longo da sua história, transformando-se em grande exclusão social dos afrodescendentes. Nesse sentido, Schwarcz (2001, p.38-39) afirma, que:

A escravidão, em primeiro lugar, enquanto regime que supõe a posse de um homem pelo outro, legitimou com sua vivência a hierarquia social, naturalizou o arbítrio e inibiu toda discussão sobre cidadania. Além disso, o trabalho manual acabou ficando limitado exclusivamente aos escravos, e a violência se disseminou nessa sociedade de

desigualdades, onde se acreditava, como dizia o provérbio colonial, "os escravos eram os pés e as mãos do Brasil".

Na sustentação das suas conjecturas, Ianni (1988, p.122) frisa que a situação do escravo no Brasil pode ser descrita da seguinte maneira:

O escravo não tem personalidade, sendo o indivíduo privado de capacidade civil e somente podendo exprimir-se por intermédio do senhor, de que é propriedade inalienável. Assim como não pode fugir ao trabalho nem se divertir segundo os padrões definidos pela tradição cultural do grupo originário. O africano ou descendentes não poderão nem mesmo circular sem estar vinculado de algum modo ao seu senhor; isto é, sem que esteja claramente definida a sua condição econômica, social e moral de propriedade de outrem. [...] Por isso o cativo em trânsito pela comunidade ou entre as vilas será preso se não tiver munido de um salvo-conduto, assinado pelo seu proprietário. [...] desta maneira o domínio do escravo é completo [...].

A escravidão no Brasil em relação à localização geográfica deu-se de maneira uniforme. De acordo com Moura (1987, p.8), essa uniformidade da presença do escravo nas diversas regiões do Brasil garantiu a continuidade da escravidão "[...] esses escravos foram distribuídos de acordo com o interesse da economia colonial, na medida em que se desenvolviam as economias regionais, subordinadas às necessidades do mercado externo".

Vale ressaltar que o comércio de escravos foi se consolidando com as vendas de escravos de várias partes da África. Segundo os estudos de Fonseca Junior (2004, p.17), Angola converteu-se no principal centro de fornecimento da mão de obra escrava, ao lado da Costa do Marfim e Congo, como também, contribuíram com escravos, Dahomé, Guiné Bissau, Nigéria, Moçambique, Zaire, Quênia, África do Sul, Gana, Senegal, Tanzânia, Botswana, Niger e Gabão. Após serem capturados, eram levados para os navios negreiros, onde era feita revista sanitária e marcação com ferro.

O regime de escravidão contribuiu de forma significativa para que a cultura africana se espalhasse por vários pontos do mundo. No Brasil, os primeiros escravos africanos chegaram no início do século XVI para trabalharem nas lavouras de cana de açúcar. Posteriormente, foram introduzidos na extração de minérios, nas lavouras de café, nas casas-grandes. Na chegada às novas terras, eram separados de seus familiares e da comunidade à qual pertenciam.

É importante ressaltar que, conforme estudos históricos de diferentes pesquisadores, incluindo Freyre (2001), a escravidão, embora comumente

associada ao meio rural, também ocorreu nas áreas urbanas, onde os escravos exerciam diversas tarefas, principalmente, trabalhos domésticos e trabalhos nas ruas.

Nas senzalas eram agrupados africanos de várias etnias, uma vez que, quando chegavam ao Brasil, separavam-se dos parentes que eram distribuídos por todo o País. Dessa forma, com seus laços socioculturais enfraquecidos, ficava mais fácil o seu controle.

Ocultos pela subordinação aos seus senhores, os africanos não tinham permissão para desenvolver seus costumes e realizar seus cultos religiosos. Tiveram que se adaptar a uma sociedade completamente distinta da sua. No Brasil, sempre conseguiram se articular em torno de questões de sobrevivência, da busca pela sua liberdade e da preservação dos seus valores e tradições, ao mesmo tempo, recriaram-se histórica e culturalmente.

Mesmo diante desse processo de afastamento e da mistura de civilizações, a contribuição dos escravos influenciou a cultura e a organização socioeconômica do Brasil, demonstrando que aspectos culturais e econômicos se entrelaçam e são fundamentais na garantia da identidade de um povo.

Para Anjos (2000), os povos africanos não foram responsáveis somente pelo povoamento do território brasileiro e pela mão de obra escrava, eles marcaram e marcam, decisivamente, a nossa formação social e cultural. Isso, em virtude de todos os povos, mesmo os considerados como os mais primitivos, que tiveram e têm culturas próprias que são transmitidas de geração em geração. Os costumes, os valores e as crenças religiosas refletem-se nas formas de pensar, agir e sentir e de dar significados em cada povo.

Torna-se claro o quanto o fator cultural é especialmente importante nas sociedades mais simples. É inerente a essas comunidades o sentimento de pertença e isso pode explicar porque os grupos minoritários na África, ao invés de desaparecerem, organizaram-se de acordo com cada etnia para disputar pontos capitais nos países de origem. Assim, grupos com identidade étnica se unem para conquistar espaços políticos e socioeconômicos, mantêm sistemas comuns de valores e moral que unem as pessoas de tal forma que o indivíduo vive em função do coletivo.

Dada a realidade do sistema escravagista no Brasil, Anjos (2000, p.29) afirma que:

O sistema escravagista no Brasil tem particularidades substanciais em relação às demais regiões da América. A manutenção dessa estrutura por quase quatro séculos no território brasileiro e a quantidade de africanos importados até 1850, não devidamente quantificada, mostram como a sociedade escravagista conseguiu estabilizar-se e desenvolver-se. Por outro lado, verifica-se que a continuidade da importação dos escravos conseguiu manter esse sistema por muitos séculos, utilizando-se de mecanismos reguladores que substituíam o escravo morto ou inutilizado por outro importado, sem que isso causasse desequilíbrio no custo das mercadorias por ele produzidas

É importante destacar, de acordo com esse autor que, no século XVII, o tráfico foi dinamizado na “Costa de Angola”, transportando povos africanos para a Bahia, Pernambuco, Alagoas, Rio de Janeiro, São Paulo e regiões do Centro-Sul do Brasil, e na “Costa de Mina”, com fluxos para as províncias do Grão-Pará, Maranhão e o território atual do Rio Grande do Norte.

Ainda, segundo o autor, os séculos XVII e XVIII constituíram-se as mais importantes e duradouras extensões territoriais das rotas do tráfico negreiro: na Costa da Mina e de Angola. Nesse período foi trazido o maior volume de povos africanos para o território brasileiro.

É relevante frisar que, para Reis (2003), a realidade da História do Brasil é de que a população escravizada exerceu inúmeras profissões e atividades sociais. Espalhados pelo país, realizando as mais diversas atividades no século XVII, a colônia começou a se interiorizar, o que resultou na criação de vários núcleos urbanos decorrentes da mineração, da pecuária dentre outros. A população foi crescendo e se desenvolvendo conforme a economia do país. No século XVIII, houve aumento na criação desses centros urbanos e foi crescente a presença dos escravos nas cidades.

De acordo com Algranti (1988), o sistema de escravidão adaptou-se ao ambiente urbano e, nesse sentido, a escravidão urbana diferencia-se da rural, pois havia um caráter de maior liberdade e flexibilidade dos cativos. Boa parte dos escravos trabalhava no ambiente doméstico, mesmo com esse contingente trabalhando nos lares, a economia urbana exigia um grande número de trabalhadores, isso era relativo ao tamanho da cidade, que eram escravos ou

forros⁷ e processavam as ocupações no setor público e privado. A mesma autora afirma que, nas cidades, os negros trabalhavam ao ganho⁸ ou como escravo de aluguel, o primeiro era exclusivo do meio urbano, já o segundo era comum ao meio rural e urbano.

É importante acentuar que o contexto histórico não apresenta os escravos como passivos, ou seja, aceitando a sua situação como tal. Para Anjos (2000), não se podem perder de vista as várias formas de resistências criadas pelos povos negros e configuradas nas lutas urbanas e rurais. Essa resistência à escravidão é marcada por insurreições armadas como, por exemplo, a inconfidência mineira, a revolta dos alfaiates e dos malês na Bahia. Houve ainda revolta em Pernambuco, dentre outras, assim como a formação de quilombos que, conforme historiadores, no século XIX, já estavam disseminados por todo o território brasileiro, do Amazonas até o Rio Grande do Sul.

Para Moura (2000), não se pode deixar de ver o quilombo como um elemento dinâmico de desgaste das relações escravagistas. Não foram manifestações esporádicas de pequenos grupos de escravos marginais, desprovidos de consciência social, mas um movimento que atuou no centro do sistema nacional, e permanentemente.

Tanto a história do cativo negro nas Américas quanto a história desses movimentos rebeldes contra a ordem imposta pelos brancos colonizadores:

[...] moldaram, profunda e definitivamente, até os dias atuais, o perfil ideológico, cultural e psicossocial de todos os países da Américas negras. E, em cada um deles, se foi construindo uma saga das lutas dos escravos, com seus sucessos, fracassos, perseguições, retrações, armistícios, traições e atos de heroísmo. (CARVALHO, 1995, p.1)

Nessa mesma direção, Moura (1987, p.78), em seus estudos sobre *Quilombos: resistência ao escravismo*, em uma corrente mais culturalista, demonstra que, no Brasil:

⁷ Libertos, alforriados. (*Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, 1986)

⁸ Escravo de ganho: mantinha relacionamento de obediência direta com o senhor, era um escravo que tinha direito a receber por seu trabalho. Ele não deixava de ser escravo, mas na condição de escravo de ganho poderia acumular capital, adquirir bens. Escravo de aluguel - que era alugado a um terceiro pelo seu proprietário, mediante acordo contratual público, muitas vezes verbal, no qual se estabelecia preço e duração do contrato, este era liberado por tempo determinado da obediência ao seu senhor e ficava subordinado ao seu locatário com as mesmas obrigações de escravo. (Clovis Moura – *Dicionário da escravidão negra no Brasil* 2004)

O trabalho escravo dos africanos e dos seus descendentes modelou a sociedade brasileira durante o período que durou a escravidão, deu-lhe um ethos dominante, estabeleceu as relações de produção fundamentais na estrutura dessa sociedade e direcionou o tipo de desenvolvimento subsequente de instituições, de grupos, de classe após a “abolição”.

Para Moura (*apud* GOMES, 2006, p.14):

[...] o quilombo era inerente a escravidão. Só havia fugitivos e quilombos porque existiam homens escravizados sob a exploração e a violência. A ação quilombola era explicada na negação ao regime escravista [...] ao fugir e se aquilombar, ainda que, “sem conscientização”, os escravizados acabavam por “dinamizar a estratificação social” sob o cativo, já que sua força de trabalho deixava de ser simples mercadoria. [...]

Nessa direção, Gomes (2006, p.19) conclui que:

Em termos gerais, tanto as análises culturalistas como as materialistas apontaram os principais aspectos da formação dos quilombos durante a escravidão sob o prisma de sua “marginalização”. Para os culturalistas [...], aqueles que fugiam para os quilombos visavam a reconstituir as origens africanas da sua “cultura”. Para os materialistas [...] os quilombos significavam, em última instância, a “reação” coletiva contra a violência e os maus-tratos da escravidão. Nessas duas correntes, o aquilombamento aparecia como um processo que se dava quase fora da sociedade escravagista, posto que a escravidão era um mundo que “coisificava” socialmente o escravo. Seria no quilombo, enfim, num mundo fora da escravidão, que os escravos resistiram (cultural e materialmente) à dominação. Só dessa maneira os escravos puderam se tornar sujeitos de sua própria história.

Deve-se ressaltar que o povo africano trouxe para o Brasil seus cultos, suas danças, músicas - arte, sua culinária, seus instrumentos musicais, sua linguagem, seu conhecimento e tecnologias, principalmente os rituais relacionados à religiosidade, os quais, na maior parte do tempo, eram praticados às escondidas, nas matas e nos terreiros das senzalas. De acordo com Bastide (1971), os escravos encontraram em suas tradições religiosas meios para suportarem a violência imposta pelo regime. A preservação da religiosidade africana, mesmo no ambiente coercitivo das senzalas, foi uma alternativa de resistência que se contrapôs à lógica escravagista.

Nos períodos colonial e imperial, a religião oficial do país era o catolicismo. Outros rituais, indígenas e africanos, eram considerados ímpios e a sua prática fortemente repreendida. No caso dos escravos, para que eles continuassem com seus cultos, eles construía altares, colocavam imagens de santos católicos e, na presença dos seus “donos” demonstravam venerar esses santos. Mas, entre eles continuavam a cultuar seus deuses e divindades e a chamá-los por seus próprios nomes africanos.

O contato das crenças religiosas de matriz africana, ao mesmo tempo com a religião de origem judaico-cristã e rituais indígenas, deu origem a novas religiões. A essa combinação de diferentes culturas religiosas chamou-se sincretismo religioso. Da mistura dessas religiões, nasceram as religiões afro-brasileiras.

As maiores crenças afro-brasileiras são o candomblé, a quimbanda, a umbanda, o tambor crioula, batuque, caximbó, dentre outras. As religiões de matriz africana não possuem livros doutrinários ou bíblias que ditam leis. Os deuses africanos são entidades que representam a natureza. Essas práticas religiosas têm rituais simbólicos que se expressam por meio dos cânticos, das orações, do encontro do ser com a natureza, da convivência harmônica entre o homem e o ambiente, da força dos elementos da natureza: a terra, o fogo, a água e o ar, da cura pelas plantas e dos espíritos dos mortos.

Existe uma característica própria nas religiões de matriz africana, a de presença das comemorações e das festas. O afrodescendente manifesta uma rica religiosidade em termos de cultos aos antepassados, de interação entre o que é visível e o que é invisível, bem como de símbolos e seus significados, compondo diferentes ritos sagrados que permeiam o ciclo de vida dos indivíduos nas comunidades remanescentes de quilombos.

A mistura de diferentes matrizes étnicas e culturais do homem africano escravizado nas Américas, com o povo local (indígena), e com o branco europeu, gerou a rica diversidade cultural hoje existente no Brasil. É no fio da cultura de um povo que uma comunidade se desenvolve, a partir de esforço coletivo, de sentimento de pertencimento. Esse sentimento fortalece as relações e, parafraseando Weber, pode-se afirmar que é o laço afetivo, emocional, esse sentimento de pertencer que fundamenta a relação social de uma comunidade. Aliás, diz Langa (1992, p.8-9) que a religião africana recorre sempre ao passado para buscar sabedoria e respostas para as questões atuais.

É esse capital sociocultural que dá o suporte e que dimensiona o potencial para o desenvolvimento acontecer, como também o enfoque das culturas de base africana, que fazem parte do território nacional, que dão suporte para se identificarem territórios quilombolas historicamente construídos.

3.2 A ESCRAVIDÃO EM MATO GROSSO DO SUL

Inicialmente, a ocupação das terras brasileiras ocorreu da forma diretamente relacionada com a descoberta de ouro e prata pelos espanhóis quando invadiram o Império Inca. Ao contrário desses, os portugueses, que exploravam o litoral brasileiro, não encontraram nada além do pau-brasil. Esse fato os levou a romper a linha de demarcação que o tratado de Tordesilhas⁹ estabelecera, fazendo com que o interior brasileiro fosse explorado e posteriormente colonizado.

De acordo com Abreu (1963), de vários pontos da costa brasileira saíram numerosas expedições. Em 1554, partiu da Bahia a expedição de Francisco Bruza de Espinosa. A essa se seguiu a de Vasco Rodrigues Caldas (1561), a de Martim de Carvalho (1567), a de Sebastião Fernandes Tourinho (1572), a de Antônio Dias Adorno (1574), e a de Gabriel Soares de Sousa (1592). De Sergipe, saiu a expedição de Belchior Dias Moréia e Robério Dias, filho e neto de Caramuru (1590); do Ceará, a de Pero Coelho de Sousa (1594); do Espírito Santo, a de Diogo Martins Cão (1596); e do Maranhão, a expedição de Pero Coelho de Sousa (1603).

Em 1608, os padres jesuítas iniciaram os trabalhos das primeiras reduções implantadas nos territórios de Guairá, Paraná, Tapes (parte de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, sul do Paraguai, norte da Argentina) e Itatim (Mato Grosso do Sul, norte do Paraguai). Na região do Guairá, que compreendia Paraguai, São Paulo e Paraná atuais, viviam cerca de cento e cinquenta mil índios Guaranis (Fonseca, 1999). Entre 1630 e 1640, foram frequentes e arrasadoras as incursões bandeirantes sobre essas reduções.

Conforme Holanda (1968) durante o século XVII, os paulistas também percorreram o sertão goiano e mato-grossense. Em 1676, Bartolomeu Bueno da Silva entrou, pela primeira vez, em terras de Goiás. Fernão Dias Pais comandou

⁹ Tratado de Tordesilhas - O tratado assinado na cidade de Tordesilhas (Espanha), em razão da descoberta de Colombo e de Américo Vespúcio, no ano de 1494, entre Portugal e Espanha e que dividia a América em duas partes.

uma importante Bandeira¹⁰ em busca de ouro. Auxiliado pelo genro Manuel de Borba Gato e pelo filho Garcia Rodrigues Pais, Fernão Dias explorou uma grande área da região Centro-Sul. Durante sete anos, entre 1674 e 1681, Fernão Dias percorreu a região e com sua Bandeira nasceram os primeiros arraiais mineiros. Após a morte de Fernão Dias Pais, com 73 anos, Borba Gato e Garcia Pais fixaram-se em Minas Gerais, que continuava a atrair bandeirantes, como Antônio Rodrigues Azrão, em 1693, e Bartolomeu Bueno de Siqueira, em 1698. O ouro finalmente foi descoberto, no mesmo ano, pelo paulista Antônio Dias de Oliveira na região da atual cidade de Ouro Preto.

De acordo com Gressler & Swensson (1988), por causa, principalmente, da Guerra dos Emboabas, região de Minas Gerais, entre 1708 e 1709, as expedições paulistas mudaram de rota na direção de Mato Grosso e Goiás. Em 1718, Pascoal Moreira Cabral, ao procurar índios para escravizar em Mato Grosso, encontrou com a Bandeira de Antônio Pires de Campos que lhe informou sobre a presença de índios na barra do rio Caxipó-Mirim. Ao acampar próximo aos rios do Peixe e Motuca, descobriram-se as primeiras minas de ouro de Mato Grosso. Porém, quando o acampamento de Pascoal Moreira Cabral foi atacado por índios, a Bandeira de Fernando Dias Falcão auxiliou-o, rechaçando os indígenas. Posteriormente, Dias Falcão voltou para São Paulo. Em 1719, retornou à região com um pequeno exército composto de ferreiros, carpinteiros, alfaiates que, aos poucos, construíram um pequeno arraial.

Foi justamente nessa época que os primeiros negros escravizados entraram no sertão de Mato Grosso, porém em número pouco significativo, como componentes das bandeiras paulistas. Segundo Brazil (2006, p.34), “[...] nessas expedições, entre outras tarefas os cativos carregavam as provisões”. Ainda de acordo com Brazil (p.36), na Bandeira de Pascoal Moreira Cabral, descrita anteriormente, os depósitos auríferos encontrados “[...] exigiram braços para os trabalhos de extração, gerando a necessidade de trabalhadores escravizados”.

No sul de Mato Grosso, mais especificamente na região do rio Brilhante, os paulistas bandeirantes a percorreram com seus bacamartes e espingardas,

¹⁰ Bandeira – expedição armada (fins do Séc. XVI aos começos do Séc. XVIII) para explorar os sertões, descobrir minas ou capturar índios (Dicionário Michaelis - UOL).

atentos a tudo; os escravos negros e índios mansos, com a tralha às costas (o feijão, a farinha de mandioca, o toucinho), arquejando ensuarados pelos trilheiros que, pela vez primeira, ali se abriam (GUIMARÃES, 1992, p.27).

Saint-Hilaire (1972) afirma que, dentre as várias pessoas que se aventuraram nas expedições para minas de ouro de Cuiabá, no início do século XVIII, havia negros que faziam parte dessas comitivas, assim como, de quase tudo na sociedade desta época. Aos poucos, durante o século XVIII, a mão de obra negra escrava foi aumentando por conta dos trabalhos nas minas de ouro e diamante; afirma ainda que os primeiros aventureiros a se embrenharem nesses sertões traziam consigo unicamente mulheres negras, às quais o orgulho não lhes permitia se unirem pelo casamento. A mesma razão impediu-os de desposarem as índias. Em consequência, tinham apenas amantes.

Esse período de descobertas auríferas em Cuiabá deu início a um novo momento de bandeirismo, o das monções¹¹. Eram expedições fluviais de caráter mais comercial e colonizador (supriam os núcleos mineradores com aves, equinos, cativos, muares, sal, gado *vacum*, artigos de luxo e outras mercadorias). Partindo do porto Ararituaba (Porto Feliz), pelo rio Tietê, até Cuiabá, essas expedições foram denominadas “monções” por se submeteram ao regime dos rios, partindo sempre na época das cheias, em março e abril, quando os rios eram mais fáceis de serem navegados, até alcançarem as minas de Cuiabá.

Sodré diz (1941, p.44) que três eram os roteiros que seguiam os paulistas do ciclo das monções. Partiam de Ararituaba (Porto Feliz), desciam o Tietê até o Paraná, desciam o Paraná, dali se dividiam os roteiros. O primeiro marcava-se subindo o Ivinhema, até suas cabeceiras, alcançando o Miranda por um varadouro de cerca de quarenta quilômetros, desciam o Miranda, continuavam pelo Taquari, deste chegavam ao Paraguai, atingiam o São Lourenço e encontravam o caminho fluvial das Minas, cuja descoberta deu lugar à fundação de Cuiabá. O segundo roteiro seguia o rio Pardo, subindo até o ponto em que, por terra, num varadouro de perto de quarenta quilômetros, alcançavam o Miranda,

¹¹ Monções - designação dada aos ventos sazonais, em geral associados à alternância entre a estação das chuvas e a estação seca, que ocorrem em grandes áreas das regiões costeiras tropicais e subtropicais. <http://www.babylon.com/definition/Mon%C3%A7%C3%A3o/Portuguese>

daí em diante seguindo o percurso do itinerário anterior. O terceiro era batizado pela subida do Pardo até os campos de Camapuã. Por curto varadouro, atingiam o Camapuã que os levava ao Coxim. Desciam o Coxim até o Taquari e continuavam pelo roteiro comum até a região central.

No começo, o roteiro das monções variava, mas o rio Tietê era normalmente o início de todas as viagens para Mato Grosso. A viagem de São Paulo a Mato Grosso durava no mínimo cinco meses. Apesar da grande procura de jazidas de ouro, já havia em Mato Grosso pessoas preocupadas em se estabelecer nessas terras. Foi o caso do Tenente-Coronel Antônio de Almeida Lara e dos irmãos João e Fernando Leme. O Tenente-Coronel fundou, em 1722, a fazenda “Burity Monjolinho” na região da Chapada dos Guimarães. Nessa fazenda, havia “[...] roça com canaviais e criações e se achava com mais de trinta escravos” (MATTOS JR, 1983).

Os irmãos Leme deram início, em 1723, com a fundação da fazenda Camapuã, ao primeiro núcleo populacional em Mato Grosso (hoje Mato Grosso do Sul). Aos poucos, esse local tornou-se passagem obrigatória de todos que se dirigiam às minas de Cuiabá (BANDEIRA, 1988).

A fazenda Camapuã estava organizada para garantir uma travessia segura:

[...] a sede era construída de dois sobrados, unidos por duas senzalas, fechando um pátio central à guisa de praça fortificada.[...] As monções lá se abasteciam de açúcar bruto, aguardente, fumo de rolo, carnes e mais gêneros pelos preços correntes de Cuiabá (VALVERDE, 1972, p.102).

Inicialmente, as primeiras roças plantadas no estado de Mato Grosso eram para abastecer a Bandeira que se encontrasse momentaneamente acampada. Num primeiro momento, a necessidade maior era por plantações que se desenvolvessem rapidamente, como, por exemplo, feijão, milho e abóbora. Esses produtos faziam parte da dieta de quase todas as tropas bandeirantes que tinham geralmente em seus farnéis, feijão, farinha (de milho ou de mandioca), carne seca e sal. As roças dos bandeirantes poderiam também servir para outras bandeiras que sabiam de suas localizações, entretanto quando faltavam alimentos, os bandeirantes saqueavam as roças dos indígenas.

No entanto, o interesse deles era pelo ouro que havia na região de Cuiabá e não pela roças de subsistência. As pequenas roças de subsistência nas quais

os escravos trabalhavam, não eram suficientes para alimentá-los e aos seus senhores.

Todos esses fatores faziam com que se elevassem os preços das mercadorias vindas de fora de Mato Grosso. Tudo era vendido a preços exorbitantes, um exemplo extremo é o do Capitão Pires de Almeida, “[...] que chegou a dar um mulatinho, que tinha em conta de filho, por um simples peixe pacu. Só assim, pôde conservar a vida, pois perdera toda a escravatura e o mais que consigo trazia” (HOLANDA *apud* BRAZIL, 2002, p.66). Nesse sentido, Correia Filho (1969, p.54) reforça a idéia de que:

As mercadorias eram toneladas a peso de ouro, por exemplo, a preço corrente de 1736 um alqueire de feijão custava de 10 a 20 oitavas de ouro; um frasco de aguardente 15 oitavas; um prato de sal 4 oitavas; uma galinha 6 oitavas. Cada oitava de ouro correspondia a 3.588 gramas.

Os escravos eram os que mais sofriam o flagelo da fome, pois os trabalhos pesados nas minas exigiam consideravelmente deles. Muitos morreram por doenças ordinariamente relacionadas à falta de alimentação. Em geral, se dava ao escravo “[...] uma quarta de milho por semana, e aqueles que melhor os tratam acrescentam a isso dois pratos de feijão também por semana” (ROLIM DE MOURA *apud* BRAZIL, 2002, p.66). O problema do abastecimento alimentício e dos produtos manufaturados na região de Cuiabá perdurou durante muitos anos.

Outro fator que contribuiu para isso foi quando D. Rodrigo César de Menezes, governador da capitania de São Paulo, em 1720 mandou uma Bandeira à procura de novas jazidas em Goiás. No comando dessa bandeira, estava Bartolomeu Bueno da Silva “o moço” que tinha percorrido a região de Goiás ao lado de seu pai. A Bandeira saiu de São Paulo, em 1722, porém, somente em 1726, encontrou uma jazida de ouro. Nesse mesmo ano, foi fundado o Arraial de Santana (atual cidade de Goiás) que se tornou anos depois a capital da capitania. Em 1727, vários arraiais foram fundados pelos bandeirantes, como: Ferreiros, Barra e Ouro Fino. A notícia da descoberta de jazidas em solo goiano logo se espalhou por outras capitanias o que levou para região multidão de trabalhadores brancos e negros escravos. Como consequência desse fluxo migratório para as minas localizadas em Goiás e Mato Grosso, aos poucos foi se alargando a

fronteira Oeste do Brasil, além da determinada pelo Tratado de Tordesilhas (SAINT – HILLARE, 1975).

Entre os anos de 1750 e 1777, durante o governo de Sebastião José de Carvalho e Melo (de 1699 a 1782), mais conhecido por Marquês de Pombal, a ordem para o Brasil era “[...] ampliar a eficiência da exploração colonial e por em prática a política de defesa e militarização da fronteira, da região do Guaporé até a parte meridional, representada por Albuquerque, hoje Corumbá” (BRAZIL, 2006, p.36).

Em 1751, chegou a Mato Grosso, Antônio Rolim de Moura Azambuja, primeiro conde de Azambuja, com a missão de administrar a recém-criada Capitania. Logo após tomar posse do governo, expulsou os missionários espanhóis, fez alianças com os indígenas, facilitou os meios de comunicação, abriu estradas para o Maranhão e Bahia, introduziu a cultura do açúcar com fins comerciais e industriais. Em 19 de Março de 1752, fundou a Vila Bela da Santíssima Trindade, capital da província, no lugar denominado Pouso Alegre. Vários povoados, por causa das minas, haviam se formado no limite oeste de Mato Grosso, desde 1726 até a criação da capitania, tornando-se o embrião para o surgimento de Vila Bela na localidade de Pouso Alegre (BRAZIL, 2006).

O crescimento populacional da nova capital teve como fator predominante os escravos negros vindos da África. Em 30 anos, ou seja, de 1720 a 1750, entraram em Mato Grosso um total de 10.775 escravos. Como parte da estratégia de ocupação de Mato Grosso foram criados vários redutos militares como o Forte de Nossa Senhora dos Prazeres do Iguatemi (1767), o Forte de Coimbra (1775) e a Vila Nossa Senhora de Conceição de Miranda. Alguns desses redutos constituíram-se em núcleos populacionais (GRESLER & SWENSSON, 1988). Todos esses empreendimentos, criados para a defesa fronteiriça da capitania, necessitaram ampliar a mão de obra. Esse fato determinou, segundo Brazil (2006, p.41-42):

a entrada considerável de negros boçais e ladinos na capitania de Mato Grosso [...]. Os cativos eram empregados na retirada e transporte de pedras dos rochedos da região ao local das construções, no trabalho de edificação das paredes primordiais do forte, etc. Além disso, os trabalhadores escravizados realizavam o serviço de taipa e preparavam os próprios alimentos e de seus escravizadores.

Como, praticamente, todos os tributos de Mato Grosso estavam relacionados, diretos e indiretamente, com a extração do ouro, Antônio Rolim de Moura Azambuja alertou as autoridades metropolitanas sobre a necessidade de trabalhadores escravizados na região das minas:

[...] é circunstância essencial à introdução de negros, pois Vossa Excelência sabe muito bem os brancos sem eles em toda parte da América, e principalmente em minas quase se pode dizer que são inúteis. Além da utilidade, que fazem aos comboieiros remando-lhe canoas (BRAZIL, 2006, p.36).

A autora afirma ainda que, nos primeiros cinquenta anos de exploração lusitana no Mato Grosso, foram introduzidos na região mato-grossense, cerca de 15.380 africanos e afrodescendentes escravizados. Em média, o afluxo atingia trezentos trabalhadores ao ano, taxa considerável para uma região onde a extração do ouro de aluvião¹² esgotava-se rapidamente e a sobra atingia uma percentagem tão baixa que o escravo mal conseguia apurar seu próprio sustento diário.

A vinda de um grande número de escravos para a região do Mato Grosso pode ser explicada por Brazil (2006, p.37) como um conjunto de fatores: 1) a exploração intensiva visando a conseguir uma crescente quantidade de ouro (ao devorar a força de trabalho, os núcleos produtivos determinavam urgente reposição de braços); 2) a fome, a doença e a exploração intensiva exigiam também reposição de mão de obra na lavra; 3) a construção de Vila Bela da Santíssima Trindade, para ser a sede do Governo, exigiu o aumento do número de cativos; 4) o desenvolvimento dos engenhos de Mato Grosso e a proibição da escravidão indígena determinavam a elevação de braços cativos negros no processo produtivo.

Muitos dos escravos africanos, que desembarcaram no porto de Salvador, foram destinados ao interior e às cidades da América portuguesa. As minas de Mato Grosso, apesar da distância do porto de Salvador, receberam três escravos em 1763, 62 escravos em 1766, nove escravos em 1767, seis escravos em 1768, 120 escravos em 1769 e 19 escravos em 1770. Entre os anos de 1760 a 1770, 219 escravos. Esse número reflete apenas os dados oficiais, pois, mesmo nessa

¹² Aluvião: depósito cascalho, areia ou argila que se forma junto as margens ou a foz dos rios proveniente do trabalho de erosão. (*Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, 1986*)

época, havia o tráfico interno para fugir dos altos impostos da coroa portuguesa (RIBEIRO, 2006). Entre os anos de 1751 e 1764 entraram no Mato Grosso 3.051 escravos, número que foi decrescendo, pois no período de 1765 a 1768 foram 843, e entre 1769 a 1772, houve um ligeiro aumento, passando para 1.711 escravos. Nos primeiros cinquenta anos de exploração portuguesa, entraram nessa capitania cerca de 15.380 escravos (BRAZIL, 2002).

Com o crescimento das atividades produtivas de Mato Grosso, pode-se perceber a grande dependência que essas atividades tinham da mão de obra negra escrava. Mas eram as minas de ouro e diamantes as que mais os consumiam, justamente pela necessidade cada vez maior de se ampliarem as áreas de exploração e substituir os escravos que morriam nesses tipos de trabalhos. Nas minas de ouro, independente do método de exploração, todos os trabalhos pesados e perigosos eram realizados por negros escravos.

A fuga de escravos para o lado espanhol era uma prática normal em Mato Grosso. Havia para o escravo a possibilidade de uma vida melhor, pois os que conseguiam tal intento eram refugiados no domínio espanhol e, comumente, recolhidos pelos missionários como asilados. Brazil assevera (2006, p.40) que os missionários geralmente negavam a extradição do negro escravo, “alegando questões de limites, exigência de resgate de índios aldeados das Missões, e receio dos eclesiásticos espanhóis de que os fugitivos pudessem receber penalidades severas”.

Continuando, conforme a autora supracitada, o governador de Mato Grosso, Antônio Rolim de Moura Azambuja, em certa oportunidade, escreveu para o governador do Maranhão e Grão Pará fazendo novas denúncias sobre fuga de escravos. Segundo ele “[...] havia um cativo, de nome Salvador, da herança de Antônio da Rocha, cuja devolução era negada pelo padre Raimundo Laines (Padre de uma Missão na Bolívia)”. Em 1782, no governo do quarto governador de Mato Grosso, Capitão-General Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, eram constantes as fugas de escravos de Mato Grosso para os domínios espanhóis. Em suas colocações, Freyre (1978, p.188) admite que:

[...] é certo que, enquanto se dava a deserção de ameríndios, dos domínios da Espanha para a Capitania de Mato Grosso sob o governo de Luiz, da mesma Capitania, fugiram escravos africanos para aqueles

domínios, não se esquivando a maus tratos, porém simplesmente para se tornarem legalmente livres: deixarem de ser escravos.

As constantes fugas também foram determinantes para a criação de vários quilombos na província de Mato Grosso. Observa Assis (1988) que a região abarcada pelo rio Paraguai e seus afluentes, em seu trecho superior, favoreceu a formação de quilombos durante os séculos XVIII e XIX, os vales desses rios abrigavam aproximadamente 10 quilombos, com uma população que variava entre 30 a 109 quilombolas. Os quilombos menores não agrupavam mais de trinta indivíduos entre índios negros e caburés¹³.

Os principais quilombos que foram detectados por Assis, dentre os anos de 1770 e 1879, foram: Quariterê, Piolho, Piraputanga, Mutuca, Pindaituba, Rio São Lourenço, Manso Sul, Rio Manso, entre os rios Cabaçal e Sepotuba (BRAZIL, 2004).

Alguns desses quilombos foram remanescentes do antigo Quilombo de Quariterê e eram subdivididos em arraiais, onde o governo, que antes era feito por Teresa de Benguela (conhecida como “Rainha Teresa”), passou a ser constituído “por um conselho de seis membros escolhidos entre os mais velhos, que haviam sobrevivido aos primeiros ataques contra o reduto [...]”. A baixa área encharcada do delta formado pelos rios Paraguai e Sepotuba, além de caracterizar-se pela fertilidade, constitui-se de uma mata fluvial rica em madeira de lei, borracha e ervas medicinais, como poaia ou ipecacuanha. A riqueza de recursos naturais, as plantas medicinais, a mataria erguida nos vales dos rios tributários e do rio Paraguai, ocultando as lutas pertinazes dos seres vivos no seu interior asseguraram a sobrevivência de algumas comunidades negras em Mato Grosso (BRAZIL, 2004, p.6).

No ano de 1795, o governador da capitania de Mato Grosso, João d’Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, encaminhou uma Bandeira que deveria percorrer as seguintes regiões: Serra dos Parecis, nascentes do rio Guaporé principalmente nos rios Galera, Sararé, Pindaituba e Piolho (BRAZIL, 2004). O intuito dessa era explorar os sertões e capturar escravos aquilombados.

¹³ Caburé era a dominação que davam aos mestiços de negro e índio.

No ano de 1800, Mato Grosso já possuía 11.910 escravos, entre pretos e pardos dos dois sexos. Afirma Brazil (2006, p.37) que:

A introdução de novas levas de escravos compensava as perdas decorrentes das dificuldades sofridas com as péssimas condições de trabalho, fome, fugas e enfermidades. Apesar desses fatores redundaram na invalidez ou no desaparecimento sumário de muitos trabalhadores escravizados (ou por morte ou por fuga), 46% do total da população mato-grossense (25.821 indivíduos) vivia em cativeiro.

As mortes entre os negros escravos eram muito frequentes, principalmente nas minas, pois esses tinham que ficar constantemente em contato com a água. Essa situação causava prejuízo à saúde como o envelhecimento precoce e a febre tifóide. Desde 1752, Rolim de Moura já alertava para esses males:

[...] dos poucos negros que há, muitos poucos passam de quarenta e cinqüenta anos de idade, idade bastante avançada para os que se ocupam em minerar, principalmente nestas minas aonde envelhecem e se invalidam mais depressa (BRAZIL, 2002, p.65).

Dento desse contexto, boa parte dos 11.910 indivíduos escravizados, citados, tinha entre 15 e 35 anos, pois era nessa faixa etária que estavam mais aptos ao trabalho pesado e podiam ser vendidos mais facilmente. De acordo com Brazil (2002, p.32):

Eram raras as crianças na empresa agrícola. Em geral, as que nasciam no Brasil morriam precocemente pela falta de cuidados mínimos. Os negociantes de escravos buscavam africanos de idade ativa, evitando, assim, crianças e anciãos, que, ao provocarem o aumento dos gastos, diminuía a lucratividade da empresa: [...] escravos acima de 35 anos eram evitados sempre que possível e que crianças com menos de 10 anos também não eram desejadas.

Os negros mais idosos ou com alguma deficiência física geralmente eram libertos para seus senhores não terem de supri-los com alimentos e outros gastos. Esses negros ganhavam a vida nas ruas das vilas e cidades coloniais, mendigando para sobreviver. Para Saint-Hilaire (2004, p.114), esse costume era difundido em toda colônia e foi observado por ele na Vila de São João, província de Minas Gerais:

É aos sábados que os mendigos têm o costume de sair para pedir esmolas. Achando-me em um tal dia nessa vila, fiquei admirado da quantidade de mendigos que enchiam as ruas; e o cura disse-me que semanalmente auxiliava a mais de 400 pessoas; esses pobres são construídos por negros e mulatos velhos, aleijados e em más condições para o trabalho. Senhores bárbaros tudo tiram da mocidade de seus escravos, abreviando-a muitas vezes por um trabalho forçado e, quando não podem mais tirar partido desses infelizes, desembaraçaram-se deles, dando-lhes alforria.

Durante o século XVIII, por causa de diversos fatores, entre eles, as minas encontradas na capitania de Goiás; o longo percurso das monções e as prováveis invasões dos espanhóis, houve a abertura de caminhos que ligavam as capitanias de Goiás e Mato Grosso com as capitanias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Esse fato acarretou, aos poucos, o fim das monções e o favorecimento do comércio entre as capitanias por meio das tropas.

O século XVIII foi o período do apogeu e do declínio das atividades auríferas, não somente em Mato Grosso, como nas províncias de Goiás e de Minas Gerais. Análogo ao que ocorreu nessas províncias, no começo da mineração em Mato Grosso, o ouro encontrado nos leitos dos rios forçou os garimpeiros a terem uma vida nômade. Quando esgotava uma lavra, logo partiam para explorar outras, com a esperança de que fossem mais lucrativas. Os numerosos grupos de aventureiros que chegavam de várias províncias, com o sonho de enriquecimento rápido e fácil, aos poucos, viam que a realidade era outra. Quando o ouro começou a ficar escasso nos rios, a extração passou para as encostas dos morros. O trabalho nas minas obrigou que os mineradores e seus escravos fixassem moradia, por isso alguns núcleos populacionais surgiram próximo às minas. Esses núcleos tinham a sua economia pautada unicamente na extração do ouro e toda população trabalhava, direta e indiretamente, nessa atividade (BRAZIL, 2002; GRESSLER, 1988; CAMPRESTRINI, 2002; SAINT-HILLAIRE, 1975).

Brazil (2006) afirma que, aos poucos, algumas vilas foram surgindo, e, por causa dos tropeiros que abasteciam as vilas com suas mercadorias (escravos, animais, mantimentos, ferramentas, açúcar, sal, etc.), provenientes de outras províncias, pequenos arraiais foram criados à beira das estradas que ligavam as vilas. Esses arraiais dependiam desse comércio dos tropeiros. Nos arredores das vilas e arraiais crescia o número de sítios, chácaras e fazendas. Algumas tropas abasteciam povoados de gêneros alimentícios como: milho, mandioca, farinha, cachaça, carne de porco, víveres, fumo, carne bovina, entre outros. Em geral, a produção era pequena para abastecer o grande número de pessoas que viviam diretamente das atividades auríferas.

O autor afirma ainda que, apesar de o governo colonial ter proibido a instalação de engenhocas, por causa do consumo de aguardente, aos poucos, nas regiões das minas, “[...] proliferou um número significativo de engenhocas das minas, cuja produção baseada na mão de obra escravizada atendia o consumo local, sobretudo de aguardentes, rapaduras e garapas”. Em todas as atividades produtivas, a mão de obra negra escrava era utilizada. Como podemos perceber, nas observações seguintes, do historiador Paulo Bertran, o escravo representava a força motriz da sociedade colonial, na província de Goiás, em 1783, de onde saíram inúmeros escravos e homens livres para a província de Mato Grosso.

O escravo garimpeiro elevava-se a 616 pessoas nas lavras e 240 nas faisqueiras, ou seja, um total de 856, representando 12 por cento do montante de escravos mineradores da capitania de Goiás. Em termos classificatórios, as minas do julgado de Santa Luzia eram a quinta em importância dentre os 14 julgados em número de escravos, seguindo na mineração a Vila Boa, Crixás e Natividade. Compara-se o julgado de Santa Luzia, no século XVIII, com o de Pilar, em torno de um número semelhante de lavras, de escravos, de estabelecimentos agropecuários e de população, disputando a quinta ou sexta posição entre os melhores da capitania decadente. Nos engenhos e engenhocas, havia 472 escravos, possivelmente - se valer à comparação com outros julgados de uns 400 outros nas pequenas roças e sítios. Eram expressivos; deviam vir em quarto ou quinto lugar no contexto da capitania, depois de Vila Boa, Traíras e talvez Meia Ponte. A estes se somavam 225 escravos domésticos de porta adentro, no arraial (BERTRAN, 1994, p.179 – 180).

Nos primeiros quinze anos do século XIX, houve diminuição do fluxo de pessoas para a região de Mato Grosso. Em 1815, a população estava assim dividida: escravos - 9.319 pretos e 1.519 pardos; livres - 2.656 pretos, 5.813 brancos e 7.908 pardos; totalizando 27.265 pessoas. A estagnação das minas e a diminuição da população provocaram lentamente a ocupação mais efetiva do solo, por meio da criação de gado, da cultura da cana de açúcar e de pequenas roças (GRESSLER & SWENSSON, 1988).

Nas colocações de Brazil (2002, p.18-19), as mudanças econômicas levaram a sociedade mato-grossense a desenvolver a cultura da cana de açúcar, a criação de gado e o extrativismo de ipecacuanha, seringueira e erva-mate, com amplo aproveitamento da mão de obra cativa e livre disponível na província.

No século XIX, ocorreu lenta diminuição dos cativos em Mato Grosso, cujo apogeu aconteceu no ano de 1850. Esse processo começou pela Inglaterra, que declarou em 1807, ilegal o comércio de escravos. Portugal, que era dependente

dos britânicos, foi pressionado e, em 1810, condenou o tráfico de escravos e comprometeu-se a limitar a sua prática ao sul do Equador (SILVA, 1996).

Apesar dessa proibição, o comércio de cativos continuou. Porém, em Mato Grosso, o comércio de escravos não era intenso, pois as novas atividades econômicas (extrativismo e a criação de gado) não exigiam grande número de cativos, à exceção das lavouras de cana de açúcar (BRAZIL, 2002). No sul de Mato Grosso, houve crescimento das fazendas de gado, segundo Gressler & Swensson (1988), no interior das fazendas de gado, morava reduzida população, composta por brancos, negros, índios e mestiços, que estavam à margem do processo de apropriação de terras e que viviam sob o sistema de patronato¹⁴.

Com a independência do Brasil, ocorrida formalmente em 7 de setembro de 1822, iniciou-se a sua autonomia política e administrativa. Porém, os acordos firmados anteriormente entre Portugal e Inglaterra, principalmente no que se referia ao tráfico de escravos, passaram para o novo Estado. Em 1826, o Estado brasileiro assinou um novo tratado com a Inglaterra, pelo qual se comprometeu a num prazo de três anos após a sua ratificação, abolir completamente o tráfico de africanos para o Brasil, e libertar todos os negros importados ilegalmente. Porém, os interesses dos traficantes, sustentados pela maioria dos produtos rurais brasileiros, que não imaginavam seus negócios sem os braços dos escravos para sustentá-los, fizeram com que essa lei não saísse do papel (HOLANDA, 1968).

Independente das políticas internacionais, Mato Grosso, principalmente a região sul, começava a receber a migração de famílias provenientes de Minas Gerais. Em 1829, entrou nos sertões de Mato Grosso, Joaquim Francisco Lopes, acompanhado dos Garcia e dos Sousa. Lopes estabeleceu novos caminhos - por terra ou pelos rios - os quais, tempos depois, serviram de atração para várias famílias se fixarem nesse território. Essas famílias tinham como atividade econômica principal a criação de gado. No trajeto desses caminhos, durante o passar dos anos, ocorreu a fundação de cidades, vilas e postos militares que

¹⁴ Patronato - Proteção concedida por pessoa poderosa a um inferior. Sociedade oficial ou privada que tem por fim readaptar à vida social os ex-condenados ou liberados condicionais. Organização destinada a zelar pela infância abandonada. Local onde essas sociedades têm sede. <http://www.dicio.com.br/patronato/>

guardavam o território. Além disso, esses caminhos serviram para unir os núcleos populacionais: “Grandes famílias do início não tardaram a desdobrar-se, em casamentos que as uniam e multiplicavam” (SODRÉ, 1941, p.72).

Segundo Campestrini (2002, p.64-65), na primeira metade do século XIX, o território do sul de Mato Grosso:

Contava com povoadores as seguintes áreas: os arredores do presídio de Miranda, alcançando os campos pioneiros; os campos do rio Negro, no Pantanal, junto à serra; os campos firmes da foz do Nioaque até o cair da Serra de Maracaju; os campos ao cair da mesma serra no vale do Apa; os campos junto às cabeceiras do rio Brillhante; os campos do sertão dos Garcias e, finalmente, ao longo do baixo Taquari; sem contar os índios brasileiros, missionários e militares que ocupavam a região de Albuquerque e o Forte de Coimbra. Albuquerque e Miranda haviam sido elevados a freguesia em 1835 e Santana do Paranaíba em 1838.

A crescente ocupação do sul de Mato Grosso por imigrantes de outras regiões do Brasil, com suas escravarias, fez com que, aos poucos, aumentasse a população dessa região. Porém, o número de cativos diminuía lentamente. Segundo os dados de Malheiros (1979), em 1845, foram importados para Brasil 19.453 escravos; 50.324 em 1846; 56.172 em 1847; 60.000 em 1848; 50.000 em 1849; e, em 1850, diminuiu-se para 23.000. Em 1851, o número caiu vertiginosamente para 3.287, chegando a 700 escravos no ano 1852.

Os números de cativos caíram principalmente após 1850. Nesse ano, foram estabelecidas medidas de repressão ao tráfico de africanos no império. Para os infratores, foi regulamentada severa punição, pela Lei nº 584, de 04 de setembro (conhecida por Eusébio de Queiroz). A diminuição dos cativos, a partir desse ano, ocorreu também em todo o território brasileiro, principalmente pelo fato de que houve uma assídua elevação dos preços do trabalhador escravo. Brazil (2002, p.143) assinala que:

Em Mato Grosso, a escassez de braços atingiu, sobretudo, a lavoura canavieira. Para contornar o problema, a elite proprietária recorreu ao tráfico interprovincial e à transferência de escravos urbanos e mineradores para os núcleos de produção agrícola. Porém, devido a elevação vertiginosa dos preços do trabalhador cativo, raros senhores conseguiram superar o problema da escassez.

Apesar da mão de obra livre, em atividades extrativistas no sul de Mato Grosso, os cativos eram utilizados nos engenhos de cana de açúcar, nas fazendas de gado e no trabalho urbano. Nos engenhos, trabalhavam em todas as etapas da produção, inclusive, como escravos domésticos. Nas fazendas de

gado, trabalhavam em atividades perto dos currais e das casas. No trabalho urbano eles eram ourives, ferreiros, domésticos, mestre de oficina, pedreiros, barbeiros, parteiras, caçadores, cozinheiros, médicos, carregadores, jornaleiros, auxiliares de igrejas (MOURA, 1959). Para Brazil (2002, p.157):

Na parte sul de Mato Grosso, as relações de trabalho e a produção – extração de erva-mate e atividade criatório – sempre haviam sido predominantemente livres, já que se apoiavam nos chamados “camaradas” - descendentes de nativos, de africanos, bolivianos e imigrantes paraguaios (sobretudo após o conflito platino). Isso não determinou a inexistência de cativos na região.

Assim como no norte de Mato Grosso, no sul do Estado, também houve modo de exploração servil no século XVIII. Por meio das fazendas de cana de açúcar, fazendas de gado e de outros tipos de atividades econômicas, no sul de Mato Grosso a mão de obra escrava consistiu a base de qualquer empreendimento mercantil. Da mesma maneira como no norte, o trabalho escravo tinha grande importância na economia do sul, principalmente no século XIX, como bem observa Cabral (1994, p.13-14).

Essa assertiva sugere a revisão da corrente interpretativa que entende que o trabalho escravo era menos importante naquelas regiões onde a economia em pouco ultrapassava os limites da subsistência. Mas sua presença expressiva nos confins de Mato Grosso, ainda na primeira metade do século XIX, não permite subestimar a sua importância como instituição basilar de toda a estrutura social da época. Assim, tem-se que a escravidão, embora pudesse não ser de fundamental importância para a nova ordem econômica iniciada no Século XVIII e impulsionada no Século XIX, conservava sua natureza essencial como pilastra da ordem social vigente em países não industrializados como o Brasil.

Nesse século, quatro povoados se destacaram pelo viés mercantilista, Saint' Anna do Paranahyba (Paranaíba), Vila de Santa Cruz de Corumbá (Corumbá), Vila de Nossa Senhora do Carmo de Miranda (Miranda) e Santa Rita de Levergésia (Nioaque). Em suas regiões de abrangência, esses núcleos tinham sua economia pautada nas relações escravagistas, como ocorreu no restante do Brasil na época. A partir das cartas de alforria e de outros documentos arrolados, de 1838 a 1888, nos cartórios dessas cidades, podem-se perceber várias formas de escravidão negra nessa sociedade até o fim da escravidão em 1888.

Conforme Arquivo Público de Mato Grosso do Sul (1994) em Corumbá, no cartório do 1º ofício foram encontradas: 16 cartas de liberdade (de 1875 a 1887), uma escritura de compra e venda (1874), duas escrituras de dívida e penhor (1876), uma escritura de doação e traspasse (1876), e uma manutenção de liberdade (1881). Já no Cartório do 2º ofício foram catalogados: 24 cartas de liberdade (de 1876 a 1888), duas escrituras de compra e venda (de 1876 a 1884), uma escritura de transação e doação (1879), uma hipoteca (1875), e 12 procurações (de 1880 a 1884). Em Miranda, no Cartório do 1º ofício, foram levantados: 17 cartas de liberdade (de 1879 a 1885), 15 escrituras de compras e venda (de 1871 a 1884), e 11 procurações. No Cartório de Paz e do Registro Civil de Nioaque foram encontrados uma carta de liberdade (1883), duas escrituras de compra e venda (1884), e duas procurações (1883).

E, por último, em Paranaíba foram levantados: 60 cartas de liberdade (1840 a 1872), um contrato de posse (1862), 25 escrituras de compra e venda (de 1862 a 1873), 7 escrituras de doação (de 1860 a 1871), 6 escrituras de troca e permuta (de 1863 a 1872), 3 hipotecas (de 1850 a 1870), 3 procurações (de 1866 a 1870), e um testamento (1865).

Desses 164 documentos, 118 referem-se a cartas de liberdade as quais os escravos, geralmente, só poderiam gozar suas liberdades após a morte de seus proprietários. Essas cartas não diferem muito das que foram passadas nos cartórios da Bahia, de Minas Gerais ou Rio de Janeiro, como afirmou Cabral (1994, p.14):

Trata-se de um processo único em que a tônica recai na forma condicional, fazendo dessa suposta liberdade mera abstração. São condições que tornam a efetividade de alforria sujeita ao acaso, como, por exemplo, aquelas que determinam o gozo do benefício para depois da morte do senhor. E se o escravo morresse antes? Ademais, ao ser marcado pela concessão, o ato passa a se revestir de precariedade na medida em que há a expectativa da gratidão eterna, forma declarada de se conservar a assimetria das relações subseqüentes. Convém salientar, aliás, que as Cartas de Liberdade podiam ser revogadas pelos senhores, a qualquer tempo e por diversos motivos, inclusive, ingratição.

Em boa parte dos documentos citados, o escravo tinha como procedência Minas Gerais, o que leva a se afirmar que o comércio se dava pela região do triângulo mineiro. Outra questão interessante se refere ao tipo de trabalho dos escravos do sexo feminino que, segundo os documentos de Miranda, estava

relacionado com as atividades domésticas, enquanto os homens se ocupavam do trabalho da terra.

Foram encontradas, entre os 164 documentos dos cartórios acima, 147 citações quanto à procedência do escravo. Desse montante, 63 eram crioulos, ou seja, escravos nascidos no Brasil, mas sem naturalidade específica; 16 eram de Minas Gerais; 19 eram naturais de Mato Grosso; 2 eram de Goiás e 47 da África.

Nesses documentos cartoriais, sem cláusulas de condição, os poucos escravos libertos tinham como elemento principal de sobrevivência o aluguel de sua força de trabalho. Moravam em pequenos sítios que pertenciam ao seu ex-senhor. Nesses sítios, possuíam pequenas roças para sua subsistência, como observou Rugendas (1978, p.247):

Uma vez libertados, os negros se instalavam na vizinhança da própria fazenda em que trabalhavam; aí cultivavam pequeno sítio que seus antigos senhores lhes entregavam, muitas vezes, mediante arrendamento módico, ou mesmo gratuitamente [...].

Um fato que muito marcou a região sul de Mato Grosso, entre os anos de 1864 e 1870, foi o conflito armado internacional denominado Guerra da Tríplice Aliança ou Guerra do Paraguai que envolveu de um lado Brasil, Argentina e Uruguai e do outro o Paraguai. Esse conflito foi motivado por vários interesses, não só desses países como também da Inglaterra. Como não cabe aqui apontar os motivos que desencadearam tal conflito, citam-se apenas alguns fatos diretamente ligados ao Mato Grosso e à participação dos afrodescendentes no conflito.

Soldados negros, ex-escravos ou não, lutaram em pelo menos três dos quatro exércitos: paraguaio, brasileiro e uruguaio, que tinham batalhões formados exclusivamente por negros. Exemplos disso foram o Corpo dos Zuavos da Bahia e o batalhão uruguaio Florida. Escravos propriamente só havia nos exércitos paraguaio e brasileiro (TORAL, 1995, p.1).

Muitos brasileiros, para fugirem do alistamento ao exército, doavam recursos, equipamentos, escravos e empregados à Guarda Nacional e aos Corpos de Voluntários para lutarem em seu lugar.

A compra de substitutos, ou seja, a compra de escravos para lutarem em nome de seus proprietários, tornou-se prática corrente. Além disso, sociedades

patrióticas, conventos e o governo se encarregavam da compra de escravos para lutarem na guerra. O império prometia alforria aos que se apresentassem para a guerra, fazendo vista grossa aos fugidos. O próprio imperador deu o exemplo, libertando todos os escravos das fazendas nacionais (SCHULZ, 1994, p.60) para lutarem na guerra. Em dezembro de 1866, o Imperador escreveu ao seu Ministro da Guerra: “Força e mais forças a Caxias, apresse a medida de compra de escravos e todos os que possam aumentar o nosso Exército” (LYRA *apud* TORAL, 1995, p.04).

Apesar de pouco povoada, a região sul de Mato Grosso possuía algumas fazendas de gado e escravos, como aquelas da margem direita do Rio Apa. Conforme afirma Guimarães (1992, p.76), um desses fazendeiros, Antônio Cândido de Oliveira, com a família, caiu prisioneiro dos paraguaios durante a guerra, e foi levado para o Paraguai com a mulher, um filho, quatro filhas casadas (quatro genros, por conseguinte) e quatro escravos.

Vários fazendeiros, com medo do conflito, saíram dessa região levando tudo o que podiam. Com o fim da guerra, em 1870, e saindo o Brasil vitorioso, vários ex-combatentes, brancos e negros, fixaram-se nas terras do sul de Mato Grosso. Esse contingente populacional trouxe aumento considerável à demografia dessa região. Nesse período, o governo imperial deu início imediato a gestões no sentido de demarcar definitivamente as fronteiras com a república vizinha, constituindo-se, posteriormente, uma comissão mista de limites que finalizou os trabalhos de demarcação quatro anos depois de terminado o conflito armado (CAMPESTRINI & GUIMARÃES, 2002).

No dia 28 de setembro de 1871, foi assinado o decreto nº. 1.040 declarando isentos da escravatura os nascidos, desta data em diante, de mulher escrava, lei conhecida por *Ventre-Livre*. Porém, essa lei obrigava os filhos das escravas a ficarem sob a autoridade dos senhores de suas mães até completarem 8 anos. Após esse período, o senhor da mãe teria a opção de receber indenização do Estado ou de utilizar os serviços da criança, sem remunerá-la, até que ela completasse 21 anos de idade. Essa lei reconhecia pela primeira vez o direito do escravo ao acúmulo de uma poupança chamada *pecúlio*, para com ele comprar sua própria liberdade. Além disso, a lei instituiu um fundo

de emancipação de escravos que seria constituído nos municípios. Esse fundo receberia recursos do Império para classificar e alforriar os escravos (BRAZIL, 2002).

Brazil esclarece (2002, p.39) que:

Poucos cativos conseguiam a liberdade com o fundo ou ao atingirem os oito anos, o que evidencia o caráter reacionário das leis emancipadoras. Seu objetivo era neutralizar as posições radicais, iludir a agitada opinião pública nacional e internacional e arrefecer as campanhas populares antiescravistas.

Na década de 1870, foi registrada a presença, no sul de Mato Grosso, de 142 escravos em Miranda, de 275 em Corumbá e de 354 em Paranaíba, totalizando somente nessas três regiões 771 escravos (CAMPESTRINI, 2002). Em 1872, em cumprimento à lei emancipadora de 1871, o presidente da província de Mato Grosso, José Cardoso Júnior, libertou 62 escravos. Em todo Mato Grosso, até 1882, tinham sido alforriados pelo Fundo de Emancipação, 46 escravos, sendo que o estado possuía 6.854 (número de escravos registrados). Seus proprietários os registravam, pois não queriam vendê-los para o poder público que pagava pouco por eles. O escravo, com um pecúlio (poupança) próprio, também podia comprar sua liberdade. Em outros casos, restava-lhe que as sociedades abolicionistas existentes nos municípios o comprassem e concedessem, posteriormente, a sua liberdade.

Apesar da libertação dos escravos pela Lei Áurea em 13 de maio de 1888, centenas ainda permaneceram em suas atividades nas fazendas de gado e de plantações no sul de Mato Grosso. Isso significou uma continuação do modo de vida, porém sem os grilhões da escravidão (LIMA, 2002). Também, nesse sentido, afirma Brazil (2002, p.157) que, “[...] muitos dos libertos em idade ativa voltaram a trabalhar na lavoura e na pecuária em troca de remuneração em espécie – carne, aguardente, roupas e utensílios – ou de pequenos salários monetários”.

A partir do ano de 1888, milhares de negros foram libertos, porém ainda continuavam presos ao sistema político e econômico que os discriminava. O acesso desses grupos à terra tinha sido bloqueado em 1850, como bem afirmou Brazil (2002, p.157):

O projeto abolicionista de integração do negro na sociedade de classe, através da democratização do solo, fora barrado pelos dispositivos da

Lei de Terras, de 1850, criados para preservar o monopólio da posse da terra pelos latifundiários escravagistas. Dificultando a posse da terra ao trabalhador livre pobre, as elites se preparavam para o fim da escravidão, deslocando os mecanismos da dominação da posse da mão-de-obra para a posse da terra.

Diante desse quadro, os ex-escravos não possuíam terras, eram posseiros ou agregados nas terras de seus ex-senhores, porque praticamente todas tinham donos. Restava a esses, que ainda sonhavam com seus pedaços de terra, migrarem para os “sertões” do Brasil. No final do século XIX, alguns desses grupos migraram de suas regiões de origem, Minas Gerais e Goiás, para o Mato Grosso do Sul em busca do sonho da própria terra, como por exemplo: Dezdério Fellipe de oliveira (Comunidade Rural Quilombola Picadinha – Dourados), Tia Eva (matriarca da Comunidade Negra São Benedito – em Campo Grande), Jerônimo “vida” da Silva (patriarca da Comunidade Quilombola Chácara do Buriti – Campo Grande), e Dona Maria Vitória, Quirino Romano e seu Cardoso (Comunidade Quilombola Família Cardoso - Nioaque).

A título de conclusão:

[...] é importante salientar que, vários dados sobre o negro escravo no sul de Mato Grosso se perderam. Outros, dados como os números de escravos que foram libertados pela Lei Áurea, não foram nem registrados, pois muitos senhores de escravo não os registravam por terem que pagar impostos ao governo. (BRAZIL, 2002).

Além disso, nas obras escritas sobre a história de Mato Grosso do Sul, neste período, é negada a importância da participação do negro na formação da economia da região. Quando muito, algumas obras reconhecem a presença insignificante desse grupo no território.

3.3 A ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL

O processo da abolição da escravatura, no Brasil, envolveu diversos fatores, tanto internos quanto externos. Foi um processo lento, abrangendo todo o século XIX. Reiterando, iniciou-se com as imposições britânicas sobre o tráfico intercontinental, com a proibição do tráfico no Atlântico Norte. O Brasil era o único país americano que mantinha a escravidão.

Cabe ressaltar que, no período anterior à abolição, houve um movimento abolicionista, visando a diminuir o número de escravos. Os participantes desse movimento preocupavam-se com a sobrevivência dos escravos e com a questão da terra e da liberdade. Lutavam contra as condições de trabalho e a violência no cotidiano desses escravos. Foram vários os abolicionistas desse período, e Joaquim Nabuco foi um dos maiores ativistas desse movimento.

Para a compreensão do processo da abolição, faz-se necessário recorrer aos fatos que a antecederam. Em primeiro lugar, as pressões britânicas representavam um obstáculo à manutenção da mão de obra escrava e eram ocasionadas pela necessidade de se abrirem novos mercados consumidores impulsionada pela Segunda Revolução Industrial. No Brasil, a economia sofria novas alterações, com a expansão da lavoura cafeeira, a exigir número cada vez maior de trabalhadores, mantendo ainda a tradição escravagista entre os produtores, o que significava, para a Inglaterra, empecilho à expansão da atividade industrial.

Diante das fortes pressões, o governo imperial decretou algumas leis abolicionistas. Rememorando, no ano de 1871, foi promulgada a Lei do Ventre Livre que concedia liberdade aos recém-nascidos. Porém, essa lei encontrou dificuldades em sua aplicação real. Os senhores tomavam para si a guarda dos recém-nascidos, já que, suas mães, na condição de escravas, não teriam condições de criá-los. Como pagamento pelos gastos que os senhores tinham com essas crianças, em seus primeiros anos de vida, estes os forçavam a trabalhar para eles durante grande parte de suas vidas (ALBUQUERQUE & FRAGA FILHO, 2006).

Mesmo o negro alcançando a igualdade jurídica com a abolição, mantinham-se não só as desigualdades econômica e social entre brancos e negros, como também a antiga ideologia de diferenças bem definida entre os dois, com reserva da posição de total submissão ao negro.

A abolição é fato relativamente recente e o processo de passagem da condição de escravo para a de cidadão foi feito sem se pensar no que fazer com esse contingente de trabalhadores “livres”, mas sem ter onde morar, trabalhar e sem meios para sua subsistência própria. Quando conseguiam trabalho, recebiam

valores irrisórios. Ao se proporcionar a libertação, não se considerou a necessidade de lhes garantir meios de sobrevivência, como por exemplo, a posse da terra para sua fixação.

Nas cidades, os ex-escravos viviam perambulando pelas ruas como mendigos e habitando cortiços, que deram origem a favelas, fato que pode ser observado claramente na cidade do Rio de Janeiro. Os que viviam no campo emigraram para as cidades, causando uma das grandes manifestações de êxodo rural em nosso país. Com o capitalismo, o negro, por não possuir qualificação, é relegado aos serviços pesados nas indústrias. Essa situação se refletiu de tal maneira no nível econômico dos negros que os mergulhou em profundo e histórico processo de marginalização social. O escravo passou de *meio de produção* a *assalariado*, porém não participou da elevação social no mesmo nível que os senhores brancos (ALBUQUERQUE & FRAGA FILHO, 2006).

A escravidão consolidou a estrutura de privilégios para a população branca. Portanto, admitir o negro como cidadão significaria, para esse contingente dominante, iminente perda dos benefícios alcançados ao longo da adoção do trabalho escravo. Preconceito e discriminação ganharam, então, novos significados e espaços de atuação na defesa dessa estrutura de privilégios.

É relevante destacar a legislação que trata da abolição da escravidão no Brasil:

- a) A Lei Eusébio de Queirós, publicada em 1850, proibiu o tráfico de escravos no Brasil, que continuou ilegalmente.
- b) A Lei do Ventre Livre, do dia 28 de setembro de 1871, ou lei nº 2040/1871, aprovada pela Câmara e pelo Senado. Essa Lei provocou muitas discussões, contudo, considera-se que esse foi um pequeno passo para as futuras conquistas inerentes à abolição dos escravos. O documento declarava de condição livre os filhos de mulher escrava que nascessem a partir da data de sua publicação (BONAVIDES, 1997 p.4).
- c) A Lei do Sexagenário: devido às pressões de outros países para que o Brasil libertasse os escravos, após a Lei do Ventre Livre, aprovou-se em

1885, também, a Lei Sexagenária, que libertava os escravos a partir dos 60 anos, embora poucos escravos conseguissem atingir essa idade.

d) A Lei Áurea, do dia 13 de maio de 1888, assinada pela princesa Isabel, resumia-se a estes dois artigos:

Art. 1º - É declarada extinta desde a data desta Lei a escravidão no Brasil.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Como se pode ver, essa lei não fazia nenhuma referência à integração dessa população ao meio socioeconômico do país. É importante ressaltar que, quando de sua promulgação, a maior parte dos escravos já tinha conseguido a libertação por outros meios, quer por méritos, quer por fugas. Pode-se dizer que a Lei serviu como estratégia para dar à população afro-brasileira respaldo de libertação jurídica.

Florestan Fernandes afirma que, após a abolição, os negros libertos foram entregues a sua própria sorte: “[...] o negro era expulso de uma economia, de uma sociedade e de uma cultura, cujas vigas ele forjara, e enceta por conta própria o penoso processo de transitar de escravo a cidadão” (FERNANDES, 1989, p.80)

De acordo com Santos (1992), a Lei não teve como preocupação fixar as comunidades negras na terra e garantir as terras nas quais já viviam, reconhecidas pelas próprias leis dos dominantes. Segundo o autor, após a promulgação da Lei Áurea, surgiu um movimento exigindo que o governo indenizasse os senhores que haviam perdido seus escravos.

Por outro lado, quase todo o litoral brasileiro estava povoado por quilombos. Esses espaços eram formados por negros que, de diferentes formas, conquistavam a liberdade. Abrigavam também brancos pobres e indígenas que quisessem viver nesses espaços. Prado (2000) informa que lá viviam em organização social alternativa, tendo tudo em comum. As sobras de produção dos quilombos eram vendidas aos brancos das vilas. O sistema (percebendo o crescimento do poder econômico do negro e que os brancos do interior estavam perdendo sua valiosa mão de obra de produção) decretou a Lei da Terra (1850/nº 601): “[...] a partir desta nova lei, as terras só poderiam ser obtidas através de compra. Assim, com a dificuldade de obtenção de terras que seriam vendidas por

preço muito alto, o trabalhador livre teria que permanecer nas fazendas, substituindo os escravos.” (PRADO, 2000, p.12).

Dessa forma, foi ordenada ao exército brasileiro a tarefa de destruir os quilombos, as plantações e levar os negros de volta às fazendas dos brancos. O Exército exerceu essa tarefa até 25 de outubro de 1887. Nessa época, o setor solidário ao povo negro criou uma crise interna. O Império então passou a não mais admitir que o Exército fosse usado para perseguir os negros.

Para se ter uma idéia da situação de muitos negros depois da abolição, Alencastro (1997) narra o exemplo de Justina, uma escrava que matou seus três filhos e em seguida tentou se suicidar sem sucesso. A ilustração evidencia que, por trás da atitude de Justina, havia uma herança de violência e humilhação.

O mesmo autor diz que viver a vida de escravo na América foi, para os africanos, uma experiência dolorosa de ressocialização em condições adversas:

Tais condições permitiram, por vezes, a construção de uma identidade africana impossível na própria África, unindo malês e iorubás na Bahia, ou possibilitando o reconhecimento de uma identidade lingüística e cultural entre os bantos no Rio de Janeiro. No nível individual, o que parece ter prevalecido foi a mediação da comunidade escrava já estabelecida na ressocialização do recém chegado (ALENCASTRO, 1997, p.339).

Daí o aparecimento de espaços para a preservação da herança cultural africana, como os padrões de moradia de organização social e de práticas religiosas, entre outros. O autor continua dizendo que a questão da alforria foi um longo processo de intensificação das interações e da herança cultural. Segundo ele, desde a promulgação da Lei do Ventre Livre e da “Eusébio de Queiroz”, os senhores de engenho começaram a se preocupar com a questão de libertar os cativos e buscar meios de substituir a mão de obra produzida por eles.

Ainda de acordo com Alencastro (1997, p.379):

Nas áreas cafeeiras não havia propriedades abandonadas e nelas tinham se fixado alguns imigrantes. Mesmo assim, as famílias de libertos ainda respondiam por 50% dos trabalhadores em fazendas na área. Na região açucareira, boa parte das fazendas encontravam-se abandonadas e os recém-libertos respondiam por mais de 60% dos trabalhadores. Nas zonas de cereais, as lavouras comerciais haviam se desarticulado, sendo substituídas pela pequena produção familiar. Essa tendência é confirmada pela existência de “fazendas” nos locais de residências informados pelos registros civis da área.

Mesmo com a promulgação de leis específicas para a escravidão, esse processo não teve fim, pelo contrário, ainda perdurou por longos anos com o tráfico negreiro. Após a promulgação da Lei Áurea, muitos fazendeiros continuaram usando estratégias para manter o trabalho de graça. Essa realidade revela o desrespeito às leis e aos direitos humanos, uma vez que, mesmo livres, muitos negros foram obrigados a permanecer em fazendas por não terem condições de se manterem sozinhos.

De acordo com Bosi (2009, p.272):

O Treze de Maio não é uma data apenas entre outras, número neutro, notação cronológica. É o momento crucial de um processo que avança em duas direções. Para fora: o homem negro é expulso de um Brasil *moderno*, cosmético, europeizado. Para dentro: o mesmo homem negro é tangido para os porões do capitalismo nacional, sórdido, brutesco.

O senhor liberta-se do escravo e traz ao seu domínio o assalariado, migrante ou não. [...]

Apesar disso, as leis emancipadoras aprovadas pelo Parlamento tiveram resultados importantes, condenando a escravidão a desaparecer gradualmente. Isso forçou os donos de escravos a pensarem em soluções alternativas para o problema de mão de obra. Mas foi apenas quando os escravos decidiram abandonar as fazendas, em número cada vez maior, e desorganizando o trabalho, que os fazendeiros se viram obrigados a aceitar a Abolição como inevitável, com isso as grandes fazendas entraram em graves crises financeiras pela falta de mão de obra.

De acordo com Leite (2000, p.5-6), a abolição formal da escravidão no Brasil não representou o fim da segregação e do não-acesso aos direitos dos negros e negras. O processo foi inverso, os negros foram sistematicamente expulsos ou removidos dos lugares que escolheram para viver, mesmo quando a terra chegou a ser comprada ou foi herdada dos antigos senhores, por testamento lavrado em cartório. Decorre daí que para eles, o simples ato de apropriação do espaço para viver passou a significar um ato de luta, de guerra.

Embora breves essas considerações referentes à escravidão no Brasil e à sua abolição subsidiaram a compreensão do processo da escravidão dos africanos e afro-brasileiros, inclusive, das comunidades remanescentes de quilombos, destacando-se a que se constituiu principal alvo dessa pesquisa.

3.4 A FORMAÇÃO DOS QUILOMBOS

Os quilombos originaram-se a partir de uma grande diversidade de processos, que incluem as fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas. Como dito anteriormente, também por meio da conquista de terras por heranças, doações, pagamento por serviços prestados ao Estado, compra e, ainda pela simples posse com a permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior de grandes propriedades, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua abolição.

Durante o período da escravidão no Brasil, os quilombos fizeram-se presentes por todo o território. Para os escravocratas, os quilombos eram organizações que ameaçavam o sistema e que deveriam ser destruídas. Então, os quilombos tornaram-se espaços de luta e resistência contra o sistema de escravidão. Entretanto, mesmo sofrendo perseguições conseguiram sobreviver durante décadas.

No parecer de Assunção (1996), isso não se deve à geografia propícia à fuga, mas, especialmente, ao fato de que os quilombos, longe de serem sociedades isoladas, viviam uns em contato com os outros, formavam redes de contatos, de comércio e de proteção e se mantinham informados sobre todos os acontecimentos.

Para Gomes (1996, p.272), no Brasil e em outras partes da América Latina, como Jamaica e Suriname, a localização geográfica foi um importante fator de sobrevivência e autonomia das comunidades de escravos fugidos. Apesar do difícil acesso à maioria deles, sempre que possível se estabeleceram em regiões não totalmente isoladas das áreas de cultivo, fossem elas exportadoras ou não, e dos pequenos centros de comércio e entrepostos mercantis. Isso funcionou como estratégia econômica, vez que permitia a realização de trocas mercantis entre quilombolas, escravos e vendeiros, tão comuns em toda a América durante o período escravagista.

O termo *quilombo*, segundo Almeida (2002), é sempre pensado como foi definido pelo Conselho Ultramarino de 1740, em resposta ao Rei de Portugal, no

qual se descreveu quilombo como: “Toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em partes despovoadas, ainda que não tenha ranchos levantados e nem se achem pilões neles”. Essa foi a definição clássica que influenciou vários estudiosos por determinado tempo. Os quilombos não são restos de um passado distante.

Silva (2003, p.382), em estudo sobre quilombos, faz referência à obra de Munanga, que define o quilombo na cultura banto como “lugar cercado e fortificado que, em língua quimbundo, quer dizer arraial ou acampamento”. Para o autor, isso implica dizer que a palavra quilombo, no Brasil, surgiu pela influência da língua africana com raízes na cultura banto. Anjos (2006, p. 46) também afirma que “Quilombo tem origem na língua banto e significa: habitação, acampamento, floresta e guerreiro”. No Congo Central, pode significar lugar para estar com Deus.

O quilombo foi chamado também de mocambo, lugar onde os escravos negros se agrupavam e que, na definição do dicionário banto do Brasil (LOPES, 2003, p. 61) significa: “[...] o que é pífio, sem valor, necessitado e carente.” O quilombo ou mocambo, mesmo conceituado como espaço de “negros fugidos” ou lugar sem valor dentre outras derivações, deve ser compreendido aqui como movimento social organizado de homens e mulheres negras que se rebelaram e resistiram à exploração do trabalho escravo.

Moura (1981, p.32) assevera que os quilombos tinham várias formas de organização. Muitos eram pequenos, outros maiores, porém todos com o mesmo objetivo: fugir do trabalho escravista, reproduzir economia interna com a agricultura, estabelecer uma estrutura de poder interno que dirigisse o quilombo não só para determinar a harmonia da comunidade, mas também se preparar para se defender das investidas inimigas.

Os quilombos, organizações que se constituíram como uma das expressões do desejo de liberdade, assumiram feições organizacionais que levaram em conta os fatores geográficos, ecológicos e o campo de forças sociais próprios ao momento da insubordinação e ocupação do território. Nem sempre se tratava de uma decisão aleatória ou intempestiva de “fugir para o mato” e isolar-se.

Como lembra Moura (1981, p.111-113), nas várias regiões do país, “[...] a tática de luta dos quilombos variará de acordo com certas circunstâncias e condições”. Os quilombolas das cercanias de Salvador - de Campinas e Santo Amaro de Ipitanga, por exemplo - vinham, furtivamente, à noite, à cidade para se abastecer de pólvora, chumbo e outros utensílios de defesa. Assim, não há um desenvolvimento linear dos quilombos, nem suas conformações obedeceram a regras únicas e válidas para todos os lugares. As concepções unidimensionais sobre os quilombos não deixam espaço para que se perceba que os homens e mulheres negros submetidos à escravidão tivessem atitudes originais em diferentes momentos e espaços da luta contra o escravismo.

As populações dos quilombos viviam comunitariamente. O maior e mais duradouro dos quilombos foi o quilombo dos Palmares, surgido por volta de 1630 e localizado na região de Alagoas, estendendo-se até Pernambuco. Tinham como líder Ganga Zumba, substituído, depois de morto, pelo seu sobrinho Zumbi, que se tornou o grande líder da história do quilombo dos Palmares. Zumbi fora capturado, assassinado em 20 de novembro de 1695 por tropas comandadas pelo bandeirante Domingos Jorge Velho, contratado por latifundiários da região e religiosos, sua cabeça fora exposta na praça principal de Recife (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2002)

Zumbi, com seu dinamismo e determinação, tinha enorme capacidade de chefiar o grupo, era respeitado e visto como uma espécie de “rei” pelos palmarinos. Em tempo hábil, subordinou a vida de Palmares, deslocou povoações inteiras para lugares mais remotos, incorporou as milícias e submeteu adestramento intensivo de todos os homens válidos. Multiplicou os postos de vigilância e observação na orla das matas (FREITAS, 1978, p.124).

Na concepção de Gomes (2005, p.48), “Palmares foi formado aproximadamente por 40 negros e negras que “[...] promoveram uma insurreição em um engenho próximo a Porto Calvo, uma das principais vilas, então da Capitania de Pernambuco”

Ainda, conforme Gomes (2005. p.10), a organização do quilombo dos Palmares deu-se por meio de mocambos que eram núcleos de povoamento:

[...] a palavra mocambo significava acampamento militar e também moradias para a maioria dos falantes das línguas bantu da África Central e Centro Ocidental. O principal mocambo foi o do macaco que se localizava na Serra da Barriga na qual se concentrava a parte administrativa e “política” de todo o quilombo e onde vivia o líder.

Para Luz (2002, p.26), Palmares exprime a consciência negra da nação brasileira, porque o povo continua lutando por sua afirmação existencial própria, que envolve sua visão de mundo constituinte de sua identidade, e se caracteriza pelos princípios da aceitação da pluralidade e de seu reconhecimento de complementação nos planos da vida individual, social e natural.

A forma como esses quilombos se apresentavam, deixava clara a característica de sociedade diferenciada que o negro dos quilombos encontrou para se opor ao sistema latifundiário escravagista que existia na colônia (RAMOS *apud* MOURA, 1994, p.37).

Assim como Palmares, outras comunidades quilombolas datam do período da escravidão e abolição, como se exemplifica a seguir.

De acordo com Gusmão (1995) a comunidade negra rural Campinho da Independência, no Rio de Janeiro, formou-se no século XVIII a partir de terras doadas a três mulheres. O Quilombo da Caçandoca, em Ubatuba, é datado do século XVII, e o quilombo do Piolho ou Quariterê, no final do século XVIII. Ivaporunduva, a mais antiga comunidade do vale do Ribeira, situada no município de Eldorado, começou no século XVII a partir da chegada de mineradores que começaram a busca pelo ouro. Encontra-se no sertão baiano a comunidade Rio das Rãs, os Calunga em Goiás, Frechal no Maranhão, Oriximiná no Pará, dentre outras.

Atualmente, grande parte desses grupos negros, existentes há muitos anos, são considerados remanescentes de quilombos. A autodenominação de quilombola transformou-se num posicionamento político de fortalecimento dos povos afrodescendentes.

Devemos ter claro que os quilombos são espaços de resistência caracterizados por luta de liberdade, em tempos de Brasil colônia e que, em nenhum momento, foi local exclusivo de acampamento de negros. Os escravos buscavam alternativas de vida e passaram a se organizar, fugindo do trabalho

escravo e dos maus tratos, em busca de sua liberdade e de uma condição de vida melhor.

Foi desse processo de resistência, fugas e opressão que se originaram esses espaços, os quais eram compostos não somente por africanos e descendentes, mas também de índios e brancos pobres. Dessa maneira, os quilombos representaram para os negros não apenas uma espécie de esconderijo, mas, sobretudo, um espaço alternativo, autônomo e democrático, no qual diversos grupos puderam se libertar da condição de escravo.

3.5 REMANESCENTES DE QUILOMBOS

Várias denominações são atribuídas aos remanescentes de quilombo, de acordo com estudos antropológicos como: quilombolas, mocambos, comunidades remanescentes de quilombos e comunidades negras rurais. Todas são expressões que designam grupos sociais descendentes de escravos africanos, que resistiram ou manifestadamente se rebelaram contra o regime escravagista, formando territórios independentes onde a liberdade e o trabalho comum passaram a constituir símbolos de liberdade, autonomia, resistência e diferenciação do regime de trabalho escravagista.

Alguns autores afirmam que os estereótipos produzidos sobre as comunidades rurais negras refletiram a invisibilidade a que estiveram expostas as Comunidades Remanescentes de Quilombos, produzidas de um lado pela história oficial e de outro pela ausência de políticas públicas que promovessem a igualdade no período que se seguiu à abolição (GUSMÃO, 1995; ALMEIDA, 2005; CARVALHO, 1996).

De acordo com o antropólogo José Maurício Arruti (1998), em seu texto *O quilombo conceitual: para uma sociologia do artigo 68*, o quilombo sempre foi um tema que instigou o imaginário político brasileiro. A sua primeira definição se dá no corpo das legislações colonial e imperial. As normas legais buscavam abarcar, sob um mesmo instrumento repressivo, o maior número de agrupamentos da população negra e, por isso, consideravam o quilombo de forma explicitamente

indefinida. Para a caracterização de um quilombo, bastava a reunião de cinco (período colonial) ou três (período imperial) escravos fugidos, que formassem ranchos permanentes (período colonial) ou não (período imperial).

Na atualidade, o conceito de quilombo se ampliou, não está mais preso às origens históricas. O quilombo hoje é reconhecido pelas suas características antropológicas e territoriais. A relação da comunidade com o território (uso e apropriação), com a cultura de matriz africana e com a sua própria política, define se uma comunidade é quilombola ou não. Ou seja, o quilombo é um espaço de resistência e reinterpretação do mundo pelos seus moradores, etnicamente diferenciados (ARRUTI, 2006).

Ainda segundo Arruti, o termo “remanescente” funciona como solução classificatória por meio da qual se admite a presencialidade do estado ancestral naqueles grupos, sem deixar de reconhecer neles uma queda com relação ao modelo original: os remanescentes são uma espécie de seres caídos do céu de mitos nacionais e acadêmicos, “sobras”, “restos”, “sobejos”. Neles se reconhecem profundas e, talvez irremediáveis perdas culturais, sem que, no entanto, seja negado seu direito ao estatuto legal. No artigo 68 da ADCT na Constituição Federal, o termo remanescente também surge para resolver a difícil relação de continuidade e descontinuidade com o passado histórico, em que a descendência não parece ser um laço suficiente.

Nascimento (1980, p.263) rejeita a definição dada pelo conselho ultramarino, quando afirma que: “[...] quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial”.

Reiterando, no percurso histórico de construção de conceitos, surgiram muitos nomes que, para Anjos (2005), dizem respeito a um mesmo grupo, referem-se a um mesmo patrimônio territorial e cultural: remanescentes de quilombos, “mocambos”, “comunidades negras rurais”, “quilombos contemporâneos”, “comunidades quilombolas”, ou “terras de preto”.

Outra idéia consolidada está relacionada à negação dos saberes dos povos africanos, considerados apenas a mão de obra dócil. Anjos (2005, p.27) esclarece:

[...] dentre os principais fatores que fizeram com que os povos europeus se voltassem para a África e a transformassem no maior reservatório de mão-de-obra escrava, jamais imaginado pelo homem foi a tradição dos povos africanos de bons agricultores, ferreiros e mineradores [...].

A expressão “remanescentes das comunidades de quilombos”, que emerge na assembléia constituinte de 1988, é tributária não somente dos pleitos por títulos fundiários, mas da discussão mais ampla travada nos movimentos negros e entre parlamentares envolvidos com a luta anti-racista. O quilombo é trazido novamente ao debate para fazer frente a um tipo de reivindicação que, à época, aludia a uma “dívida” que a nação brasileira teria para com os afro-brasileiros, em consequência da escravidão, mas não exclusivamente para falar em propriedades fundiárias (LEITE, 2000, p.339).

A revisão do conceito de quilombolas nos dias atuais é importante, principalmente quando se pensa em direitos dessas comunidades. Nessa discussão, o antropólogo Alfredo Wagner de Almeida afirma que:

A definição de remanescentes de quilombo deve partir do próprio sujeito e não de agentes externos. O recurso de método mais essencial, que suponho deva ser o fundamento da ruptura com a antiga definição de quilombo, refere-se às representações e práticas dos próprios agentes sociais que viveram e construíram tais situações em meio a antagonismos e violências extremas. A meu ver, o ponto de partida da análise crítica é a indagação de como os próprios agentes sociais se definem e representam suas relações e práticas com os grupos sociais e as agências com que interagem. Esse dado de como os grupos sociais chamados “remanescentes” se definem é elementar, porquanto foi essa via que se construiu e afirmou a identidade coletiva. O importante aqui não é tanto como as agências definem, ou como uma ONG define, ou como um partido político define, e sim como os próprios sujeitos se auto-representam e quais os critérios políticos organizativos que norteiam suas mobilizações e forjam a coesão em torno de uma certa identidade. Os procedimentos de classificação que interessam são aqueles construídos pelos próprios sujeitos a partir dos próprios conflitos, e não necessariamente aqueles que são produtos de classificação externa, muitas vezes estigmatizantes (ALMEIDA, 2002, p.67-68).

A afirmação do quilombo como um grupo étnico foi o primeiro grande passo dado pelo Estado brasileiro em direção à estruturação e consolidação das comunidades remanescentes de quilombos como sujeitos de direitos. Legalizada pela aprovação do Decreto 4.887/2003, que define os quilombos como “grupos étnico-raciais”, a emergência dessa categoria propiciou às comunidades remanescentes dos quilombos serem reconhecidas como sujeitos contemporâneos possíveis e legislativamente legítimos. Isso ocorre na medida em que, autodeclarados, os quilombos passam a ser percebidos não mais

essencialmente pela sua relação com a descendência escrava, mas, antes, pela sua capacidade de coesão¹⁵ com aquilo que se propõe ser. Nesse caso, a definição de quilombo a partir do pressuposto de grupo étnico não se traduz em uma negação do passado ou das tradições, mas, pressupõe que “[...] a ligação com o passado reside na manutenção de práticas de existência e reprodução de seu modo de vida num determinado local, onde prevalece a coletivização dos bens materiais e imateriais” (Programa Brasil Quilombola, 2003, p.9).

Os territórios afrodescendentes apresentam certas características que os fazem necessitar de proteção diferenciada das tradicionais, oferecidas aos demais territórios. Identificar esses territórios é voltar na história desse povo, das rebeliões contra o sistema colonial, das fugas pelas matas, formando uma nova forma de sociedade, os quilombos: bem organizados, bem instalados estrategicamente e com organização social e econômica baseada nos princípios participativos.

As comunidades quilombolas têm encontrado dificuldades para manter vivas sua cultura e suas tradições que, muitas vezes, esbarram nas convenções e relações econômicas deste mundo globalizado. A valorização e o resgate histórico cultural das comunidades remanescentes de quilombos, o respeito aos seus valores, às suas tradições e às práticas socioculturais são importantes para a autoestima e desenvolvimento dessas comunidades.

Os territórios quilombolas, território material e simbólico africano, devem ser estudados, em suas particularidades: pela disposição do local, residências, do imaginário e sua história.

De modo muito resumido, pode-se adiantar a precariedade dessas comunidades e o quanto o poder público é vagaroso nas titulações das terras das mesmas e o quanto as políticas em direção a essa população caminham devagar, apesar de as políticas educacionais e de saúde estarem avançando. Há 121 anos a abolição foi oficialmente assinada, e a inclusão dessas populações ainda realmente não aconteceu. Apesar de ganharem maior visibilidade com a

¹⁵ Coesão é o grau em que indivíduos que participam de um sistema social se identificam com ele e se sentem obrigados a apoiá-los, especialmente no que diz respeito a normas, valores e estrutura. (JOHNSON, 1997)

Constituição de 1988 como sujeitos de Direitos, a questão do desenvolvimento que desejam e querem não ocorreu.

São muito recentes as políticas destinadas às comunidades remanescentes de quilombo e é importante destacar que são frutos de um longo processo de lutas dos movimentos sociais, principalmente dos movimentos negros brasileiros.

Diante desse contexto é importante colocar o panorama atual da situação dessas comunidades no Brasil com relação à questão de seus territórios. Segundo Treccani (2006), existem 3.523 (três mil, quinhentas e vinte e três) comunidades que se autorreconhecem como quilombolas. De acordo com Arruti (2009), a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Governo Federal “SEPPIR”, estima que existam 3.900 (três mil e novecentas) comunidades no Brasil. Há 1.739 (um mil setecentos e trinta e nove) comunidades certificadas pela Fundação Palmares e 185 (cento e oitenta e cinco) terras de comunidades quilombolas tituladas e ainda 600 (seiscentos) processos de titulação em andamento no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Infelizmente, as certificações e as titulações nesses vinte e um anos de Constituição Cidadã pouco ocorreram para os territórios quilombolas.

Nesse capítulo apresentou-se a história dos remanescentes de quilombo desde o período colonial até a contemporaneidade, fazendo um recorte, até se chegar à comunidade estudada que será apresentada no capítulo seguinte. Far-se-á, a abordagem a partir da observação da comunidade Negra São João Batista, considerando sua travessia no caminho de sua auto-organização e de sua capacidade mobilizadora de etnoendogenização.

4 HISTÓRIA DA COMUNIDADE "SÃO JOÃO BATISTA" E AUTODESENVOLVIMENTO

O quarto capítulo dessa dissertação apresenta a Comunidade Negra São João Batista, universo desse trabalho.

Diferente do que muitos imaginam, há várias comunidades quilombolas no Estado de Mato Grosso do Sul. Sabe-se da existência de aproximadamente dezesseis, dentre essas a São João Batista, comunidade quilombola urbana situada em Campo Grande.

As informações que possibilitaram a construção deste capítulo têm como fonte a pesquisa de campo realizada por esta pesquisadora. As principais técnicas utilizadas foram: observação participante, entrevistas semi-estruturadas, registro fotográfico e a relatos orais, que permitiram a inserção na história e no cotidiano da Comunidade. Ressalta-se que além das imagens apresentadas no decorrer do trabalho, o Apêndice E, traz outras imagens complementares a essas.

O primeiro contato com a Comunidade deu-se há dois anos, quando surgiu a possibilidade de se tecerem relações e favorecer o desenvolvimento do trabalho.

A comunidade Negra São João Batista é detentora de um coletivo de manifestações socioculturais e religiosas que podem promover o seu desenvolvimento de maneira sustentável e integrada.

O processo de territorialização dessa comunidade está estreitamente relacionado com a sua organização sociopolítica, que é única. Em sua essência, sua história, tradição cultural e religiosa foram concebidas no seu processo de constituição como grupo diferenciado, conforme se discorre na sequência.

4.1 LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE

O universo desta pesquisa, a Comunidade Negra São João Batista, composta pelas famílias Anunciação e Bispo, reside, trabalha e desenvolve seus projetos na região urbana Anhanduizinho na cidade de Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul. A sede da Associação Familiar da Comunidade Negra São João Batista localiza-se no bairro Pioneiros; a residência da Família e a Fábrica de Artefatos de Cimento Estrela Dalva que pertence à família Anunciação encontram-se no bairro Piratininga e a Bispo Solda Técnica pertencente à família Bispo, no Bairro Aero-Rancho; todos situados nesta Região.

De acordo com a publicação Dados Estatísticos de Mato Grosso do Sul (2009), o Estado, integrante da região Centro Oeste do Brasil, possui uma área de 357.124,96 km², são 78 municípios com uma população estimada de 2.265.274 habitantes em 2007 e caracteriza-se por ter economia agropastoril. Possui 64.862 estabelecimentos rurais ocupando uma área de 29.212.117 hectares, área de 2.123.088 hectares ocupada por lavouras e 20.943.814 hectares por pastagens. Conforme o censo agropecuário de 2006 (IBGE 2009) são 200.829 pessoas com ocupações no campo.

O Município de Campo Grande

Campo Grande foi fundada no ano de 1872, data que marcou a chegada do mineiro José Antônio Pereira nessa localidade, onde estabeleceu seu rancho que deu início à criação de um povoado posteriormente denominado “Arraial de Santo Antônio de Campo Grande”. Jose Antônio, aos 47 anos de idade, em sua primeira viagem, veio acompanhado de seu filho Antônio Luiz Pereira de 17 anos, dois escravos e do guia Luiz Pinto Guimarães.

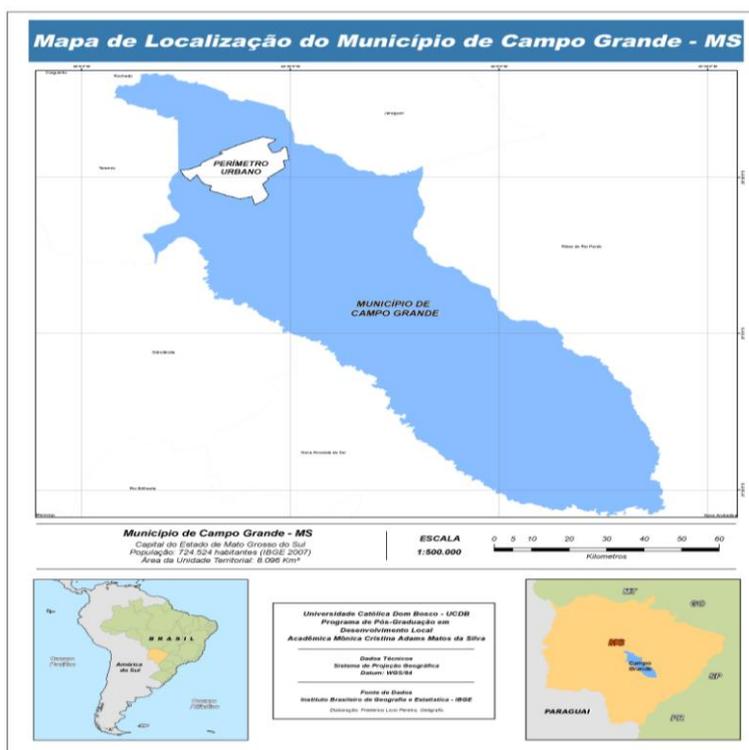
Saíram de Monte Alegre, povoado do Triângulo Mineiro, atravessando o rio Paranaíba em direção a Jataí de Goiás. Entraram em território mato-grossense passando por Baús em busca de Camapuã, pequeno povoado criado pelos bandeirantes (próximo às ruínas de antiga missão jesuítica) com apoio às monções. (Campo Grande, 100 anos de construção, 1999, p.20)

A emancipação política de Campo Grande ocorreu em 26 de agosto de 1899, pelo então governador do Estado de Mato Grosso, Antônio Pedro Alves de Barros. Foi elevada à condição de Capital após a divisão do Estado de Mato Grosso e criação do Estado de Mato Grosso do Sul em 1977.

O Município de Campo Grande (ver Figura 1), com área territorial de 8.096 km, está localizado na parte central do Estado de Mato Grosso do Sul, o que facilita o seu desenvolvimento socioeconômico. Além da sede do município, ele possui dois distritos: Anhanduí e Rochedinho. Faz divisa ao Norte, com o município de Jaraguari; ao Sul, com Nova Alvorada do Sul; ao Leste, com Ribas do Rio Pardo; e a Oeste, com Sidrolândia. A cidade está dividida em sete regiões urbanas: Segredo, Prosa, Imbirussu, Lagoa, Bandeira, Centro e Anhanduzinho (onde a Comunidade se localiza).

Segundo dados do IBGE de 2007, a população da cidade era de 724.524 habitantes. Ainda, de acordo com esse mesmo órgão, a estimativa de população em julho de 2009 era de 755.107 habitantes.

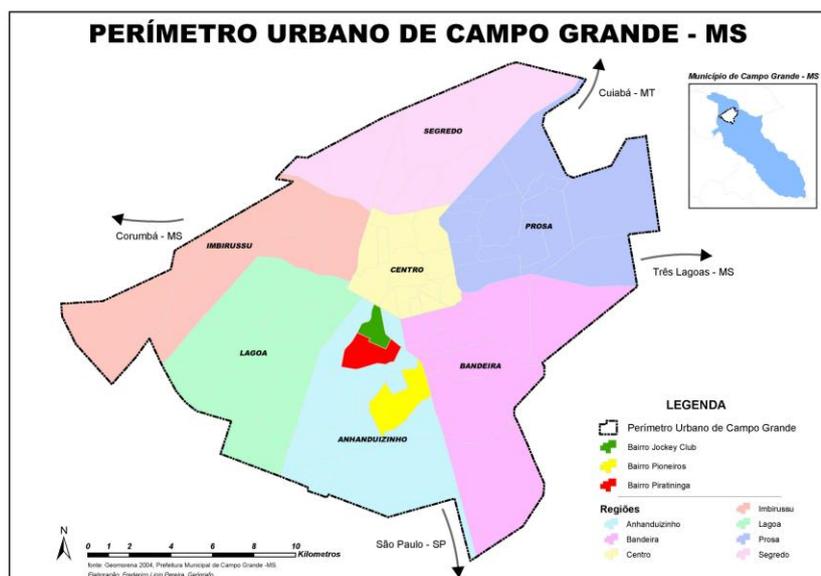
Figura 1 – Mapa Localização de Campo Grande.



Região do Anhanduzinho

A configuração urbana da região Anhanduzinho (ver Figura 2) torna os bairros muito parecidos uns com os outros. A região é composta pelos seguintes bairros: Lageado, Los Angeles, Cento Oeste, Centenário, Alves Pereira, Aero-Rancho, Parati, Guanandy, Jacy, Jockey, Jardim América, Taquarussu, Piratininga e Pioneiros.

Figura 2 – Mapa regiões Urbanas de Campo Grande



A população da região urbana do Anhanduzinho no ano de 2007 era de 169.996 habitantes, sendo: 81.798 do sexo masculino e 87.205 do sexo feminino, 8.516 idosos acima de 65 anos, população em idade ativa de 114.894, 16.323 crianças de 0 a 5 anos, e 29.224 de 6 a 14 anos. (fonte: IBGE/2007)

De acordo com o Guia de Serviços Públicos de Campo Grande¹⁶ a região possui 2 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) 7 Unidades Descentralizadas de Assistência Social (UNIDAS), 16 Centros de Educação Infantil (CEINF's) e Centro Integrado da Criança e do Adolescente (CRIAC). Conta com escolas municipais (24), escolas estaduais e particulares, 10 unidades básicas de saúde, 2 centros regionais de saúde, 2 delegacias de policia, cartório eleitoral, além de outros serviços em geral. Na região, encontram-se também: a incubadora Mario Covas, o Centro de Controle de Zoonoses, além de toda a

¹⁶ Disponível em www.camara.ms.gov.br. Acesso em 04/11/2009 às 15h28.

infraestrutura de água, asfalto e iluminação pública. Portanto, a comunidade situa-se em uma localidade que possui infra-estrutura e dinâmica urbana.

4.2 ORIGEM DA COMUNIDADE

A partir da análise e consolidação dos relatos colhidos dos integrantes da Comunidade, seja por meio das entrevistas ou informalmente durante visitas da pesquisadora, foi possível resgatar a sua trajetória histórica. Procurou-se seguir uma linha do tempo, comparando-se os relatos, tomando como guia os pontos de conhecimento geral e complementado com fatos específicos, de conhecimento apenas dos mais idosos.

A história da Comunidade Negra São João Batista começa a ser contada a partir da matriarca¹⁷ Sra. Maria Rosa Anunciação, filha de negros ex-escravos, cujos ancestrais, ao longo de sua história, sofreram um processo de desterritorialização. São originários dos Estados da Bahia e de Minas Gerais que chegaram ao então Estado de Mato Grosso, ainda no Século XIX e se instalaram na região de Corumbá. Na dinâmica dos processos de desterritorialização e reterritorialização, buscando melhores condições de vida, chegaram à cidade de Coxim onde se fixaram.

Deleuze e Guattari (1995) compreendem a desterritorialização como uma saída do “território”. Mas, esse processo requer “naturalmente” uma reterritorialização, ou seja, a “criação” de outro novo Território. Porém, esse conceito é mais amplo do que pode parecer em princípio, não está propriamente ligado a apenas um território físico. Mais do que a desterritorialização, desenraizadora, manifesta-se um processo de reterritorialização espacialmente descontínuo e extremamente complexo (HAESBAERT, 1994)

Conforme informação verbal¹⁸, em 23 de junho de 1922, após a instalação numa gleba quilombola da cidade de Coxim, Estado de Mato Grosso, a Sra. Maria Rosa, casada com Virgílio Nunes dos Santos, mãe de nove filhos, estava grávida

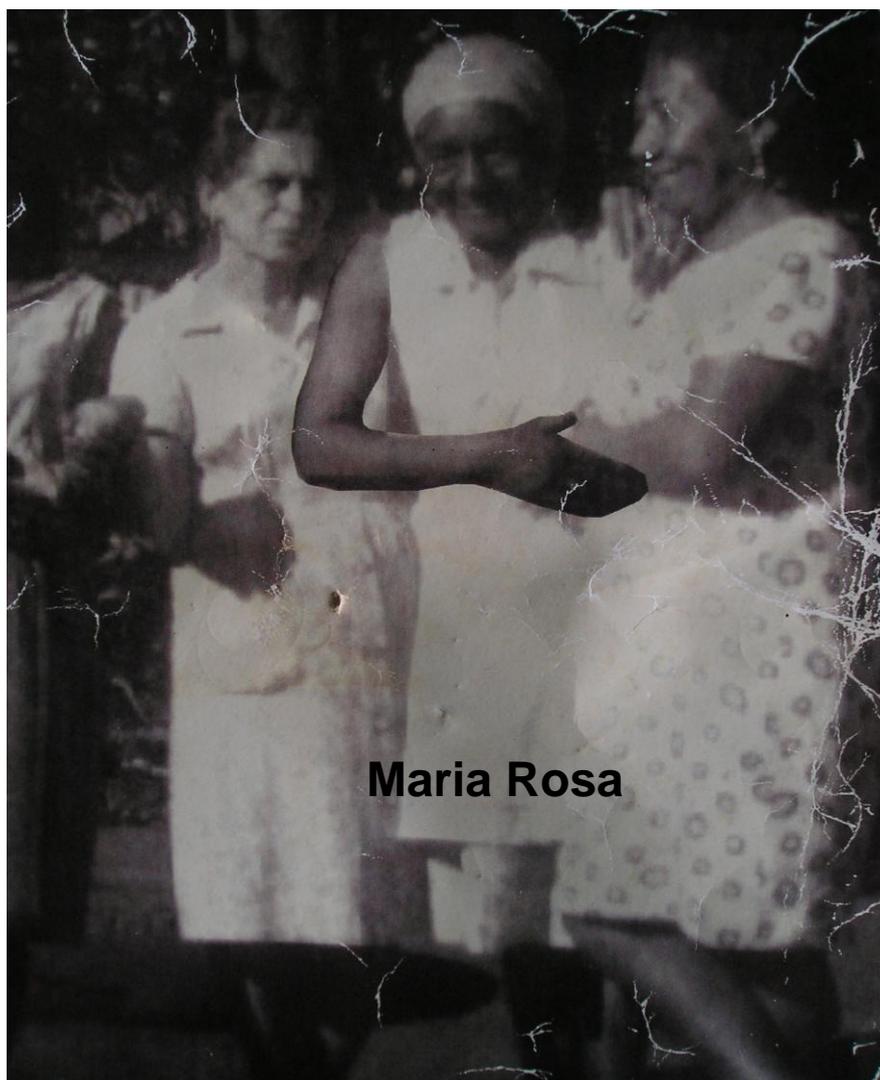
¹⁷ O termo matriarca é utilizado aqui no sentido de progenitora e referência familiar da Comunidade São João Batista.

¹⁸ Informe fornecido por integrantes da Comunidade (2008/2009)

de Jose Soares Magalhães que nascera prematuro, mas sobreviveu apesar das suas poucas chances.

Movida pela fé, muito devota de São João Batista, a Sra. Maria Rosa (Figura 3) fez ao Santo a promessa de que, enquanto vivesse, realizaria uma festa em sua homenagem, em agradecimento à graça alcançada. Assim, durante alguns anos, a festa foi realizada na cidade de Coxim.

Figura 3 – Maria Rosa Anunciação



Por estarem residindo em uma região não muito desenvolvida na época e movidos por desejo de mudanças, juntamente com a Sra. Maria Rosa, algumas pessoas da família mudaram-se para Campo Grande no ano de 1945. A vivência em um espaço cria vínculos, sentimento de pertencer a um território, e movidas

pela apropriação desse espaço, algumas pessoas permaneceram na cidade de Coxim, enquanto outras vieram para Campo Grande.

Em Campo Grande, a promessa continuou sendo cumprida e ficou conhecida num primeiro momento como “Festa dos Trindade”, realizada no bairro Monte Líbano. A fama da Festa, em pouco tempo, conquistou novos seguidores movidos pela fé de conseguir serem atendidos em suas promessas

Com a morte da mãe Maria Rosa, o seu filho José Soares Magalhães tomou para si o compromisso de continuar cumprindo a promessa. Casou-se em 1953 com a Sra. Salustiana e tiveram seis filhos dessa união; cumpriu a promessa durante determinado período. Estando muito doente, sem que nenhum dos seus filhos demonstrasse interesse em assumir esse compromisso, por não mais professarem a fé católica, ele passou essa responsabilidade para o seu sobrinho o Sr. José Reginaldo Anunciação, filho da sua irmã Maria Madalena, que falecera ao dar à luz esse filho que foi criado pela avó, Sra. Maria Rosa. (No Anexo 1 são apresentadas fotografias antigas de alguns sujeitos dessa história)

A partir daí, José Reginaldo, que desde pequeno participava da festa que se tornou tradição, continua a realizá-la até os dias de hoje. São 87 anos de reza do terço em homenagem ao padroeiro da comunidade São João Batista.

No ano de 1993, José Soares Magalhães veio a falecer. Antes mesmo do falecimento de seu tio, o sobrinho José Reginaldo havia conseguido, em 1990, uma área de 10.000 m² em regime de comodato¹⁹ para a sede da comunidade onde é realizada a festa atualmente. José Reginaldo tornou-se o patriarca da Comunidade.

O conceito de comunidade, de acordo com Weber (1987, p.77), baseia-se na orientação da ação social. Para ele, a comunidade funda-se em qualquer tipo de ligação emocional, afetiva ou tradicional.

As relações sociais estabelecidas pelos sujeitos que compõem uma comunidade fundamentam-se nas manifestações, nos valores e símbolos de uma cultura, o acontecer dessas relações desenvolve-se no território da sede dessa

¹⁹ Segundo o Art. 579 do Código Civil Brasileiro (Lei 10406/2002), o comodato é o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis (bens os móveis que não podem ser substituídos por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade).

comunidade. Encontram-se afirmação e valorização de um povo nas colocações de Claxton (1994, p.20-11) “[...] *la cultura de um pueblo es la expresión más esencial de la manera como percibe su entorno y se adapta él y de la relación que mantiene com él. Y, cada sociedad intenta organizar su existencia según visión del mundo*”.

Em 15 de novembro de 2000, as famílias Anunciação e Bispo, que hoje compõem a Comunidade Negra São João Batista, fundaram a – Associação Familiar da Comunidade Negra São João Batista (AFCN), com intuito de manter e fortalecer a sua religiosidade e resgate das suas raízes.

A Comunidade é reconhecida como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares²⁰. Constitui sua identidade étnica baseada em um conjunto de práticas de padrões regulares de comportamentos transmitidos na socialização, de concepções, de valores étnicos e de princípios comuns que constituem elementos unificadores e articuladores.

4.3 DO PASSADO AO PRESENTE – MEMÓRIA/SENTIMENTO DE PERTENÇA

Em 2006, a Comunidade Negra São João Batista recebeu a certificação de comunidade remanescente de quilombos, emitida pelo Governo Federal, por meio da Fundação Cultural Palmares. Porém, até os dias de hoje, a doação da área urbana onde se situa a sede de sua Associação ainda não foi regularizada pela Prefeitura Municipal de Campo Grande.²¹ Essa área (10.000 m²) está em posse da Comunidade há mais de 15 anos.

²⁰ A **Fundação Cultural Palmares** é uma entidade pública vinculada ao **Ministério da Cultura**, instituída pela Lei Federal nº 7.668, de 22.08.88, cuja missão corporifica os preceitos constitucionais de reforços à cidadania, à identidade, à ação e à memória dos segmentos étnicos dos grupos formadores da sociedade brasileira, somando-se, ainda, o direito de acesso à cultura e a indispensável ação do Estado na preservação das manifestações afro-brasileiras. Formula e implanta políticas públicas que têm o objetivo de potencializar a participação da população negra brasileira no processo de desenvolvimento, a partir de sua história e cultura. (www.palmares.gov.br).

²¹ Se o território encontra-se em terras do estado ou do município, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) deverá contatar o Governo daquele estado ou município a fim de propor uma atuação conjunta na regularização fundiária.

Apoderar-se da sua própria história/memória e de sua cultura, reescrevê-la de acordo com o seu sentido de pertencer e a sua vivência é algo transformador.

Dessa maneira forte e consciente dos seus direitos, essa comunidade, diferenciada por toda a sua essência, fortalece a cada dia e transforma-se em exemplo para as outras comunidades remanescentes de quilombos de Mato Grosso do Sul.

A memória, considerando-se Pollak (1992, p.204), é o elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. Resgatar a história da comunidade por meio da memória dos mais idosos é o fio condutor da continuidade dessa história. A memória coletiva é capaz de existir em um grupo graças à "[...] continuidade articulada, que tem lugar na consciência viva do grupo em interação com a sociedade envolvente" Anjos (2004, p.56).

A configuração atual dessa comunidade é resultante de um processo de busca pelos seus direitos, de resgate da história e da cultura de seus ancestrais.

A comunidade é constituída majoritariamente por negros descendentes de Maria Rosa da Anunciação - filha de ex-escravos. Seus aspectos socioculturais apontam para a existência de elementos constituidores de uma identidade étnica.

Oliveira (2004, p.57) conceitua identidade étnica como:

[...] o sentimento de pertencimento a um grupo racial ou étnico decorrente da construção social, cultural e política. Ou seja, tem a ver com a história de vida (socialização/educação) e a consciência adquirida diante das prescrições sociais ou étnicas [...] de uma dada cultura.

Durante as discussões para a elaboração da Constituição Federal de 1988, surgiu a proposta de legitimação das terras dos remanescentes de Quilombo, esse fato incentivou-os a buscarem os seus direitos.

Nos anos de 1995 e 1996, após a luta do Movimento Negro, em cumprimento ao disposto no artigo 68²² do Ato das Disposições Constitucionais

²² Artigo 68 do Ato dos Dispositivos Constitucionais Transitórios Federal, de 1988 dispõe: "*Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos*".

Transitórias - ADCT, da Constituição Federal, formaram-se grupos de trabalho compostos por pesquisadores e técnicos da União, da Fundação Cultural Palmares, do movimento negro, os quais desenvolveram laudos antropológicos das comunidades.

Hoje, a Comunidade Negra São João Batista está tentando resgatar a sua história e tradições e promover a sua cultura, por meio de histórias que os mais idosos contam a fim de construir uma identidade Remanescente de Quilombo. É um processo difícil, porém, a forma como se organizam e se orgulham do que são, favorece a sua auto-identificação e seu desenvolvimento.

De acordo com dados colhidos por esta pesquisadora, ainda não foi realizado o laudo antropológico da Comunidade Negra São João Batista. Dessa forma, não há dados oficiais a respeito das condições socioeconômicas da referida comunidade. Portanto, o que se fez neste estudo foi uma estimativa mais qualitativa que quantitativa, neste sentido, constataram-se as seguintes condições: o rendimento das famílias vem principalmente da fábrica de Artefatos de Cimento Estrela Dalva e da Bispo Solda Técnica e também transferências de recursos públicos, como aposentadoria e programas sociais. O rendimento médio mensal, por unidade familiar, varia de um salário a três salários mínimos. Quanto à questão educacional, existem escolas próximas que oferecem o ensino fundamental e ensino médio, onde os jovens e as crianças da Comunidade estudam.

Os laços de parentesco, a solidariedade, a religiosidade, a reciprocidade, o sistema de patriarcado e o forte laço de pertencimento fazem parte desse cotidiano e são regras culturais que unem todos da Comunidade. Esse sentimento de pertencimento os une e os afirma como grupo histórico, cultural e sujeitos de direito.

Amaral (2006) diz que o pertencimento ou o sentimento de pertencimento é a crença subjetiva numa origem comum que une distintos indivíduos. Os indivíduos pensam em si mesmos como membros de uma coletividade nas quais símbolos expressam valores, medos e aspirações.

Esse sentimento de pertencimento fica expresso na fala²³ de uma jovem da Comunidade:

Então, a gente aqui, o nosso objetivo e a nossa meta é fazer um trabalho do resgate da nossa cultura, né. Que hoje, assim, a gente sente, é perdeu-se muitas coisas, perdeu-se muitos dos nossos valores, perdeu-se tantas coisas e aí, é nosso trabalho na banda, é isso, é o resgate da nossa cultura, dos nossos valores, do respeito com o próximo, respeitar as diferenças, por que nós não somos iguais, somos iguais perante a Deus, né. Mais, é, cada um tem a sua particularidade, sua singularidade, então assim, nós estamos nisso batalhando pra isso é, ser reconhecido por isso e botar uma esperança no coração das pessoas, né (G. – Integrante da Banda Mukando Kandongo).

A comunidade Negra São João Batista está organizada em sistema de parentesco e se constitui atualmente a partir de dois núcleos familiares, ambos descendentes de Maria Rosa Anunciação. Mesmo os parentes em grau distante ou parente por casamento nutrem o respeito e a união entre eles: “Entende-se por parentesco o vínculo que une pessoas pela hereditariedade, pela afinidade ou pela adoção” (COTRIM, 1990).

Com base nos relatos orais e nas entrevistas realizadas na Comunidade e com pesquisadores percebe-se que há forte consciência étnica entre os quilombolas da São João Batista, que valorizam a sua cultura, assim como, há clara percepção do preconceito contra as comunidades negras em Mato Grosso do Sul.

Dion *apud* Guimarães (2008, p.50) conceitua alguns termos relacionados à questão da desigualdade racial e social, que expressam situações vividas pela Comunidade:

Preconceito (i.e atitudes usualmente negativas e enviesadas em relação a grupos sociais e seus membros), racismo (um preconceito orientado contra certos grupos vistos como biologicamente diferentes e inferiores ao seu) e discriminação (comportamento iníquo ou tratamento desigual de outros com base em sua pertença grupal ou posse de um traço arbitrário, como a cor da pele).

De acordo com Nascimento (2003, p.69), o racismo apresenta o modelo universal humano como masculino e branco e à medida que uma identidade se desvia desse padrão, distancia-se da condição humana. Nesse sentido, constata-se que o preconceito racial faz parte do cotidiano dos negros e/ou descendentes.

²³ Esse depoimento foi colhido e gravado pela pesquisadora durante atividade de dança afro para meninas, da qual a referida jovem é instrutora.

Apesar de, atualmente, haver uma boa convivência com a comunidade do entorno, a Comunidade Negra São João Batista já foi alvo de preconceito racial por parte dessa vizinhança, principalmente, devido ao som dos atabaques que não era reconhecido como simples manifestação da cultura, mas, sim, associado à religiosidade de matriz africana da qual há visão distorcida. Observa-se que, em frente à Associação, se encontra uma igreja católica, cujo padroeiro é São Martinho de Lima, santo negro, filho de ex-escrava. A fala²⁴ a seguir evidencia questão do preconceito:

Hoje não, parece que eles estão mais acostumados, aceitaram, souberam diferenciar a cultura de religião e tudo mais, porque eles têm muito preconceito quanto à religiosidade, não deveriam ter, mas têm. Mas o preconceito é justamente isso, é um julgamento sem saber, não conhecem. (Rosana – Presidente da AFCN)

A Comunidade Negra São João Batista é constituída basicamente por negros o que desperta a consciência de que exista uma diferença entre eles, ou seja, entre comunidade do entorno e a comunidade étnica por sua constituição diferenciada como remanescentes de ex-escravos, grupo étnico histórico/cultural, o que se torna argumentos para o preconceito. No entanto, são esses argumentos que a Comunidade usa para legitimar sua diferenciação e se autoafirmar como grupo étnico e sujeito de direito.

Quanto à percepção da comunidade em termos educacionais (ensino fundamental e médio) percebe-se que há reconhecimento da importância de se ter os filhos na escola, pois, conforme constatado por meio de informações verbais²⁵, todas as crianças e adolescentes em idade escolar estão estudando. Porém, para os maiores de 18 anos, homens, principalmente, faltam condições para estudar, em função da necessidade de trabalhar. Com relação ao ensino superior, apenas duas mulheres já conseguiram concluí-lo e outras duas estão com cursos em andamento.

As práticas culturais e o conjunto de relações sociais que constituem a São João Batista como território, uso e ocupação do espaço concreto, resultam de negociação e luta. Assim, o espaço dessa comunidade não deve ser tomado apenas como forma física, mas, como o espaço das relações sociais e culturais.

²⁴ Trecho recortado de entrevista concedida por Rosana à pesquisadora em 2009, gravada e transcrita.

²⁵ Entrevistas com pais integrantes da Comunidade.

4.4 ORGANIZAÇÃO SOCIOCOMUNITÁRIA

4.4.1 Organização familiar

A evolução histórica da família demonstra que a existência do modelo familiar tido hoje como “natural”, a família Nuclear: pai, mãe e filho é fruto de uma construção social histórica. A família em geral é considerada o fundamento básico e universal das sociedades, por se encontrar em todos os agrupamentos humanos, embora variem as estruturas e o seu funcionamento.

Murdock *apud* Lakatos e Marconi (2006) define a família como “[...] um grupo social caracterizado pela residência comum com cooperação econômica e reprodução”. Mair idem *apud* afirma que a família consiste em “[...] um grupo doméstico no qual os pais e filhos vivem juntos”.

A atual família nuclear é vista como hegemônica, mas não é única. No Brasil, não existe modelo ideal de família, mas sim múltiplas formas familiares. É necessário sempre estar aberto a novas formas de família.

Kaslow *apud* Szymansky (2002) cita novos tipos de composição familiar que podem ser consideradas “famílias”, a saber:

- Família Nuclear, incluindo duas gerações, com filhos biológicos;
- Famílias Extensas, incluindo três ou quatro relações;
- Famílias Adotivas, temporárias;
- Famílias Adotivas, que podem ser birraciais ou multiculturais;
- Casais;
- Famílias Monoparentais, chefiadas por pai ou mãe;
- Casais homossexuais, com ou sem crianças;
- Famílias Reconstruídas, depois do divórcio;
- Várias pessoas vivendo juntas, sem laços legais, mas com forte compromisso.

Apesar dos desafios impostos à família, ela continua sendo o *locus* de reprodução da vida e como espaço onde se constroem as relações, onde se criam e reproduzem valores, mantendo dessa forma o papel de “cuidadora”.

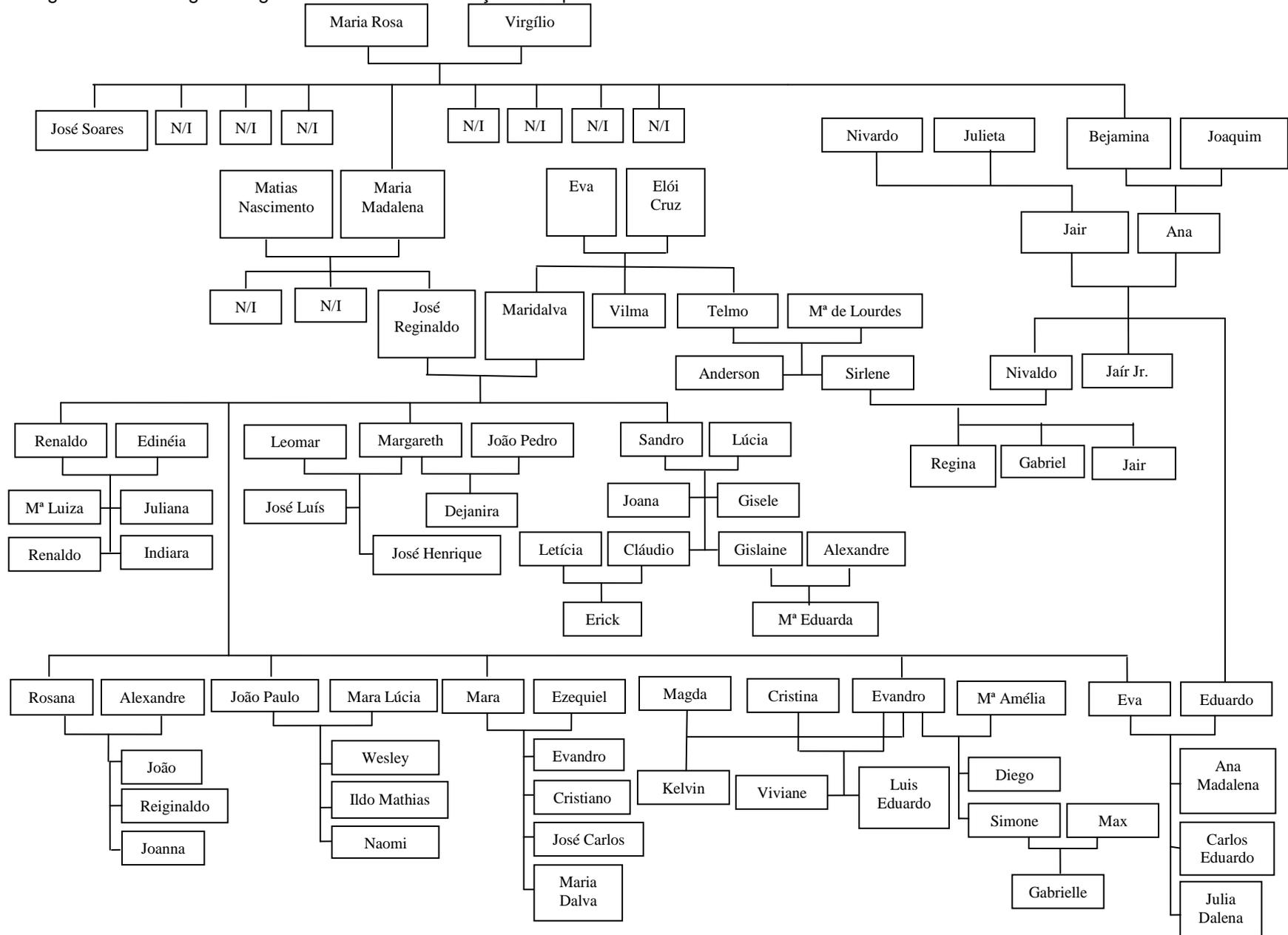
Por meio de entrevistas, relatos e observações realizados na Comunidade Negra São João Batista, constatou-se que o modelo familiar predominante é nuclear, pois a maioria das famílias é constituída por pai, mãe e filhos.

A comunidade constituiu-se a partir de dois núcleos familiares (ver árvore genealógica²⁶ – Figura 4), o primeiro núcleo, formado pelo casal José Reginaldo de Anunciação e Maridalva Delfina, gerou oito filhos e criou dois sobrinhos que, por sua vez, constituíram suas próprias famílias e permaneceram na mesma cidade, formando um núcleo de base patriarcal, cuja autoridade maior reside na pessoa do senhor Reginaldo. O segundo núcleo, formado pelo casal Jair Bispo e Ana, gerou três filhos, formando outro núcleo de base patriarcal. Dona Ana é prima em primeiro grau do Senhor Reginaldo. Há dois casamentos entre filhos dos dois patriarcas.

As famílias são unidas por laços de parentesco, compostas por pai, mãe e três ou quatro filhos, em média, com exceção do patriarca Reginaldo que teve oito filhos naturais e dois “de criação”, sobrinhos de sua esposa Maridalva.

²⁶ Elaborada pela pesquisadora com base na em informações colhidas durante a pesquisa de campo.

Figura 4 – Árvore genealógica das famílias Anunciação e Bispo.

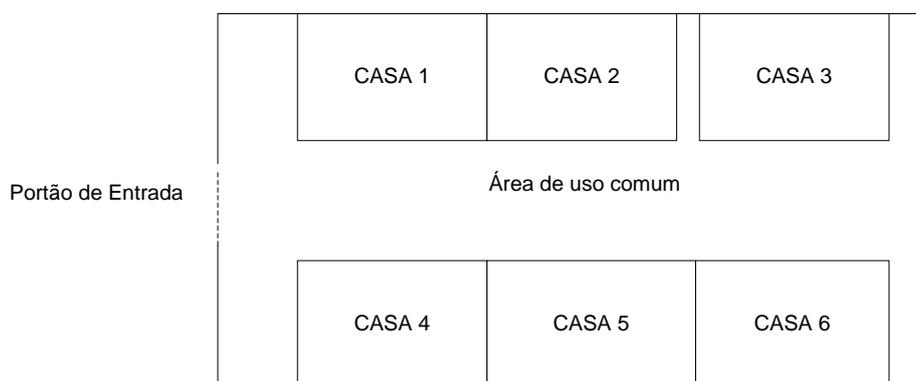


Todos os 14 (quatorze) núcleos familiares²⁷ que compõem a comunidade possuem as suas próprias moradias. Seis famílias (a do patriarca, as das quatro filhas e a de um dos filhos) residem no Bairro Piratininga (ver Figura 5), em espaços contíguos, porém em casas diferentes (Figura 6), ou seja, não há muros separando as residências, conforme observado em visita ao local, o que lembra a forma como algumas etnias africanas vivem.

Figura 5 – Mapa moradia



Figura 6 – Desenho Moradias



²⁷ Todos os núcleos familiares foram visitados por esta pesquisadora.

Três famílias (dentre elas a do patriarca Jair) residem em casas construídas no terreno onde está instalada (Figura 7) a Associação Familiar da Comunidade Negra São João Batista (AFCN). Uma família reside no mesmo terreno da sede da Fábrica de Artefatos de Cimento²⁸ que pertence à Comunidade e quatro famílias residem em bairros próximos.

Pode se dizer que essas famílias procuram manter proximidade física, formando uma rede, que reforça os laços de parentesco e culturais entre si, e essa união se dá em torno e a partir dos patriarcas que lhes transmitem valores, crenças e memória familiar.

Figura 7 – Mapa localização da AFCN



4.4.2 Sistema interno de liderança

O sistema interno de liderança, identificado na Comunidade Negra São Batista é o patriarcal. Constatou-se a existência de dois patriarcas, o primeiro da família Anunciação e o segundo da família Bispo. Ambos são os mais idosos da Comunidade e são reconhecidos e respeitados pelos demais como líderes.

O sistema de liderança patriarcal é baseado na tradição. A legitimação desse tipo de líder acontece pelos hábitos, tradições e costumes. O líder

²⁸ Essa Fábrica será apresentada no item 4.5 Perfil Produtivo.

patriarcal (ou tradicional) herda de família a função que lhe é delegada. Então, esse líder comanda porque chegou primeiro, ou porque é o pai, ou porque é o ancião. Como diz Johnson (1997, p.171):

Patriarcal ou patriarquia é um sistema social no qual sistemas familiares ou sociedades inteiras são organizadas em torno da idéia de domínio do pai uma vez que pai é um status familiar, a patriarquia é mais forte em sociedades onde a família constitui a instituição social principal, através da qual riqueza, prestígio e poder são transmitidos de uma geração a outra.

O sistema de liderança patriarcal na Comunidade São João Batista fica expresso na fala dos filhos do patriarca Sr. Reginaldo, como no exemplo abaixo:

É assim, o patriarca tem uma visão muito maior do que nós, muitos projetos do meu pai você vai ver, ele tem uma sabedoria muito grande. Às vezes tem coisas que eu não vejo, mas ele enxerga lá longe e ele já fala para mim que não vai dar certo, não vai dar certo, você pode parar porque não vai dar certo. Nós aprendemos muito com isso, ele falou não é não, por mais que eu acho que sim, se ele falou não pra mim é lei e eu faço o que ele quer que eu faço, se ele falou não, é não, a gente para ali no ato, todos respeitam. Mesmo porque já teve vários casos comprovados mesmos, que a gente achou que sim e ele deu a opinião que não depois que a gente viu que se acontecesse não ia acontecer coisa boa. E nós aprendemos com isso, com as coisas que acontecem diariamente aqui (Rosana - Presidente da AFCN - Filha do Patriarca).

Ao se considerar a história da Comunidade percebe-se que a raiz familiar é de estrutura matriarcal, referenciada na pessoa da Sra. Maria Rosa. Para Johnson (1997, p.140): “matriarquia é um sistema social organizado em torno do princípio de dominação pela mãe. Uma vez que mãe é um status familiar, o conceito aplica-se principalmente a sistemas familiares [...]” Embora possa se inferir que a família em determinado momento foi liderada pela Mãe não se pode afirmar que houvesse um sistema de liderança matriarcal no sentido expresso no conceito de Johnson.

É o respeito e aceitação da liderança dos patriarcas da Comunidade, José Reginaldo da Anunciação e Jair Bispo, que dão maior coesão ao grupo e fortalecem os laços de união. Para Johnson (1997), a coesão acontece quando indivíduos, participando de um sistema social, identificam-se com ele e se sentem comprometidos a apoiá-lo no que se refere a normas, valores, crenças e estruturas.

4.4.3 Organização sociopolítica

A Comunidade possui uma associação constituída: Associação Familiar da Comunidade Negra São João Batista, localizada no bairro Pioneiros²⁹ que se encontra regularizada com registro em cartório, ata de criação e estatuto próprio (Anexo 2), CNPJ e demais exigências legais. É uma associação civil sem fins lucrativos cujos associados são membros das famílias Anunciação e Bispo.

Essa Associação surgiu a partir da mobilização da comunidade pela busca de seus direitos, já que a comunidade do entorno tentava expulsá-los, ameaçada de serem despejados da área porque uma associação do bairro queria tirá-los de lá por uma questão de preconceito; pode-se dizer que o processo de mobilização da comunidade começou a partir daí.

As dificuldades vivenciadas pela Comunidade, o fortalecimento da união entre as famílias pertencentes à Comunidade levou-os até o Conselho do Negro em busca de orientações. Até o momento que conheceram o Conselho do Negro, não sabiam dos seus direitos e nem tinham consciência da sua negritude.

A nova realidade de transformação da Comunidade foi impulsionada em um primeiro momento pelo medo. A partir da imersão neste contexto, das inquietações trazidas pela comunidade ao movimento negro, ao conselho dos direitos do negro, iniciou-se um processo de conhecimento, reconhecimento de seus direitos, descobrindo uma nova maneira de se relacionarem com os outros (de fora), articulando, construindo regras internas de convivência, possibilitando um processo de pertencimento sociocultural.

A primeira coisa que aprenderam foi que teriam que se organizar e criar uma associação. Assim sendo, a Comunidade organizou-se de forma sistemática, criando uma estrutura física e jurídica. Organizou-se internamente e criou uma Associação para atender uma exigência legal do Decreto Federal que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de terras ocupadas por remanescentes de quilombos, Decreto Federal Nº 4887/2003.

²⁹ Apesar de oficialmente se chamar Pioneiros, popularmente esse bairro é conhecido como Pioneira.

A fala³⁰ do Advogado José Roberto³¹ descreve um pouco dessa história destacando aspectos diferenciais dessa Comunidade que são a sua organização e a sua autoestima.

[...] a Comunidade São João Batista já vivia lá, e estava ameaçada de ser despejada da área porque uma associação do bairro queria tirar ela de lá. Ela estava em uma área que era comodato da Prefeitura. Eles chegaram lá no Conselho. Descobriram que tinha o Conselho do Negro e foram lá reclamar [...] Eles foram lá e nós orientamos: vocês são uma comunidade negra, vocês podem, isso nem se pensava em quilombola ainda. A primeira coisa, para se organizar nós aprendemos que têm que se organizar em associação. [...] e nós orientamos: vocês têm que se organizar em associação, se precisar de ajuda nós ajudamos, porque a gente já estava trabalhando com associações por aqui, e a gente já tinha mais ou menos o estatuto, tinha modelo. [...] Mas a Comunidade São João Batista se organizou em associação, que é essa que está hoje e começaram a participar do Movimento Negro, que eles não participavam e passaram a fazer parte do Conselho, com isso a Associação foi crescendo, foi se organizando, porque ela tem uma característica especial. (José Roberto Camargo de Souza – Advogado ligado ao Movimento Negro)

A Associação serve como espaço de discussão, decisão e mediação das questões referentes à comunidade. A criação da AFCN foi fundamental para o fortalecimento e a mobilização da Comunidade que se une e se fortalece na busca por seus direitos. A partir da sua formalização tornou-se o instrumento de representação legal da Comunidade perante os órgãos públicos e demais entidades além de contar com assessoria de um advogado.

A composição da Associação cabe à própria Comunidade, os representantes têm um mandato com duração de três anos, e podendo a mesma pessoa ser reconduzida várias vezes a um mesmo cargo desde que esta tenha realizado uma boa gestão.

A Comunidade, a partir do momento que começou a se organizar e criou a Associação, fortaleceu-se politicamente, passou a empreender ações e projetos voltados para seu próprio desenvolvimento; ampliou o seu campo de atuação comunitária estendendo suas ações não apenas para a própria Comunidade, mas também, para a comunidade do entorno e para outras comunidades quilombolas do Estado de Mato Grosso do Sul.

³⁰ Trecho recortado de entrevista, gravada e transcrita, concedida a pesquisadora em 2008.

³¹ José Roberto é integrante do Conselho Nacional dos Direitos do Negro e assessora juridicamente o Conselho Estadual dos Direitos do Negro e as comunidades quilombolas em Mato Grosso do Sul.

Devido à sua capacidade organizativa de articulação e autonomia política, a Comunidade desenvolve inúmeras atividades, algumas em parcerias com entidades governamentais e não governamentais, religiosas e com a comunidade do entorno (moradores e comerciantes). Essa capacidade, constatada pela pesquisadora na observação do cotidiano da Associação é também ressaltada por pesquisados entrevistados.

A presidência da AFCN é ocupada atualmente por Rosana Claudia Anunciação, sua representante legal. A secretaria geral por Eva Madalena Anunciação e a 1ª secretaria por Margareth Aparecida Anunciação, o que demonstra a presença e a participação da mulher na Comunidade.

A Associação tem no seu quadro, além dos cargos citados, um diretor financeiro (Paulo Alexandre) e um conselho fiscal, cujo presidente é o Sr. Jair Bispo (segundo patriarca da Comunidade), e que tem como membros titulares: Maria Lúcia Anunciação e João Pedro; e como suplentes: Ednéia Anunciação, Anderson Delfino e Silene Bispo. Vinculados à diretoria, encontram-se as coordenações de projetos que também são ocupadas por membros das famílias que compõem a Associação.

Os membros da Associação realizam reuniões periódicas, sendo que a diretoria se reúne quinzenalmente e as coordenações de projetos mensalmente ou extraordinariamente quando necessário.

A Comunidade fortalece-se e torna-se importante na medida em que o ser humano ganha força coletivamente, pronta para a ação, para agir em defesa dos seus direitos. O poder da Comunidade Negra São João Batista veio da sua organização, da ação coletiva, possibilitando o desenvolvimento da autoconfiança coletiva, criando condições de mobilização da própria comunidade e de sua capacidade de aproveitar as próprias potencialidades, aliando-se à capacidade metabolizadora de aproveitar as oportunidades externas.

A cooperação como forma de relacionamento humano tem na confiança o componente básico de relações sociais (PUTNAM, 1996, p.180; FUKUYAMA, 1996, p.149). A comunhão de indivíduos que se agrupam com propósitos coletivos, aliada ao sentimento de pertença, é fundamental para a superação de problemas e a busca de benefícios mútuos.

Para Frantz (2002), o fenômeno da associação com o sentido de aproximação, identidade, solidariedade, colaboração, cooperação, entre as pessoas ou grupos sociais, pode se estender do campo das ideias até as práticas sociais sejam elas práticas da cultura, da política ou da economia. Na associação, constrói-se poder de ação. A articulação de parcerias é uma estratégia fundamental para ações de desenvolvimento.

Associação é uma alternativa de organização comunitária com diversas finalidades, gestão compartilhada de acordo com a legislação brasileira, especialmente a Lei 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), em seus artigos 53 a 61.

Foi a partir de sua capacidade de mobilização, conscientização e de sua organização que a Comunidade reelaborou sua identidade étnica e reivindicou o seu reconhecimento como remanescentes de quilombo.

O processo de organização das comunidades negras foi alavancado no final da década de 1980, através do movimento desencadeado para exigir o cumprimento do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 que estabeleceu o direito de propriedade definitiva das terras dos remanescentes de quilombo. A partir daí, as comunidades se uniram em torno de objetivos mais amplos, discutindo questões concernentes à sua identidade e seus direitos, na busca do resgate e preservação de sua cultura, como aconteceu na Comunidade São João Batista.

Em seu artigo segundo, o Decreto Nº 4.887/2003, conforme já citado no Capítulo 1, caracteriza para fins de identificação e reconhecimento dos remanescentes das comunidades dos quilombos: os grupos étnico-raciais, que se reconhecem como tal, com história própria, relações territoriais específicas e presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Em relação à identidade étnica, Munanga (2004) considera que, saber quem somos nós, de onde viemos e para onde vamos, nossa disposição na sociedade e quem representa o outro, além da posição que eles representam também nessa sociedade, irar comportar uma ação da construção identitária coletiva e que auxiliará na formação de uma base mobilizadora.

Ao se organizarem como grupo, as comunidades se apropriam de um espaço que lhes dá força e nelas se estabelece a rede de inter-relação.

A Associação da Comunidade São João Batista foi criada como estratégia política e meio de reivindicação de direitos. Entre os seus principais objetivos estão: a preservação das raízes culturais; estudo e divulgação da cultura afro-brasileira; a elaboração e execução de projetos que promovam maior autoestima e desenvolvimento socioeconômico e educacional para Comunidade, como também, para outras comunidades afrodescendentes, e acima de tudo, buscando o fortalecimento e a união entre as famílias.

Após nove anos de criação da Associação pela Comunidade são evidentes as mudanças no seu cotidiano. Mudanças essas que geraram novos conhecimentos e possibilidades, proporcionando uma maior visibilidade como comunidade negra.

A Comunidade São João Batista, por meio da Associação Familiar Comunidade Negra São João Batista, tem participado de fóruns, seminários, congressos e encontros por todo o território nacional, bem como, são convidados a participarem de encontros e eventos junto a outras comunidades quilombolas. Recebem também visitas de outras comunidades e pesquisadores de Campo Grande e outras regiões.

Em relação à participação e ao controle social, de acordo com entrevistas³² realizadas, a AFCN tem atuação ativa e constante, de acordo com os respectivos estatutos, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). Na esfera estadual tem representação no Conselho Estadual dos Direitos do Negro (CEDINE) e no Fórum Permanente de Entidades do Movimento Negro de Mato Grosso do Sul³³.

Na Comunidade Negra São João Batista verificou-se um nível significativo de participação das pessoas. O processo de auto-organização política associativa de algumas comunidades tradicionais é a força para o associativismo local ou

³² José Roberto Camargo de Sousa, Raimunda Luzia de Brito e Rosana Anunciação.

³³ Esta pesquisadora acompanhou algumas reuniões do Fórum.

para o desenvolvimento local de uma comunidade, neste caso, o de uma comunidade remanescente de Quilombo.

Percebe-se que podem ser utilizados dois termos para definir a comunidade estudada: participação e solidariedade. Essas duas forças levaram a Comunidade a se organizar e a valorizar o seu potencial sociocultural. Simultaneamente, essa força levou-os à união pelo trabalho coletivo e à elevação da autoestima conduzindo-os para uma melhor qualidade de vida.

Ninguém conhece a realidade da comunidade melhor do que a própria comunidade, a partir do momento em que percebe que a cooperação traz a união, e que ela gera uma força interna dando uma maior coesão ao grupo. É um passo em direção ao seu desenvolvimento.

Organização pela conquista de direitos

A descoberta da Comunidade Negra São João Batista a respeito dos seus direitos e de que era possível e importante requerer a certificação como remanescentes de quilombos veio com a aproximação com o Movimento Negro em Mato Grosso do Sul e com o Conselho Estadual dos Direitos do Negro, em 2000. A partir de então, com organização, criou-se a Associação e se autodeclarou remanescente de quilombo e recebeu a certificação pela Fundação Cultural Palmares (Anexo 3).

A certificação de reconhecimento como quilombola da comunidade expedida pela Fundação Cultural Palmares foi publicada no Diário Oficial da União em 7 de junho de 2006 (Anexo 4). Destaca-se que ainda não possuem a legalização da posse do terreno onde se localiza a AFCN, por conta de restrições burocráticas. Os títulos de propriedade de terras de quilombo deverão ser concedidos de forma coletiva em nome da Associação Familiar da Comunidade Negra São João Batista, não sendo permitida sua venda ou arrendamento.

Cada sociedade gera seus próprios sistemas organizacionais, sejam elas sociedades tradicionais ou não, apropriando-se dos termos de Castells: “As pessoas tendem a agrupar-se em organizações comunitárias que, ao longo do

tempo, geram um sentimento de pertença, em muitos casos, uma identidade cultural, comunal.” (CASTELLS, 2000, p.79).

É a capacidade de se organizar, de interagir e de metabolizar o que realmente importa para o grupo, alicerçado na sua própria cultura e especificidades, que o conduz em direção ao seu desenvolvimento.

4.4.4 Projetos Sociais

As atividades da Associação Familiar da Comunidade Negra São João Batista estão voltadas para um trabalho educacional, de lazer e esporte e de resgate cultural, especialmente, para crianças e adolescentes.

Desenvolve, também, trabalho de geração de renda para jovens e adultos, além de promover discussões sobre as questões referentes às comunidades negras. Há atividades voltadas para o resgate cultural e dos valores afros, por meio da confecção de instrumentos de percussão e confecção de roupas étnicas. Além de pintura em tecido, artesanato em cerâmica e informática. A questão da autoestima e da identidade étnica também é trabalhada.

Para execução dos projetos, há parcerias com a Prefeitura Municipal de Campo Grande, Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, Governo Federal (Ministério da Cultura, Companhia Nacional de Abastecimento), Diocese de Campo Grande, comerciantes da região e voluntários. Além dessas parcerias, recebeu da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos a doação de cinco computadores que servirão de apoio à execução dos projetos da entidade.

A Associação dispõe de uma profissional de Serviço Social, que recebe ajuda de custo, para realizar o trabalho com aproximadamente 100 famílias com crianças ou adultos participando dos projetos oferecidos. São realizadas visitas domiciliares para constatação do atendimento dos critérios exigidos para participação nos projetos, como também, em situações emergenciais, para recebimento de assistência alimentar e outros encaminhamentos relacionados ao Serviço Social.

Podem participar dos projetos integrantes da Comunidade São João Batista e da comunidade geral desde que atendam aos requisitos exigidos. Os projetos em execução atualmente são sumariados na sequência.

O Projeto Curumim Pé de Ouro

O projeto atende cerca de 70 crianças de 7 a 13 anos e oferece recreação infantil, aulas práticas e teóricas de futebol, danças e reforço escolar. As atividades acontecem aos sábados pela manhã, das 7h30 às 11h30, quando é servido lanche nos intervalos e almoço antes da saída. Todos os instrutores e monitores dessas atividades pertencem à Comunidade. O reforço escolar acontece durante a semana.

Inicialmente foi a própria Comunidade que sustentou esse projeto e, em um segundo momento, recebeu doação de jogos de mesa e cadeira escolar e passou a receber alimentação da Coordenadoria de Abastecimento Alimentar do Município (COALI). Atualmente, mantém convênio com a Prefeitura Municipal através da Secretaria Municipal de Assistência Social (SAS).

Projovem Trabalhador Urbano

A AFCN participa do Projovem Trabalhador Mato Grosso do Sul em convênio com a Fundação Estadual do Trabalho (FUNTRAB)³⁴. O Programa, financiado pelo Governo Federal, tem por objetivo preparar o jovem para o mercado de trabalho e para ocupações alternativas geradoras de renda.

Participam do programa, jovens desempregados com idade entre 18 e 29 anos, e que sejam membros de famílias com renda familiar *per capita* de até meio salário-mínimo.

O Projeto está em fase inicial de execução e terá aulas práticas e teóricas de segunda a quinta-feira no período da manhã. O conteúdo a ser ministrado no Curso envolve questões sociais, informática e confecção de vestuário (aulas teóricas e práticas). Para aulas de informática, serão utilizados os computadores

³⁴ Informações sobre o Programa são encontradas nos sites: www.projovemurbano.gov.br e www.funtrab.ms.gov.br.

existentes na AFCN e para as aulas de costura, a Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul disponibilizará maquinários específicos.

Artesanato

Atualmente está sendo realizado o curso de pintura em tecido que é oferecido para turmas de adultos e de crianças (Figura 8). Estão em andamento duas turmas de adultos, uma iniciante e outra avançada que têm aulas durante a semana no período da tarde. A instrutora é uma pessoa contratada pela Comunidade.

As aulas para as crianças são ministradas aos sábados pela manhã por uma professora da própria Comunidade que faz o trabalho voluntariamente.

No decorrer do ano de 2009, foram realizados cursos de: pintura em gesso, ponto cruz, vagonite e boneca em cerâmicas, todos para adultos.

Figura 8 – Fotografia aula do curso de pintura em tecido para crianças - 2009



Pastoral da Criança

A Pastoral da Criança, composta por voluntários da Comunidade, é uma parceria com a Diocese de Campo Grande por intermédio da Paróquia São Judas Tadeu que realiza suas atividades todo terceiro sábado de cada mês. São realizados: acompanhamento de gestantes e crianças com idade de zero a seis anos, por meio de visitas periódicas com acompanhamento no caderno do líder; pesagem; rodas de conversas e orientações para as mães; brincadeiras com as crianças e servido lanches seguindo técnicas de alimentação saudável.

Aulas de Informática

O Projeto é mantido pela própria Comunidade. São oferecidas aulas de informática para a comunidade geral sem limite de idade. São duas turmas no período noturno: uma turma às segundas, quartas e sextas-feiras e outra às terças e quintas-feiras.

4.4.5 Apogeu Sociocultural da Comunidade

Os aspectos socioculturais identificados na Comunidade Negra São João Batista foram colhidos por meio de observações e entrevistas. As práticas culturais coletivas revelam-se como uma força social, que possui poder de transformação.

A Comunidade está interligada a outras comunidades do território nacional através da Rede Mocambo³⁵. Em Mato Grosso do Sul, a Comunidade São João Batista é a única que faz parte dessa rede. É uma rede voltada para o desenvolvimento humano integral e a preservação do patrimônio histórico e da memória em áreas de quilombos. A rede visa a potencializar o desenvolvimento de forma sustentável no âmbito local e regional nos diferentes territórios no Brasil e em África.

³⁵ Rede de negras e negros de âmbito nacional que conecta por tecnologia da informação e comunicação comunidades quilombolas rurais e urbanas. Para isso busca parcerias de diversos segmentos para que de forma colaborativa e coletiva possam reunir diferentes programas, projetos e ações voltados para o desenvolvimento humano, social, econômico, cultural, ambiental e preservação do patrimônio histórico - memória dessas comunidades. Disponível em www.mocambos.net

Segundo Johnson (*apud* Ávila, 2006, p.15):

Cultura é o conjunto acumulado de símbolos idéias e produtos materiais associados a um sistema social, seja ele uma sociedade inteira ou uma família. Juntamente com a ESTRUTURA SOCIAL, POPULAÇÃO E ECOLOGIA, constitui um dos principais elementos de todos os sistemas sociais e é conceito fundamental na definição da perspectiva sociológica.

Geertz (1973, p.15-20) define cultura como toda e qualquer manifestação de um povo. A cultura é vista pelo referido autor como um sistema simbólico, oriundo da concepção simbólica da linguagem, por considerar que a presença do homem no mundo não é imediata, mas mediatizada pela linguagem.

Banda Mukando Kandongo

A Banda Mukando Kandongo teve origem nas oficinas do projeto Ewe Cultura e Cidadania realizado no período de 2001 a 2004 com professores das cidades de Salvador, Campinas e Campo Grande. Surgiu com oficinas de percussão, canto e dança afro-brasileira. Trabalho desenvolvido pelo Instituto Casa da Cultura Afro-Brasileira (ICCAB).

Em 2003, nasceu oficialmente a Banda Afro-brasileira Mukando Kandongo que, em linguagem Banto, significa “Mistérios da Terra”. O seu objetivo é o resgate e a divulgação da cultura afrodescendente por meio do canto, da dança e da percussão.

A Mukando Kandongo, composta por 18 integrantes (vocais, instrumentistas e dançarinas), é coordenada pelos irmãos Sandro e João Paulo Anunciação. A Banda realiza *shows* e apresentações em escolas públicas e particulares, universidades e eventos por todo o Estado de Mato Grosso do Sul.

Ponto de Cultura Mukando Kandongo

Os pontos de cultura, espalhados por todo território nacional, integram o Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura³⁶. Em Mato Grosso do Sul, existem atualmente 12 deles. Esses pontos são o elo entre a sociedade e o

³⁶ Ver www.culturaviva.com.br

estado, possibilitando o desenvolvimento de ações culturais sustentadas pelo princípio da autonomia da comunidade e seu protagonismo.

O Ponto de Cultura Mukando Kandongo, implantado pela AFCN com o Programa Cultura Viva, nasceu para atuar no fortalecimento cultural, junto às comunidades quilombolas de diferentes municípios do Estado. Palestras educacionais sobre história da África, cidadania, direitos humanos, socioeconômicos e relação de gênero são algumas das atividades desse Ponto.

As ações do Mukando Kandongo não estão restritas à Capital. Os municípios de Nioaque, Maracaju e Bonito já foram atendidos com atividades do projeto. Em breve, o grupo pretende atuar em Dourados e Terenos.

Na sede do Ponto de Cultura, ocorrem aulas de percussão (Figura 9), dança e amarração de roupas étnicas. No terceiro sábado de cada do mês, há apresentações de dança no período vespertino. No Teatro do Ponto, os alunos descobrem o talento e ainda discutem o poder da valorização das raízes que pode ajudar a traçar um futuro melhor.

Figura 9 – Fotografia aula de percussão para crianças - 2009



O Ponto de Cultura procura, por meio, com suas ações, valorizar a população negra em ações concretas e permanentes, divulgando e cuidando da Comunidade. Em 2007, ganhou o Prêmio Itaú-UNICEF, em sua sétima edição, por induzir e fomentar a cultura afro-brasileira. Nesse mesmo ano, recebeu da Prefeitura Municipal de Campo Grande, por meio da Fundação Municipal de Cultura, o Prêmio Amigo da Cultura em sua terceira edição.

Os pontos de cultura viabilizam o exercício da inteligência coletiva, definida por Levy (1999, p.28) como: “uma inteligência distribuída por toda a parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências”

Festcine

Este ano a AFCN recebeu sessões de cinema, como parte do 6º festival de Cinema de Campo Grande - cinema itinerante com amostras de curtas-metragens no período noturno, por meio de parceria com o Pontão de Cultura Guaicuru³⁷. Há proposta de se continuar realizando sessões de cinema uma vez por mês.

Teatro

Há um projeto aberto à comunidade externa, em parceria com o Pontão de Cultura Guaicuru, no qual são oferecidas aulas de teatro duas vezes por semana no período noturno, que se iniciaram no mês de fevereiro de 2009 e se encerraram no final de novembro do mesmo ano. Dentro do curso, o grupo já realizou uma leitura dramatizada com o título “Arena Contra Zumbi”. Atualmente, estão ensaiando uma peça que conta a história de Zumbi e que será apresentada pela primeira vez no encerramento do curso. Já recebeu convite para apresentações em outros locais, como na Feira Central de Campo Grande, Parque Jacques da Luz e Pontão Guaicurus. A Comunidade já formou um grupo

³⁷ O Pontão articula ações que fomentam o relacionamento entre os Pontos de Cultura, Casas Brasil, comunidades indígenas, comunidades das fronteiras com a Bolívia, Paraguai e outros grupos que trabalham a arte e a cultura, realizando atividades de forma cooperativa, colaborativa, solidária e inclusiva. Desta forma, pretende-se fortalecer a cultura popular, dar força, visibilidade a manifestações culturais de Mato Grosso do Sul. Disponível em: www.pontaodeculturaguaicuru.org.br.

de teatro com o nome “Reis da Liberdade” que pretende trabalhar com temas associados ao resgate da cultura afro-brasileira.

Por meio dos seus projetos e ações de incentivo às manifestações culturais e a promoção dos saberes e da cultura, a Comunidade procura conscientizar a população afrodescendente da necessidade de valorização da sua cultura ancestral, da sua dignidade e do combate ao preconceito.

4.5 PERFIL PRODUTIVO

O cotidiano é a base das produções materiais da vida em todas as suas dimensões. O mundo do trabalho também está inserido nesse dia a dia, onde as relações são estabelecidas.

Tudo o que o ser humano produz e/ou transforma resulta de trabalho. Johnson (1997, p.241) afirma: “[...] de modo geral trabalho é toda atividade que gera um produto ou serviço para uso imediato ou troca. [...] é considerado como ocupação apenas se resultar em ganho monetário”.

O trabalho é a forma de assegurar a subsistência e a garantir autonomia do ponto de vista econômico, e também, maneira de contribuir para o desenvolvimento da comunidade-localidade em que se vive. É no trabalho que se adquirem conhecimentos, desenvolvem-se capacidades e habilidades, como seres sociais e criativos que são.

Kaufmann (2002, p.32) diz:

[...] o trabalho é aquilo que permite adquirir a consistência e a autonomia sendo compreendido como processo de formação (*Bilden, Bildung*) por transformação das coisas. [...] o trabalho não é a apenas um modo de produzir bens de subsistência, mas é igualmente um modo de reconhecimento mútuo. [...] Trata-se de atividades, raramente executadas em completo isolamento, que preenche a função de integração social, atividades realizadas em cooperação, [...].

O mundo do trabalho envolve a todos independente de raça, classe econômica, sexo, idade, lugar em que se vive, etc., seja, como empresário, empregado, autônomo. Com as comunidades tradicionais não é diferente. Todos precisam buscar a sua sobrevivência.

De maneira geral, nas comunidades tradicionais urbanas, a maioria dos trabalhadores é assalariada, como a maioria daqueles que vivem nas cidades.

No caso da Comunidade Negra São João Batista, alguns indivíduos são funcionários públicos, nesse universo estão as mulheres. Outros trabalham na empresas familiares: fábrica de cimento e empresa de solda, pertencentes à Comunidade.

Segundo Gonçalves (2000, p.8), a empresa familiar é caracterizada pela coexistência de três situações:

[...] (a) a empresa é propriedade de uma família, detentora da totalidade ou da maioria das ações ou cotas, de forma a ter o seu controle econômico; (b) a família tem a gestão da empresa, cabendo a ela a definição dos objetivos, das diretrizes e das grandes políticas; (c) finalmente, a família é responsável pela administração do empreendimento, com a participação de um ou mais membros no nível executivo mais alto.

A Bispo Solda Técnica (BTS) pertence ao núcleo familiar Bispo, localizada no bairro Aero-Rancho, é dirigida pelo Sr. Jair Bispo e nela trabalham seus filhos e sobrinhos. A empresa faz recuperação de cabeçote de ferro fundido e alumínio, solda de bloco, solda em geral, além de oferecer serviços de mecânica (diesel e gasolina) e montagem de motores (ver Anexo 5).

A Fábrica de Artefatos de Cimento Estrela Dalva, empresa familiar, pertence aos filhos do Sr. José Reginaldo e está instalada na divisa dos bairros Jockey e Piratininga. E caracteriza como uma microempresa³⁸ e está enquadrada no Simples³⁹.

A empresa, inicialmente, denominada Coralsul, tinha como principais atividades, a produção e a venda de cibloco⁴⁰. Foi fundada em 1975 pelo Sr. Reginaldo, que passou o comando para os filhos em 1985. Ao assumirem a

³⁸ O Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei nº 9.841/99), estabelece incentivo através da simplificação de suas obrigações administrativas, previdenciárias e creditícias e pela eliminação ou redução destas por meio de lei, assim as define:

- Microempresa é a pessoa jurídica com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 433.755,14
- Empresa de pequeno porte é de R\$ 433.755,15 a R\$ 2.133.222,00.

³⁹ Instituído pela Lei complementar n. 123/2006 que estabelece tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, especialmente no que se refere: à apuração e recolhimento dos impostos; ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive obrigações acessórias e ao acesso a crédito e ao mercado.

⁴⁰ Bloco de cimento pré-fabricado para construções de muros e paredes.

gestão, os filhos mudaram o nome da empresa para Estrela Dalva em homenagem à mãe, Sra. Maria Dalva.

Atualmente são produzidos artefatos de cimento como: manilha para bueiro (Figura 10), manilha para poço e fossa, poste curvo e reto, bloco de concreto, lajota sextavada, tanque simples de concreto, pia de granito, tanque duplo/triplo, manilha para coxo, manilha para árvores, caixa de embutir aparelhos de ar condicionado (todas as medidas), além de artefatos para jardim (ver Anexo 5).

Figura 10 – Manilha produzida pela Fábrica Estrela Dalva - 2009



Os artefatos de cimento e o seu respectivo processo produtivo não são exclusivos da Comunidade. Os produtos fabricados também são produzidos por diversas empresas em todo o Brasil. No caso da Fábrica Estrela Dalva, ela destina-se a atender construções em geral, obras de drenagem e pavimentação asfáltica em Campo Grande e cidades vizinhas.

Cabe ressaltar que, além de cumprir as normas e os requisitos recomendados pela Associação Brasileira de Cimento, a Fábrica procura diferenciar o seu produto pela qualidade. A preocupação em oferecer um produto com qualidade superior está vinculada ao objetivo de preservar o nome da família, ou seja, sua tradição e credibilidade no mercado.

Nas observações e entrevistas, constatou-se que o Sr. Reginaldo não fez apenas a transferência da fábrica para os filhos, mas, também, transferiu o conhecimento utilizado no processo de fabricação dos produtos supracitados; inclusive, quando necessário, ele auxilia na gestão da empresa.

A transmissão da profissão pelas gerações, para Bourdieu (2005), denota herança cultural, ou seja, é como se fosse a manutenção de uma tradição familiar.

A Fábrica é semimecanizada, isto é, a maior parte do processo de produção não é automatizado. Observou-se em visita⁴¹ à Fábrica que grande parte do trabalho é manual. O único maquinário existente é o misturador da matéria prima (cimento, a areia e água) utilizada na produção de pré-moldados, esta seria a parte que podemos chamar de mecanizada.

A mão de obra é composta por pessoas da família (irmãos, sobrinhos). Dois irmãos, além do processo de fabricação, respondem pela direção da empresa. Os funcionários são formalmente registrados pela empresa de acordo com a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). O processo de produção é feito sob a orientação de um engenheiro civil como colaborador.

Os recursos oriundos das atividades da Fábrica são destinados ao pagamento de fornecedores, impostos, funcionários e remuneração dos diretores. Um percentual é doado para a manutenção da AFCN. Segundo a direção da empresa, em função de dificuldades nas vendas, atualmente, não há recursos para investimento na compra de equipamentos e ampliação da produção.

Apesar de, atualmente, haver apenas homens trabalhando na fábrica de artefatos de cimento, as irmãs também são sócias e já trabalharam na empresa, mas, acabaram se deslocando para outras atividades, seja por aprovação em concurso público ou por causa do trabalho na associação da Comunidade.

Com relação à jornada de trabalho, a Fábrica funciona das 7h da manhã, com parada para almoço das 11h30 às 13h30. O turno de trabalho é encerrado às 18h podendo se estender até as 19h30, caso haja entrega para fazer.

⁴¹ As visitas à Fábrica de Artefatos de Cimento Estrela Dalva foram realizadas nos meses de outubro e novembro de 2009, durante o horário normal de funcionamento quando foram coletados os dados apresentados neste tópico.

O terreno onde a Fábrica está instalada (na Figura 11) é uma área cedida pela Prefeitura Municipal de Campo Grande em regime de comodato. Apesar de estar ocupando esse espaço há 24 anos, a Comunidade ainda não conseguiu a posse definitiva que foi solicitada à Prefeitura há mais de 15 anos.

Figura 11 – Mapa localização da Fábrica Estrela Dalva



De acordo com Sandro Anunciação⁴², a Fábrica não está ligada a nenhum sindicato. Com relação à divulgação de seus produtos, utiliza *sites* de publicidade na Internet e eventualmente em jornais impressos.

Nas entrevistas, constatou-se que as maiores dificuldades enfrentadas pela Fábrica estão vinculadas ao processo de comercialização. Por ser uma pequena empresa, embora estruturada e com vários clientes, em muitos casos, ela não consegue vender diretamente aos grandes compradores tendo que recorrer a intermediários, o que implica a redução da sua margem de lucro.

Outro fator relatado como dificuldade na comercialização refere-se ao preconceito racial. Alguns clientes deixam de comprar a partir do momento que visitam a empresa e constataam que pertence a pessoas negras. Segundo

⁴² Sandro, filho mais velho do Sr. Reginaldo Anunciação, é sócio e diretor da Fábrica de Artefatos de Cimento Estrela Dalva.

Renaldo Anunciação⁴³, em entrevista gravada, são várias as situações em que se constatou a questão do preconceito. O trecho da entrevista destacado a ser exemplifica essa questão.

A discriminação nesse ramo é muito grande. [...] É fácil quando o contato é por telefone, é tudo nivelado. [...] quando o dono deseja um contato pessoal, quando surge o corpo a corpo você vê a diferença, surge o problema de raça, do preconceito [...] aí você sente a diferença no atendimento. [...] há discriminação sim e todos sabem disso [...] aí começa a querer rever a questão de preço e para vender temos que baixar o nosso preço. Na base não existe essa diferença. [...] Já testamos a questão do preconceito, quando nós vamos é uma coisa, mas testamos enviando para realizar a venda, o Alexandre⁴⁴, marido da Rosana, com ele foi outra coisa, até cafezinho serviram para ele” (Renaldo Anunciação – Sócio e funcionário da Fábrica).

Outro exemplo é o de um cliente para o qual a Fábrica fornecia seus produtos há cerca de um ano, que rompeu o contrato após conhecê-los pessoalmente em uma festa de confraternização de final de ano promovida pelo cliente. Atualmente, os produtos são comercializados sem a marca da Empresa Estrela Dalva, para serem vendidos por outros fabricantes como se fosse deles.

Apesar dessas dificuldades, a Comunidade não desiste e acredita poder superar esses obstáculos. Isso se observa pelos planos dos diretores da empresa de aumentar sua capacidade de produção, após a ampliação do espaço físico, pois dessa forma poderão ser fabricados outros artefatos. Há, ainda, a idéia de se abrirem pontos de comercialização em Campo Grande para venda direta à pessoa física. Esta ampliação possibilitará a geração de emprego para mulheres e jovens da Comunidade.

Ressalta-se que, hoje, na Comunidade as mulheres desempenham atividades diversificadas. Há funcionárias públicas, empregadas domésticas, donas de casas e outras que se dedicam ao trabalho na AFCN e/ou ainda produzem e comercializam artesanato contribuindo para a renda familiar.

Embora as empresas gerem empregos apenas para os homens, elas não são a única fonte de rendimentos dos integrantes da Comunidade.

⁴³ Renaldo, filho do Sr. Reginaldo Anunciação, é sócio e funcionário da Fábrica de Artefatos de Cimento Estrela Dalva.

⁴⁴ Alexandre, esposo de Rosana Anunciação (irmã de Renaldo), é branco.

4.6 HERANÇA RELIGIOSA E UNIÃO DA COMUNIDADE

O fenômeno religioso, acontecimento universal, encontra-se em todas as culturas e em todos os tempos. Acreditar numa força superior, ter fé, é necessidade inerente ao ser humano, faz parte da própria cultura. Como diz Geertz (1989, p.140), “[...] as religiões com suas dramatizações auxiliam as pessoas a encontrar ânimo e motivação, respostas e esperanças perante situações de sofrimento, insegurança, perdas, paixões, aflições e tristezas que a vida cotidiana apresenta”.

Apesar de essa necessidade ser comum, reconhece-se que nem todos os povos professam uma só religião, e que é preciso respeitar a diversidade religiosa por meio da tolerância. Como preconiza a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948⁴⁵, da qual o Brasil é signatário, “a liberdade religiosa é um dos direitos fundamentais da humanidade”.

No Brasil, os colonizadores europeus quando aqui chegaram, encontraram os indígenas e, mais tarde, trouxeram os africanos escravizados, refletindo a diversidade de crenças existentes, já que tanto os europeus, quanto os indígenas e os negros possuíam suas próprias crenças. A mistura cultural e religiosa desses diferentes povos deu origem às religiões afro-brasileiras.

Falar sobre a cultura e a religiosidade dos afrodescendentes implica falar em sincretismo religioso, fenômeno bastante comum no Brasil durante os períodos colonial e imperial, onde se buscou adaptar nas religiões de matriz africana os rituais da fé Católica. Segundo Abbagnano (2003, p.903), o termo sincretismo associado à história das religiões indica “[...] fenômenos de sobreposição e fusão de crenças de origens diversas.”.

Um exemplo da mistura das religiões no Brasil e da predominância da fé católica é que para realizar os seus rituais religiosos de origem africana, os escravos assumiram santos católicos como os seus Deuses africanos para que pudessem ter a liberdade de praticar a sua fé.

⁴⁵ Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Table/Documentos-Internacionais-da-Sociedade-das-Nações-1919-a-1945/>

Até os dias de hoje é possível identificar certa resistência à cultura e religiosidade dos afrodescendentes. Mas, não há como negar a cultura e a religiosidade, herdadas do continente africano, encontrados no Brasil. O som da música, o ritmo da percussão, as danças, o canto, a alegria, presentes nos rituais africanos são hoje associados à cultura do povo brasileiro. As festas simbolizam o ponto alto das manifestações religiosas afro-brasileiras.

A prática religiosa é o alicerce da vida dos afrodescendentes, faz parte de suas referências identitárias. Os elementos de caráter religioso foram fundamentais no processo de resistência dos africanos ao escravagismo no Brasil. Através deles, encontraram forças para sobreviver aos maus tratos e lutar pela sua liberdade.

Para dissertar sobre a trajetória histórica e contemporânea da religiosidade da Comunidade Negra São João Batista, apresentada a seguir, baseou-se em entrevistas gravadas, relatos orais, observação *in loco* e registro fotográfico.

O resgate da tradição religiosa de uma comunidade remanescente de quilombo

A festa de São João Batista teve o seu início na cidade de Coxim por volta do ano de 1922. Começou em função de uma promessa feita a São João Batista, pela senhora Maria Rosa da Anunciação, que faleceu em 1977 na cidade de Campo Grande, conforme certidão de óbito apresentada. (Anexo 6). Atualmente, a família encontra-se na sexta geração e a festa continua sendo realizada após 87 anos do seu início.

A promessa foi feita pela saúde do filho José Soares Magalhães, que havia nascido prematuro e doente e provavelmente, não resistiria. A senhora Maria Rosa, que era muito religiosa e devota de São João Batista, fez então a promessa ao santo pela recuperação de seu filho.

Maria Rosa era uma pessoa alegre e extremamente caridosa como contam os seus descendentes. Prometeu rezar o terço e fazer uma festa em homenagem a São João Batista enquanto vivesse. Durante a celebração, além do terço e da procissão, era feita a lavagem do santo no rio Coxim. A festa, naquela época

era realizada na Cidade de Coxim e era considerada uma das maiores festas da região. Pessoas de várias localidades próximas deslocavam-se à cidade para participar, porque a família era muito conhecida e respeitada. Os filhos da Sra. Maria Rosa eram garimpeiros e possuíam muitas pedras preciosas, o que lhes dava certo *status* perante os moradores da região.

A festa passou a acontecer em Campo Grande a partir de 1945, no Bairro Monte Líbano (Rua da Liberdade), próximo ao centro da cidade, hoje considerado área nobre. Nesse local ela era realizada da mesma forma que em Coxim, inclusive com a lavagem do santo, que era feita no córrego Prosa, e ficou conhecida como “Festa dos Trindade”. Esse nome foi uma associação ao nome de um dos filhos da Sra. Maria Rosa (Trindade) que, em função de ser liderança expressiva da família, ficou muito conhecido na cidade.

A homenagem a São João Batista continua até os dias de hoje, tornou-se uma tradição familiar. É realizada nos dias 23 e 29 de junho no espaço da Associação Comunidade Negra São João Batista situada na Rua Barão de Limeira, 1750, Bairro Santa Branca, aberta à comunidade em geral, mediante convite feito pela AFCN.

No dia 23, a comemoração tem início com a celebração do terço, durante o qual são entoados diversos hinos religiosos seguidos de explosão de fogos de artifício.

Após o terço, é realizada a procissão, durante a qual é carregado o andor com a imagem de São João Batista, ornamentado com fitas coloridas e flores. As pessoas seguem o andor carregando velas acesas e entoando o hino de louvor a São João Batista, até o local onde é erguido um mastro de aproximadamente 20 m de altura, com a bandeira de São João e dos demais santos do mês de junho (Santo Antônio, São Pedro e São Paulo).

A procissão dá três voltas em torno do local onde será erguido o mastro e de uma árvore antiga, que tem forte significado para a Comunidade, representa a força da mãe-terra, o contato, a união da comunidade. A árvore significa a força das três pessoas da Santíssima Trindade. Após as duas primeiras voltas, passam em baixo do mastro que é sustentado pelos homens da Comunidade no sentido horizontal. Em seguida é fixado ao chão e, então, as pessoas retornam para

dentro do oratório e realizam os ritos finais, quando são entoados novos hinos e é feita a reverência aos santos que estão sobre o altar. A figura 12 mostra carregamento do andor durante a procissão.

Figura 12 – Carregamento do andor durante a procissão - 2009



No altar (ver Figura 13), além dos santos da festa, há as imagens de Jesus Cristo, Nossa Senhora Aparecida, São Jorge e São Benedito. Há também fotografias de antepassados e ornamentos diversos.

Figura 13 – Fotografia do Altar – 2009



Dentre os hinos entoados estão: “Hino de São João Batista”, “Beijamos, Beijamos”, “Chegai Pecador”, “Que Santo Aquele” em homenagem a São Benedito e “Divina Luz”.

Depois da celebração religiosa, acontece a parte social da festa, com apresentações de grupos culturais, quadrilhas, barraca de pescaria e correio elegante⁴⁶. Há também comida e refrigerantes, que são servidos a todos os presentes sem exceção, gratuitamente, mesmo para aqueles que não fazem parte da Comunidade.

No dia 29 de junho, acontece novamente a celebração das homenagens a São João Batista e também aos demais santos do mês de junho.

Como no primeiro dia, realiza-se o terço, segue-se em procissão, dá-se novamente as três voltas em torno da árvore símbolo e do mastro erguido na celebração do dia 23, cantando o hino em louvor a São João Batista. Baixa-se o mastro (ver Figura 14) e todos os participantes passam por baixo, tocando as imagens dos santos, em seguida a procissão retorna com o quadro dos santos. Em seguida, para finalizar a celebração dentro da capela como no primeiro dia. Há queima de fogos de artifício.

Figura 14 – Fotografia da procissão passando por baixo do mastro – 2009



⁴⁶ É o serviço de entrega de bilhetes durante a festa. A mensagem normalmente é escrita num cartão ou papel colorido e entregue ao destinatário durante a festa.

É importante destacar que, durante a procissão, tanto no dia 23 quanto no dia 29, sob o comando do Sr. Reginaldo ao microfone, são feitas reverências aos santos e aos organizadores e participantes da festa, o qual diz: “Viva São João Batista” e todos respondem “Viva!” “Viva o festeiro!” E todos respondem “Viva!” “Viva os convidados!” e todos respondem “Viva!” E assim por diante.

Dentro da organização e realização da festa, há várias funções, que são executadas por membros da Comunidade, como: os guardiões, responsáveis por guardar o espaço e o quadro de São João Batista levando nas mãos uma lança e um escudo. São crianças que receberam graças do Santo. Eles são os primeiros a entrarem no oratório após pedirem autorização ao festeiro que é o Patriarca da Comunidade.

Outras funções são: o capitão do mastro que tem a responsabilidade de procurar o mastro, mais firme e mais alto possível e ornamentá-lo; o capitão da fogueira que é responsável por recolher a lenha e fazer a fogueira e o capitão do empalhizado que é responsável por providenciar as palhas para se construir as barracas. A preparação da comida e ornamentação do espaço da festa fica a cargo das mulheres da Comunidade.

Do mesmo modo que no dia 23 de junho, no dia 29, ocorre a parte social da festa com os mesmos elementos. Nesses dois dias de festa, como nos primeiros anos de sua realização, é servido um bolo depois do jantar. A tradição da comida é mais recente, a tradição do bolo e do refrigerante ou suco existe há mais tempo.

Apesar de haver algumas funções específicas, todos os membros da Comunidade se envolvem na realização. Todos ficam envolvidos no ritual, por se tratar de uma tradição da Comunidade. Além dos membros da Comunidade, participam da festa a comunidade do entorno e parceiros.

A fé no Divino Espírito Santo, em São João Batista, e nos demais santos do mês de junho une e fortalece a Comunidade, influenciando diretamente na vida de cada indivíduo. Segundo Rosana Anunciação, presidente da AFCN: “todas as atitudes deles refletem como Deus e São João Batista gostariam que agíssemos”

De acordo com relatos orais colhidos, percebe-se a importância das experiências e da religião na vida das pessoas da Comunidade por meio da fé em São João Batista e no alcance de uma graça. Isso se reflete na narrativa⁴⁷ da prima (em segundo grau) do senhor Reginaldo, senhora Sebastiana (Dona “Dique”), com relação às pessoas que participam da festa e das graças alcançadas.

Eu cresci acompanhando a família, como puxadeira de terço. A história da promessa é muito linda, muito mais do que se imagina. Sou testemunha viva de que algumas pessoas que vieram à festa e pediram uma graça (milagres) e foram atendidas, voltavam no próximo ano para agradecer. (Sebastiana (Dona “Dique”))

A religião tem um papel fundamental na reprodução social dessa comunidade, inclusive na reprodução física, já que o espaço das festas religiosas é também o território das relações de desenvolvimentos dos projetos sociais e do seu cotidiano.

Missa Inculturada

A religião católica está presente no modo de ser das comunidades tradicionais. Desde o período colonial do Brasil, a Igreja Católica atuou na catequização dos indígenas partindo da pressuposição de que todos os povos deveriam ser convertidos ao catolicismo. A Igreja Católica como diz Mira (1983, p. 62-90) seria: “[...] o caminho da salvação [...] os escravos deveriam se sentir agraciados, pois a escravidão era a forma de redimi-los espiritual e fisicamente”.

O povo africano que aqui chegou, perdeu e ganhou novos valores e forma própria de religião que assimilou preceitos e rituais católicos, mas também, preservou a herança dos seus ancestrais. Dessa forma, torna-se evidente que a religiosidade dos remanescentes de quilombo é mesclada por elementos africanos e do catolicismo.

A Missa Afro ou Missa Inculturada é diferente da missa tradicional católica. A celebração é marcada pelos cânticos ao som dos tambores e atabaques (ver

⁴⁷ O depoimento foi colhido em sua residência, situada em bairro diverso de onde residem os integrantes da Comunidade.

Figura 15). Os membros da Comunidade vestem-se com roupas típicas da África e toda a riqueza da cultura africana se faz presente no ritual. Antes de entrar no recinto onde acontece a celebração, fazem-se uso da água de cheiro para lavar as mãos, seguindo um ritual de purificação.

Figura 15 – Fotografia instrumentos de percussão utilizados durante a missa – 2009



Segundo o Padre Josuel Boaventura (2008), a primeira Missa Afro, realizada no Brasil, aconteceu em 22 de novembro de 1981, celebrada na cidade de Recife, pelos Arcebispos Dom José Maria Pires e Dom Helder Câmara em memória de Zumbi dos Palmares e da resistência dos negros à escravidão. Ao longo do tempo, novos elementos foram incorporados à celebração até se chamar Missa Afro ou Inculturada.

Atualmente, essa missa é celebrada em diversas comunidades de todo o Brasil, várias vezes ao ano. Em Campo Grande, é celebrada no mês de novembro, em comemoração à Semana da Consciência Negra e ao herói negro, Zumbi dos Palmares. Antes de se chamar Missa Afro ou Inculturada, foi chamada de Missa dos Quilombos, justamente por retratar os ideais de liberdade vividos nos quilombos.

Durante muito tempo, o Vaticano proibiu a influência de outras culturas na missa tradicional católica. A incorporação das tradições africanas à missa foi liberada em 1988, pelo Papa João Paulo II.

Ainda, segundo o Padre Josuel Boaventura, a *Sacrosantum Concilium* (documento do Concílio Vaticano II), ao definir a liturgia como fonte e expressão de toda a vida da Igreja (SC 10), recorda que a Igreja, em sua atividade missionária, ao se aproximar das culturas, é convidada a estabelecer um profundo intercâmbio de dons: quando leva a riqueza de sua liturgia, reconhece e assimila a riqueza dos valores culturais. O mesmo documento quando se refere à inculturação, pede, nos números de 37 a 40, a adaptação da liturgia à mentalidade dos diversos povos e culturas.

A Missa Afro na Comunidade Negra São João Batista (Figura 16) é realizada no dia 15 de novembro em comemoração ao aniversário de criação da Associação Familiar da Comunidade Negra São João Batista e de alguns dos seus integrantes, além de ser o mês da Consciência Negra.

Figura 16 – Fotografia Missa Afro na comunidade São João Batista - 2009



Posteriormente à celebração da missa, acontecem vários eventos culturais. É um dia especial para a Comunidade. Com a presença de vários convidados, é servido almoço ou coquetel, embora haja variações de um ano para outro.

Alguns aspectos que diferenciam a Missa Afro de uma missa tradicional são: durante todo o ritual litúrgico está presente o som dos atabaques e o compasso de danças e saudações de paz com a palavra “axé”; as pessoas permanecem descalças, em contato com terra; as vestes têm motivos africanos; os cantos executados fazem alusões à cultura e à história dos negros; as figuras de Zumbi e a Negra Mariama⁴⁸ são lembradas em vários momentos. No ritual do ofertório, são oferecidos alimentos (Figura 17) que são partilhados posteriormente com todos os presentes.

Figura 17 – Fotografia flores e alimentos ofertados - 2009



De maneira geral, a Missa torna-se mais alegre e participativa. O Padre Josuel⁴⁹, pároco da Paróquia São João Calábria, descreve um pouco das peculiaridades do ritual da Missa Afro:

[...] Ao início da celebração se revive a memória histórica daqueles que sofreram no próprio corpo o martírio de Cristo. E entre estes está Zumbi, mártir maior da causa negra, assassinado no quilombo dos Palmares pelo sistema branco opressor em 1695. A celebração é feita muitas vezes no chão **ao ar livre, vivenciando a nossa ligação vital com a**

⁴⁸ A negra Mariama é o ícone maior da espiritualidade afro no que se refere à devoção a Maria (Nossa Senhora). Representa a opção de Deus para com os negros, os pobres mais pobres nos tempos da escravidão, quando ela apareceu toda negra (Silva, 2007).

⁴⁹ Em resposta a questionário elaborado por esta pesquisadora, por e-mail tendo em vista que o mesmo se encontrava fora do País na época.

natureza, expressando assim a nossa relação amorosa com ela. [...] Nossas liturgias são mais criativas e cada celebração é por assim dizer, uma experiência única. Contudo vamos descrever alguns momentos fortes de nossas festas de louvor:

1 - Ato Penitencial: Pedimos perdão, por aqueles que fizeram nossos pais de escravos, e por aqueles que ainda continuam a nos discriminar em todos os campos. Pedimos perdão para a igreja que pertencemos, e que foi conivente e participante do regime de escravatura, e ainda hoje muitas vezes é conivente com o racismo. E enquanto comunidade negra, pedimos perdão pelas vezes que não assumimos nossa negritude, as nossas lutas e o compromisso de transformar este mundo num espaço de amor e compreensão. [...]

2 - Hino de Louvor: Reconhecemos que o grande hino de louvor, é feito por toda a criação. Glorificamos a Deus cantando, dançando e batendo palmas.

3 - A Palavra: Esta palavra é contada pelos mais velhos recordando que a nossa tradição é oral. Em seguida há a partilha da palavra, a partir de nossas experiências.

4 - Oferendas: Ao Deus Pai Criador - oferecemos o pão e vinho, o bolo de fubá e a cachaça, a criança e o velho tão querido na nossa cultura negra. Oferecemos as folhas, as flores, os frutos, as verduras, legumes e água de cheiro.

5 - Axé: Saudação da paz. Tocamos a mãe terra e os ombros dos nossos companheiros e companheiras, dizendo AXE. Axé é paz, energia, saúde, vitalidade. Não dá para traduzir, mas sentir.

6 - Comunhão: Comungamos o pão e o vinho - corpo e sangue de Cristo. Comemos também pipoca, as frutas, etc., comungando assim a nossa vida e cultura negra.

(Padre Josuel dos Santos Boaventura “Padre Degas”, Pároco da Paróquia São João Calábria – Arquidiocese de Campo Grande/MS – 2008)

Ainda segundo o Padre Josuel, durante a Missa acontece realmente o resgate de alguns valores que estão na base da cultura afro, são eles:

1. A Natureza: O povo negro é um povo muito ligado à natureza, o que o leva a celebrar com abundância de água, fogo, folhas, terra, flores...
2. Os Antepassados: É de grande importância celebrar os antepassados, pois eles também fazem parte da caminhada e continuam fazendo história com a comunidade.
3. A Festa: Esta deve acontecer de fato para mostrar que a vida deve ser diferente, deve ser partilha, gratuidade, alegria e, num sentido escatológico⁵⁰, aperitivo do grande banquete no reino definitivo.
4. A Dança: Celebra-se não somente com a cabeça, com o cérebro, mas com todo o corpo. O corpo sendo expressão do divino, faz com que a fé seja manifestada na alegria e com muito gingado. Os atabaques têm um papel fundamental; quando eles tocam, o corpo mexe, louvando a Deus. Os cantos trazem uma mística; não precisam ter muita letra, mas muita música.
5. A Comida: Para as comunidades afro é impossível celebrar sem comida, pois comer juntos é entrar na intimidade do outro, é partilhar a

⁵⁰ Relativo a escatologia, doutrina sobre a consumação do tempo e da história e tratado sobre os fins últimos do homem. (*Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, 1986*)

vida. Isso acontece através da pipoca, da canjica, da mandioca, da cachaça, do amendoim, do angu, do bolo de fubá, etc.
(Padre Josuel dos Santos Boaventura “Padre Degas”, Pároco da Paróquia São João Calábria – Arquidiocese de Campo Grande/MS – 2008)

Pastoral Afro

Segundo a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a pastoral afro-brasileira nasceu da necessidade de se dar organicidade às diferentes iniciativas dos negros católicos que marcam presença na vida e na missão da Igreja. Também é fruto da consciência das necessidades que foram surgindo a partir do aprofundamento do compromisso com a caminhada das comunidades negras.

Para sintetizar, a Pastoral Afro é uma ação que volta sua atenção para a realidade dos afrodescendentes. Participam dela não somente afrodescendentes, mas também, outras pessoas que, vivendo a experiência eclesial, abraçam a causa. Isso mostra que é uma atividade aberta que de certa forma promove a ‘aculturação’ do entorno.

Na Comunidade São João Batista, as atividades da Pastoral acontecem todo terceiro domingo do mês, quando se reúnem as comunidades negras São João Batista e São Benedito e representantes da Paróquia São João Calábria. A pastoral é um mecanismo de promoção sociocultural que, sob a orientação do Padre Josuel do Santos Boaventura, trabalha o resgate da cultura e da autoestima, valorizando as diferenças dessas comunidades.

Nesses encontros são realizadas atividades e discussão sobre a luta pela titulação de terras de remanescentes de quilombo sobre questões políticas e sociais, também são lembrados os antepassados e os valores africanos. Busca-se por meio desses encontros a celebração da vida e da união entre os povos, independente de ideologia, cor ou de crença religiosa.

Concluindo o Capítulo 4, cabe ressaltar que a Comunidade Negra São João Batista dispõe de um significativo grau de preservação e resgate da sua cultura e religiosidade, além de grande capacidade organizativa. Tudo isso auxilia e contribui para a união do grupo e o fortalecimento do sentimento de pertença.

No capítulo seguinte, será apresentada a análise e discussão das informações e conclusões apuradas nesse Capítulo, em relação às potencialidades impulsoras ou restritivas do Desenvolvimento Local, conforme referenciais teóricos apresentados nos capítulos 2 e 3.

5 HISTÓRIA DA COMUNIDADE "SÃO JOÃO BATISTA" E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Este capítulo apresenta a análise e a discussão dos dados e informações apurados e apresentados no Capítulo 4, procurando interpretar os resultados de maneira holística, com vistas a identificar as potencialidades impulsoras do desenvolvimento local na Comunidade Negra São João Batista, considerando-se o referencial teórico apresentado nos capítulos 2 e 3.

Com base na observação participante, entrevistas e nas demais técnicas empregadas, destacam-se alguns aspectos principais que caracterizam o cotidiano dessa Comunidade, inter-relacionando-os com os pressupostos do Desenvolvimento Local, ao se considerar a premissa de que o desenvolvimento deve partir da própria comunidade, isto é, como bem coloca Ávila (2000) do desabrochamento de suas capacidades, competências e habilidades.

As ações de desenvolvimento devem ser endógenas, ou seja, partir de dentro para fora. Isso não significa que os fatores externos devam ser desconsiderados, mas devem ser aproveitados na medida em que a comunidade saiba discernir aquilo que realmente contribui para o seu desenvolvimento. Como se pôde constatar na São João Batista, há indicativos de que a mesma caminha nessa direção, pelo modo como ela age e se movimenta, evoluindo de maneira efetiva em direção à convergência de fatores que a capacitam como gestora do seu próprio desenvolvimento.

Devido às características endógenas do DL, a união/coesão de uma comunidade é um aspecto essencial para sua concretização. Ávila (2005) pontua o quanto é relevante a união para o DL:

Sem o envolvimento e cooperação solidária, o Desenvolvimento Local se reduz a mera nomenclatura, por falta da medula que energize e dinamize tanto a união quanto a ação cooperativo-constructiva no âmbito da diversidade dos indivíduos que compõem cada comunidade-localidade.

Nos relatos colhidos na Comunidade São João Batista fica evidente a relação de união e coesão, pois todos se identificam como integrantes dessa comunidade e se sentem comprometidos a apoiar e a fortalecer suas normas, valores, crenças e estruturas. Isso se manifesta por meio do desenvolvimento de suas atividades sempre de forma solidária e com a participação de todos. A fala a seguir expressa um pouco dessa união:

[...] a gente procura trabalhar nesse pensamento, que é o pensamento do patriarca e é isso que ele está repassando para nós (da união, do trabalhar em conjunto), trabalhar em conjunto, fazer crescer o nome da instituição que é o nome da Comunidade [...]. (Rosana – Presidente da AFCN)

De maneira geral, todos estão envolvidos em trabalhos voluntários na AFCN, nem mesmo seus dirigentes são remunerados. O papel que cada integrante desempenha dentro da Comunidade é valorizado pelos demais, seja, de quem dirige Associação até quem prepara o café e/ou faz a limpeza. Não se percebe disputa de poder⁵¹, cada um tem o seu papel e o aceita, sentindo orgulho do que faz e de poder contribuir para os resultados globais, refletindo ideais de solidariedade. Solidariedade entendida neste contexto como “relação de responsabilidade, sentimento moral que vincula pessoas unidas por interesses comuns, de modo que cada elemento da comunidade se sinta no dever de apoiar o(s) outro(s)” (SCHIAVO e MOREIRA, 2005).

Essa união/coesão também é beneficiada pelo sentimento de pertencimento presente na Comunidade que se torna um indutor do desenvolvimento local, uma vez que cria forte identificação dos sujeitos com os elementos da cultura e dos valores da comunidade.

Ser da São João Batista torna-se um símbolo identitário cujo presente é orientado por um passado compartilhado no mito da matriarca fundadora e da promessa religiosa. Esse símbolo identitário une o grupo em torno de uma visão de mundo comungada na união e no sentimento de pertencimento.

Para Tuan (1980), um dos aspectos mais importantes para se perceber e compreender o sentimento de pertença é o relativo ao passado histórico, uma vez

⁵¹ A Comunidade é formada por indivíduos e cada um tem personalidade e caráter próprios, mesmo compartilhando valores comuns. Dessa forma é próprio do ser humano a vivência de conflitos. Sendo assim faz-se necessário ressaltar que embora a pesquisadora não tenha percebido manifestações expressas de disputas ou brigas internas, não significa que elas não existam.

que esse é um fator relevante nos sentimentos de amor e afeto atribuídos ao lugar. A história é a identidade de um povo e preservá-la é maneira de conservar viva essa identidade na memória de todos.

Nos relatos e na observação participante, fica evidente que a história da Comunidade é conhecida por todos. Bosi (2003) afirma que “[...] a função da memória hoje é o conhecimento do passado”. Com base nessa idéia, na São João Batista a memória é uma das formas de a Comunidade preservar o passado em suas formas imateriais. Esse sentimento da necessidade de preservação do passado fica expresso na fala do Sr. Reginaldo registrada na Ata de Criação da AFCN:

Sr. José Reginaldo da Anunciação [...] vê que a semente da resistência da luta das tradições africanas e religiosas das famílias Bispo e Anunciação, não podendo esquecer a família Trindade, estão frutificando, e o melhor, sendo mantidas pelos irmãos, irmãs, filhos, netos, sobrinhos, sobrinha e suas famílias as tradições cultivadas há quase oitenta anos, ainda lembra quando menino as festas de São João Batista nos idos de 1940 promovidas pela família na época em que morava na cidade de Coxim [...].

Observou-se no transcurso da pesquisa que a construção da identidade da Comunidade Negra São João Batista decorre de vários aspectos relacionados à cultura, à religiosidade, aos laços familiares e ao reconhecimento de sua identidade étnica. A identidade entendida como um processo de formação individual e coletiva é fruto de reconhecimentos e conquistas de uma ação consciente e organizada de um grupo que reivindica esse conhecimento e essa valorização.

De forma concisa, considerando-se os relatos dos membros da Comunidade, pode-se afirmar que a etnicidade se apresenta como um fator de unidade. Para Johnson (1997), “a etnicidade é um conceito que se refere a uma cultura e etilo de vida, comuns [...] é sociologicamente importante porque constitui muitas vezes uma grande causa de coesão [..]”.

Ao se auto-reconhecerem como remanescentes de quilombo, afirmando a sua identidade étnica, a Comunidade sofreu um processo de transformação que a fez se mobilizar e se unir, de forma organizada, para garantir o seu espaço onde pudesse resgatar e manter vivas as suas tradições de raízes africanas.

Tomando como referencia essa identidade de remanescente de quilombo, que também é uma identidade de resistência, cabe observar que a Comunidade por meio da luta pela sua identificação étnica, por suas atitudes e ações no contexto atual, caminha no sentido de uma identidade de projeto.

A construção dessa identidade de projeto, segundo Castells (2008), acontece quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade. Essa construção é fundamental, para dar voz à comunidade aumentando assim o seu espaço de poder enquanto sujeito político.

Com a organização coletiva, o grupo buscou alternativas para sua sobrevivência e desenvolvimento das suas atividades. Essa organização é reconhecida por pessoas externas à Comunidade como o expresso na fala seguinte:

[...] é uma comunidade muito organizada e séria, às vezes tem algumas coisas que eu não concordo, mas é o modo deles de ser, né? E a gente tem que respeitar, eu gosto de trabalhar com eles... eles são organizados e levam aquilo a sério. (Raimunda Luzia – Coordenadora Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Pode-se inferir que a tomada de consciência de sua negritude e dos seus direitos provocou uma maior mobilização e participação da comunidade voltada para a valorização da sua própria cultura, favorecendo dessa forma o seu empoderamento no sentido de uma maior autonomia. Schiavo e Moreira (2005) definem empoderamento como:

Processo pelo qual um indivíduo, um grupo social, ou uma instituição adquire autonomia para realizar, por si, as ações e mudanças necessárias ao crescimento e seu desenvolvimento pessoal e social numa determinada área ou tema. Implica, essencialmente, a obtenção de informações adequadas em processos de reflexão e tomada de consciência quanto a sua condição atual em clara formulação das mudanças desejadas, e da condição a ser construída. A estas variáveis, deve somar-se uma mudança de atitude que impulse a pessoa, grupo ou instituição para a ação prática, metódica e sistemática nos sentidos dos objetivos e metas traçadas, abandonando-se a antiga postura meramente reativa ou receptiva.

Os resultados das observações demonstram que o empoderamento se reflete no modo como a Comunidade se organiza e realiza suas atividades. A criação da AFCN demonstra uma mudança de postura, pois é um meio que a Comunidade encontrou para se organizar e defender seus interesses.

Diferentemente de outras comunidades, negras ou não, que se acostumaram a receber “sem correr atrás” a São João Batista se esforça para alcançar seus objetivos.

A Associação, como entidade jurídica e representativa, passou a cumprir um papel fundamental na vida da Comunidade, tornou-se um espaço de decisão e mediação e o fortalecimento da mobilização política a qual dá visibilidade e possibilidade de articulação entre a Comunidade e os atores externos. A mesma possibilita o estabelecimento de parcerias com os mais diversos órgãos e tem sido reconhecida como intermediária das demandas da Comunidade São João Batista, representando-a junto aos diversos órgãos governamentais. Em entrevista, Rosana, atual presidente da AFCN diz: “[...] nós fundamos a Associação e começamos a ter outra noção na questão de organização mesmo das ações, a gente começou a crescer mais e a ter mais autoestima [...]”.

As ações da AFCN, por meio de seus projetos sociais e culturais, transformam a dinâmica não só da Comunidade São João Batista, mas também do local onde se encontra. De acordo com Martins (2002) quando se fala de local está-se referindo à escala das inter-relações pessoais da vida cotidiana.

A relação da Comunidade com o seu entorno modificou-se após a criação da AFCN, pois, deu maior visibilidade às ações da Comunidade e favoreceu a integração, inclusive desmistificando as ideias pré-concebidas a seu respeito, que provocou, conforme relatado no Capítulo 4, um movimento para expulsá-los do espaço em que ocupam.

Cabe ressaltar que a Comunidade São João Batista se organizou também em prol dos interesses do local, apesar de ser uma associação familiar. Inclusive está explícito em seu estatuto que é uma de suas competências “realizar sem discriminação, a qualquer clientela serviços permanentes de assistência social, beneficentes, culturais esportivos, recreativos, de implementação de direitos, visando ao bem estar do ser humano, bem como a preservação do meio ambiente”.

Esse trabalho com a comunidade do entorno é a forma que a Associação encontrou para fazer com que as pessoas desmistifiquem o pensamento em relação à cultura afro, porque sentem que ainda há muito preconceito. Então

procuram trabalhar essas questões por meio dos projetos sociais, culturais, artísticos e esportivos, utilizando vários caminhos para atingir o seu objetivo maior que é a promoção da igualdade racial.

Por meio do desenvolvimento de projetos com foco na cultura, esporte, cidadania e preparação para o mercado de trabalho, a Comunidade procura alternativas de desenvolvimento sociocultural e de resgate e preservação de suas raízes. Esses projetos também são uma maneira de estimular, nos mais novos, a aceitação de si mesmos e a valorização de suas raízes, visando à elevação de sua autoestima.

A autoestima deve ser construída por meio da autoaceitação, ter um conceito positivo sobre si mesmo, respeitar a si mesmo e aos seus iguais. É uma maneira de fazer com que haja uma mudança de atitude. A autoestima na Comunidade São João Batista manifesta-se por meio da aceitação e da valorização da sua negritude, do engajamento nos projetos e atividades culturais desenvolvidos e no seu trabalho como um todo. Para Wanderley, 2006:

Autoestima é entendida como o olhar das pessoas a respeito de si mesmas, o reconhecimento de si e a possibilidade de, a partir desse olhar, alterar as suas relações consigo mesmas e com o mundo. Essas alterações podem ser percebidas a partir da apropriação e/ou mudança de atitudes em relação à família, à comunidade, ao grupo e a si próprio.

Grande parte das famílias negras não tem habilidade para trabalhar essa questão, do aceitar-se como se é, por isso é difícil para uma criança se assumir como negra. Quando os pais são conscientes e sabem que seus filhos poderão ter problemas na sociedade, nas escolas, trabalham essa questão com vistas à elevação de sua autoestima.

A percepção do racismo nas relações pessoais dos integrantes da Comunidade São João Batista foi relatada por Sandro Anunciação, ao lembrar a sua infância, por meio da situação expressa nas falas do Sr. Reginaldo e de Sra. Maridalva:

Aquela área lá eu pedi pra São João Batista porque eu descia com meus guri, ia tudo pro jardim era tudo discriminado, chegava lá os outros já saía era tudo separado ficava só os guri lá, era tudo separado... então pedi área pra São João Batista também pra fazer a festa. (Sr. Reginaldo)

Naquela época tinha muito preconceito quer dizer ainda tem né? Ainda tem. mais é menos do que antes. (Sra. Maridalva)

Atualmente essa questão se manifesta mais fortemente no processo de comercialização da produção da Fábrica de Artefatos de Cimento Estrela Dalva. Muitas vezes, são obrigados a deixar de vender ou a baixar preços por conta de preconceito de algumas pessoas ao suporem que seus produtos não são de boa qualidade. Segundo o Sr. Reginaldo, “[...] vêm comprar, olham e querem que se venda barato [...] querem voltar no tempo da escravidão [...] querem comprar barato”.

Esse tema não fazia parte do escopo do trabalho e com certeza daria uma boa tese de doutorado por se tratar de uma questão complexa e profunda. A prática do racismo nos processos de compra ainda não é bem contextualizada, normalmente o que se vê é o contrário, os negros são discriminados como compradores porque as pessoas têm a idéia pré-concebida de que eles não têm poder de compra.

É importante ressaltar que, apesar das dificuldades derivadas dessa questão, o preconceito não é um fator limitador para as operações da Fábrica e funciona como um estímulo ao trabalho da Associação por meios das ações de enfrentamento do racismo. Conforme já exposto anteriormente, essas questões são trabalhadas em projetos em que a comunidade externa está envolvida, por meio de ações educativas no âmbito de cada projeto.

Sabe-se que essa questão pode e deve ser trabalhada por meio da educação, que proporciona um maior conhecimento e compreensão do mundo e possibilita a transformação do indivíduo. Além da compreensão do outro, a educação permite ao sujeito reconhecer sua identidade. Com base nas observações, pôde-se constatar que a São João Batista sabe que a educação pode promover a autoestima e a transformação das pessoas, incentivando as crianças a valorizar a sua imagem e a reconhecer a sua identidade.

A educação também pode ser um dos pilares da construção do capital social, visto como uma rede de confiança e de compromisso mútuo, que possa firmar vínculos de reciprocidade, cooperação, solidariedade e, acima de tudo, sentimento de pertencimento.

Entende-se por capital social as pessoas organizadas em clima de cooperação e trabalho no território. Para Schiavo e Moreira (2005), capital social pode ser definido como:

A malha de valores, princípios, habilidades, atitudes práticas e relações que contribuem para o desenvolvimento de um indivíduo, grupo social ou instituição. Refere-se aos diversos laços interpessoais e inter-institucionais que promovem o crescimento individual e coletivo.

Na Comunidade São João Batista, são percebidos elementos que caracterizam o capital social, expressos na confiança, cooperação, solidariedade, união/coesão e compromisso. Esses elementos são de vital importância para a construção do seu processo de desenvolvimento.

Não se pode falar do capital social sem também se falar da noção de território que não é só o espaço físico, mas o local das relações sociais, do trabalho, de moradia, do desenvolver da sua cultura, da cooperação e da solidariedade.

O território é aqui entendido, como já enfatizado no Capítulo 2, por meio de Bonnemaison (2002, p.83-132), ao afirmar que o território é simultaneamente espaço social e espaço cultural. Ou seja, ao mesmo tempo em que se devem ser considerados os aspectos sociais, econômicos e políticos, que desvelam as estruturas de poder do território, é necessário compreender as concepções de mundo dos que o habitam e como essa concepção se expressa no espaço.

Além disso, o território é também o espaço físico onde essas relações, o conviver acontecem. A concepção de território incorporando todas essas noções é fundamental, quando se pensa em Desenvolvimento Local – por isso a necessidade da Comunidade ter a posse definitiva do espaço da AFCN e da Fábrica. São neles que as práticas das suas ações em todos os seus aspectos acontecem. É dentro desse cenário que as territorialidades são criadas. Em síntese, o território é o resultado de uma confluência de fatores, é a identidade, o sentimento de pertencimento e a base das trocas materiais e imateriais.

A identidade que é cultural vai se realizar no território, onde as pessoas interagem. Segundo Hall (1999), uma identidade cultural enfatiza aspectos relacionados à nossa pertença a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas, regionais e/ou nacionais.

O fator religioso na Comunidade São João Batista é determinante na construção de sua identidade cultural. A religiosidade tem grande influência nos seus hábitos, os momentos de festa e devoção centrados na união familiar, legado dos antepassados são elementos essenciais no seu cotidiano.

O ser humano, de maneira geral, possui uma forte conexão com a questão religiosa e isso os impulsiona. Como afirma Tuan (1976): “a religião está presente na vida do ser humano em vários graus e em todas as culturas e isso é um traço universal”.

A prática religiosa existente na Comunidade Negra São João Batista, manifestada por meio do terço e da festa em cumprimento de promessas e agradecimentos por graças alcançadas é realmente fator impulsionador. A festa como expressão da sua fé contribui para a união, organização e sentimento de pertença do grupo: “A experiência religiosa contribui para a vida social e comportamentos coletivos”. (CASTILHO e LE BOURLEGAT, 2006)

A devoção religiosa de cunho católica está associada à fé nos santos, principalmente em São João Batista que é o padroeiro e dá nome a Comunidade e também em Nossa Senhora Aparecida e Santo Antônio, como fica expresso na fala do Sr. Reginaldo, “tenho uma fé muito grande em São João Batista, puxei da minha avó”. Todos da família recorrem aos santos em busca de graças, em especial, pela saúde. Segundo dona Maridalva, o Sr. Reginaldo sempre pede pela saúde e união da família e os filhos estão acompanhando a devoção do pai e não pensam em mudar de religião de jeito nenhum. Cita como exemplo sua filha Margareth que é muito devota porque um dos seus filhos nasceu muito doente e passava mais tempo no hospital do que em casa, então ela fez uma promessa a São Batista e foi atendida.

A maior fonte de resistência da Comunidade encontra-se justamente na fé, representada nas promessas e das graças alcançadas. A aceitação do legado da festa e do terço, iniciado pela matriarca, Maria Rosa, fortaleceu-os e se consolidou como uma tradição familiar. Tradição entendida como herança cultural, transmissão de crenças ou técnicas de uma geração para a outra (ABBAGNANO, 2003).

Na São João Batista, observou-se a forte inter-relação entre a religiosidade e a cultura. A festa e a devoção aos santos, assim como, a Missa Afro, além do aspecto religioso, incorporam e revelam a presença de elementos culturais de raízes africanas. Em se tratando de comunidades de remanescente de quilombos é muito difícil separar essas manifestações.

A valorização da cultura negra está presente no cotidiano da Comunidade, manifestada nas atividades do Ponto Cultura, da Banda Mukando Kandongo e demais projetos culturais da Associação, como as aulas de teatro e o grupo de estudos. Na dança, na música, nos trajes utilizados nas apresentações e nos eventos promovidos fica expressa a identificação com as raízes africanas, fazendo com que os mais jovens sintam orgulho e valorizem a sua cultura.

A cultura apresenta-se como um dos aspectos essenciais para o desenvolvimento local. Claxton (1994) situa a cultura como fator elementar para o desenvolvimento, também a considera como referência para medir os demais fatores. Para o Autor, o desenvolvimento satisfatório e sustentável é inexistente quando se deixa de utilizar a força da cultura, que se apresenta no estilo, sistema, de valores, crenças tradições e aptidões da Comunidade. Nesse contexto, esses elementos contribuem de forma significativa para a identidade das sociedades.

Por meio do trabalho realizado pela Associação, a Comunidade reforça as tradições e os fundamentos da sua cultura que se tornam um importante meio de autoafirmação do grupo, construindo na cultura o seu território de resistência. Toda essa mobilização em torno da cultura amplia as possibilidades de concretização do DL na Comunidade ao contribuir para o surgimento de fatores indutores como a capacidade metabolizadora, capital social, sentimento de pertença, resgate da autoestima, da identidade e o empoderamento.

No que diz respeito às relações sociais, na Comunidade, pode se afirmar que existe um forte laço afetivo de união e de solidariedade nos vínculos sociais e familiares, fundados na liderança dos patriarcas, o que também é um fator que dá coesão ao grupo. A constituição das lideranças na Comunidade está relacionada à aceitação e ao respeito aos patriarcas, manifestados nos relatos e entrevistas e também na observação da forma como são conduzidos os trabalhos da AFCN.

Quando se fala em Desenvolvimento Local, não se pode ignorar a dimensão econômica. A produção econômica e o trabalho não dominam a vida das pessoas dessa Comunidade, mas, encontram-se entrelaçados às outras atividades e aos vínculos simbólicos. Como já descrito no Capítulo anterior, as maiores fontes de sustento das famílias da São João Batista são, principalmente, a Fábrica de Artefatos de Cimento Estrela Dalva e a Bispo Solda Técnica.

O fato de essas empresas serem familiares faz com que o trabalho realizado seja desenvolvido visando, não ao lucro pessoal, mas sim, ao coletivo.

Como já expresseo, anteriormente, uma das principais dificuldades da Fábrica Estrela Dalva está relacionada à questão do preconceito racial. Mesmo esse não sendo um fator limitador, com a produção atual, a empresa não tem ganhos suficientes para investimento na ampliação e mecanização da Fábrica, mas é suficiente para atender às necessidades de subsistência das famílias e contribuir para a manutenção dos projetos da AFCN.

As comunidades tradicionais, de maneira geral, procuram alternativas para o seu desenvolvimento, algumas externamente e outras conseguem desenvolver alternativas com os próprios recursos com foco na sua cultura e identidade local.

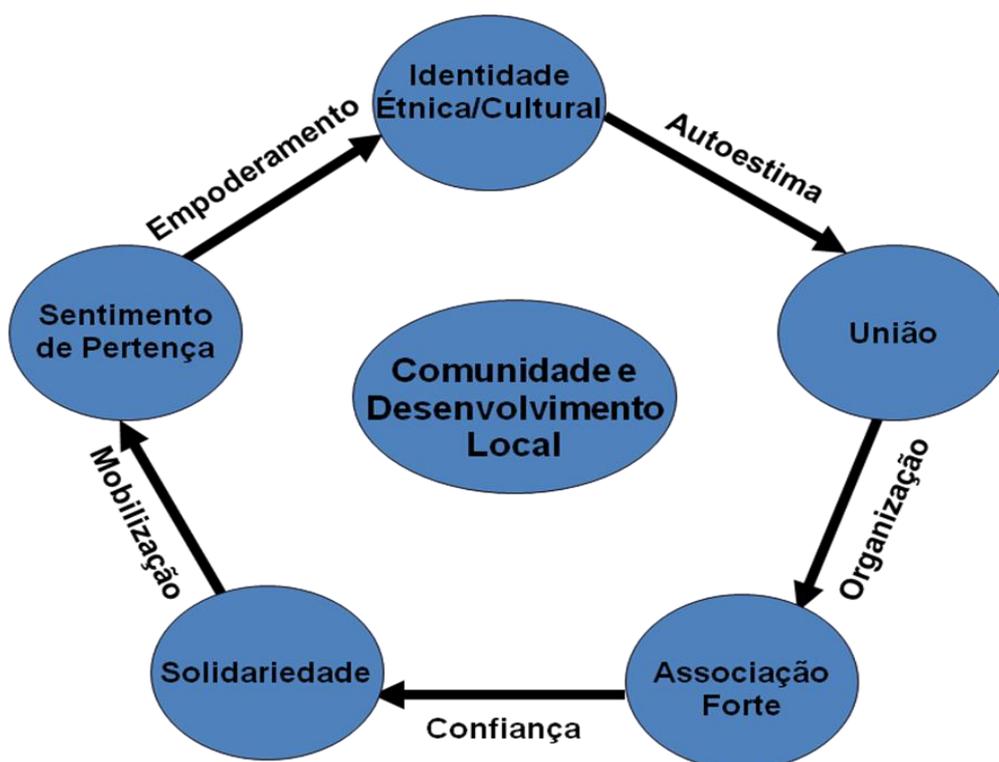
As empresas da Comunidade por pertencerem a famílias de etnia negra e remanescentes de quilombos têm uma dinâmica diferente das demais empresas do mesmo porte, no que se refere à sua gestão e ao seu dia a dia. Percebe-se a manifestação dos laços de solidariedade, a cooperação e o sentimento de pertencimento quando se fala da Fábrica mesmo por parte daqueles que não trabalham diretamente na atividade.

Com base na análise apresentada pode-se destacar como características determinantes da Comunidade São João Batista:

- na dimensão social, os fortes vínculos familiares e sociais e nas relações interpessoais de maneira geral;
- na dimensão cultura, a construção do seu território de resistência com base na cultura e na religiosidade; e
- na dimensão política, a capacidade de articulação, participação e mobilização comunitária impulsionadas pelo seu capital social.

O movimento da Comunidade em direção ao Desenvolvimento Local (Figura 18) é um ciclo dinâmico que pode ser alimentado e realimentado, isto significa que não se pode delimitar o seu início ou fim. Pode ocorrer a partir da afirmação da identidade étnica/cultural que produz a autoestima, que promove a união. A partir da união se dá o processo organizativo. Esse processo organizativo gera uma associação forte, que produz confiança. Ao se confiar passa-se a ser mais solidário. O mobilizar-se traz um forte sentimento de pertencimento que nasce da história construída coletivamente, do estar incluído, conduz ao empoderamento que leva ao fortalecimento da identidade. Essa é apenas uma possibilidade, pois esse movimento poderia se iniciar em qualquer dos elementos desse círculo.

Figura 18 – Movimento da Comunidade em Direção ao Desenvolvimento Local



Como já descrito, de forma explícita ou implícita, nesse Capítulo identificaram-se como potencialidades para o Desenvolvimento Local: a organização da Comunidade, a união/coesão, a solidariedade, a história, a

capacidade metabolizadora⁵², a festa religiosa, os projetos culturais, o capital social construído. Todos esses elementos são ativos da Comunidade, impulsionadores do movimento em direção ao Desenvolvimento Local.

⁵² No sentido fisiológico metabolizar significa captar nutrientes e transformá-los em sangue que irrigue os vasos capilares de todo o organismo e eliminar aquilo que não é salutar. A luz do Desenvolvimento Local é a capacidade de a comunidade absorver e transformar o que lhe é benéfico e refutar o que não é bom.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista todas as condições adversas pelas quais o povo negro já passou tentando exprimir sua cultura e seus valores em qualquer lugar que estivesse, a utilização da memória coletiva, transmitida oralmente, é uma forma de resistência que possibilitou a sua sobrevivência e a valorização de suas raízes histórico-culturais.

Ao se estudar um povo, uma sociedade ou uma comunidade é essencial se reportar à sua história, pois, cada um tem cultura, valores, experiências e modo de ser, próprios, que determinam caminhos e trajetórias específicos. Assim sendo, não há como falar de comunidades tradicionais sem contextualizar o histórico e estabelecer a linha entre o passado e o presente. A história compartilhada une, cria laços afetivos, ou seja, um sentimento de pertencimento que cria um elo indissociável entre cultura, territorialidade e identidade.

Durante a realização dessa pesquisa pôde-se constatar que, no Brasil, existem muito mais comunidades tradicionais do que se imaginava antes de iniciar o trabalho com a Comunidade Negra São João Batista. Também não se tinha noção do alcance de suas conquistas em termos de direitos e organização sociopolítica, muito embora se considere que ainda há muito por se fazer.

Nesse percurso, constatou-se a influência e a contribuição dos seus antepassados, da sua cultura da religiosidade no cotidiano dessas comunidades, as quais abrem possibilidades para a realização de inúmeros estudos e muito aprendizado. É nítido que os afrodescendentes no Brasil usaram de muita sagacidade para manter viva a sua cultura e valores e transmiti-los aos seus descendentes. Os quilombos e/ou comunidades negras em geral são a essência da cultura de resistência.

Mesmo com a influência e a assimilação de valores da cultura dominante, eles desenvolveram um processo de resistência em que fatores como a transmissão oral e a memória coletiva foram essenciais para a sua sobrevivência e conquista de direitos. A memória tornou-se realmente um fio condutor importante para essas populações no passado e no presente.

Ao se refletir sobre o que foi discutido durante todo o trabalho fica evidente a necessidade de se dar maior valor e respeito às raízes culturais. No caso da Comunidade Negra São João Batista, suas manifestações culturais são importantes ferramentas para promover ações de fortalecimento e de resistência sociocultural, transformando seus integrantes em protagonistas do seu próprio desenvolvimento. A temática cultural contribui para a valorização das potencialidades coletivas e individuais favorecendo esse protagonismo.

O trabalho realizado pela AFCN, por meio de projetos socioculturais nos quais se envolvem não só a Comunidade em si, mas também a comunidade do entorno, caracteriza-se como um estímulo à prática da solidariedade e da cidadania, abrindo um caminho de possibilidades para o DL e a formação de uma identidade local.

Constatou-se também que a solidariedade no âmbito familiar, a religião e a organização sociopolítica dessa Comunidade são fontes importantes de potencialidades para o Desenvolvimento Local. Dessa forma, o desenvolvimento com base nos referenciais do DL é uma alternativa possível à Comunidade Negra São João Batista por meio do aproveitamento dos seus potenciais endógenos.

Não se pode deixar de falar também do empoderamento dessa Comunidade, que se deu a partir de sua mobilização e organização e que culminou com a criação da Associação Familiar Comunidade Negra São João Batista, um marco na sua história. Esse empoderamento, que implica mudança de postura, levou à conquista do seu espaço na comunidade onde estão inseridos e ao resgate de suas tradições culturais e religiosas, além de favorecer o estabelecimento de parcerias com entidades do setor público e da sociedade civil.

O tema proposto para o estudo foi muito amplo, dessa forma procurou-se compreender a Comunidade em seu contexto geral considerando os eixos: histórico, social, cultural, religioso e econômico.

Foram várias as dificuldades para se manter o foco do trabalho no objetivo proposto, pois a pesquisa exigiu uma maior dedicação devido à metodologia escolhida e conseqüentemente com o surgimento de novas variáveis, decorrentes da amplitude da pesquisa, que implicaram a busca de novos referenciais e dados não previstos inicialmente. Isso não significa que o trabalho tenha contemplado completamente todas elas, mas sim que indica haver muito a se estudar e a se aprender junto a Comunidade Negra São João Batista. A constatação de que o tipo de trabalho como o aqui apresentado exige muito mais tempo do pesquisador do que o tempo dedicado por esta pesquisadora, foi uma das lições aprendidas.

Considerando-se os resultados alcançados no trabalho apresentado, constata-se que estudar o Desenvolvimento Local no contexto de uma comunidade como a São João Batista implica entender que o mesmo só ocorre verdadeiramente, se além dos fatores impulsionadores identificados houver o efetivo interesse e disposição da própria comunidade. Deve-se somar a isto o desejo de explorar as suas potencialidades coletivamente e a capacidade de saber aproveitar os atrativos externos na medida certa.

O Desenvolvimento Local, que transforma de maneira coletiva o ser humano em sujeito do seu próprio desenvolvimento, é uma força motriz que conduz ao desabrochamento de suas capacidades, redirecionando o seu próprio destino.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de história colonial**. Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil. 5ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963.

ALBUQUERQUE, W. R. de; FRAGA FILHO. W. **Uma história do negro no Brasil**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). **História da vida privada no Brasil – império: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALGRANTI, Leila Mezan. **O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro – 1808 – 1822**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1988.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de (Org.). **Terras de preto no Maranhão: quebrando o mito do isolamento**. São Luis: SMDH/CCN, v. 3, 2002. (Coleção Negro Cosme).

_____, Alfredo Wagner B. de. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, Eliane (org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

_____, Alfredo Wagner B. de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. São Paulo, v. 6, n. 1, 2004,

_____, Alfredo Wagner B. de. O direito étnico a terra. In: **Boletim Orçamento & Política Socioambiental**. Brasília, ano IV, nº 13, junho de 2005

AMARAL, Ana Lúcia. **Pertencimento**. Disponível em: <http://www.esmpu.gov.br/dicionario/tiki-index.php?page=Pertencimento>. Acesso em: 27 out., 2009.

ANDRADE, T.; PEREIRA, C. A. C.; ANDRADE, M. R. O. **Negros do Ribeira: reconhecimento étnico e conquista do território**. 2. ed. São Paulo: ITESP, 2000.

ANJOS, José Carlos Gomes dos. **No território de linha cruzada: a cosmopolítica afro-brasileira**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

_____, José Carlos Gomes dos; SILVA, Sergio B. da (Orgs.). **São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. **Territórios das comunidades remanescentes de antigos quilombos no Brasil: primeira configuração espacial**. Brasília: Mapas Editora e Consultora, 2000.

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL (MS). **“Como se de ventre livre nascido fosse...”**: cartas de liberdade, revogações, hipotecas e escrituras de compra e venda de escravos, 1838 a 1888. Campo Grande, SEJT, MS; SEEB, MS; Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, DF. 1994

ARRUTI, José Maurício. **A emergência dos “remanescentes”**: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. Rio de Janeiro, Mana, v. 3, n. 2, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131997000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 6 jun., 2007.

_____, José Maurício A. Comunidades negras rurais: entre a memória e o desejo. **Suplemento especial de tempo e presença**. Rio de Janeiro, Koinonia, Mar-Abril-1998.

_____, José Maurício. **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru: Edusc, 2006.

_____, José Maurício. Políticas públicas para quilombos: terra, saúde e educação. In: **Caminhos convergentes: Estado e Sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil** / Orgs. Marilene de Paula, Rosana Heringer. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, Action AID. 2009.

ASSIS, Edvaldo. **Contribuição para o estudo do negro em Mato Grosso**. Cuiabá: EDIUFMT/Proed, 1988.

ASSUNÇÃO, Matthias R. Quilombos maranhenses. In. REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos [Orgs.]. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

AVILA, Vicente F. (Coord). **Formação educacional em desenvolvimento local: relato de estudos em grupos e análise de conceitos**. Campo Grande: UCDB, 2000.

_____, Vicente Fideles. **Educação escolar e desenvolvimento local: realidade e abstrações no currículo**. Brasília: Plano Editora, 2003.

_____, Vicente Fideles. **Cultura de sub/desenvolvimento e desenvolvimento local**. Sobral: Edições UVA, 2006.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. **Território negro em espaço branco: estudo antropológico de Vila Bela**. São Paulo: Ed. Brasiliense/CNPq, 1988.

_____, Maria de Lourdes; DANTAS, Triana Oliveira Sodré. Projeto de mapeamento e sistematização das áreas de comunidades remanescentes de quilombos. **Relatório antropológico (MS)**. Brasília: UFMT. Ministério da Cultura, Fundação Cultural Palmares. 1998.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAROCCHI, Maria de N. **Negros de cedro: estudo antropológico de um bairro rural de negros em Goiás**. São Paulo: Ática, 1983.

BARQUERO, Marcelo. Construindo uma outra sociedade. O capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, n. 21, nov/2003.

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. in P. Poutignat & J. Streiff-Fenart (orgs.). **Teorias da Identidade**. São Paulo: UNESP, 1997.

BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**. 3.ed. v. I e II. Rio de Janeiro: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1971.

_____, Roger. **O Candomblé da Bahia: Rito Nagô**. 8.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no Planalto Central**. Brasília: Solo Editores, 1994.

BLUME, R. **Território e ruralidade: a desmistificação do fim do rural**. Porto Alegre, 2004. (Dissertação de mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

BOAVENTURA, Josuel dos Santos. Negritude e Experiência de Deus. Afrodescendentes brasileiros: na diversidade de culto, unicidade divina. **Teocomunicação**, v.37, n.156. Porto Alegre: PUCRS, 2007.

_____, Josuel dos Santos. **Entrevista concedida a Mônica Cristina Adams de Matos da Silva**. Campo Grande, 2008.

BOGDAN, R.C.; BIKLEN, S.K. **Investigação qualitativa em educação**. Lisboa: Porto Editora, 1994.

BOISIER, Sergio. Sociedade del conocimiento, conocimiento social y gestión territorial. **Interações**. Campo Grande: UCDB. v. 02, n 03, p. 09-28, set-2001.

BONAVIDES, Paulo & VIEIRA, R. A. Amaral. **Textos políticos da história do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

BONEMAISSON, Joel. Viagem em torno do Território. In ROSENDHAL, Zeny; CORRÊA Roberto Lobato (Orgs.) **Geografia cultural**. 3.ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembrança dos velhos**. 13.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. A. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

_____, Pierre. **O Poder simbólico**. 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

- _____, Pierre. **O poder simbólico**. 13.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, n. 2, vol. IV, p. 379-397, abril/ junho, 2000.
- BRANDÃO, C. R. **Peões, pretos e congos**. Brasília: Editora da UNB, 1997.
- BRASIL. Presidência da República. **Decreto Nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/2003/D4887.htm. Acesso em: 23 out. 2008.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 33.ed. São Paulo: Saraiva, 2004.
- BRASIL. **Novo Código Civil**. Lei nº 10.403 de 10 de janeiro de 2002. Aprova o novo código civil brasileiro. Brasília, DF, 2002.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contagem populacional 2007**. Disponível em: <http://www.ibge.com.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.shtm> Acesso em: 28 set., 2009.
- BRASIL. Câmara Municipal de Campo Grande. **Guia de serviços públicos de Campo Grande**. Disponível em www.camara.ms.gov.br. Acesso em: 4 nov. 2009.
- BRASIL. Mato Grosso do Sul. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. **Dados estatísticos de Mato Grosso do Sul 2009**: Ano base: 2008. Campo Grande: 2009. Disponível em: <http://www.semec.ms.gov.br/>. Acesso em: 30 out., 2009
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativa de população 2009**. Disponível em: <http://www.ibge.com.br/home/estatistica/populacao/estimativa2009/default.shtm> Acesso em: 28 set., 2009.

BRAZIL, M. C. **Fronteira negra: dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso 1718-1888**. Passo Fundo: UPS, 2002.

_____, M. C.. Sonhos de liberdade: a escravidão e o fenômeno das fugas além-fronteiras em Mato Grosso colonial. **Revista História & Luta de Classes**. São Paulo, v. 1, p. 33-42, 2006.

BRUNET, Roger; FERRAS, Robert; THÉRY, Hervé. **Les mots de la Géographie, dictionnaire critique**. 3ed. Montpellier, Paris: Reclus, 1993.

_____, Roger, FERRAS, R. e THERY, H. - **Le mots de la Geographie, dictionnaire critique**. 3ed. Paris, Reclus, 1998.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/IICA. Brasília, junho de 1999.

BUBER, Martin. **Sobre comunidade**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

CABRAL, Paulo Eduardo. **Prefácio in: "como se de ventre livre nascido fosse...": cartas de liberdade, revogações, hipotecas e escrituras de compra e venda de escravos, 1838 a 1888**. Campo Grande, MS: - SEJT, MS; SEEB, MS; Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, Brasília. 1994.

CAMPESTRINI, H. GUIMARÃES, A. V. **História de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: IHGMS, 2002.

CAMPO GRANDE: **Campo Grande: 100 anos de construção**. Campo Grande: Matriz Editora, 1999.

CARDOSO, F.H. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

_____, F. H. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocata do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

CARVALHO José Jorge de. A experiência histórica nas Américas e no Brasil. In: **O Quilombo do Rio das Rãs**, pp.13-73. Salvador: Edufba, 1995.

_____, José Jorge (Org.). **O quilombo do Rio das Rãs: histórias, tradições, lutas**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1996

CARVALHO, Maria C. B. CARVALHO, José P. Neto. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. São Paulo: Cortez, 2007.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 2.ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 6.ed. v. II. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CASTILHO, M. A.; LE BOURLEGAT, C. A. ; ARAUJO, J. M. O sagrado da fé católica no contexto da territorialidade urbana de Campo Grande - MS. In: Maria Augusta de Castilho. (Org.). **O sagrado da fé católica no contexto da territorialidade urbana de Campo Grande - MS**. 1.ed. Campo Grande: UCDB, 2006.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

CLAXTON, M. **Decênio mundial para el desarrollo cultural 1988-1997: cultura y desarrollo**. Paris: UNESCO, 1994. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/009000970/097070s.pdf>. Acesso em: 24 mar., 2008.

CONTRIN, Gilberto. **História e consciência do Brasil**. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

CORRÊA, Valmir Batista. O comércio de Corumbá como um capítulo da história política de Mato Grosso. In: _____ (org) - **Casario do Porto de Corumbá. Campo Grande: Fundação de Cultura de MS/ Brasília: Gráfica do Senado, 1985.**

CORREIA FILHO, Virgílio. **História de Mato Grosso**. Rio de Janeiro: MEC / Instituto Nacional do Livro, 1969.

COSTA, Lamartine P. **Identidade cultural: semelhança ou diferença? Ritual ou comunicação?** Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 2004.

COTRIM, Gilberto Vieira. **Direito e legislação - introdução ao direito**. 11.ed. reformulada e atualizada. São Paulo: Editora Saraiva 1990.

DAMATTA, Roberto. **O que faz Brasil, Brasil?**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

DELEUZE, G. **L'Image-Tempos cinema 2**. Paris: Minuit, 1985.

_____, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 1995.

_____, Gilles. **Lógica do sentido**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

DEMO, Pedro. **Solidariedade como efeito de poder**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2002. (Coleção Prospectiva; v. 6).

DIEGUES, A. C. S. **O Mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

DIEGUES, A. C. S. **O Mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2002.

DIEGUES, A. C. S. **O Mito moderno da natureza intocada**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

DURKHEIM, E. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

EAGLETON, Terry. **Marx e a liberdade**. Trad. Marcos B. de Oliveira. São Paulo: Unesp, 1999. (Coleção Grandes Filósofos).

ELIADE, M. **História das crenças e das idéias religiosas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ELIZALDE, Antonio. Desarrollo a escala humana: conceptos y experiencias. **Interações**. v.1, n. 1, p.51-62. Campo Grande: UCDB, set. 2000.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis, Editora vozes. 2000.

FERNANDES, Florestan. **O significado do protesto negro**. São Paulo, Cortez, 1989.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 2ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

FINO, Carlos Nogueira. FAQs, etnografia e observação participante. **Revista Européia de Etnografia da Educação**.n.3. Funchal: Universidade da Madeira. 2003.

FONSECA JÚNIOR, Eduardo. **Sambaquis & Quilombos no litoral Fluminense**. Rio das Ostras: Gráfica e Policromia Iriry, 2004.

FRANTZ, Walter. **Desenvolvimento local, associativismo e cooperação**. Simpósio Internacional de Gestão Pública, Desenvolvimento e Cidadania. Ijuí: UNIJUI, 2002.

FREITAS, Décio. **A guerra dos escravos**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

FREYRE, Gilberto. **Contribuição para uma sociologia da biografia: O exemplo de Luiz de Albuquerque governador de Mato Grosso no fim do século XVIII**. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1978.

_____, Gilberto. **Casa grande & senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FUKUYAMA, Francis. **Confiança – as virtudes e a criação da prosperidade; tradução Alberto Lopes**, Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1996.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

_____, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GILROY, Paul. **O atlântico negro**. Modernidade e dupla consciência. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: UCAM, 2001.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GOMES, Flávio dos Santos. Ainda sobre os quilombos: repensando a construção de identidade étnica no Brasil". in **Política e Cultura**. Visões do passado e

perspectivas contemporâneas. Editado por P. Fry, E. Reis, and M. H. Tavares. São Paulo: Hucitec. 1996.

_____, Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos** – mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII -XIX). São Paulo: Ed. UNESP: Ed. Polis, 2005.

_____, Flávio dos Santos. **História de quilombolas**: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GONÇALVES, J. Sérgio R. C. As empresas familiares no Brasil. **RAE Light** • v. 7 n. 1. p. 7-12. São Paulo: FGV, Jan./Mar. 2000.

GRESSLER, L. A, SWENSSON, L. J. **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul**. Dourados: Prefeitura Municipal de Dourados, 1988.

_____, L. A., VASCONCELOS, L. M. **Mato Grosso do Sul**: aspectos históricos e geográficos. Dourados: Prefeitura Municipal de Dourados, 2005.

GUIMARÃES, Acyr Vaz. **Mato Grosso do Sul**: história dos municípios. v.1. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 1992.

GUIMARÃES, Antônio S. A. **Preconceito racial**: modos, temas e tempos. São Paulo: Cortez, 2008.

GUSMÃO, Neuza. M. **Os direitos dos remanescentes de quilombos**. Cultura Vozes. v. 98. n. 6, nov./dez, São Paulo: Vozes, 1995.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização e as “regiões-rede”**. Anais do V Congresso Brasileiro de Geografia. Curitiba: AGB, 1994.

_____, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: Castro, I. *et al.* (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____, Rogério. **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no nordeste. Niterói: EDUF, 1997.

_____, Rogério. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z. CORREA, R. L. (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice Editora, 2004.

HALL, Stuart. **Da diáspora identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História** (Ensaio). Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

_____, Eric. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Metais e pedras preciosas. In: **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1968.

IANNI, Octavio. **As metamorfoses do escravo**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

JOHNSON, A. G. **Dicionário de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

KAUFMANN, Josef Nicolas. Turbulências no mundo do trabalho. Quais as perspectivas? **Revista Serviço Social e Sociedade**. n. 69, ano XXIII. São Paulo: Cortez, 2002.

KLIKSBERG, B. **Capital social e cultura: as chaves esquecidas do desenvolvimento**. 2002. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/projetos/arq/prealdeb especial.pdf>. Acesso em: 26 ago., 2008.

KOGA, Dirce. Território de vida e território vivido. **Serviço Social e Sociedade**. ano XXIII. São Paulo: Cortez, n. 72, nov., 2002.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2003.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Sociologia geral**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LANGA, A. **Questões cristãs: a religião tradicional africana (Moçambique)**. Braga: Franciscana, 1992.

LARRAIA, Roque de Barros. **Cultura um conceito antropológico**. 16.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

LASTRES, H.M.M.; CASSIOLATO, J.E.; ARROIO, A.. **Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento**. Rio de Janeiro. UFRJ/Contraponto, 2005.

LÊ BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. Ordem local como força interna de desenvolvimento. **Interações**. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. v.1, n. 1. Campo Grande: UCDB, set., 2000.

LEITÃO, S. Presença humana em unidades de conservação: é possível? In: LIMA, A. (Org.) **O Direito para o Brasil Socioambiental**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.

LEITE, Ilca Boaventura (Org.). **Negros do sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis. Letras Contemporâneas, 1996.

_____, Ilca Boaventura (Org.). Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Textos e Debates**. n. 7. Florianópolis. NUER/ UFSC, 2000.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural dois**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

_____, Claude. **Antropologia estrutural**. 6.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva**. 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

LIMA, Maria Helena de M.. A inserção do povo afro-brasileiro no Piauí. In: **Carta CEPRO**. V. 21, n. 1. Teresina: Fundação CEPRO, 2002.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**. n. 322. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

LOPES, Nei. **Novo dicionário banto do Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

LUZ, Aurélio Marco. **Memória e dinâmica da tradição afro-brasileira**. Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do pacífico ocidental. **Os pensadores**. São Paulo, Abril Cultural, 1984.

MARQUES, Heitor Romero *et al.* **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. Campo Grande: UCDB, 2006.

MARTÍN, J. C. Los retos por una sociedad a escala humana: el desarrollo local. In: SOUZA, M. A. **Metrópole e globalização**: conhecendo a cidade de São Paulo. São Paulo: CEDESP, 1999.

MARTIN-BARBERO, J. Globalização comunicacional e transformação cultural. In: MORAES, Denis de. (Orgs.) **Por uma outra comunicação**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MARTINS, José de Sousa. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec, 2000.

MARTINS, Sergio R. Oliveira. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. **Interações**. v. 3, n.5. Campo Grande: UCDB, 2002.

MATTOS JR, Jorge B. **A ocupação da Chapada dos Guimarães no período colonial**. Cuiabá, 1983. (Monografia de especialização). Universidade Federal de Mato Grosso.

MAX-NEEF, Manfred. **Desarrollo a escala humana**: conceptos, aplicaciones y reflexiones. Montevideo: Nordan Comunidad, REDES, 1993.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

_____, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento. **Pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1999.

_____, Maria Cecília. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 2.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

MONTEIRO, Regina Maria. Civilização e cultura: paradigmas da nacionalidade. **Cadernos CEDES**. ano XX, n. 51. Campinas: Unicamp, nov., 2000.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomsom, 2002.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo**. São Paulo: Forense Universitária, 1997.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo/Brasília: Cortez/Unesco, 2000.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala**. São Paulo: Zumbi, 1959.

_____, Clóvis. **Rebeliões da senzala, quilombos, insurreições, guerrilhas**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

_____, Clóvis. **Quilombos – resistência ao escravismo**. São Paulo: Ática, 1987.

_____, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Anita, 1994.

_____, Clóvis. África & Brasil. In: **Quilombos do Brasil**, Revista Palmares nº5. Fundação Cultural Palmares/MinC, Brasília, 2000.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **3º Seminário Nacional de Relações Raciais e Educação**. Rio de Janeiro: Penesb, 1996.

_____, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980.

NASCIMENTO, Elisa L. **O Sortilégio da cor – identidade, raça e gênero no Brasil**. São Paulo: Summus, 2003

NISBET, Robert. **Comunidade, sociologia e sociedade**. São Paulo: LTC, 1978.

O'DWYER, Eliane Cantarino. SILVA, Ednéia Pinheiros da (Orgs.). Quilombos no Brasil. **Revista Palmares**, n. 5, Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2000.

_____, Eliane Cantarino. (Orgs.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

OLIVA, Alberto. **Filosofia da ciência**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

OLIVEIRA, Fátima. Ser negro no Brasil: alcances e limites. **Estudos Avançados**. v. 18, n. 50. São Paulo: USP, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.** Disponível em:

<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Table/Documentos-Internacionais-da-Sociedade-das-Nações-1919-a-1945>. Acesso em: 10 nov., 2009.

PIERSON, Donald. **Teoria e pesquisa em sociologia.** 11.ed. revista e ampliada. São Paulo: Melhoramentos, 1968.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos.** vol.5, n.10. Rio de Janeiro: CPDDOC/FGV, 1992.

PRADO, Caio Jr. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense, 2000.

PUTNAM, Robert D. Comunidade e democracia – a experiência da Itália Moderna. 3.ed., Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____, João José, **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835,** São Paulo, Companhia das Letras, 2003

RIBEIRO, Alexandre Vieira. E lá se vão para as minas: perfil do comércio de escravos despachados da Bahia para as Gerais na segunda metade do século XVIII. **Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira 2006.** Belo Horizonte, 2006. Disponível em:

http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2006/D06A004.pdf. Acesso em: 28 out., 2009.

ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R.L. (Org.) **Religião, identidade e território.** Rio de Janeiro: UERJ; NEPEC, 1996.

RUGENDAS, J. M. **Viagem pitoresca através do Brasil – 1835.** São Paulo: Círculo do Livro, 1978.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SACHS, W. ***On the archaeology of the development idea***: Six essays, University Park PA, Pennsylvania State University, Science, Technology and Society Program, 1989.

SAINT-HILAIRE, A.. **Viagem à província de São Paulo e resumos das viagens ao Brasil**. São Paulo: Martins Fontes/EDUSP, 1972.

_____, A. **Viagem à província de São Paulo e resumo das viagens ao Brasil, província Cisplatina e missões do Paraguai**. São Paulo: Martins Editora, 1972.

_____, A. **Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo, 1822..** São Paulo: Martins Editora, 1974.

_____, A. **Viagem à província de Goiás**. Trad. R. R. Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia/S. Paulo: Universidade de SP, 1975.

_____, A. **Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. 2004.

SANTOS, Lourival Santana. Quilombos e quilombolas em terras de Sergipe no século XIX. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. n 1, p. 31-43, Aracaju: IHGS, 1992.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

_____, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1988.

_____, Milton. Retorno do território In: SANTOS, Milton *et al.* (Orgs). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994.

_____, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2002.

SCHIAVO, Márcio R. e MOREIRA, Eliesio N. **Glossário Social**. Rio de Janeiro: Comunicarte, 2005.

SCHMIT, Alexandra; TURATTI, Maria C. M.; CARVALHO, Maria C. P. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Revista Ambiente e Sociedade**, ano 5, n. 10, Campinas: UNICAMP, 2002.

SCHULZ, J. **O exército na política**: origens da intervenção militar, 1850-1894. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2001.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEYFERTH, Geralda *et al.* **Abong. Racismo no Brasil**. São Paulo: Petrópolis, 2002.

SILVA, Antônio Aparecido. Espiritualidade afro. **Revista Missões**. n.9. São Paulo: Instituto Missões Consolata, 2007. Disponível em: http://www.e-padre.com/default.asp?secao=publicacao.asp&cod_cat=11. Acesso em: 3 nov. 2009.

SILVA, J. Martiniano. **Quilombos do Brasil central**: violência e resistência escrava. Goiânia: Kelps, 2003.

SILVA, Joseane Ambrunhosa A Casca: Herança e territorialidade. In LEITE, Ilka Boaventura **Negros no Sul do Brasil. Invisibilidade e territorialidade** Florianópolis: Letras Contemporâneas. 1996.

SILVA, Valdélino dos Santos. Rio das Rãs à luz da noção de Quilombo. **Revista Afro-Ásia**, nº 23. Salvador: UFBA, 2000.

SODRÉ, Néelson W. **Oeste**: ensaio sobre a grande propriedade pastoril. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

SOUZA, M. A. A. **O lugar de todo mundo** – a geografia da solidariedade. Texto apresentado em SEMINÁRIO NA BAHIA, em Junho de 1997, organizado pelo Programa de Pós-Graduação e pelo Departamento de Geografia da UFBA.

_____, M. A. A. de. O lugar de todo mundo – a geografia da solidariedade. In: GONÇALVES, N. M. S., SILVA, M. A. da, LAGE, C. S. (orgs.). Os lugares do mundo. **A globalização dos lugares**. Salvador: UFBA. Departamento de Geografia. Mestrado em Geografia, 2000

SOUZA, Marcelo José L. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO. Iná Elias; GOMES, Paulo César da C.; CORRÊA, Roberto L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SZYMANSKI, H. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. **Serviço Social e Sociedade**. n.71. São Paulo: Cortez, 2002.

STEINBERGRG, Marília (Org.). **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília: LGE Editora, 2006.

TACUSSEL, P. Autoridade e autenticidade da palavra. **Geraes Revistas de Comunicação**. N.50. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1999.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2000.

TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. In: Fernandes, F. (Org.). **Comunidade e sociedade**. São Paulo: Nacional, 1973.

TORAL, André Amaral de. A participação dos negros escravos na guerra do Paraguai. **Estudos Avançados**. vol.9. no.24. São Paulo: USP, 1995.

TRECCANI, Girolamo D. **Terras de quilombos: caminhos e entraves do processo de titulação**. Belém: Girolamo Domenico Treccani, 2006.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução a pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

UNESCO. **Conferência mundial sobre as políticas culturais / ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios**, México: Unesco, 1985.

VALVERDE, O. Fundamentos geográficos do planejamento rural do município de Corumbá. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 49. Brasília: IBGE, 1972.

VERHELST, T. **Identidades culturais e desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1992.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Sistema de informação em gestão social. *Estud. av.* vol.20 no.56 São Paulo Jan./Apr. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000100011. Acesso em: 17 mar. 2009.

WEBER, Max. **Conceitos Básicos de Sociologia**. São Paulo: Moraes, 1987.

_____, Max. **Conceitos básicos de sociologia**. São Paulo: Centauro, 2002.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Obras Consultadas

FIABANI, Adelmir. **Os novos Quilombos: luta pela terra e afirmação étnica no Brasil (1988-2008)**. São Leopoldo, 2008. (Tese de doutorado). UNISINOS.

MULLER, Cíntia Beatriz. **Comunidade remanescente de quilombos de Morro Alto: uma análise etnográfica dos campos de disputa em torno da construção do significado da identidade jurídico-política de “remanescente de quilombos”**. Porto Alegre, 2006. (Tese de doutorado). UFRGS.

OLIVEIRA, Analise Martins de; MARINHO, Marcelo. **Comunidade quilombola de Furnas do Dionísio: manifestações culturais, turismo e o desenvolvimento local**. *Caderno Virtual de Turismo*. v. 5, n.1. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

SOUZA, Bárbara de Oliveira. **Aquilombar-se: panorama histórico identitário e político do movimento quilombola no Brasil**. Brasília, 2008. (Dissertação de mestrado). UNB.

UTA, Tsinduka Antonio Muana. **Estudo de potencialidades e dificuldades na relação comunidade quilombola Furnas do Dionísio (Município de Jaraguari-MS) versus Desenvolvimento Local**. Campo Grande, 2007. (Dissertação de mestrado) Universidade Católica Dom Bosco.

VILAS, Paula Cristina. A voz dos quilombos: na senda das vocalidades afro-brasileiras. **Horizonte Antropológico**. v. 11, n. 24., Porto Alegre, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832005000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 31 mai. 2007.

Sites Consultados

<http://michaelis.uol.com.br/>

www.babylon.com

www.cnbb.org.br

www.cpisp.org.br

www.dicio.com.br

www.direitoshumanos.usp.br

www.ibge.gov.br

www.mocambos.net

www.palmares.gov.br

www.pnud.org.br

www.unesco.org/pt/brasil

APÊNDICES

APÊNDICE A

ROTEIRO BÁSICO DAS ENTREVISTAS COM INTEGRANTES DA COMUNIDADE NEGRA SÃO JOÃO BATISTA

PARTE 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

1) Nome completo:

2) Data de nascimento:

3) Escolaridade

4) Faz parte da Comunidade por:

- nascimento
 - parentesco
 - casamento
 - morador
-

5) Papel desempenhado na Comunidade:

PARTE 2 – CONFIGURAÇÕES IDENTITÁRIAS

1) Como a Comunidade se autodenomina? E antes? Quando passaram a se reconhecer como quilombolas? (reivindicaram)

2) Qual a origem do nome da Comunidade?

3) Quais são as datas comemorativas relacionadas à Comunidade?

4) Quais as manifestações culturais mais presentes na Comunidade?

5) A comunidade sente alguma manifestação de racismo por parte dos moradores do entorno?

6) Como é o convívio na Comunidade e entorno?

7) Quais são as manifestações religiosas mais presentes na Comunidade?

8) Há conflito entre as diferentes manifestações religiosas existentes?

9) Existe forte relação entre as manifestações religiosas atuais e as de matriz africana?

- 10) Qual a importância das religiões de matrizes africanas na vida da Comunidade?
- 11) Como surgiu a idéia da Comunidade São João Batista aplicar os cursos para outras comunidades quilombolas? Quais eram os objetivos? Conseguiram atingir os objetivos pretendidos?
- 12) Na sua opinião qual é o grau de importância de saber ler e escrever, no mundo atual?
- 13) O que acha a respeito da obrigatoriedade de ensino da cultura africana nas escolas?
- 14) A Comunidade tem acesso ao computador? Quem utiliza?
- 15) Que tipo de atividades vocês realizam com seus projetos culturais?
- 16) Como os membros da Comunidade buscam o seu sustento?
- 17) Há casamentos entre membros da Comunidade e pessoas de fora? Como a Comunidade lida com essa questão?
- 18) Fale sobre a trajetória da Comunidade?
- 19) Quem os ajudou na organização da Comunidade? E no desenvolvimento dos projetos? Quem considera importante? (estado, município, políticos etc)

PARTE 3 – ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

- 1) A Comunidade já é registrada como quilombola?
- 2) Como está a questão territorial nesta Comunidade?
- 3) Quem é o líder da Comunidade?
- 4) Como é o processo de escolha do líder da Comunidade?
- 5) Quais as organizações, associações, movimento sociais, sindicatos, dentre outros, que a Comunidade participa?
- 6) Como a Comunidade se organiza?
- 7) A Comunidade interage e coopera entre si?
- 8) A comunidade costuma se reunir para discutir e buscar soluções para seus problemas/dificuldades? Quem participa?
- 9) Quando foi criada a Associação?

- 10) Qual a origem do nome da Associação?
- 11) Quais são e quem ocupa as funções na Associação?
- 12) Quais são os critérios de escolha dos membros da Associação?
- 13) Quais as dificuldades mais significativas que você percebe no desenvolvimento das atividades da Comunidade?
- 14) De que entidade, movimento social, pastoral, sindical, vocês participam? Quando começaram? Qual foi o fator motivador que impulsionou a comunidade a participar?
- 15) E a CONEQ? Vocês participam? Como vocês enxergam o papel da CONEQ em MS?
- 16) Participam do Fórum do Movimento Negro?
- 17) Vocês têm contato com outras organizações quilombolas?
- 18) Quando a Comunidade tem que decidir alguma coisa a quem vocês procuram?
- 19) Como a Comunidade se relaciona com os agentes externos (prefeitura, associação comercial, sebrae e outros)?
- 20) A comunidade recebe ajuda de entidades/órgãos externos? De quais?
- 21) A Comunidade possui alguma atividade produtiva comunitária? Como é realizada a divisão do trabalho?

APÊNDICE B

Roteiro Básico para Entrevistas com Pesquisadores

1. Qual o seu nome e a sua formação profissional? Onde trabalha e tipo de trabalho que desenvolve?
2. Quando começou a trabalhar com as Comunidades tradicionais? E com as questões relacionadas aos Remanescentes de Quilombos?
3. Quais as Comunidades conhece? Como vê as comunidades remanescentes de quilombos Urbanas?
4. O que é e como se dá Organização Política interna das Comunidades Quilombolas, conforme foi observado nas comunidades que conhece?
5. Se a Organização Política é variável de acordo com cada comunidade e se existem aspectos gerais que norteiam essa organização, em função de possuírem a raiz histórica?
6. Em que medida o Estado interfere na Organização Política das Comunidades?
7. Como se dava a Organização Política antes da publicação das primeiras Leis e Direitos reservados a essas populações?
8. Quais são as semelhanças e diferenças dos aspectos que norteiam a Organização Política entre as Comunidades Indígenas e Quilombolas?
9. Como acredita que deva ocorrer o processo de desenvolvimento nos territórios Quilombolas?
10. Como acredita que devam ser direcionadas as políticas públicas que atendem as comunidades nas diferentes áreas (Saúde-Educação etc)? E como deveria ser o processo de acompanhamento contínuo dessas políticas?
11. Conhece a Comunidade Negra São João Batista?
12. Qual o tipo de reivindicação que a comunidade apresenta a esse órgão- ou não apresenta?
13. O que reconhece como marcante na história dessa Comunidade?
14. Como pesquisador(a) considera que os quilombos urbanos têm maior dificuldade para realizar suas manifestações culturais de matriz africana?
15. Como pesquisador(a) de comunidades tradicionais, neste caso dos quilombolas, considera que o resgate da religião de matriz africana é fundamental para eles?
16. Voltando a Comunidade São João Batista, sobre o papel da mulher nessa comunidade o que pode dizer?
17. Quase todas as festas da São João Batista estão ligadas à religiosidade, concorda?

Roteiro Entrevista com o Padre Josuel Boaventura

- A) Qual o seu nome e a sua formação profissional? Onde trabalha e tipo de trabalho que desenvolve?
- B) Pode falar um pouco a história da Missa Afro no Brasil?
- C) Como é a sua experiência na Pastoral Afro?
- D) Pode descrever como é realizada a Missa Afro?
- E) De maneira geral, como é o trabalho com as comunidades quilombolas?

APÊNDICE C

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Eu, Mônica Cristina Adams Matos Silva, Mestranda do curso de Desenvolvimento Local da UCDB. Venho por meio desta, convidá-los (as) a participar da pesquisa: Potenciais Relações entre Organização Política, Configurações Identitárias e Desenvolvimento Local na Comunidade Negra São João Batista de Campo Grande-MS, que será realizada, pela acadêmica acima citada, sob orientação do Professor Dr. Vicente Fideles de Ávila.

O objetivo da pesquisa é conhecer descrever e analisar a Organização Política e Construções Identitárias do Patrimônio Sociocultural e Econômico da Comunidade Negra São João Batista e suas compatibilidades ou incompatibilidades com os referencias da Solidariedade Comunitário-Produtiva e da Performance Endogeneizadora de Capacidade e Competência para o Desenvolvimento Local dentro dessa mesma Comunidade.

Saiba que ao participar deste trabalho, você irá contribuir para um melhor conhecimento do cotidiano desta Comunidade tradicional Quilombola. Trata-se de um estudo acadêmico com finalidade científica.

Importante ressaltar que a sua participação é livre, não implica em nenhuma espécie de risco, não envolverá custos e nem tão pouco remuneração. Caso concorde em participar, todas as informações a seu respeito e da comunidade, estarão a sua disposição, basta solicitar à pesquisadora.

Você receberá uma cópia deste termo, no qual consta o telefone e endereço para localização desta pesquisadora, podendo tirar qualquer dúvida sobre o projeto a qualquer momento.

Os resultados da pesquisa farão parte do Trabalho de Dissertação de Mestrado. Todas as suas informações, assim como da comunidade, serão tratadas de acordo com os critérios estabelecidos e com os demais documentos que norteiam a ética em pesquisa envolvendo seres humanos.

Manter-se-á privacidade dos mesmos. Caso concorde em participar pedimos que assine o consentimento abaixo:

Nome e endereço da pesquisadora:

Mônica Cristina Adams.

Rua Itiquira nº213 - Santa-Fé - Campo Grande-MS

(067) 3326-0081-9944-4319

Nome do Entrevistado: _____

Assinatura do entrevistado: _____

Assinatura da pesquisadora responsável: _____

Campo Grande-MS, ____ de _____ de 2008.

APÊNDICE D

Autorização de Uso de Imagem, Nome e Dados Biográficos

Eu, Rosana Claudia Delfino Anunciação Franco, presidente da Associação Familiar Comunidade Negra São João Batista, autorizo o uso de imagens, nomes e dados biográficos dos integrantes da Comunidade Negra São João Batista, para uso exclusivo de Mônica Cristina Adams de Matos da Silva na Dissertação “Potenciais Relações entre Organização Política, Configurações Identitárias e Desenvolvimento Local na Comunidade Negra São João Batista de Campo Grande-MS”.

A presente autorização abrange os usos acima indicados tanto em versão impressa como também em versão eletrônica.

Por esta ser a expressão da vontade declaro que autorizo o uso acima descrito.

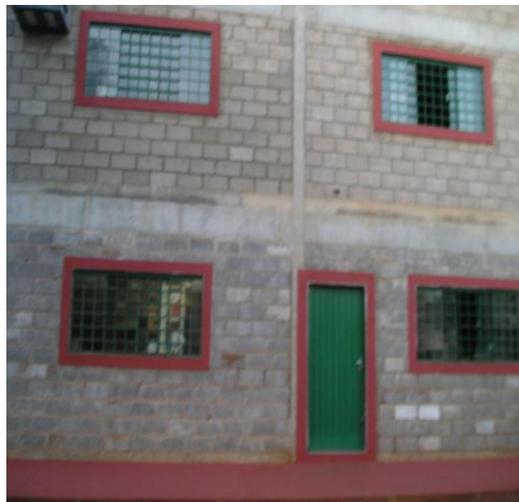
Campo Grande, 20 de janeiro de 2009.

APÊNDICE E
FOTOGRAFIAS

SEDE DASSOCIAÇÃO SÃO JOÃO BATISTA



Mônica - 2008



Mônica – 2008



Mônica-2008



Mônica-2008

FÁBRICA DE ARTEFATOS DE CIMENTO “ESTRELA DALVA”

Sandro Anuniação-2009



MISSA AFRO NA COMUNIDADE EM NOVEMBRO DE 2009



Mônica-2009



Mônica-2009



Mônica-2009



Mônica-2009

ANDOR DURANTE A FESTA E CAPELA



Mônica-2009



Mônica-2009

DESFILE EM COMEMORAÇÃO AO ANIVERSÁRIO DE CAMPO GRANDE (109 ANOS)



Oshiro 2008



Osnhiro 2008



Oshiro 2008

ATIVIDADES DA ASSOCIAÇÃO



Mônica 209



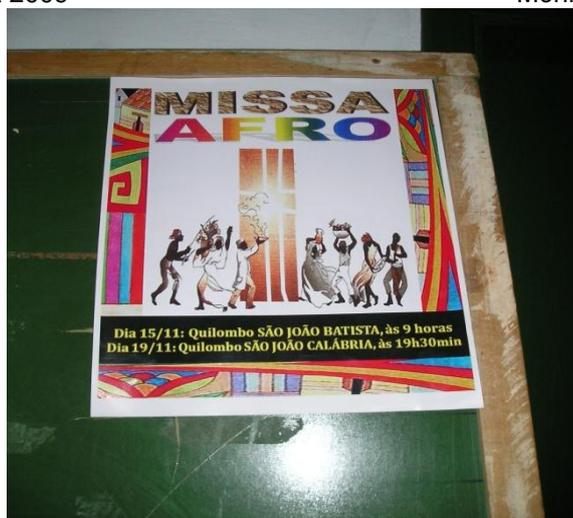
Mônica 2009



Mônica 2009



Mônica 2009



Mônica 2009

ANEXOS

ANEXO 1
FOTOGRAFIAS ANTIGAS DA FAMÍLIA ANUNCIÇÃO
(Cedidas pela Comunidade São João Batista)

Casamento de José Soares Magalhães



Sra Reginaldo e Dona Maridalva (casal à esquerda) com Sr. José Soares Magalhães e esposa (casal à direita) outros parentes



Dona Maria Rosa com Sr. Reginaldo ainda criança.



Dona Maria Rosa com Sr. Reginaldo ainda criança.



ANEXO 2
ATA DE CRIAÇÃO E ESTATUTO DA AFCN

ASSOCIAÇÃO FAMILIAR DA COMUNIDADE NEGRA
SÃO JOÃO BATISTA

AI SEÇÃO NOTARIAL E REGISTRAL
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Carlos Roberto Rolim

ATA n. 001/2000, da Assembléia Geral Extraordinária, para Fundação, Aprovação do Estatuto, Eleição e Posse da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da Associação Familiar da Comunidade Negra São João Batista - AFCN, Município de Campo Grande, Comarca de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul. MS

Aos quinze dias do mês de novembro do ano dois mil, as quatorze horas, em segunda e última convocação, nesta cidade de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, reuniu-se, em Assembléia Geral Extraordinária, na sede social provisória na Rua Barão de Limeira n. 1750 Bairro Santa Branca, convocados conforme Publicação no Jornal do dia 11/11/2000 e afixada na Sede Social, onde ora, realiza-se esta Assembléia, para todos que quisessem participar da Assembléia Geral Extraordinária para Fundação, Aprovação do Estatuto Social, Eleição e Posse da Diretoria e Conselho Fiscal da Associação Familiar da Comunidade Negra São João Batista. A Coordenação Provisória da Entidade, na pessoa da Sra. Rosana Cláudia Delfino Anunciação Franco, da início à Assembléia e passa a compor a mesa diretora trabalhos, convidando o Dr. José Roberto Camargo de Souza, Vice – Presidente do Conselho Estadual de Desenvolvimento e Defesa dos Direitos do Negro, Presidente em exercício do Instituto Casa da Cultura Afro Brasileira-ICCAB, advogado, inscrito na OAB/MS, sob o n. 5422, para presidir e dar assessoramento jurídico e técnico aos trabalhos, já que por solicitação da Coordenação Provisória, prestou serviços profissionais fazendo o esboço do Estatuto, que será distribuído aos interessados presentes e colocado em votação nesta Assembléia Geral. Para lavrar a ATA da Assembléia a presidência convocou a Sra. Eva Madalena Delfino Anunciação, para secretariar *ad hoc* os trabalhos quais aceitam a incumbência e assumiram os encargos. Em seguida foi determinado pela presidência dos trabalhos que a secretária efetuasse a leitura do EDITAL, publicado no Jornal Folha do Povo, datado de 11/11/2000, o que foi feito e registrado nesta Ata: “ **EDITAL DE CONVOCAÇÃO - A COORDENAÇÃO PROVISÓRIA DA ASSOCIAÇÃO FAMILIAR DA COMUNIDADE NEGRA SÃO JOÃO BATISTA. CONVOCA todos interessados, para uma ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, que será realizada no dia 15 de Novembro de 2000 na sede provisória da entidade na Rua Barão de Limeira n. 1750, Bairro Santa Branca, nesta cidade de Campo Grande, MS, em primeira convocação as 13h00m, e em segunda e última convocação as 14h00m, com qualquer número de interessados presentes, para a seguinte ordem do dia a) Fundação da Entidade; b) Aprovação do Estatuto Social; c) Eleição da Diretoria e Conselho Fiscal para o triênio 2000 usque 2003;- b) Posse da Diretoria e Conselho Fiscal. Campo Grande, MS, 09 de Novembro de 2000. a) Rosana Cláudia Delfino Anunciação Franco - p/ Coordenação Provisória. Terminada a leitura, o Presidente dos Trabalhos, determinou que fossem distribuídos para leitura, a todos que chegarem ao recinto, uma cópia do esboço do Estatuto que será submetido à aprovação, além de determinar o registro da presença das pessoas aptas a participar da Assembléia. isto é maiores de dezesseis anos de idade. É colocado em votação, como será o procedimento, que inicialmente foi a proposta de fundação da entidade, plenária após apresentação e justificativas dadas pelo Sr. Jair Bispo da Silva, que explicou sobre necessidade de se ter uma associação formalmente organizada as finalidades desta associação no campo cultural, educacional, assistencial, e por que não dizer, manter as tradições religiosas familiares, mas sem veto a quaisquer outras religiões, disse também da possibilidade de quando organizadas a associação poder elaborar projetos, celebrar convênios, traria muitos benefícios a seus associados. Posto em votação,**

Rua Barão de Limeira n. 1750 – Bairro Santa Branca – Campo Grande - MS



José Roberto Camargo de Souza
DIRETOR

ASSOCIAÇÃO FAMILIAR DA COMUNIDADE NEGRA
SÃO JOÃO BATISTA

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Carlos Roberto Rolim

Associação Familiar
da Comunidade Negra São João Batista
CAMP. GRANDE - MS

decidiu-se pela fundação da entidade que deverá, ter a razão social *Associação Familiar da Comunidade Negra São João Batista*, tendo como sigla a letras *AFCN*. Quanto ao Estatuto Social a minuta/esboço deste foi distribuída aos presentes determinando a presidência dos trabalhos que o mesmo fosse como foi lido um a um dos artigos, incisos e parágrafos do exemplar distribuído e que, no silêncio, irá sendo em seguida aprovado e, aquele que não concordar, quando levantar uma questão de ordem deverá justificá-la para ser submetida a correção ou mudança, sempre pela maioria. É concedida a palavra livre para os presentes, fazendo uso dela o *Sr. José Reginaldo de Anunciação*, decano da família, dizendo estar contente, honrado, e muito emocionado por aquele momento, como dos mais velhos da família, vê que a semente da resistência da luta das tradições africanas e religiosas das famílias, *Bispo, Anunciação*, não podendo esquecer a família *Trindade*, estão frutificando, e o melhor, sendo mantidas pelos irmãos, irmãs, filhos, netos, sobrinhos, sobrinhas e suas famílias as tradições cultivadas a quase oitenta anos, ainda hoje lembra, quando menino ainda, as festas de São João nos idos de 1940 promovidas pelas famílias na época que moravam na cidade de Coxim, lembrou-se da história do início da Festa de São João, que foi no ano de 1922, na cidade de Coxim, através de uma promessa feita pela sua avó *Maria Rosa da Anunciação* para seu filho *José Soares Magalhães*, que nasceu prematuro sem esperanças de sobreviver pela parte da medicina. Esta festa aconteceu anos após anos em Coxim, de 1922 a 1945. Quando a família mudou-se para Campo Grande, Naquela época estava com 7 anos de vida. Continuando a Festa aqui que era ainda feita por sua avó *Maria Rosa*. Seu tio *José Soares* já em fase adulta após haver cumprido o serviço militar, passou a ser funcionário da Noroeste, vindo a se aposentar nessa empresa. Depois de muitos anos, a sua avó *Maria Rosa* faleceu, e a *Festa de São João Batista* continuou a ser feita pelo seu tio *José Soares* e sua esposa *Salustiana Rodrigues*, até o ano de 1993, em 1994 esta missão foi passada a mim para dar continuidade a Festa juntamente com a minha família e temos com muita fé mantido e cumprido esta tradição, mas é bom que nos organizemos, por isso dou meu total apoio para que seja criada esta associação. Após falou a membro da Coordenação Provisória a *Sr. Sandro Marcos de Anunciação*, falando sobre a necessidade da criação da entidade e aprovação do Estatuto, para formalizar e otimizar sua atuação, na luta pela preservação das tradições, união, educação e desenvolvimento das famílias *Bispo e Anunciação*, do povo negro, da comunidade em geral e dos excluídos que moram nas periferias das cidades, fez elogios as lideranças, falou do exemplo dado por seus antepassados e pelas lideranças negras ou não que lutaram pela liberdade, igualdade e defesa dos direitos humanos. A fundadora *Sra. Maridalva Delfina Anunciação*, esposa do Sr. José Reginaldo, enaltece a idéia de criar-se uma instituição moderna, combativa, mas que preserva as tradições familiares e que prestará relevantes serviços as populações vulneráveis socialmente e em especial à causa negra, e dos vulneráveis social e racialmente vítimas de discriminações injustas e que a *AFCN* seja uma entidade reconhecida em nível municipal, estadual e nacional, dinâmica, para assim poder chegar com mais força e rapidez as bases e às autoridades constituídas, em seguida o *Sra Maria Lucia Sanches Garcia*, também membro fundadora, presente na assembléia, fez uso da palavra, dizendo-se orgulhosa de ser uma das fundadoras da entidade, e tem um sonho de vê-la crescer, e sem dúvida terá uma atuação decisiva na área da assistência social, e beneficente em prol do povo carente de todas as etnias, enaltecendo a entidade na iniciativa de atuar no sentido de reivindicar o cumprimento dos compromissos que as autoridades assumiram ou assumem com a comunidade tem que ser respeitados e cumpridos. Finalmente usa da palavra a Presidente da Coordenação Provisória, a *Sra. Rosana Claudia Delfino da Anunciação*

Rua Barão de Limeira n. 1750 – Bairro Santa Branca – Campo Grande - MS


José Roberto Calvário de Souza
DAVIMIS Nº 1122

ASSOCIAÇÃO FAMILIAR DA COMUNIDADE NEGRA
SÃO JOÃO BATISTA

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Carlos Roberto Rolim

Franco, que diz naquele momento estar realizando um sonho possível em condições formais e estruturais para que a *AFCN*, tenha uma maior atuação junto a sociedade e principalmente na luta pelo povo negro, pelas tradições de sua família e as populações carentes do Santa Branca e adjacências, da periferia de Campo Grande. A seguir a Secretária, inicia a leitura dos artigo por artigo, inciso por inciso, alínea por alínea e parágrafos, do esboço do Estatuto distribuído, aos presentes, após a plenária discutir e tratar dos assuntos referentes ao Estatuto, **APROVOU-SE, o mesmo sem alterações**, tendo a entidade com aprovação dos fundadores a seguinte Razão Social : **ASSOCIAÇÃO FAMILIAR DA COMUNIDADE NEGRA SÃO JOÃO BATISTA - AFCN**. Em seguida o Presidente dos trabalhos, atendendo deliberação da plenária, as quinze horas e trinta minutos, suspende a Assembléia Geral por 01(uma)hora, para a formação das chapas em consonância com as normas estatutárias, sua devida inscrição e registro na secretaria. Fica deliberado que haverá a eleição e posse da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, após o intervalo de uma hora, para que todos em gozo de seus direitos sociais, nesta data possam, exercer seu direito de votar e serem votados, o que foi aprovado, ficando designado o reinício dos trabalhos para as dezesseis horas da mesma data. Em seguida o Secretário de posse de um exemplar do Estatuto, devidamente aprovado pela Assembléia passa a transcrevê-lo, conforme autoriza o artigo 30 "a", deste diploma social. :: **ESTATUTO - ASSOCIAÇÃO FAMILIAR DA COMUNIDADE NEGRA SÃO JOÃO BATISTA - AFCN" - ESTATUTO SOCIAL - CAPITULO I - A CONSTITUIÇÃO - FORO - OBJETIVOS - DURAÇÃO - Art. 1º - A Associação Familiar da Comunidade Negra São João Batista - AFCN**, entidade civil de direito privado sem fins lucrativos, é uma associação fundada pelos membros das famílias Bispo e Anunciação no dia 15 de Novembro de 2000, fica organizada e constituída nesta data, de acordo com a legislação em vigor, autônoma, democrática, apartidária, constituída pelo conjunto de seus associados, sem distinção de raça, etnia, cor, gênero, origem, convicções religiosas ou filosóficas, grau de instrução, orientação sexual, de caráter social: **I-** É competência da *Associação Familiar da Comunidade Negra São João Batista - AFCN*, preservar as raízes culturais das famílias Bispo e Anunciação, estudar e divulgar a cultura afro brasileira, elaborar políticas, executar trabalhos e estabelecer estratégias, para proporcionar ao povo afrodescendente e aos excluídos, uma maior autoestima e desenvolvimento socio-economico-educacional-cultural; **II** - Combater todo e quaisquer tipo de preconceito, segregação estigmatização, as praticas de discriminação racial em todas suas manifestações, buscando construir uma sociedade da qual sejam eliminadas todas as formas de exploração e sejam respeitados os Direitos Humanos; **III-** A proteção ao meio ambiente, ao consumidor, ao patrimônio artístico, estético, histórico, cultural, aos direitos da criança e do adolescente, principalmente os que se encontram em situação de risco, da mulher, do idoso, e especialmente a defesa judicial da igualdade racial, incluindo a propositura de ações criminais, ações civis coletivas ou públicas destinadas a proteção dos direitos difusos e coletivos da população negra, e de quaisquer outros segmentos vitimados por discriminação injusta; **IV-** Realizar sem discriminação, a qualquer clientela serviços permanentes de Assistência Social, Beneficentes, Educacionais, Culturais, Esportivos, Recreativos, de implementação de Direitos, visando o bem estar do ser humano, bem como a preservação do meio ambiente. **Art. 2º-** A *Associação Familiar da Comunidade Negra São João Batista - AFCN*, tem área de atuação no Município de Campo Grande, com Sede Provisória, Administração e Foro na cidade de Campo Grande, MS, na Rua Barão de Limeira n. 1750, Bairro Santa Branca. **Art. 3 - Associação Familiar da Comunidade Negra São João Batista - AFCN**, doravante,

Rua Barão de Limeira n. 1750 - Bairro Santa Branca - Campo Grande - MS


José Roberto Camargo de Souza
OAB/MS Nº 5122

ASSOCIAÇÃO FAMILIAR DA COMUNIDADE NEGRA SÃO JOÃO BATISTA

4º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Carlos Roberto Rolim

CARGO GRANDE - AMO

denominada pela sigla *AFCN*, é uma associação onde admitirá sócios independentemente de raça, etnia, cor, convicções religiosas e filosóficas e de concepções ideológicas. **Art. 4º** - A *AFCN*, terá tempo indeterminado de duração, o ano social coincidirá com o ano civil, e **seus dirigentes não serão remunerados por qualquer forma, sendo defeso a distribuição de lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto.** **Art. 5º** - Para cumprimento de seus objetivos a *AFCN* poderá firmar convênios e parcerias, com quaisquer entidades de direito público ou privado nacional ou internacional, visando obter recursos financeiros, técnicos, material ou pessoal. **Art. 6º** - A *AFCN* terá por princípios: **a)** combater qualquer forma de discriminação e racismo, lutar pela igualdade de oportunidades e pela justiça social; **b)** estudar as condições sociais da comunidade negra, buscando soluções que visem seu desenvolvimento; **c)** reivindicar para as comunidades negras rurais e urbanas, junto aos órgãos municipais, estaduais, federais e internacionais, melhorias e reparos referentes à urbanização e infra-estrutura, assistência técnica e fornecimento de sementes e insumos, equipamentos, benefícios a nível educacional, cultural e esportivo; **d)** planejar e promover atividades que tenham como objetivo o atendimento das necessidades dos seus associados criando Diretorias, e Departamentos, quando estes fizerem necessários; **e)** buscar meios ou recursos que visem a realização dos interesses dos afrodescendentes; **f)** desenvolver programas educacionais, culturais e esportivos para os seus associados para a comunidade e simpatizantes; **Parágrafo Único** - A *AFCN*, para execução e desenvolvimento de suas atividades, poderá contratar serviços e assistência necessária no limite de suas possibilidades financeiras e aprovado pela Diretoria. **Art. 7º** - São prerrogativas da *AFCN*: **I** - Promover campanhas, encontros, conferências, seminários, fóruns, congressos, cursos assembléias, sobre interesse da entidade e da coletividade; **II** - arrecadar as contribuições para implementação de suas atividades, finalidades e objetivos; **III** - firmar convênios e programas de intercâmbio com organismos públicos e privados nacionais e internacionais, mantida a autonomia da entidade, atendendo prioridades estabelecidas nos programas de ação; **IV** - manter serviços de educação, ambientalismo, esporte, recreação, saúde, direitos humanos; **V** - criar condições para estudos planejamentos, projetos, assessorias, consultorias, educação e educação profissional; **VI** - a gratuidade dos cargos eletivos e nomeados *ad nutum*, ressalvada a hipótese conforme legislação em vigor, de afastamento do trabalho, desemprego e prestação de serviços autônomos, sendo nestes casos a gratificação estipulada, levar em consideração, os parâmetros da categoria profissional, e ser aprovada em Assembléia. - **CAPÍTULO II - DOS SÓCIOS - DIREITOS - DEVERES - PENALIDADES - SEÇÃO I - DOS SÓCIOS** - **Art. 8º** - O Quadro Social da *AFCN* é constituído por número ilimitado de Associados assim classificados; **a)** Militantes; **b)** Fundadores; **c)** Simpatizantes; **d)** Beneméritos. **Art. 9º** - São Associados: **a)** Militantes - são aqueles(as) tenham aderido aos preceitos deste Estatuto, após a data da fundação que fazem parte da entidade e atuam em diferentes áreas sob a orientação da Executiva da *AFCN*; **b)** Fundadores, são os(as) que tenham assinado a Ata de Fundação da entidade; **c)** Simpatizantes - são aqueles(as) que apoiam direta ou indiretamente as atividades da entidade; **d)** Beneméritos- são aqueles(as) que se propõem a contribuir material, financeiramente ou prestando relevantes serviços a Associação e tenham sido propostos por 30% (trinta por cento) dos sócios quites com os cofres da entidade. **Art. 10º** - Os sócios das categorias Militante e Fundador, estão sujeitos ao pagamento de mensalidade estipulada anualmente pela Diretoria; **§1º** - Os sócios das categorias Benemérito estão isentos do pagamento de mensalidade; **§2º** - Os sócios das categorias Simpatizantes e Benemérito não poderão exercer cargos eletivos, sendo-lhes

Rua Barão de Limeira n. 1750 - Bairro Santa Branca - Campo Grande - MS

José Roberto Canabarro de Souza
OAB/MS N.º 5122

ASSOCIAÇÃO FAMILIAR DA COMUNIDADE NEGRA SÃO JOÃO BATISTA

4º SERVIÇO NOTARIAL REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Carlos Roberto Rolim

CAMPO GRANDE - MS

facultado exercer cargos demissíveis *ad nutum*; §3º - Somente poderão se associar em qualquer categoria os maiores de 16(dezesesseis) anos, estando impedido de serem votados aqueles menores de 18 (dezoito) anos; **Art. 11** - O associado será admitido mediante subscrição de proposta onde constará a qualificação completa do requerente e relação de seus dependentes menores de 18 (dezoito)anos; *Parágrafo Único* - O valor da mensalidade deverá se encaminhada a Diretoria Financeira da AFCN, após o recebimento do expediente de aprovação da proposta sob pena de arquivamento. - **SEÇÃO II - DOS DIREITOS** - **Art. 12** - Ao associado, quites com suas obrigações, assiste a todos os direitos e vantagens previstas neste Estatuto e nos Regimentos Internos das Diretorias, dos Departamentos e Órgãos da Associação; *Parágrafo Único* - Com a exceção desta assembléia realizada nesta data, o associado só entrará em gozo dos direitos sociais após 60(sessenta) dias contados da data de sua admissão e pagamento do valor inicial exigido, exceto aqueles da categoria de Fundadores, previsto no art. 9º, "b". **Art. 13** - Votar e ser votado nas Assembléias Gerais, exceto os associados das categorias Beneméritos, Simpatizantes e dos menores de 18 (dezoito) anos. **Art. 14** - Recorrer a Assembléia Geral das penalidades e atos que lhes forem impostos pela Diretoria do Conselho Fiscal, em prazo improrrogável de 15 (quinze) dias sob pena de prescrição. **Art. 15** - Solicitar a convocação de Assembléia Geral Extraordinária, na forma do artigo 28 deste Estatuto. - **SEÇÃO III - DOS DEVERES** - **Art. 16** - São deveres dos Associados: **a)** cumprir e fazer cumprir por seus dependentes o presente Estatuto, Regimentos Internos e as Deliberações dos Órgãos constituídos; **b)** exercer com zelo e dedicação os cargos e comissões para os quais for eleito ou nomeado; **c)** comparecer às reuniões e Assembléias, tomando parte nos trabalhos e acatando as suas decisões; **d)** pagar pontualmente as mensalidades sociais, zelando pela conservação do patrimônio social; **e)** promover por todos os meios ao seu alcance, o progresso e o bom nome da Entidade; **f)** comunicar mudanças de residência ou estado civil, bem como outras que venham alterar as declarações prestadas à AFCN, quando de sua admissão no quadro social; **g)** apresentar, quando solicitado, carteira social e recibo de mensalidade; **h)** não tomar nenhuma deliberação isolada, quer seja de competência da Diretoria; **i)** propagar no meio da comunidade que viver as vantagens decorrentes da união de todos em torno da AFCN e seus simpatizantes; **j)** respeitar os diretores, associados, convidados e empregados(as) da AFCN; **l)** abster-se nas dependências da Associação de qualquer manifestação política ou religiosa ou relativa a questões de raça ou nacionalidade, exceto quando envolver estudos, políticas e ações compensatórias, que se revertem em benefício coletivo da AFCN, da Comunidade afrodescendentes e dos excluídos. - **SEÇÃO IV - DAS PENALIDADES** - **Art. 17** - Será eliminado o Associado: **a)** que se atrasar no pagamento de suas mensalidades por mais de 06 (seis) meses consecutivos, sem motivo justificado; **b)** a eliminação a que se refere a alínea "a" é feita pela Diretoria, após notificar por ofício o associado e este se silenciar, perdendo todos os direitos contidos neste Estatuto; **c)** que praticar irregularidades no desempenho do mandato administrativo ou em missão designada pela Diretoria, que resultar prejuízo ao patrimônio social; **d)** que causar danos ou prejuízo ao patrimônio social ou dos créditos da AFCN; **e)** que em nome da AFCN, promover ou comparecer em reuniões ou festividades fora da sede social, sem estar devidamente credenciado; **f)** má conduta moral ou social. **Art. 18** - Ficam instituídas as seguintes penalidades para os sócios que infringirem as disposições deste Estatuto e dos Regimentos Internos: **a)** advertência oral ou escrita; **b)** suspensão, **c)** eliminação. **Art. 19** - A advertência poderá ser feita verbalmente por qualquer Diretor e aplicada por escrito pela Diretoria, devendo ser sempre, justificadamente, registrada em ata da reunião e em livro

Rua Barão de Limeira n. 1750 - Bairro Santa Branca - Campo Grande - MS



José Roberto Camargo de Souza
OAB/MS N.º 3122

ASSOCIAÇÃO FAMILIAR DA COMUNIDADE NEGRA
SÃO JOÃO BATISTA

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Carlos Roberto Romão

próprio. **Art. 20** - A suspensão que não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias, será aplicada somente pela Diretoria, não sendo permitido ao associado ou seu dependente punido, frequentar as dependências da AFCN, na vigência da pena, obrigando-se, entretanto, ao pagamento das contribuições devidas; *Parágrafo Único* - O associado eliminado de acordo com a alínea "a" do Art. 17 poderá reingressar no quadro social, mediante a quitação dos débitos, sujeitando-se ao dobro da carência constante parágrafo único do art. 12 deste Estatuto. **Art. 21** - O associado poderá recorrer à Assembléia Geral Extraordinária das penalidades aplicadas: **a)** o prazo é e 15 (quinze) dias, contados da data em que o associado tomou conhecimento; **b)** os recursos, em geral, são entregues na Secretaria da AFCN, por escrito, mediante recibo, devidamente circunstanciado, onde serão instruídos; **c)** a Diretoria dentro de 15 (quinze) dias reapreciará as razões do recurso, mantidas a decisão submete-la-á a Assembléia Geral Extraordinária especialmente convocada, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias. - **SEÇÃO V - DA ADMISSÃO E DAS CONTRIBUIÇÕES - Art. 22** - Para o associado ser admitido deve preencher proposta social. **Art. 23** - As mensalidades serão estabelecidas, anualmente, revistas pela Diretoria e amplamente divulgada para conhecimento de seus associados e seu pagamento será efetuado na sede da Associação, através de carnê bancário ou em crédito na conta corrente da Associação, devendo neste caso o associado enviar o devido recibo para o devido registro; *Parágrafo Único* - Com a proposta de admissão, subscrita pelo pretendente a associar-se, deverá ser juntado o valor primeira mensalidade, que será devolvida em caso de indeferimento. - **CAPÍTULO III - DOS PODERES - Art. 24** - A AFCN será regida por este Estatuto e seus poderes diretores são: **a)** Assembléia Geral; **b)** Conselho Consultivo; **c)** Diretoria Executiva; **d)** Conselho Fiscal. **Art. 25** - A *Assembléia Geral* é o órgão soberano da Associação e ser reúne para deliberar, Ordinária ou Extraordinariamente. **Art. 26** - Considera-se legitimamente constituída a Assembléia Geral, desde que, se verifique a presença de pelo menos 50 % (cinquenta por cento) de associados quites com os cofres social; *Parágrafo Único* - Não havendo "quorum" suficiente será feita segunda convocação para 01 (uma) hora depois, sendo neste caso válidas todas as decisões com qualquer número de associados presentes. **Art. 27** - A convocação da Assembléia Geral será feita por Edital, fixado em locais visíveis na Associação e publicado no Diário Oficial do Município, ou do Estado, ou em jornal de circulação no Município ou Estado ou através de Carta Convite Edital entregue aos associados, com antecedência de no mínimo 15 (quinze) dias, salvo nos casos excepcionais que poderão ser convocadas até no prazo de 72 (setenta e dois) horas e neste caso por expediente circular. **Art. 28** - A convocação da Assembléia Geral Extraordinária, por solicitação dos Associados, será feita arrazoadamente e justificada, subscrita, no mínimo por 10 (dez) associados em pleno gozo de seus direitos; *Parágrafo Único* - Neste caso será exigido o comparecimento de 50% (cinquenta por cento) dos associados, quites com cofres da associação, que subscreveram a requerimento, independentemente das demais exigências Estatutárias. **Art. 29** - A Assembléia Geral reunir-se-á: **a)** ordinariamente, na primeira quinzena do mês de março para apresentação do relatório e balanço anual financeiro com parecer do Conselho Fiscal; **b)** no terceiro ano, na primeira quinzena do mês de novembro, para eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal; **c)** extraordinariamente quando for necessário por convocação da Diretoria, Conselho Fiscal ou associados quites com os cofres da associação, para resolver fatos relevantes; **d)** o Edital de Convocação da Assembléia Geral, deverá ser afixado na sede da AFCN, publicado no Diário Oficial do Município ou do Estado ou órgão da imprensa de circulação no Município ou no Estado ou através de Carta Convite Edital, entregue aos associados mediante recibo/contrafê,

Rua Barão de Limeira n. 1750 – Bairro Santa Branca – Campo Grande - MS

Cartório Notarial Camargo de Souza
OAB/MS Nº 6422

ASSOCIAÇÃO FAMILIAR DA COMUNIDADE NEGRA SÃO JOÃO BATISTA

4º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

com antecedência de 15(quinze) dias antes da realização da Assembleia, seja ela ordinária ou extraordinária, eletiva ou não, salvo exceções previstas neste Estatuto. **Art. 30** - Nas Assembleias Gerais, somente serão tratados assuntos constantes do Edital: **a)** os trabalhos de cada reunião serão registrados em ata, que poderá ser digitada em microcomputador e anexada ao livro, devendo ao final, após lida, aprovada, ser assinada pelos presentes; **b)** quando eletivas, o direito de voto será pessoal, não permitido por procuração, sendo obrigatório a identificação do sócio e assinatura no livro de presença; **c)** as Assembleias Gerais serão abertas pelo Presidente ou seu substituto legal e, em caso de votação por escrutínio secreto, serão indicados 02 (dois) sócios para escrutinadores e a chamada feita pela ordem de chegada; **d)** as deliberações serão tomadas por meio de votos, podendo, desde que a Assembleia concorde, adotar o sistema de aclamação, votação simbólica ou escrutínio secreto, e adotado este último, cada chapa eletiva indica um fiscal, que deverá ser sócio, para acompanhar a apuração. **Art. 31** - Instalada a Assembleia Geral, o Presidente determinará a leitura do Edital, passando em seguida ao exame da ordem do dia. **Art. 32** - Nas Assembleias somente serão admitida a presença de sócios com mensalidade em dia, convidados especiais, imprensa escrita, radiofônica ou televisiva. **Art. 33** - O associado para participar das Assembleias: **a)** antes de assinar o livro de presença para adentrar ao recinto, provar a sua identidade e quitação social; **b)** o livro de presença deverá estar a disposição dos associados 30 (trinta) minutos antes do horário da primeira convocação; **c)** O Diretor de Finanças deverá estar presente até 01 (uma) hora antes do horário estabelecido para facilitar que os associados façam quitação de mensalidade em atraso. **Art. 34** - Compete à Assembleia Geral: **a)** eleger a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal; **b)** deliberar sobre relatório e pareceres da Diretoria Executiva, Conselhos Consultivo e Fiscal; **c)** deliberar sobre balanço financeiro da Associação; **d)** intervir na administração da Associação quando julgar conveniente, podendo aplicar penalidades e até assinar mandatos dos membros da Diretoria e de órgãos, desde que os interesses da Associação o exijam; **e)** conferir títulos de sócios Beneméritos; **f)** demitir a pedido e licenciar o Presidente, ou outro membro da Diretoria Executiva ou membros do Conselho Consultivo e Fiscal; **g)** analisar e aprovar as indicações da Diretoria Executiva preencher cargos vagos, desde que o restante do mandato seja superior ou igual a 06 (seis) meses; **§1º** - Nas Assembleias Gerais os presentes com direito a palavra e a voto, permanecerão em local separado dos demais presentes; **§2º** - Nas Assembleias Gerais permitir-se-á a presença dos sócios das categorias Beneméritos sem que tenham direito a palavra e a voto nas deliberações, exceto se houver relação com sua pessoa. - **CAPÍTULO IV - O PROCESSO ELEITORAL** - **Art. 35** - Os concorrentes as eleições farão registro de suas chapas completas na Secretaria, as quais devem conter os nomes eletivos, inclusive do Conselho Fiscal, até 06 (seis) dias antes da realização das mesmas, cabendo à Diretoria Executiva criar a Comissão de eleição, com 01(um) Presidente e 01(um) secretário(a), não candidatos, bem como fornecer a esta Comissão, a lista dos associados em condições de votar e serem votados; *Parágrafo Único* - Em caso de eleição para preenchimento de cargos vagos de Presidente, Secretário Geral, 1º Secretário e Diretor Financeiro, será permitido que concorram tantos associados quantos desejem, reduzindo o prazo para 03 (três) dias. **Art. 36** - Para concorrer às eleições é necessário que o associado preencha os seguintes requisitos: **a)** ser maior de 18 (dezoito) anos de idade; **b)** pertencer a categoria de Militantes e ou Fundadores; **c)** possuir bons antecedentes criminais; **d)** ser associado há mais de 60 (sessenta) dias consecutivos até a data da inscrição; **e)** estar quites com os cofres da Associação; **f)** as chapas que concorrerão as eleições, deverão estar inscritas, junto a Secretaria, até as 16h00m do 6º(sexto) dia útil antes

Rua Barão de Limeira n. 1750 – Bairro Santa Branca – Campo Grande - MS


 José Roberto Camargo de Souza
 OAB/MS Nº 5422

ASSOCIAÇÃO FAMILIAR DA COMUNIDADE NEGRA
SÃO JOÃO BATISTA

4º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Carlos Roberto Rouim

01/04/2012 (Sede) MS

das eleição, após serão publicados os nomes dos componentes das chapas; g) as impugnações sobre a formação das chapas poderão ser apresentadas impreterivelmente até 24 (vinte e duas) horas antes da eleição; h) a Comissão de Eleição terá 24 (vinte e quatro) horas após a impetração do(s) pedido(s) de impugnação, para acatar ou rejeitar a(s) impugnação; i) – a chapa ou chapas impugnadas, poderão ser alteradas e regularizadas, 24 (vinte e quatro) horas, após o acatamento da(s) impugnação, que se refere a alínea anterior, não participando da eleição, àquelas que não se regularizarem neste prazo. **Art. 37** - Os cargos de Presidente, Secretário Geral, 1º Secretário, Diretor de Finanças e Conselho Fiscal são privativos dos sócios Militantes e Fundadores da AFCN, membros e descendentes das Famílias Bispo e Anunciação, quites com suas obrigações sociais. **Art. 38** - A votação para Diretoria e Conselho Fiscal será feita na sede social da Associação e apuração por escrutínio secreto e direto se houver mais de uma chapa inscrita, e por aclamação se a chapa for única; §1º - Será permitida indicação de tantos fiscais quanto sejam as chapas concorrentes e umas existentes no local, permitindo um suplente por titular indicado; §2º - A indicação de fiscais para acompanhamento da votação e apuração, bem como seus suplentes, deverá recair obrigatoriamente em sócios na plenitude de seus direitos sociais. **Art. 39** - O Presidente da Assembléia convidará, dentre os presentes, os escrutinadores para apuração dos votos, os quais, bem como os fiscais não deverão estar participando das chapas eletivas. **Art. 40** - A contagem dos votos será feita por chapas completas e proclamada eleita a que tiver maioria dos votos; §1º - Ocorrendo empate será considerada eleita a chapa encabeçada pelo candidato a Presidente mais idoso; §2º - As cédulas que apresentarem rasuras ou emendas ou puderem identificar o eleitor serão anuladas. **Art. 41** - Concluída a apuração, cuja eleição deve ocorrer no período das 13h00 (treze) horas até 17h00m (dezessete) horas do dia marcado para sua realização será dado conhecimento do resultado a Assembléia Geral e posse aos eleitos, pelo Presidente da mesma. **Art. 42** - Qualquer reclamação sobre a eleição só será aceita antes da proclamação do resultado; §1º - O recurso relativo a qualquer impugnação da eleição, deverá ser feito por escrito, firmada por três integrantes da chapa recorrente que será analisada pela mesa diretora dos trabalhos e submetida a Assembléia, se relevante o motivo, após o que decidido proclamar-se-á a chapa vencedora; §2º - O número de votos apurados, sob pena de nulidade, deverá ser igual ao de associados assinantes do livro de presença. **Art. 43** - O Conselho Consultivo será composto pelo Presidente, ex-Presidentes e Fundadores da AFCN. - **CAPITULO V - SEÇÃO I - DA CONSTITUIÇÃO DA DIRETORIA E COMPETÊNCIAS** - **Art. 44** - A Associação será administrada por uma Diretoria com poder executivo, assim constituída: §1º - *Presidente, Secretário Geral, 1º Secretário e Diretor de Finanças*, eleitos em Assembléia Eletiva; e Diretorias, quantas necessárias, nomeados *ad nutum* pela Diretoria Executiva, sendo elegíveis os maiores de 18 (dezoito) anos, que sejam sócios Militantes ou Fundadores, no uso de seus direitos Estatutários; §2º - O *Presidente, Secretário Geral, 1º Secretário, Diretor de Finanças*, são cargos privativos dos sócios Militantes e Fundadores, das famílias Bispo e Anunciação, elegíveis por Assembléias Gerais; §3º - Os mandatos são de 03 (três) anos, sendo permitida reeleição. **Art. 45** - Vagando-se qualquer cargo eletivo, o substituto legal ocupará a vaga até que ocorra nova eleição, exceto se a vacância ocorrer a menos de 06 (seis) meses do final de mandato, quando o substituto completará o mandato; §1º - Em caso de vacância na Diretoria, com mandato superior a 06 (seis) meses, as eleições para preenchimento da vaga deverá ocorrer num prazo mínimo de 15 (quinze) dias e máximo de 30 (trinta) dias do fato gerador; §2º - Qualquer membro da Diretoria ou de cargo nomeado que se demitir, deverá entregar, mediante recibo, todos os bens

Rua Barão de Limeira n. 1750 – Bairro Santa Branca – Campo Grande - MS


 José Roberto Camargo de Souza
 OAB/MS N.º 5422

ASSOCIAÇÃO FAMILIAR DA COMUNIDADE NEGRA
SÃO JOÃO BATISTA

4º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Carlos Roberto Rottm

e documentos que estiverem em seu poder, bem como prestar constas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do afastamento, se antes não houver feito. **Art. 46** - Perderá o mandato o membro da Diretoria que deixar de comparecer, sem justa causa, a 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou 05 (cinco) alternadas. **Art. 47** - A Diretoria, com as restrições impostas por este Estatuto terá amplos poderes para praticar todos os atos de gestão e reunir-se-á: a) ordinariamente, uma vez por mês; b) extraordinariamente, sempre que se fizer necessário. **Art. 48** - Os membros do poder administrativo não respondem por obrigações contraídas em nome da Associação e pela prática de atos normais de gestão, mas assumem responsabilidade pelos atos praticados infringindo a Lei ou este Estatuto; *Parágrafo Único* - A responsabilidade de que trata este artigo, prescreverá no prazo de 02 (dois) anos, contados da data da aprovação pela Assembléia Geral, das contas, relatórios e balancetes do exercício que findou seu mandato. **Art. 49** - Compete à Diretoria Executiva: **a)** cumprir e fazer cumprir as disposições deste Estatuto, bem como Regulamentos e Regimentos Internos; **b)** resolver a admissão, readmissão e aplicação de penalidades aos associados, de acordo com o estabelecido neste Estatuto; **c)** admitir, licenciar e demitir empregados; **d)** criar Diretorias, Departamentos nomear, licenciar ou afastar Diretores, em Departamentos ou Órgãos, conforme prescreve este Estatuto; **e)** promover a arrecadação das mensalidades e qualquer outras rendas, efetuando despesas; **f)** organizar anualmente e apresentar a Assembléia Geral relatório de sua gestão com balanço de receitas e despesa; **g)** aprovar os Regimentos Internos da Diretoria, Departamentos e Órgãos da Associação; **h)** estudar e resolver os casos omissos que lhe sejam submetidos; **i)** contratar quantos quadros profissionais forem necessários dentro da capacidade financeira da AFCN; **j)** celebrar convênios, contratos e estabelecer parcerias. **Art. 50** - Ao **Presidente** compete, além de outras atribuições contidas neste Estatuto: **a)** nomear, destituir e conceder licença aos Diretores, exceto para aqueles eleitos pela Assembléia Geral; **b)** representar a Associação em juízo ou fora dele; **c)** solucionar casos de urgência, levando-os ao conhecimento dos demais membros da diretoria, na primeira oportunidade; **d)** executar todos os atos administrativos, cuja iniciativa é de sua exclusiva competência; **e)** presidir as reuniões da Diretoria, mandando executar suas decisões e inscrever em ata os assuntos tratados; **f)** convocar e presidir Assembléias Gerais e reuniões da Diretoria; **g)** cumprir e fazer cumprir as determinações da Assembléia Geral; **h)** criar e coordenar, Comissões, Departamentos e Órgãos, nomeando seus respectivos Diretores; **i)** assinar, juntamente com o Diretor de Finanças, os cheques e demais documentos que digam respeito aos negócios financeiros da Associação; **j)** apresentar anualmente a Assembléia Geral, o relatório de atividades da Associação e o respectivo balanço organizado pela Diretoria Financeira, compreendendo receitas e despesas do exercício anterior; **l)** enviar mensalmente ao Conselho Fiscal, até o 8º(oitavo) dia útil os balanços financeiros organizados pela Diretoria de Finanças; **m)** autorizar a assinatura de contratos de profissionais necessários ao perfeito atendimento das finalidades sociais; **n)** encaminhar à Assembléia Geral os recursos interpostos por associados; **o)** delegar funções e competência a Diretores, mediante ato expresso; **p)** recorrer a Assembléia Geral das decisões que reputar injustas do Conselho Fiscal; **q)** nomear Delegados e Representantes; **r)** determinar os pagamentos autorizados de conformidade com este Estatuto e visar todos os documentos relativos a pagamentos, contas e cheques; **s)** assinar carteiras sociais, títulos honoríficos, atos e despachar expedientes que sejam de sua alçada. **Art. 51** - . - Ao **Secretário Geral** compete, além de outras atribuições contidas neste Estatuto, auxiliar o Presidente no exercício do cargo, *substituindo-o* no seu impedimento ou ausência. **Art. 52** -

Rua Barão de Limeira n. 1750 – Bairro Santa Branca – Campo Grande - MS


José Roberto Catão de Souza
OAB/MS N.º 5422

ASSOCIAÇÃO FAMILIAR DA COMUNIDADE NEGRA
SÃO JOÃO BATISTA

4º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Ao *Secretário Geral* além da atribuição contida no artigo anterior compete: **a)** superintender e organizar todos os serviços da Secretaria da entidade; **b)** participar de reuniões da Diretoria; **c)** secretariar as reuniões e assembléias de Diretorias, Departamentos e Órgãos da AFCN; **d)** receber e preparar toda a correspondência da Associação; **e)** despachar com o Presidente o expediente cuja solução seja de sua competência; **f)** fiscalizar os livros da Secretaria; **g)** dar recibos dos requerimentos de solicitações; **h)** comunicar aos sócios qualquer alteração em sua vida social; **i)** emitir parecer nos expedientes destinados a despachos do Presidente; **j)** providenciar as convocações de reuniões da Diretoria, do Conselho Fiscal, Conselho Consultivo e das Assembléias Gerais; **l)** auxiliar o Presidente na confecção do relatório anual; **m)** abrir correspondência destinada à Presidência. **Art. 53** – Ao *1º Secretário* compete: **a)** substituir o Secretário Geral nos seus impedimentos; **b)** requisitar todo material necessário à Secretaria; **c)** comunicar aos associados a eleição ou indicação para cargos de confiança da AFCN; **d)** auxiliar o Secretário Geral; **e)** manter organizado o arquivo da Associação; **f)** manter sob sua guarda livros ata de reuniões da Diretoria, Assembléias Gerais e o livro de presença; **g)** lavrar atas de reuniões da Diretoria, registrando todos os fatos e decisões ali ocorridas; **h)** secretariar reuniões do Conselho Consultivo; **i)** manter sob sua responsabilidade o livro de registro; **j)** expedir carteiras sociais, assinando-as com o Presidente, escriturando-as em livro próprio. **Art. 54** - Ao *Diretor de Finanças* compete: **a)** superintender e organizar todos os serviços da Tesouraria; **b)** ter sob sua guarda e responsabilidade os valores da AFCN; **c)** assinar com o Presidente ou Secretário Geral, quando em substituição do presidente, os cheques e guias de pagamento; **d)** efetuar os pagamentos autorizados; **e)** dirigir, organizar e fiscalizar os serviços da Tesouraria; **f)** fornecer mensal e anualmente os balanços de receita e de despesas da Associação; **g)** fiscalizar todos livros da Tesouraria; **h)** recolher a estabelecimentos bancários, indicados pela Diretoria, os saldos superiores a 02 (dois) salários mínimos em caixa; **i)** manter devidamente arquivadas as contra-cópias de cheques e guias de pagamento efetuados; **j)** controlar os créditos e débitos da Associação e o diário bancário e de caixa; **l)** esclarecer dúvidas suscitadas pelo Conselho Fiscal; **m)** preparar cheques e guias de pagamentos autorizadas; **n)** fornecer esclarecimentos ao Conselho Fiscal e Consultivo, permitindo aos primeiros exame de livros e documentos contábeis; **o)** manter devidamente controlado o livro próprio de crédito e débito da Associação; **p)** manter em dia o controle de pagamento de mensalidades dos Associados, relacionando, mensalmente, aqueles em atraso; **q)** manter relacionada a ordem de haveres a cumprir da AFCN, com as respectivas datas; **r)** organização dos balancetes e relatórios mensais e anuais. - **SEÇÃO II - DAS DIRETORIAS, DEPARTAMENTOS E ÓRGÃOS AUXILIARES** - **Art. 55**– Diretoria Executiva poderá criar tantas Diretorias quantas julgue necessárias a Administração da AFCN, com atribuições especificadas neste Estatuto e em Regimentos próprios, desde já cria as Diretoria Contabilidade, Diretoria de Relações Públicas e Comunicação e Diretoria de Políticas e Ação Social. **Art. 56** - Ao *Diretor de Contabilidade*, compete: **a)** substituir o Diretor de Finanças nos seus impedimentos; **b)** requisitar todo material necessário à para uma correta contabilidade da AFCN; **c)** auxiliar o Diretor de Finanças nos relatórios e balancetes financeiros da associação; **d)** manter organizado o arquivo contábil da Associação. **Art. 57** - A *Diretoria de Relações Públicas e Comunicação* compete: **a)** promover e divulgar todas as atividades da Associação na imprensa escrita, falada e televisada; **b)** manter contatos com órgãos governamentais e entidades privadas; **c)** exercer a função de porta-voz da AFCN, junto à comunidade e entidades congêneres. **Art. 58** – A *Diretoria de Políticas e Ação Social*

Rua Barão de Limeira n. 1750 – Bairro Santa Branca – Campo Grande - MS


José Roberto Camargo de Souza
OAB/MS N.º 5422

ASSOCIAÇÃO FAMILIAR DA COMUNIDADE NEGRA
SÃO JOÃO BATISTA

4º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Carlos Roberto Rolim

MS

compete: **I** – formular, executar e estabelecer políticas de assistência social, junto aos órgãos governamentais e não governamentais, na esfera da educação, saúde, cultura, da criança e do adolescente, do idoso, da mulher, dos portadores de necessidades especiais, bem como traçar políticas turismo ecológico, meio ambiente, visando o desenvolvimento econômico e melhoria do nível de vida nas comunidades negras e dos vulneráveis socialmente de quaisquer etnias.

Art. 59 - A Diretoria Executiva poderá criar tantos Departamentos e Órgãos Auxiliares quantos julgue necessários a Administração da AFCN, com atribuições especificadas neste Estatuto e em Regimentos próprios. **Art. 60** - Ficam desde já criados os Departamentos: **a)** Jurídico; **b)** Educação e Cultura; **c)** Estudos do Gênero; **d)** Planejamento, Estudos e Projetos; **e)** Obras e Patrimônio; **f)** Esportes; *Parágrafo Único* – As Diretorias e Departamentos de nomeação e demissíveis *ad nutum*, serão dirigidos por associados de qualquer categoria, não sendo necessário pertencer às famílias Bispo e Assunção. **Art. 61** - A Associação poderá ainda criar Órgãos e Representações, aos quais serão atribuídas funções específicas e regimentais; - **CAPÍTULO VI - DO CONSELHO CONSULTIVO** - **Art. 62** - O Conselho Consultivo será formado pelo Presidente, ex-Presidentes e Fundadores que deverão ser convocados e consultados, sempre que haja um assunto de relevada importância, competindo-lhes: **a)** orientar a administração na consecução de seus objetivos; **b)** apresentar pareceres quando solicitado; **c)** encaminhar a discussão todos assuntos que resultem em benefício da Associação; **d)** opinar, quando consultado, para admissão, licenciamento, suspensão de pagamento de mensalidades ou concessão de benefícios a sócios. **Art. 63** - Os membros do Conselho Consultivo, atuarão sempre em suas reuniões, sob orientação de um Presidente ou seja o Conselheiro mais idoso presente. **Art. 64** - O Conselho Consultivo reunir-se-á, quando forem convocados ou julgado necessário com *quorum* mínimo de 04(quatro) membros.- **CAPÍTULO VII - CONSELHO FISCAL** - **Art. 65** - O Conselho Fiscal compõem de 03 (três) membros efetivos e 03 (três) membros suplentes, eleitos, pela Assembléia Geral, a cada 03(três) anos juntamente com a Diretoria. **Art. 66** - Ao Conselho Fiscal compete: **a)** examinar mensalmente os livros, documentos, balancetes e dar parecer sobre o movimento econômico, financeiro e administrativo da Associação; **b)** fiscalizar o cumprimento das obrigações com quem a Associação tem deveres e praticar todos os atos que lhe forem atribuídos; **c)** denunciar a Assembléia Geral erros administrativos ou qualquer violação da Lei ou do Estatuto, sugerindo as providências necessárias, inclusive para que possa, em cada caso exercer plenamente a sua função fiscalizadora; **d)** convocar a Assembléia Geral nos casos previstos no Estatuto ou quando ocorrerem motivos graves e urgentes; **e)** examinar convênios, contratos e parcerias firmadas pela Diretoria, dando seu parecer; *Parágrafo Único* - A responsabilidade dos membros do Conselho Fiscal, por atos ou fatos ligados ao cumprimento dos seus deveres, obedecerá as regras que definem a responsabilidade dos membros do órgãos administrativo. **Art. 67** - O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por trimestre e, quando necessário, extraordinariamente, por solicitação de qualquer de seus membros e por convocação da Assembléia Geral ou do Presidente da Associação, sempre justificadamente. **Art. 68** - O Conselho Fiscal reunir-se-á, solenemente, até 03 (três) dias após sua eleição, para eleger seu Presidente e Secretário, bem como a ordem de substituição dos seus suplentes; *Parágrafo Único* - Nenhum de seus membros poderá receber numeração alguma a qualquer título, quais sejam ordenado, abono, gratificação, *pro-labore*, jeton. - **CAPÍTULO VIII - DO PATRIMÔNIO SOCIAL** - **Art. 69** - O Patrimônio Social é constituído de bens móveis, imóveis, títulos de renda, donativos, dinheiro em espécie, quaisquer outros valores, cujos montantes serão apurados anualmente, em balanços

Rua Barão de Limeira n. 1750 – Bairro Santa Branca – Campo Grande - MS

Carlos Roberto Camargo de Souza
OAB/MS N.º 5422

ASSOCIAÇÃO FAMILIAR DA COMUNIDADE NEGRA
SÃO JOÃO BATISTA

4º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

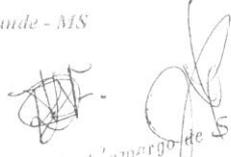
Carlos Roberto Rolim

demonstrativos; **Art. 70** - Os bens móveis somente poderão ser alienados ou onerados, por deliberação da Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim. **Art. 71** - Os bens móveis, títulos de crédito, ações e obrigações poderão ser vendidos, permutados ou convertidos em outros valores, mediante autorização da Assembleia Geral convocada para essa finalidade. - **CAPÍTULO IX - DA RECEITA E DAS DESPESAS - SEÇÃO I - DA RECEITA - Art. 72** - Considera-se receita da AFCN: **a)** todas as importâncias provenientes da venda de promoções e festivais de prêmios; **b)** mensalidade e outras contribuições, inclusive indenizações; **c)** donativos recebidos de pessoas físicas ou entidades privadas ou públicas; **d)** convênios; **e)** outras receitas que não estiverem especificadas; *Parágrafo Único* - A AFCN não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio sob nenhuma forma, sendo que suas rendas, seus recursos e eventual resultado operacional são usados integralmente no território nacional e na manutenção de seus objetivos específicos. -

SEÇÃO II - DAS DESPESAS - Art. 73 - Considera-se despesas da AFCN: **a)** pagamento de impostos, taxas e aluguéis; **b)** salário de empregados e professores, assessorias técnicas e jurídica contratados ou credenciados; **c)** custeio de festejos, jogos e demais diversões e lazer dos associados; **d)** aquisição de imóveis, móveis, utensílios e materiais de expediente; **e)** no exercício de suas funções, despesas com viagem e alimentação, bem como suas locomoções, os membros da Diretoria Executiva, Diretorias, Coordenações, Conselhos e representantes designados pela Diretoria, deverão ser reembolsados de eventuais despesas; **f)** gastos com representação do Presidente; **g)** débitos incobráveis; **h)** reembolso de gastos inadiváveis que resultem benefício da Associação; **i)** custeio de obras novas ou conservação do patrimônio da AFCN; *Parágrafo Único* - No final de cada ano será levado a efeito um inventário do patrimônio, cujo rol será anexado ao balanço do exercício. **CAPÍTULO X - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Art. 74** - Os associados não responderão subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela Associação. **Art. 75** - A Diretoria não assumirá responsabilidades por iniciativa tomada isoladamente pelos associados. **Art. 76** - A Associação Familiar da Comunidade São João Batista - AFCN, somente poderá se extinguir quando não mais preencher as suas finalidades e por decisão unânime da Assembleia Geral Extraordinária, convocada com essa finalidade; *Parágrafo Único* - Na hipótese deste artigo, seus bens e haveres serão doados a uma Instituição congênere ou de caráter de assistência social, beneficente ou filantrópica, registrada no CMAS, CEAS ou CNAS, ou a uma entidade pública a critério da instituição. **Art. 77** - Os cargos de Diretores, Conselheiros e Representantes não serão remunerados e a AFCN não dividirá lucro ou dividendos a seus associados. **Art. 78** - É vedado a Diretoria ou qualquer de seus membros contribuir a custas dos cofres social, para quaisquer fins estranhos aos objetivos da Associação. **Art. 79** - A Associação manterá em conta e controle separado 20% (vinte por cento) dos valores correspondentes às mensalidades para aplicar em projetos que beneficiem a entidade e associados; *Parágrafo Único* - Para consecução destes projetos serão criadas Comissões Especiais, que serão dissolvidas ao final.

Art. 80 - A AFCN manterá uma biblioteca aberta à comunidade social, podendo arrecadar livros, revistas, vídeos e outros e contratar técnicos se necessário. **Art. 81** - A contratação de serviços essenciais precederá parecer e aprovação do Conselho Fiscal e não poderá de forma alguma influir na consecução das finalidades sociais; *Parágrafo Único* - A comunidade que não pertencer ao quadro social da AFCN poderá usufruir dos benefícios, contribuindo nesta participação com valores diferenciados. **Art. 82** - Deverá ser lavrado um livro especial, onde constará, relação de ex-Presidentes e sócios Fundadores da AFCN, os quais comporão o

Rua Barão de Limeira n. 1750 - Bairro Santa Branca - Campo Grande - MS


José Roberto Camargo de Souza
01/01/2015 12:37:33

ASSOCIAÇÃO FAMILIAR DA COMUNIDADE NEGRA
SÃO JOÃO BATISTA

4º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Carlos Roberto Boim

Conselho Consultivo da associação. **Art. 83** - Este Estatuto somente poderá ser modificado, após decorridos 03 (três) anos de sua aprovação, por proposta aprovada pela Assembleia Geral devidamente justificada. - **CAPÍTULO XI - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS** - **Art. 84** - Enquanto não forem elaborados e aprovados os Regimentos Internos da AFCN, as Diretorias, os diversos Departamentos e Órgãos, da entidade serão dirigidos com base exclusiva neste Estatuto. **Art. 85**- Todas despesas efetuadas pela Diretoria ou Departamentos, referentes a viagens ou representações, ficam sujeitas a relatórios nos quais deverão ficar especificada a natureza e o objetivo das mencionadas despesas. - **Art. 86** - Todos eleitos na data da aprovação deste Estatuto, cumprirão seu mandato até as eleições que serão realizadas na primeira quinzena de novembro do ano de 2003, ou até a posse dos eleitos naquela oportunidade. - **Art. 87** - Os casos omissos ou não previstos neste Estatuto, serão submetidos a deliberação de Assembleia Geral, especialmente convocada para este fim. **Art. 88** - A AFCN, deverá ser Registrada e Cadastrada nos, Conselho Municipal de Assistência Social e Conselho Nacional de Assistência Social; **Art. 89** - O presente Estatuto entrará em vigor na data da sua aprovação, revogadas as disposições em contrário, devendo ser registrado no Serviço Notarial e Registral de Títulos e Documentos desta Cidade. Campo Grande, MS, 15 de Novembro de 2000. Nesta data, dia vinte e três de julho de dois mil, as dezesseis horas a Presidência dos Trabalhos determina o reinício e continuação a Assembleia suspensa, sendo constado comparecimento dos presentes na primeira parte da mesma, após feita nova chamada, para prosseguimento e reinício da Assembleia, com a verificação do registro das chapas, em conformidade com o Estatuto já aprovado. Feito o devido registro e levado ao conhecimento da Assembleia, ficou deliberado conforme Estatuto, que em razão de haver somente uma chapa registrada, a eleição será por aclamação. Colocada em votação foi **eleita por aclamação** a chapa apresentada com o nome de: “**Zumbi dos Palmares**”, em homenagem ao grande herói nacional, símbolo da luta pela da liberdade e orgulho do povo negro, sendo eleitos para mandato no período de **15 de Novembro de 2000 usque 14 de Novembro de 2003**, para **Diretoria Executiva:** como **Presidenta:** **Rosana Cláudia Delfino Anuniação Franco**, brasileira, casada, professora, portadora da CI/RG n. 739.989-SSP/MS e CIC n. 835.548.071-68, residente e domiciliada na Av. das Bandeiras n. 2683, Vila Piratininga, Campo Grande, MS; **Secretária Geral:** **Eva Madalena Delfino Anuniação**, brasileira, casada, professora, portadora da CI/RG n. 739.995-SSP/MS e CIC n. 851.675.681-53, residente e domiciliada na Rua Manoel Vieira de Souza n. 56, Vila Piratininga, Campo Grande, MS; **1ª Secretária** **Margareth Aparecida da Anuniação**, brasileira, divorciada, funcionária pública, portadora da CI/RG n. 153.667-SSP/MS, e CIC n. 298.259.461-72, residente e domiciliada na Av. das Bandeiras n. 2683 – Casa 02 – Vila Piratininga, Campo Grande, MS; **Diretor de Finanças:** **Paulo Alexandre Franco**, brasileiro, casado, técnico em contabilidade, portador da CI/RG n. 646.930-SSP/MS e CIC n. 668.815.681-20, residente e domiciliado na Av. das BANDEIRAS N. 2683, Vila Piratininga, Campo Grande, MS; **Conselho Fiscal Titular:** **Jair Bispo dos Santos**, brasileira, casado, comerciante, portador da CI/RG n. 072.765-SSP/MT e CIC n. 106.422.501-20, residente e domiciliado na Rua Barão de Limeira n. 1750, Bairro Santa Branca, Campo Grande, MS; **Maria Lúcia Sanches Garcia**, brasileira, casada, do lar, portadora da CI/RG n. 772.507 e CIC n. 701.219.901-68, residente e domiciliada na Rua Coroados n. 275, Campo Grande, MS; **Cilene Regina Delfino**, brasileira, casada, do lar, portadora da CI/RG n. 895.122-SSP/MS e CIC n. 896.719.020-20, residente e domiciliada na Rua Barão de Limeira n. 1750, casa 03, Bairro Santa Branca, Campo Grande, MS. **Conselho Fiscal Suplente:** **João Pedro Ferreira Neto**, brasileiro, separado, mecânico, portador da

Rua Barão de Limeira n. 1750 – Bairro Santa Branca – Campo Grande - MS



João Pedro Ferreira Neto
11.01.2003 - 15.11.2003

ASSOCIAÇÃO FAMILIAR DA COMUNIDADE NEGRA
SÃO JOÃO BATISTA

4º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Carlos Roberto Camargo

CI/RG n. 413.847-SSP/MS e CIC n. 481.424.090-00, residente e domiciliada nas Bandejas n. 2683, Vila Piratininga, Campo Grande, MS; Anderson Delfino Sobrinho, brasileiro, solteiro, auxiliar de serviços gerais, portador do CI/RG n. 1.148.628-SSP/MS, residente e domiciliado na Rua Manoel Vieira de Souza n. 56, Piratininga, Campo Grande, MS; Ednéia Luiz Ribeiro, brasileira, casada, do lar, portadora da CI/RG n. 702-326-SSP/MS e CIC n. 600.626.221-53, residente e domiciliada na Rua Barão de Limeira n. 1750, casa 02, Bairro Santa Branca, Campo Grande, MS. Em seguida foi dada a posse aos eleitos para Diretoria e Conselho Fiscal, que acabam de ser eleitos para um mandato que vai desta data de posse, quinze de novembro de dois mil até quatorze de novembro de dois mil e três. A Presidência desta Assembléia determina a secretária ad hoc, que lavre um Termo Coletivo de Posse para todos os eleitos e eleitas e passe a chama-los (as) individualmente, pelo nome para que aponham suas devidas assinaturas, advertindo que se houver algum associado(a) eleito(a) com problemas para exarar sua assinatura, que ponha sua impressão digital e que um associado assinhe a rogo, passando em seguida a lavratura do termo. Por este Termo, aqui denominado posse, nos que abaixo assinamos, eleitos para dirigir a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da Associação Familiar da Comunidade Negra São João Batista - AFCN, cumprimos com lealdade o Estatuto Social aprovado e que aceitaremos as críticas e as corrigiremos, se acertadas, dando a todos satisfação de nossos atos, sem qualquer discriminação de qualquer ordem, elegendo como prioritários os interesses comuns dos associados. A seguir o Presidente dos trabalhos Dr. José Roberto Camargo de Souza, parabeniza a todos em nome do Conselho Estadual de Desenvolvimento e Defesa dos Direitos do Negro e do Instituto Casa da Cultura Afro Brasileira, pela fundação da AFCN, justamente no mês em que no dia 20, se celebra o "Dia Nacional da Consciência Negra", que esta associação seja um marco na luta pela preservação das tradições afro-sul-matogrossenses, pelos direitos humanos e assistência social no Município de Campo Grande, pede a Olorum, que significa Deus em Yorubá, que ilumine todos os caminhos e sob de proteção de São João Batista todas pessoas de bem, em seguida passa a direção dos trabalhos a Presidenta eleita Senhora Rosana Cláudia Delfino Anunciação Franco. A Presidenta eleita e empossada, assume a direção dos trabalhos e usando da palavra, agradece a confiança que os associados fundadores da AFCN depositaram na Diretoria e Conselho Fiscal recém eleita, afirmando estarem cômicos das responsabilidades que assumirão, até o dia quatorze de novembro de dois mil e três, quando terminarão os seus mandatos, como consta Estatuto aprovado, que a Diretoria e o Conselho Fiscal, irão no curso de sua administração usar de todas as prerrogativas estatutárias para alcançar os objetivos da AFCN, agradece ao ICCAB pelo apoio e empréstimo do microcomputador, para elaboração desta ATA, ao CEDINE, pelo apoio jurídico, logístico e estrutural, por fim, convida aos presentes para um coquetel que oferecerá, determinando que seja encerrada a Assembléia após leitura da ATA, aprovação e assinaturas exaradas por mim Secretária ad hoc e pelos demais presentes no encerramento desta Assembléia Geral Campo Grande, MS, 15 de Novembro de 2000.

Handwritten signature of José Roberto Camargo de Souza
008/MS-5422
008/MS N.º 0422

Handwritten signatures and initials: EXIWA, amelia maria C A, L.S.G.A., AmS, RGDBS

Rua Barão de Limeira n. 1750 - Bairro Santa Branca - Campo Grande - MS

Handwritten signatures and names: Ednéia L. R. Anunciação, Anderson D. S., Norma Lima, José Roberto Camargo de Souza, Inês Maria Delfino A.C., Maridalva Heleno...

NOTARIAL E REGISTRAL
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

ANEXO 3
CERTIFICAÇÃO DE AUTORECONHECIMENTO – DOCUMENTO DA
FUNDAÇÃO PALMARES



**Santos
Pereira**

2º OFÍCIO

Dr. Carlos Henrique dos Santos Pereira
Oficial do Registro Civil da 1ª Circunscrição
2º Tabelião

Drª Cinthya Spengler dos Santos Pereira Barbosa Santos
Substituta

CERTIDÃO DE ÓBITO

LIVRO Nº 045

FOLHA Nº 022

TERMO DE ÓBITO Nº

4.181

CERTIFICO que, em data de **21 de novembro de 1977** no Livro Número **045** às Folhas **022** sob o nº **4.181**, foi feito o Registro do óbito de :

MARIA ROSA ANUNCIÇÃO

falecida em **19 de novembro de 1977** às **04:30** horas, em **DOMICÍLIO CAMPO GRANDE-MS**, Sexo **FEMININO** profissão **LIDES DO LAR** natural de **COXIM-MS** residente e domiciliada *, *, * - **CAMPO GRANDE-MS** com **oitenta e três** Anos de idade, estado civil **SOLTEIRA** , filha de **JOÃO GERALDO ANUNCIÇÃO** profissão , natural de - e residente em - e **ROSA MARIANA LOPES** profissão , natural de -- e residente em -. Tendo sido declarante **ALTINO R. DA SILVA** e o óbito atestado pelo Dr. **VITOR RABELO GONÇALVES** que deu como causa da morte **EMBOLIA PULMONAR FIBRILAÇÃO ATRIAR MIOCARDIOESCLEROSE SEMILIDADE** e o sepultamento foi feito no cemitério **SANTO AMARO** na cidade de **CAMPO GRANDE-MS**.

Observação : Ignora-se se deixou filho(s). Ignora-se se deixou bens. Ignora-se se deixou testamento. De raça/cor. Ignorada. **VISTO PELA DELEGACIA DE POLICIA**.**

Eu _____ Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais da 1ª Circunscrição o subscrevo e assino.

CAMPO GRANDE/MS, 11 de dezembro de 2009.

CINTHYA SPENGLER DOS SANTOS PEREIRA BARBOSA SANTOS
Oficial Substituta do Registro Civil da 1ª Circunscrição

Cinthya Spengler dos Santos Pereira Barbosa Santos
Ofício do Registro Civil e Tabelionato
Escrevente



Santos Pereira - 2º Ofício

Avenida Afonso Pena, 1771 - CEP 79.002-071 - Campo Grande - MS
Fone: (67) 3325-1378 - Fax: (67) 3325-1538 - e-mail: c2ofic@terra.com.br

ANEXO 4 CÓPIA DO DIÁRIO OFICIAL

Nº 108, quarta-feira, 7 de junho de 2006

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

5



Prazo de captação de 01/01/2006 até 31/12/2006.
Art. 6º - Prorrogar o prazo de captação do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de Certificados de Investimento e da formalização de contratos de co-produção nos termos dos Arts. 1º e 3º da Lei nº 8.655/93 e mediante doações ou patrocínios, na forma prevista nos Arts. 25 e 26 da Lei nº 8.313/91.
011879 - Um Lobosomena na Amazônia
Processo 01400.001708/2001-27
Proponente: Topiano Filmes Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ 31.205.560/0001-06
Prazo de captação de 01/01/2006 até 31/12/2006.
Art. 7º - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ FERNANDO NOEL DE SOUZA

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

PORTARIA Nº 11, DE 6 DE JUNHO DE 2006

O Presidente-Substituto da Fundação Cultural Palmares, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei nº 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003, da Portaria da FCP nº 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União nº 443 de 04 de março de 2004, Seção 1, F. 07, resolve:

Art. 1º Registrar no Livro de Cadastro Geral nº 06 e CERTIFICAR que conforme Declarações de Auto-reconhecimento e os processos em tramitação nesta Fundação Cultural Palmares, as Comunidades a seguir, SÃO REMANESCENTE DOS QUILOMBOS:

Comunidade de Zumbi, localizada no município de Maragogipe, Estado da Bahia, Registro nº 554, Fl. 63, em 19/05/2006.

Comunidade de Poços do Langa, localizada no município de Taquarana, Estado de Alagoas, Registro nº 561, Fl. 71, em 08/05/2006.

Comunidade de Umburatinha, localizada no município de Cajazeirinhas, Estado da Paraíba, Registro nº 562, Fl. 72, em 19/05/2006.

Comunidade de Tambor, localizada no município de Novo Airão, Estado do Amazonas, Registro nº 563, Fl. 73, em 19/05/2006.

Comunidade Negra São João Batista, localizada no município de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, Registro nº 564, Fl. 74, em 19/05/2006.

Comunidade Negra Rural de Sete Barras, localizada no município de Adrianópolis, Estado do Paraná, Registro nº 565, Fl. 75, em 19/05/2006.

Comunidade de Porto Velho, localizada no município de Adrianópolis, Estado do Paraná, Registro nº 566, Fl. 76, em 19/05/2006.

Comunidade Negra do Varzeão, localizada no município de Dr. Ulysses, Estado do Paraná, Registro nº 567, Fl. 77, em 19/05/2006.

Comunidade Negra Rural de Córrego das Moças, localizada no município de Adrianópolis, Estado do Paraná, Registro nº 568, Fl. 78, em 19/05/2006.

Comunidade de Palmal dos Pretos, localizada no município de Campo Largo, Estado do Paraná, Registro nº 569, Fl. 79, em 19/05/2006.

Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro da Montanha, localizada no município de Irituba, Estado do Pará, Registro nº 570, Fl. 80, em 19/05/2006.

Comunidade de São José do Açaiteira, localizada no município de Irituba, Estado do Pará, Registro nº 571, Fl. 81, em 19/05/2006.

Comunidade de Santa Maria do Curuçá, localizada no município de Irituba, Estado do Pará, Registro nº 572, Fl. 82, em 19/05/2006.

Comunidade Base e Adjacências, compreendendo as comunidades Caetana e Retiro, localizadas no município de Pacajus, Estado do Ceará, Registro nº 573, Fl. 83, em 19/05/2006.

Comunidade de Estrada II e Adjacências (Belzeu), localizada no município de Central do Maranhão, Estado do Maranhão, Registro nº 574, Fl. 84, em 19/05/2006.

Comunidade de Lagoinha e Poço, localizada no município de Livramento de Nossa Senhora, Estado da Bahia, Registro nº 575, Fl. 85, em 19/05/2006.

Comunidade de Curum, localizada no município de Guimarães, Estado do Maranhão, Registro nº 576, Fl. 86, em 19/05/2006.

Comunidade de Camaba Amarela, localizada no município de Batuba, Estado do Piauí, Registro nº 577, Fl. 87, em 19/05/2006.

Comunidade Negras Cortezadas, localizada no município de São Bento, Estado da Paraíba, Registro nº 578, Fl. 88, em 19/05/2006.

Comunidade de Lagoa, localizada no município de Lençóis, Estado da Bahia, Registro nº 579, Fl. 89, em 31/05/2006.

Comunidade dos Negros do Riacho, município de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, Registro nº 580, Fl. 90, em 19/05/2006.

Comunidade de Mesquita, município da Cidade Ocidental, Estado de Goiás, Registro nº 581, Fl. 91, em 19/05/2006.

Comunidade do Arnhá, localizada no município de Macapá, Estado do Amapá, Registro nº 582, Fl. 92, em 19/05/2006.

Comunidade de São Judas Tadeu, localizada no município de Bujuru, Estado do Pará, Registro nº 583, Fl. 93, em 19/05/2006.

Comunidade de Cuiabá, localizada no município de Curral Novo, Estado do Piauí, Registro nº 584, Fl. 94, em 19/05/2006.

Comunidade Laranjo, localizada no município de Betânia, Estado do Piauí, Registro nº 585, Fl. 95, em 19/05/2006.

Comunidade São Martins, localizada no município de Paulistana, Estado do Piauí, Registro nº 586, Fl. 96, em 19/05/2006.

Comunidade Barão, localizada no município de Betânia, Estado do Piauí, Registro nº 587, Fl. 97, em 19/05/2006.

Comunidade de Porto Velho, localizada no município de Iporanga, Estado de São Paulo, Registro nº 588, Fl. 98, em 19/05/2006.

Comunidade de Pedro Cubas de Cima, localizada no município de Eldorado, Estado de São Paulo, Registro nº 589, Fl. 99, em 19/05/2006.

Comunidade de São Tomé, localizada no município de Campo Formoso, Estado da Bahia, Registro nº 590, Fl. 100, em 19/05/2006.

Comunidade do Buraco, localizada no município de Campo Formoso, Estado da Bahia, Registro nº 591, Fl. 101, em 31/05/2006.

Comunidade do Saquinho, localizada no município de Campo Formoso, Estado da Bahia, Registro nº 592, Fl. 102, em 31/05/2006.

Comunidade de Macaco de Cima, localizada no município de Antônio Gonçalves, Estado da Bahia, Registro nº 593, Fl. 103, em 31/05/2006.

Comunidade de Água Branca, localizada no município de Senhor do Bonfim, Estado da Bahia, Registro nº 594, Fl. 104, em 31/05/2006.

Comunidade de Macaco de Baixo, localizada no município de Filadélfia, Estado da Bahia, Registro nº 595, Fl. 105, em 31/05/2006.

Comunidade de Sangradouro I, localizada no município de Campo Formoso, Estado da Bahia, Registro nº 596, Fl. 106, em 31/05/2006.

Comunidade de Sangradouro II, localizada no município de Campo Formoso, Estado da Bahia, Registro nº 597, Fl. 107, em 31/05/2006.

Comunidade de Barocas, localizada no município de Campo Formoso, Estado da Bahia, Registro nº 598, Fl. 108, em 31/05/2006.

Comunidade de Paqui, localizada no município de Campo Formoso, Estado da Bahia, Registro nº 599, Fl. 109, em 31/05/2006.

Comunidade de Alto Bonito, localizada no município de Senhor do Bonfim, Estado da Bahia, Registro nº 600, Fl. 110, em 31/05/2006.

Comunidade de Queimada Grande e Capim, localizadas no município de Senhor do Bonfim, Estado da Bahia, Registro nº 601, Fl. 111, em 31/05/2006.

Comunidade de Olaria, localizada no município de Senhor do Bonfim, Estado da Bahia, Registro nº 602, Fl. 112, em 31/05/2006.

Comunidade de Quebra Facho, localizada no município de Senhor do Bonfim, Estado da Bahia, Registro nº 603, Fl. 113, em 31/05/2006.

Comunidade de Conceição, localizada no município de Antônio Gonçalves, Estado da Bahia, Registro nº 604, Fl. 114, em 31/05/2006.

Comunidade de Laginha, localizada no município de Senhor do Bonfim, Estado da Bahia, Registro nº 605, Fl. 115, em 31/05/2006.

Comunidade de Bananeiras dos Pretos, localizada no município de Antônio Gonçalves, Estado da Bahia, Registro nº 606, Fl. 116, em 31/05/2006.

Comunidade de Patos I, localizada no município de Campo Formoso, Estado da Bahia, Registro nº 607, Fl. 117, em 31/05/2006.

Comunidade de Patos III, localizada no município de Campo Formoso, Estado da Bahia, Registro nº 608, Fl. 118, em 31/05/2006.

Comunidade de Barreras, localizada no município de Filadélfia, Estado da Bahia, Registro nº 609, Fl. 119, em 31/05/2006.

Comunidade de Bebedouro, localizada no município de Campo Formoso, Estado da Bahia, Registro nº 610, Fl. 120, em 31/05/2006.

Comunidade de Coqueiros, localizada no município de Mirangaba, Estado da Bahia, Registro nº 611, Fl. 121, em 31/05/2006.

Comunidade de Umburana, localizada no município de Senhor do Bonfim, Estado da Bahia, Registro nº 612, Fl. 122, em 31/05/2006.

Comunidade de Poço da Pedra, localizada no município de Campo Formoso, Estado da Bahia, Registro nº 613, Fl. 123, em 31/05/2006.

Comunidade de Poções, localizada no município de Francisco Sá, Estado de Minas Gerais, Registro nº 614, Fl. 124, em 31/05/2006.

Comunidade da QUADRA, localizada no 4º Distrito de Encruzilhada do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Registro nº 615, Fl. 125, em 31/05/2006.

Comunidade de Menino Jesus, localizada no município de Acará, Estado do Pará, Registro nº 616, Fl. 126, em 31/05/2006.

Comunidade de Fazenda da Cachoeira, localizada na Serra das Asprezas, 5º Distrito de Paratim, Estado do Rio Grande do Sul, Registro nº 617, Fl. 127, em 31/05/2006.

Comunidade de Baço Pari, localizada no município de Posse, Estado de Goiás, Registro nº 618, Fl. 128, em 31/05/2006.

Comunidade de Vila Primavera, localizada no município de Manga, Estado de Minas Gerais, Registro nº 619, Fl. 129, em 31/05/2006.

Comunidade Negra de Santa Tereza, localizada no município de Coremas, Estado da Paraíba, Registro nº 620, Fl. 130, em 31/05/2006.

Comunidade Negra Mãe Dagua, localizada no município de Coremas, Estado da Paraíba, Registro nº 621, Fl. 131, em 31/05/2006.

Comunidade Negra de Barreras, localizada no município de Coremas, Estado da Paraíba, Registro nº 622, Fl. 132, em 31/05/2006.

Comunidade de Pedra, localizada no município de Campo Formoso, Estado da Bahia, Registro nº 623, Fl. 133, em 31/05/2006.

Comunidade de Cachuho, localizada no município de Frei Paulo, Estado de Sergipe, Registro nº 624, Fl. 134, em 31/05/2006.

Comunidade Quilombola Nossa Senhora Aparecida, localizada no município de Cronmnia, Estado de Goiás, Registro nº 625, Fl. 135, em 31/05/2006.

Comunidade Negra Rural de Lagoa da Salina, localizada no município de Nordestina, Estado da Bahia, Registro nº 626, Fl. 136, em 31/05/2006.

Comunidade dos Ferrões, localizada no município de Pescador, Estado de Minas Gerais, Registro nº 627, Fl. 137, em 31/05/2006.

Comunidade Gravatá, localizada no município de Chapada do Norte, Estado de Minas Gerais, Registro nº 628, Fl. 138, em 31/05/2006.

Comunidade de Brejo Grande, localizada no município de Iuberá, Estado da Bahia, Registro nº 629, Fl. 139, em 31/05/2006.

Comunidade de Barreiro Preto, localizada no município de Gentio do Ouro, Estado da Bahia, Registro nº 630, Fl. 140, em 31/05/2006.

EDVALDO MENDES ARAUJO

REITIFICAÇÃO

Na Portaria nº 08 de 10 de maio de 2006, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, nº 90, folha 10, em 12 de maio de 2006, onde se lê Comunidade Vila Nova, localizada no município de Itituba, Estado da Bahia, Registro nº 526, Fl. 35, leia-se Comunidade Vila Nova, localizada no município de Itituba, Estado da Bahia, registro nº 528, fl. 37.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO GERÊNCIA DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E NATURAL

PORTARIA Nº 148, DE 6 DE JUNHO DE 2006

Dispõe sobre a autorização para realizar o projeto de diagnóstico e levantamento arqueológico na área a ser afetada pela ampliação da rodovia BA-148, Municípios de Rio de Contas e Jussape, no Estado de Bahia.

O GERENTE DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E NATURAL DO DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, nos termos da Portaria IPHAN nº 207, de 13/09/04, publicada no D.O.U., Seção 2, de 15/09/04 e de acordo com o disposto no Anexo I do Decreto nº 5.040, de 07/04/04, na Lei nº 3.924, de 26/07/61, na Portaria SPHAN nº 7, de 01/12/88, e ainda do que consta do processo administrativo nº 01502.00145/2006-33, resolve:

I - Expedir a presente AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais licenças exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia para realizar as atividades do projeto de diagnóstico e levantamento arqueológico no traçado da Rodovia BA-148, Municípios de Rio de Contas e Jussape, no Estado de Bahia.

II - Reconhecer como coordenadora dos trabalhos de que trata o item anterior a arqueóloga Fernanda Cordeiro detentora da presente permissão, cujo projeto se intitula "Projeto de Diagnóstico e Levantamento Arqueológico no Traçado da Rodovia BA-148 - Rio de Contas - Jussape".

III - Reconhecer a arqueóloga designada coordenadora dos trabalhos como fiel depositária, durante a realização das etapas de campo, do eventual material arqueológico recolhido ou de estudo que lhe tenha sido confiado.

ANEXO 5
FOLDER DA FÁBRICA DE ARTEFATOS DE CIMENTO ESTRELA DALVA E
DA BISPO SOLDA TÉCNICA

OURO NEGRO

Fábrica de Artefatos de
Cimento Estrela Dalva

MANILHA P/ BUEIRO



1 x 1 P/B
1 X 0,80 P/B
1 X 0,60 P/B
1 X 0,40 P/B
1 X 0,30 P/B

MANILHA P/ POÇO E FOSSA



0,95 X 0,50
1 X 0,50
1,20 X 0,50

POSTE CURVO E RETO



3 METROS
2,50 METROS
2,20 METROS

BLOCOS DE CONCRETO



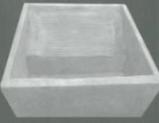
20 X 40 X 10

LAJOTA CESTAVADA



10 CM
05 CM

TANQUE SIMPLES DE CONCRETO



FAZEMOS AINDA:

PIAS DE GRANITO 1,20 E 1,50 METROS
TANQUE DUPLO / TRIPLO
MANILHA PARA COXO
MANILHA PARA ÁRVORE
CAIXA DE AR (TODAS AS MEDIDAS)

ORÇAMENTO SEM COMPROMISSO

Av. Paulista, 150 - Vila Piratininga - Esq. Rua Coroados - Fone: (67) 3346-8199

"VEJO DEUS EM VOCÊ, SEI QUE VOCÊ VÊ DEUS EM MIM"




BTS




BISPO SOLDA TÉCNICA




- Solda de Bloco
- Recuperação de Cabeçote de ferro fundido e alumínio
- Oficina Mecânica Diesel Gasolina e Montagem de Motores
- Solda em Geral




Av. Marechal Deodoro, 3785
Jd Aero Rancho
3385-8530




ANEXO 6
CERTIDÃO DE ÓBITO DA SRA. MARIA ROSA DA ENCARNAÇÃO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DA CULTURA
 FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
 Criada pela Lei n.º 7.668 de 22 de agosto de 1988

Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade Negra São João Batista**, localizada na Rua Barão de Limeira, 1750, Bairro Santa Branca/Jardim das Mansões, no município de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 06, Registro n. 564, fl. 74, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n.º 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS**.

Declarantes(s): José Reginaldo da Anunciação – CPF/MF nº 051.405.441-72
 Mandalva Delfino de Anunciação – CPF/MF nº 879.565.271-04
 Paulo Alexandre Franco – CPF/MF nº 668.215.681-20
 Sandro Marcos de Anunciação – CPF/MF nº 309.071.101-00
 Rosana Cláudia Delfino Anunciação Franco – CPF/MF nº 835.548.071-68

Eu, **Maria Bernadete Lopes da Silva** (Ass.)....., Diretora da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília, DF, **19 de maio** de 2006.

O referido é verdade e dou fé

UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO
 Presidente da Fundação Cultural Palmares

Endereço: Rua Central Brasília – CEP: 70040-904 – Brasília – DF – Brasil
 Telefone: (0 XX 61) 324 0100 / (XX 61) 424 0137 – Fax: (0 XX 61) 326-0242
 E-mail: atendimento@palmares.gov.br – <http://www.palmares.gov.br>

“Walls Salomão” – *uma cidade guerreira* (Walls Salomão)

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)